

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Debora Cristina Alexandre Bastos e Monteiro
de Carvalho

**Vida, diplomacia e sociabilidades: biografia política de D. Domingos de Sousa
Coutinho (1762-1815)**

Juiz de Fora
2019

Debora Cristina Alexandre Bastos e Monteiro de Carvalho

**Vida, diplomacia e sociabilidades: biografia política de D. Domingos de Sousa
Coutinho (1762-1815)**

Juiz de Fora
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

**Vida, diplomacia e sociabilidades: biografia política de D. Domingos de Sousa Coutinho
(1762-1815)**

Debora Cristina Alexandre Bastos e Monteiro de Carvalho

. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Juiz de Fora, linha de pesquisa —Narrativas, Imagens e Sociabilidades, sob a orientação do Professor Doutor Alexandre Mansur Barata, como requisito à obtenção do título de Doutora

Juiz de Fora
2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Alexandre Bastos e Monteiro de Carvalho, Debora Cristina .
Vida, diplomacia e sociabilidades : Biografia política de D. Domingos de Sousa Coutinho (1762-1815) / Debora Cristina Alexandre Bastos e Monteiro de Carvalho. -- 2019.
204 p.

Orientador: Alexandre Mansur Barata
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

1. D. Domingos de Sousa Coutinho. 2. Biografia política. 3. Sociabilidades. I. Mansur Barata , Alexandre, orient. II. Título.

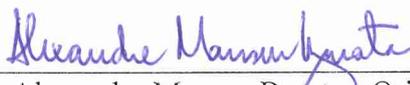
DEBORA CRISTINA ALEXANDRE BASTOS E MONTEIRO DE CARVALHO

Vida, diplomacia e sociabilidades: biografia política de D. Domingos de Sousa Coutinho (1762 - 1815)

TESE apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de DOUTORA EM HISTÓRIA.

Juiz de Fora, 17/08/2018.

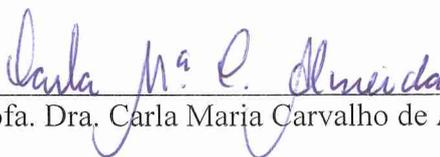
Banca Examinadora



Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata - Orientador



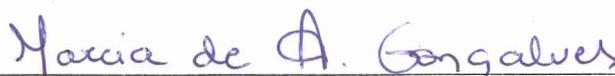
Profa. Dra. Silvana Mota Barbosa (UFJF)



Profa. Dra. Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)



Profa. Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (UERJ)



Profa. Dra. Márcia de Almeida Gonçalves (UERJ)

Ao Enzo e ao Eros, com todo meu amor

AGRADECIMENTOS

Em 2016, perguntaram-me se minha vida fosse um filme, qual seria o título. Sem pestanejar, respondi: Eu, Enzo e a Tese. Foram anos de crescimento pessoal e profissional, ser mãe, mulher, doutoranda, veio tudo junto. E, no fim, embora eu insistisse em achar que não, deu tudo certo. Foram cinco anos aprendendo a ser mãe, aprendendo a ter autonomia na pesquisa, mas também na vida. Os tempos também foram (e ainda estão) sombrios. Politicamente difíceis. Deposição da presidenta Dilma eleita, muitas crises, medo de um retorno à década de 1980/90, morando num Estado falido e marginalizado, assistindo diariamente a todas as injustiças dessa vida e experimentando o medo e a adrenalina no trajeto entre a minha casa e a escola do meu filho. Pois bem. Como lidar com tudo isso e mais um pouco?! No meu caso, com autoconhecimento e uma rede de apoio que se fez muito presente. Em todos os sentidos.

Primeiramente, agradeço a Deus (depois desses anos cheguei à conclusão de que ela é mulher).

À Capes, por financiar a pesquisa e por reconhecer a licença maternidade enquanto direito das pós-graduandas.

E à UFJF que estende às suas alunas a licença por mais 60 dias.

Ao meu orientador, Professor Alexandre, que me acompanha desde o mestrado. Exímio profissional, pesquisador, por quem nutro grande admiração, que despertou ainda mais o interesse por D. Domingos e pela história luso-brasileira. Meu muito obrigada pela paciência, leituras, pelas conversas, por ser meu orientador.

À Professora Silvana Mota Barbosa, por ser da minha banca, mas também pelas conversas sobre a vida e a maternidade.

Agradeço à Professora Carla Almeida, ex-coordenadora do Programa e membro da banca, que, com sua sensibilidade, apoiou-me até mesmo a distância.

À Professora Márcia Almeida, que me recebeu pela primeira vez no fim de 2013 em um evento sobre biografia, na Fundação Getúlio Vargas, ainda grávida, e, posteriormente, me orientou no Estágio de Docente em uma UERJ já com muitos problemas, mas com muito amor também. UERJ emana amor e solidariedade, é amor à primeira vista, acredito que é por isso que ela resiste.

À Professora Lúcia Bastos que além de ser da minha banca, também contribuiu grandemente com a minha formação. Tive a oportunidade de cursar uma de suas disciplinas

também na UERJ.

À Claudia Viscardi coordenadora do Programa.

À querida Ana Mendes, ex-secretária do Programa.

Ao meu filho Enzo, que antes de nascer já assistia às aulas do doutorado comigo e, sem nem saber o que a vida espera para ele, me ensinou e me ensina. E como ensina. A Debora depois do Enzo e da Tese é outra Debora. Enzo deve ter aprendido que a regra é estudar todos os dias e aos finais de semana, ele nasceu vendo isso em casa. Aos dois anos, ele brincava de trabalhar ao sentar na cadeira para desenhar. Ai, meu filho, você não sabe a força que me dá. Esse sorriso, o melhor abraço, o melhor carinho e fora os elogios diários que levantam a autoestima de qualquer pessoa. Obrigada sempre.

Agradeço também ao Namorado, que me acompanha por todos esses anos e que está comigo nessa jornada da vida e que, assim como eu, está aprendendo a paternidade. Em vários momentos tivemos que “nos reconhecer no temporal”. Te amo.

Ao meu irmão, Bruno, que nos últimos meses tem dividido a casa e a vida conosco na nossa República dos Dinossauros. Irmão parceiro da vida, fechamento como dizemos aqui no Rio.

Aos meus pais, José e Rubenita, são meus suportes, meus exemplos de vida, meu porto seguro e que estão sempre ao meu lado e que foram primordiais durante esses anos. À Marília, minha sogra, que nos apoia e era nosso QG em nossas idas a Juiz de Fora.

Ao Leo, meu sogro, que dividiu comigo seu interesse pela História.

À nossa rede de apoio: Pedro, Lili, João Pedro, Jéssica, Lucas, Kahan, Makerley, Leo, Helena, Thayná, Chris, Angélica, Antônio Jucá e Miguel.

À Patrícia pelo apoio, conversas e almoços.

À Família Alexandre.

Aos amigos queridos que fiz na UERJ, André Ricardo, Vanessa Albuquerque, Ana Souza e Pedro.

Aos amigos da DH- Desenvolvimento Humano.

À minha amiga-irmã Andressa, que cresceu e continua crescendo comigo em uma vibe que só ela tem.

Às amigas Carol, Marcella, Gisele, Bárbara e Luanne.

À querida Raquel que mesmo à distância está tão próxima.

À amiga Rafaela Reis, pela presença, força, amizade.

À Livia, que diariamente ouvia minhas questões historiográficas, mas também pessoais. Quem me faz acreditar em mim quando eu mesma não estou acreditando. Exemplo de uma nova geração que sabe a que veio e que tem como propósito a diminuição das diferenças e das marcas de um passado escravagista que persiste em fazer parte de nossas vidas.

Ao amigo-irmão Daniel Eveling, companheiro desde que me acolheu na graduação. Obrigada pela amizade, pelas elucubrações acadêmicas e da vida, pela força, pelas orações, por me ouvir, por me emprestar a Tia Terezinha como mãe de vez em quando.

À Luz Marina, minha terapeuta. Pessoa essencial no meu processo de escrita e autoconhecimento. Sorte de quem passa por ela. Ela é Luz mesmo.

À PPEI, escola que acolheu Enzo ainda no berçário. Sentir que meu filho estava em boas mãos foi fundamental para a finalização da tese. A todos vocês que fizeram parte dessa caminhada, muito obrigada!

Com amor!

Debora

Somos fortes porque o Estado é omissivo, porque precisamos enfrentar uma realidade violenta. Internalizar a guerreira, na verdade, pode ser mais uma forma de morrer. Reconhecer fragilidades, dores e saber pedir ajuda são formas de restituir as humanidades negadas. Nem subalternizada nem guerreira natural: humana. Aprendi que reconhecer as subjetividades faz parte de um processo importante de transformação.

(Djamila Ribeiro)

RESUMO

A tese tem como objetivo fazer uma abordagem biográfica de D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, diplomata português nascido em 1762 em Chaves, Vila Real. Membro de uma das mais importantes famílias da nobreza portuguesa, D. Domingos teve atuação destacada no contexto da chamada crise do Antigo Regime português, marcada pelas invasões napoleônicas e pela conseqüente transferência da Família Real para o Rio de Janeiro. O estudo teve como foco a biografia política de D. Domingos realizada a partir de uma “cartografia das sociabilidades”. Para isso, foi feito um mapeamento dos principais espaços de sociabilidades nos quais ele esteve inserido. A tese aborda três desses espaços que, apesar de divididos no âmbito deste trabalho, possuem seus pontos de intersecção, sendo eles: o âmbito familiar; o círculo de sua formação, que compreendeu seu tempo na Universidade de Coimbra e o início de sua carreira diplomática; e por último, seu círculo na diplomacia com ênfase no período em que foi embaixador português na corte de Londres.

Palavras-chave: D. Domingos de Sousa Coutinho, biografia política, Sociabilidades.

Abstract:

The thesis aims to make a biographical approach of Don Domingos Antônio de Sousa Coutinho, Portuguese diplomat born in 1762 in Chaves, Vila Real. Member of one of the most important families of Portuguese nobility, D. Domingos played a prominent role in the context of the so-called Portuguese regime crisis, marked by the Napoleonic invasions and the consequent transfer of the Royal Family to Rio de Janeiro. The study focused on Domingos' political biography, produced from a "cartography of sociabilities". To that end, a mapping of the main spaces of sociabilities in which he was inserted was made. The thesis addresses three of these spaces which, although being divided in the scope of this work, have their points of intersection, namely: the family scope; his formation circle, which comprises his time at Coimbra University and the beginning of his diplomatic career; lastly, his circle in diplomacy with emphasis on the period in which he was Portuguese ambassador in the court of London.

Key words: D. Domingos de Sousa Coutinho, political biography, Sociabilities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Árvore Genealógica da Família Sousa Coutinho.	34
Figura 2 - Resposta Pública à Denúncia Secreta.....	102
Figura 3 – Primeiro número do Investigador Português em Inglaterra	155
Figura 4 - Primeira página do Quadro Político de D. Domingos de Sousa Coutinho.....	160
Figura 5 - Index do Quadro Político de D. Domingos de Sousa Coutinho.	161
Figura 6 - Quadro político D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares.....	169

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – DOM DOMINGOS ANTÔNIO DE SOUSA COUTINHO, FILHO LEGÍTIMO DE DOM FRANCISCO INOCÊNCIO DE SOUZA COUTINHO E DE DONA ANNA LUISA JOAQUINA TEIXEIRA DE ANDRADE: A FAMÍLIA SOUSA COUTINHO.....	27
1.1 “Repentina e deplorável morte do Marquês de Funchal”.....	28
1.2. Batismo	32
1.3. Primeiros ramos da Família Sousa Coutinho – origens	35
1.4. Família Sousa Coutinho e a “mácula mecânica”	42
1.5. Colocação de D. Domingos no círculo político da Família Sousa Coutinho: Alianças, apadrinhamento político e religioso.....	49
1.6. Educação dos Sousa Coutinho	51
1.7. Problemas financeiros e bens no Brasil.....	57
Capítulo 2 –D. Domingos na Universidade de Coimbra e do início da carreira diplomática.	63
2.1 “(...)E tu trabalharás por que o Domingos se matricule este ano...”	63
2.1.1 Principais características da Reforma de Ensino em Portugal	69
2.1.2. Os alunos de José Anastácio da Cunha.	76
2.2. Nomeação em tempos instáveis na corte: início da carreira diplomática	79
2.2.1. Nomeação para Copenhagen	81
2.2.2. Passagem pela França Revolucionária	84
2.2.3 Assumindo o posto de Embaixador Português na Dinamarca	86
2.2.4. Missão em Turim: o desafio português.....	95
2.2.5. “Diferimos muito no nosso modo de pensar e obrar”: os distintos posicionamentos de D. Domingos e Antônio de Araújo de Azevedo diante das negociações com a França Revolucionária	98
Capítulo 3 – D. Domingos em Londres: posicionamento, negociações e sociabilidades.	105
3.1. Partidos francês e inglês: grupos políticos da Corte Portuguesa.....	105
3.2. Círculos de Sociabilidades de D. Domingos em Londres até 1810	112
3.3. “E querendo dar-lhe uma pública significação de reconhecimento e aprovação de tão importantes serviços; hey por bem promovê-lo à Grandeza com o título de Conde de Funchal, em sua vida.”	133
Capítulo 4. Quadros políticos e relação de D. Domingos com a Imprensa: outras sociabilidades.	140

4.1. D. Domingos e a Imprensa Periódica	140
4.1.1. A “Terrível invenção de um jornal português em Inglaterra”	141
4.1.2. O “Investigador Português em Inglaterra”	153
4.2. Quadros políticos	158
4.3. “Aproximava-se o tempo de ser o Conde de Funchal expulso da embaixada”: a saída de D. Domingos da Corte Londrina.....	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	183

INTRODUÇÃO

Durante a graduação, tive minha primeira experiência em escrever sobre a vida de alguém, João Carriço (1886-1959), um juiz-forano, pioneiro no cinema brasileiro. Mais tarde, já na especialização *latu sensu* em Metodologia da História e Historiografia Brasileira, passei a me interessar nas leituras sobre as relações internacionais portuguesas de final do século XVIII e início do XIX. O primeiro contato com D. Domingos de Sousa Coutinho foi por meio da leitura do livro *A longa viagem da biblioteca dos reis - Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, de Lilia M. Schwarcz, em que alguns portugueses pediam a liberação de seus passaportes para entrar na Inglaterra diante das investidas napoleônicas¹.

O interesse nesse personagem transformou-se em um projeto de mestrado que resultou na dissertação “D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho: um diplomata português na Corte de Londres (1807 - 1810)”², defendida em 2011. A dissertação compreendeu o período em que D. Domingos esteve em Londres e focou em sua atuação nas negociações da Convenção Secreta de 1807, convenção esta que definiu o apoio inglês na transferência da corte portuguesa para o Brasil, na consequente assinatura do decreto de abertura dos portos brasileiros às nações amigas em 1808 e na negociação e escrita dos tratados de Aliança Amizade, Comércio e Navegação de 1810.

A investigação teve continuidade e, desta vez, busquei uma compreensão ainda mais profunda sobre quem era D. Domingos de Sousa Coutinho. Com o avanço da pesquisa para o doutorado, a visão que tinha do período estudado durante a dissertação passou por um intenso processo de ressignificação. Por esse motivo, foi tão importante recuperar pontos trabalhados na dissertação, como será percebido ao longo da tese.

A figura de D. Domingos aos poucos se traduziu em um pequeno universo de análise e problematização. Assim, esta pesquisa tem como objetivo fazer uma abordagem biográfica de D. Domingos de Sousa Coutinho focando em alguns dos mais diversos vieses desse indivíduo.

Amante da diplomacia, da política e um exímio analista da situação

¹ SCHWARCZ, L. M. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. Colaboração de Paulo César Azevedo e Ângela Marques da Costa. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

² CARVALHO, Debora C. A. B. M. D. **Domingos Antônio de Sousa Coutinho: um diplomata português na Corte de Londres (1807 - 1810)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

internacional após assistir *in loco* os acontecimentos na França Revolucionária, D. Domingos esteve inserido em diversos espaços de sociabilidades. Fora de um caminho que, geralmente, já estava predefinido no nascimento, D. Domingos ancorou-se, primeiramente, em seu pai e irmão que deram a ele o suporte inicial para que conseguisse uma primeira colocação na Corte. Mais tarde, concretizou sua carreira de diplomata e recebeu os títulos de 1º Conde e Marquês do Funchal.

D. Domingos formou-se em Leis pela Universidade de Coimbra reformada, tornando-se representante da Coroa portuguesa no exterior no final do século XVIII e início do XIX. Fez parte do círculo de jovens que se formaram e assumiram os mais altos cargos da administração pública portuguesa, herdeiros ainda das reformas de Sebastião de Carvalho e Melo, que, mais tarde, recebeu o título de Marquês de Pombal por prestação de serviço à Coroa.

Esta tese, portanto, faz uma abordagem biográfica política de D. Domingos de Sousa Coutinho que contempla uma “cartografia de sociabilidades”. Ou seja, um mapeamento dos principais espaços de sociabilidades em que ele esteve inserido e sua atuação em cada um deles. A tese aborda três principais espaços de sociabilidades que, apesar de divididos no âmbito deste trabalho, possuem seus pontos de intersecção, sendo eles: o âmbito familiar; círculo de sua formação que compreendeu sua entrada na Universidade de Coimbra, mas também o início de sua carreira e, por último, seu círculo na diplomacia com ênfase em sua fase na corte de Londres, considerando os anos de 1803 a 1815.

Ao pensar em fazer uma biografia, cerquei-me de estudos que ajudassem nesta empreitada em busca da tão conhecida e inalcançável imparcialidade. Quando estamos em um curso de História, aprendemos o quão importante é nos cercar da teoria e da metodologia em uma pesquisa. Para isso, preocupei-me com tais aspectos, como veremos à frente.

Sob o ponto de vista da delimitação, optei por trabalhar D. Domingos sob a veia política, primeiro, pelo interesse em suas atuações diplomáticas e, segundo, por ter acesso somente a fontes oficiais. Essa escolha, que aqui é apresentada de forma genérica, foi destrinchada ao longo da tese visando à delimitação e o direcionamento para a abordagem biográfica. Para tanto, busquei textos teórico-metodológicos a fim de localizar o debate em torno do texto biográfico na contemporaneidade, o que permitiu direcionar meus próprios caminhos no âmbito da pesquisa.

Ao percorrer tais caminhos, descobri que não posso negligenciar meu lugar de uma observadora privilegiada, ou seja, por mais que não tente fazer associações, conheço

o “fim da história”. Sem dúvida, esta é uma questão para muitos biógrafos, sejam eles historiadores ou não. Diante desses pontos, muito comuns a qualquer historiador, busquei o respaldo necessário para a pesquisa biográfica. Nas próximas linhas, versarei sobre os caminhos teóricos e metodológicos percorridos durante esse processo.

A biografia, durante muito tempo, esteve voltada para os grandes nomes. Aos poucos, tal visão foi se modificando a ponto de passar a valorizar o indivíduo por si próprio, por sua vida, por suas histórias e pelo seu contato com a sociedade. A biografia, bem como qualquer campo de estudo, passou por mutações ao longo dos tempos. Esse ponto se torna importante, visto que o estudo de todo esse processo possibilitou chegar à minha visão sobre o fazer biográfico e de como fazer a biografia de D. Domingos.

Segundo Sabina Loriga, representante italiana dos estudos que tiveram como influência a micro-história, a reflexão biográfica, durante o século XVIII, “além da vida dos santos e dos reis, interessou-se cada vez mais pela dos poetas, soldados ou criminosos; e adota um tom mais intimista”³. A partir do século XIX, o fazer biográfico se pôs como um ofício, o que, segundo Sabina Loriga, deveu-se a alguns autores como John Morley, James Parton, Charles-Augustin, Sainte-Beuve⁴.

No século XX, a tendência foi a de manter a biografia à margem das discussões historiográficas. Na revista dos *Annales* de 1988, os editores chamavam atenção para um período incerto, criticando o retorno da narrativa, do acontecimento, do político, da biografia. No ano seguinte, no entanto, tal revista protagonizou uma abertura dando lugar ao clássico texto, escrito por Giovanni Levi, intitulado “Usos da biografia”.⁵ Aos poucos, o que antes era considerado o que havia de pior na escrita produzida pelo século XIX – um modelo de história linear, superficial e anedótico – foi ganhando espaço e a “sensação de crise foi sendo minimizada e parte do debate incorporado ao antigo modelo macroestrutural da Escola dos *Annales*”, como apontado por Adriana Barreto.⁶

A biografia teve também importante papel no denominado “Renascimento da História Política” por René Remond⁷. Dessa forma, a História Política passou a dialogar com outras disciplinas, como a Ciência Política e a Sociologia, passando a ter como objeto de estudo processos eleitorais, partidos políticos, grupos de pressão, opinião pública,

³ LORIGA, Sabina. **O pequeno X: da biografia à História**. Tradução Fernando Scheibe – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 19.

⁴ Idem.

⁵ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (org). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

⁶ SOUZA, A. B. Biografia e escrita da história: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder. **Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas, Seropédica, RJ: EDUR**, v. 29, n 1, p. 27-36, jan-jul, 2007.

⁷ REMOND, René. (org) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

mídia e relações internacionais. Philippe Levillan e Pierre Bourdieu foram nomes franceses que se dedicaram a pensar “a escrita da história social, no momento de maiores tematizações sobre a história cultural, no curso da década de 1980”. De acordo com a historiadora Márcia Almeida Gonçalves: “o valor da escrita biográfica, como prática discursiva, (...), emergiu com força no debate acadêmico, nos últimos trinta anos, em diversos espaços institucionais, em especial nos campos das ciências humanas.”⁸ E a autora completa:

Sob a chave da renovação ou do retorno do biográfico, ou sob a designação do nascimento de uma nova biografia, tal gênero, para alguns, tal metodologia para outros, teria sua posição reservada entre as formas de escrita da história ou de materialização de saberes sociológicos, antropológicos, não perdendo de vista também produções da teoria e da história literária.⁹

Ao pensar o fazer biográfico, muitos historiadores preferem resolver essa questão apoiando-se no conceito de trajetória. Sua principal característica estaria no fato de que esta pensaria o indivíduo considerando suas múltiplas ações, ou seja, dentro desses vieses, o biógrafo poderia tratar de alguns sem a pretensão de abarcar sua vida na totalidade. O que, por outro lado, também é possível de ser pensado na própria biografia.

Ao discutir os usos da biografia na *Revista dos Annales*, Giovanni Levi indagou se seria possível escrever sobre a vida de um indivíduo, artigo publicado em 1996¹⁰. Por trás dessa questão, Levi chamou a atenção para alguns problemas que, por vezes, poderiam “se esvaziar em meio a certas simplificações que tomam como pretexto a falta de fontes”¹¹. Esta, segundo ele, não seria a maior dificuldade a ser superada pelos historiadores que estudam trajetórias e biografias.

Já em 1989, Levi apontava que biógrafo deveria ficar atento para que não caísse na ilusão de “que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado.”¹² Ainda segundo o autor, em geral, a tradição biografia nos levaria a modelos que “associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas.”¹³ A crença na linearidade da vida que teria um

⁸ GONÇALVES, Márcia Almeida. **Em terreno movediço**. Biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009. p.22.

⁹ GONÇALVES, Márcia Almeida. **Em terreno movediço**. Biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009. p.22.

¹⁰ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (org). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

¹¹ Idem.

¹² Idem.

¹³ BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (org). **Usos e**

modelo único talvez seja um dos maiores desafios em se empregar a biografia em uma pesquisa histórica, por isso, é tão importante tal discussão.

Além disso, tal crença traz consigo outra pretensão, que pode resvalar em uma ilusão, que seria o fato de que seria possível, ou de que seria indispensável, abarcar toda a vida de um indivíduo ao escrever sua biografia, na tentativa de se fazê-la seguindo uma lógica cronológica e que, em geral, abarca o nascimento, os anos de formação e finaliza com sua morte. Esta, sem dúvida, é uma questão extremamente sensível, mas que pode ser pensada no diálogo com outros autores, como veremos a seguir.

Um dos clássicos ao se pensar a biografia constitui um texto de Pierre Bourdieu. A questão das mais importantes que o sociólogo traz, trata do que ele chamou de “ilusão biográfica”.¹⁴ Segundo Bourdieu, esta seria uma crítica ao pensar o sujeito por si mesmo, devendo priorizar o contexto, o social. Dessa forma, não se teria em conta a preocupação com a subjetividade desse sujeito.

Bourdieu possui uma perspectiva sociológica sobre a biografia. Ela seria, portanto, um nível de análise social em que biografar significaria mapear o *campus*. A biografia, para Bourdieu, deveria tão somente buscar o lugar em que o indivíduo ocupa nesse *campus*. Ou seja, a função do indivíduo estaria estritamente em contribuir para uma análise do social. Bourdieu, nessa questão, registrou um importantíssimo ponto para reflexão. Se sua ampla valorização do social não é a melhor saída, a ampla valorização do indivíduo também não o é. Por isso, pensar o indivíduo e o meio social ao qual pertence é, sem dúvidas, a melhor das saídas.

Outra obra que ajudou a pensar mais detalhadamente o fazer biográfico na pesquisa de D. Domingos foi o *Pequeno X: da Biografia à História*, de Sabina Loriga.¹⁵ A autora chama atenção para as múltiplas formas de escrever uma biografia, afirmando, inclusive, que a ordem cronológica não era única.

Em entrevista à Adriana Barreto, a historiadora francesa deixa claro ser esta uma de suas críticas a Bourdieu, alegando não acreditar que exista uma regra formal nesse domínio.¹⁶ Aliás, Adriana Barreto também contribuiu bastante para essa reflexão. A autora destaca a importância de se levar em conta, justamente, a crítica da ilusão biográfica de Bourdieu que apregoa um *cursus* que teria como cerne o nome próprio, já

abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.169.

¹⁴ BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (org). **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.169.

¹⁵ LORIGA, Sabina. **O pequeno X: da biografia à História.** Tradução Fernando Scheibe – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

¹⁶ SOUZA, Adriana Barreto de. & LOPES, Fábio Henrique. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema. **Revista História da Historiografia.** Ouro Preto, número 9. 2012. p.32

que, para Bourdieu, o nome próprio seria o representante da individualidade frente às análises macro-históricas. Apesar das críticas, a visão de Bourdieu, neste texto, é importante por demarcar também a questão do indivíduo no contexto macrosocial.

A questão mais relevante em toda essa discussão, em minha opinião, seria pensar a relação do indivíduo com a sociedade. Se, no século XIX, essa relação já se colocava relevante, como nos mostra Sabina Loriga, nos dias atuais, ela ainda é uma questão a ser considerada e longe de ser totalmente resolvida, por isso, passível de discussão. Ao analisar a crise dos modelos marxistas e estruturalistas, a noção de indivíduo voltou à tona. Segundo Loriga, as categorias abrangentes desses modelos haviam reduzido os homens às forças econômicas, sociais e culturais globais, ou seja, uma perspectiva mais próxima da visão social de Bourdieu. Isso acabou por ocasionar certa decepção, voltando o olhar para as relações individuais, valorizando não apenas o “Grande Homem”, mas também o “homem qualquer”. Dessa forma, não se tem como negar que a biografia e, com ela o indivíduo voltam à discussão após uma história preponderantemente voltada para a coletividade.

Diante de tal discussão, Sabina Loriga buscou compreender a relação entre o indivíduo e a sociedade. Em suas análises, Loriga traz à tona a tese de Johann Gustav Droysen, historiador alemão, que, em 1863, disse: “se chamamos A o gênio individual, a saber, tudo o que um homem é, possui e faz então este A é formado por $a + x$, de seu país, de seu povo, de sua época, etc., e em que x representa sua contribuição pessoal, a obra de sua livre vontade”.¹⁷ Ainda segundo a autora, o pequeno x, mesmo que minúsculo, seria o responsável pela movimentação da história, sendo, por isso, primordial.

Se olharmos por esse âmbito, é possível perceber que os valores apreendidos pelo ator não são estáticos e se modificam de tempos em tempos, o que constitui um ponto da construção de si. A sociedade é formada por sistemas sociais que são fragmentados por incoerências, diferentemente de uma abordagem integrada e regida por normas coerentes. As reações dos indivíduos não são homogêneas. Para Frederick Barth, por exemplo, o comportamento social não resulta de uma obediência mecânica a um sistema de normas; se a sociedade é fragmentada, os indivíduos se envolvem de maneiras diversas e não de forma mecânica e sistematizada, privilegiando, como unidade de observação, a interação entre as pessoas.¹⁸

¹⁷ LORIGA, Sabina. **O pequeno X: da biografia à História**. Tradução Fernando Scheibe – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

¹⁸ BARTH, Fredrik. **Process and form in social life**. Vol.1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

Dentre as reflexões acerca das relações entre indivíduo e sociedade, acredito que o sociólogo Norbert Elias tenha feito a análise mais complexa e completa sobre o tema¹⁹. Busca-se, portanto, assumir uma posição em que o trabalho inscreva D. Domingos em um jogo de “*forças (ou fenômenos) reticulares*”²⁰, enfatizando os vínculos sociais nos quais ele esteve inserido.

Como dar voz à individualidade e, ao mesmo tempo, perceber que ele é também a parte de um todo? Por diversas vezes, o fazer biográfico sobre D. Domingos me pôs como questão a medida entre o indivíduo e as suas relações sociais. E, mais, a definição da questão da tese também demandou um amadurecimento constante frente a essas questões.

Se, por um lado, Bourdieu favorecia somente o social, por outro, alguns autores valorizavam estritamente o indivíduo. Adriana Barreto chama atenção, por exemplo, para as “biografias monumento (que) constituem a fórmula moderna de edificação da heroicidade”²¹. A autora acredita que nas biografias escritas pelo Padre Pinto de Campos o Duque de Caxias sempre aparece como “um monumento, erguido como símbolo dos ideais conversadores de organização social”²². A visão de Caxias como monumento foi tema da tese de Adriana Barreto.

Pensando juntamente com Adriana Barreto, defini que a biografia política de D. Domingos levaria em consideração o conceito do sociólogo Norbert Elias. Na obra “Sociedade dos indivíduos”, Elias pondera sobre a importância das relações entre as pessoas e exemplifica tais relações com as bolas de bilhar em um movimento em que tais bolas se chocam e rolam em diferentes direções. Complementa, destacando que a interação entre os indivíduos e os “fenômenos reticulares” que eles reproduzem são diferentes da interação puramente física. Ou seja, segundo Norbert Elias, “é o fato de as pessoas mudarem em relação umas às outras e através de sua relação mútua, de se estarem continuamente moldando e remoldando em relação umas às outras que caracteriza o fenômeno reticular em geral”²³.

Pensando em tais forças ou fenômenos reticulares é que decidi trabalhar com D. Domingos e as suas relações estabelecidas com o outro focando na já mencionada

¹⁹ ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

²⁰ Idem.

²¹ SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

²² SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

²³ ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

“cartografia das sociabilidades” de três diferentes círculos: o familiar, o de sua formação, que seria uma ampliação do círculo anterior, e o da diplomacia.

Além disso, o conceito de sociabilidade utilizado no âmbito dessa tese tem como base os estudos feitos por Pillar Gonzalez Bernaldo²⁴, Willian A.C. Quevedo²⁵ que levam em consideração os principais autores tal como Maurice Agulhon.

Pillar Bernaldo ao refletir sobre o conceito definiu a sociabilidade a partir de categorias, histórica e analítica. Essa foi a chave analítica encontrada pela autora para refletir o conceito sem que este fosse utilizado de maneira corriqueira: “*Ello em parte por la arraigada idea de que la sociabilidad es una categoria de sentido común que no necesita ser explicada ni contextualizada, simplemente evocada*”.²⁶ Tal reflexão leva também a necessidade de diferenciar a sociabilidade do conceito de rede. No entanto, as duas categorias não são intercambiáveis e por isso ela chama atenção para as principais diferenças. A sociabilidade remete a práticas sociais que põem em relação um grupo de indivíduos que efetivamente participam delas. Já a rede refere-se a espaços de interação social que não implica que todos os indivíduos que participam da rede do ego se conhecem ou compartilham espaços de sociabilidade.²⁷

Assim como Gonzalez, Quevedo chama atenção para a complexidade do termo sociabilidade. Atentando, inclusive, ele deve ser pensado em um contexto específico definido dentro de um espaço e tempo. A sociabilidade “*es una categoría analítica operante en la autocomprensión de los procesos sociales que, especialmente, los sectores de elite, pero también los subalternos, utilizan en la época*”²⁸. Portanto, na tese, a sociabilidade surge como uma chave analítica para refletir sobre os grupos de indivíduos os quais D. Domingos fez parte e que participam delas.

²⁴ BERNALDO, Pillar Gonzalez , « La « sociabilidad » y la historia política », **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En línea], BAC, González Bernaldo, Pilar, Puesto en línea el 17 février 2008. URL : <http://nuevomundo.revues.org/index24082.html> p. 1 Acesso em: 17 jul 2018.

²⁵ QUEVEDO, Willian Alfredo, El concepto de sociabilidad como referente del análisis histórico. *Investigación & Desarrollo* [en línea] 2015, 23 (Enero-Junio) : Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26839041001>> ISSN 0121-3261 Acesso em: 17 de jul 2018.

²⁶ BERNALDO, Pillar Gonzalez , « La « sociabilidad » y la historia política », **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En línea], BAC, González Bernaldo, Pilar, Puesto en línea el 17 février 2008. URL : <http://nuevomundo.revues.org/index24082.html> p. 1 Acesso em: 17 de jul 2018.

²⁷ QUEVEDO, Willian Alfredo, El concepto de sociabilidad como referente del análisis histórico. *Investigación & Desarrollo* [en línea] 2015, 23 (Enero-Junio) : [Fecha de consulta: 17 de julio de 2018] Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26839041001>> ISSN 0121-3261 Acesso em: 17 de jul 2018.

²⁸ QUEVEDO apud POBLOTE in: El concepto de sociabilidad como referente del análisis histórico. In: *Investigación & Desarrollo* [en línea] 2015, 23 (Enero-Junio) : [Fecha de consulta: 17 de julio de 2018] Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26839041001>> ISSN 0121-3261 p.11. Acesso em: 17 jul 2018.

Dessa forma, este trabalho tem como foco a abordagem biográfica política de D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho (1762-1833), considerando os espaços aqui apresentados, valorizando, inclusive, seus pontos de intersecção. A divisão feita em círculos foi realizada para fins didáticos, no entanto, sabe-se, que, na realidade, tal divisão não é tão estrita. Mesmo que estes não sejam unicamente os círculos aos quais ele pertenceu, eles foram os escolhidos para serem aqui abordados.

Para a definição do recorte temporal, além da abordagem biográfica com foco na cartografia das sociabilidades, outro ponto que definiu os limites da tese foram as fontes históricas utilizadas. Em sua maioria, utilizei fontes primárias oficiais disponíveis, principalmente, no Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro. Tais fontes, que compreendem os anos de 1808 a 1814, foram compiladas ainda no início do mestrado, em 2009. Ainda durante o mestrado, tive acesso às fontes dispostas no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), em que estão disponíveis as mais diversas cartas trocadas entre D. Domingos e o *Lord Strangford*, com quem D. Domingos manteve um diálogo ao longo dos anos que compreenderam as negociações em torno da transferência da Família Real para o Brasil. Tais fontes compreendem os anos de 1803 a 1812. Ainda no Brasil, mais dois arquivos também foram consultados: a documentação do Fundo Gabinete de D. João VI do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e a Coleção Conde de Linhares no setor de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Ao longo dos anos dedicados à pesquisa sobre D. Domingos de Sousa Coutinho, sempre soube da existência de fontes nos arquivos da cidade de Lisboa que são importantes para a pesquisa histórica sobre este personagem. Diante da impossibilidade de tentar uma bolsa sanduíche decidi ir à capital portuguesa para que tivesse contato com a vasta documentação que se encontra em seus arquivos. A documentação encontra-se basicamente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo onde é possível encontrar tanto documentos dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros quanto documentos que foram denominados pelo arquivo como sendo uma documentação particular, na Coleção de Linhares.²⁹

O *corpus* documental no arquivo da Torre do Tombo é extremamente volumoso, por isso, definir os documentos que seriam utilizados foi de suma importante

²⁹ Segundo o Catálogo Condes de Linhares: “O fundo é constituído por documentação de carácter familiar e pessoal, quer de âmbito privado, quer resultante dos cargos e funções em que vários membros da família foram investidos”. JORGE, Teresa Revés. Catálogo Condes de Linhares. Lisboa, 2014. Disponível em: <http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2014/12/catalogo-Condes-Linhares-final.pdf> Acesso em: 20 nov 2016.

A documentação da Legação Portuguesa em Copenhagen, do fundo dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, torna-se digitalmente disponível ao consulente. Apesar do curto prazo, a pesquisa da Legação Portuguesa em Londres foi importante para entender os acontecimentos nos últimos períodos de D. Domingos na corte londrina. Do período em que D. Domingos atuou na diplomacia, o foco recairia, principalmente, nas cortes de Copenhagen e Londres. Foi possível, entretanto, ter uma visão de D. Domingos sobre o período em que esteve em Turim. A fonte utilizada para abordar o período em Turim foi o texto Resposta Pública a Denúncia Secreta, escrito pelo próprio D. Domingos. Ainda no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na coleção de Linhares, é possível encontrar documentos referentes à vida particular de D. Domingos. Denomino particular, neste caso, os que tratam sobre sua saúde, morte, herança, divisão de seus bens entre seus sobrinhos.

Destaco que os documentos pesquisados são de natureza diversa e complementares. Cito, como exemplo, as correspondências, tratados, impressos, opúsculos, memórias, bem como outras obras biográficas. A pluralidade de documentos permite compreender os posicionamentos desse personagem em variados momentos.

A tese está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo abordará o círculo familiar de D. Domingos. Nesse capítulo, serão discutidas as intercorrências que a família Sousa Coutinho passou, bem como o quanto as incertezas naturais aos momentos de crise teriam influenciado a vida de D. Domingos. Analisando o círculo familiar de D. Domingos, poderemos perceber o quanto os Sousa Coutinho tinham como projeto político sua manutenção no círculo dos “Grandes” da nobreza portuguesa e os mecanismos que eles utilizaram para tal.

O segundo capítulo abordará o círculo de formação de D. Domingos que se deu desde sua entrada na Universidade de Coimbra até os primeiros anos de sua carreira como Diplomata. Durante sua formação na universidade participou de um grupo, formado por alguns estudantes que posteriormente também ocupariam cargos na corte portuguesa e que tinha como líder um professor que foi uma grande influência para D. Domingos. Além disso, abordará também o momento em que D. Domingos pode presenciar os acontecimentos em torno da Revolução Francesa, quando este esteve de passagem em Paris durante o trajeto que o levaria até a primeira embaixada que seria embaixador: a de Copenhagen.

O terceiro capítulo tem como objetivo analisar um momento mais alto da carreira de D. Domingos que se deu enquanto era embaixador português em Londres. Durante sua estadia na capital britânica a conjuntura internacional era de muitas incertezas devidos

aos ecos da Revolução Francesa e a posterior campanha de Napoleão. A consequência da divisão bilateral exigida pelas principais potências beligerantes, França e Inglaterra, fez com que homens de estado portugueses também se dividissem frente às duas possibilidades. Neste momento, D. Domingos foi um grande defensor da aliança com os ingleses fazendo parte do que ficou conhecido como “partido inglês”. D. Domingos, com relativa autonomia, pôs em movimento uma extensa rede de contatos, envolvendo diplomatas, funcionários públicos, negociantes, letrados, no sentido de defender os projetos dos “partidistas ingleses”. Após a definição de D. João de firmar aliança com a Inglaterra, D. Domingos se tornou peça chave nas negociações da Convenção Secreta de 1807, na abertura dos portos e no tratado de Tratado de Comércio e navegação entre Portugal e Grã-Bretanha.

O quarto capítulo mantém o foco no momento em que D. Domingos esteve em Londres. Após a assinatura dos tratados de 1810, ele passou a ter uma relação mais próxima com a imprensa Luso-Brasileira. Dessa forma, o capítulo tem como objetivo analisar a relação de D. Domingos com a imprensa. Será possível perceber que esses espaços de sociabilidades também estão diretamente ligados a outros espaços que serão trazidos à tona de acordo com o caminhar do texto. Como parte do ofício acompanhar as notícias nas gazetas internacionais era de extrema importância para as embaixadas. Este fato, fez com que D. Domingos deixasse um valioso corpus documental de compreende os anos de 1810 e 1814, seus quadros políticos. O período em Londres é um período extremamente rico quando falamos sobre D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho e sua relação com a capital londrina sempre foi positiva, o que fica claro quando se aborda o período em que foi removido por D. João, ponto que também será tratado nesse último capítulo.

Dito isso, a clássica questão de Levi continua à tona: Pode-se escrever sobre a vida de um indivíduo? Sim. A biografia é um ramo encantador, mas que fique claro: mesmo diante de todas as pesquisas, fontes, teorias, ainda sim, ela é uma versão sobre a vida de alguém.³⁰ Sejam bem-vindos à minha versão da vida de D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho.

³⁰ A ideia de ver a biografia como uma versão da vida surgiu ao ler a tese de doutoramento de Lucineia Contiero sobre Plínio Marcos, um dramaturgo santista. Ao refletir sobre os caminhos por ela trilhados ao longo de sua pesquisa, a autora diz: “Acerta, pois, quem encarar esta biografia como uma versão da vida de Plínio Marcos”. CONTIERO, Lucinéia. **Plínio Marcos: uma biografia**. 2007. 344 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2007. p.37 Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103669>>. Acesso em: 2 mar 2018.

CAPÍTULO 1 – DOM DOMINGOS ANTÔNIO DE SOUSA COUTINHO, FILHO LEGÍTIMO DE DOM FRANCISCO INOCÊNCIO DE SOUZA COUTINHO E DE DONA ANNA LUISA JOAQUINA TEIXEIRA DE ANDRADE: A FAMÍLIA SOUSA COUTINHO.

Por mais certo que seja que toda pessoa é uma entidade completa em si mesma, um indivíduo que se controla e que não poderá ser controlado e regulado por mais ninguém se ele próprio não o fizer, não menos certo é que toda a estrutura de seu autocontrole, consciente ou inconsciente, constitui um produto reticular formado numa interação contínua de relacionamento com outras pessoas, e que a forma individual do adulto é uma forma específica de cada sociedade.³¹

D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho nasceu aos 20 de fevereiro de 1762, em Vila Real, Chaves, Portugal. Foi criado parte do tempo por sua avó paterna e por seu irmão mais velho. Depois foi para Lisboa, para onde seu pai, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, tinha o costume de enviar seus filhos em início de formação.³²

Nobre, mas não primogênito, D. Domingos pareceu estar destinado à carreira eclesiástica. Era comum que os filhos segundos de uma Casa da Nobreza portuguesa fossem celibatários, de acordo com as regras de indivisibilidade, primogenitura e masculinidade³³. Comum, mas, a esta altura, cabiam algumas exceções à regra. Exceções estas que possibilitaram que filhos segundos seguissem outras carreiras, que não a eclesiástica, desde que permanecessem celibatários. O caminho seguido por D. Domingos teria sido, no que tange à carreira, parecido com o de seu pai, D. Francisco Inocêncio, também filho segundo, que seguiu a carreira das armas. No entanto, diferentemente de D. Domingos, D. Francisco se casou com D. Anna Luisa, como será abordado posteriormente.

Este primeiro capítulo tem como objetivo abordar o círculo de D. Domingos determinado por sua família. D. Domingos, assim como seus familiares, tinham um objetivo em comum que era se manter no topo da nobreza portuguesa. É possível que as intercorrências que a família Sousa Coutinho passou, bem como as incertezas naturais

³¹ ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 31.

³² O título desse capítulo se refere ao registro de batismo de D. Domingos pode ser consultado na base digital do Arquivo Distrital de Vila Real. Site: ADVRL/PRQ-PCHV50/RC/ Livro 038, fls 37. Disponível em: http://advrl.org.pt/documentacao/digi/iViewer.php?w=PT-ADVRL-PRQ-PCHV50-RC-001-038&imgfile=galleries/PT-ADVRL-PRQ-PCHV50-RC-001-038/PRTC0808D_ADVRL-PCHV50-RC001-Lv038_M_00038.jpg Acesso em: 20 de mar 2010.

³³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **O Crepúsculo dos Grandes** - A Casa e o Patrimônio da Aristocracia em Portugal (1750-1850). Lisboa: Imprensa Nacional, 1998. p.62

aos momentos de crise tenham influenciado também na vida de D. Domingos, como mencionado na introdução. Ao analisar o círculo familiar de D. Domingos será possível perceber, o projeto de poder dessa família, quais mecanismos eles utilizaram para isto, e, o mais importante, como D. Domingos se colocou como parte deste processo.

Conquanto o poder que os Sousa Coutinho buscavam garantia a seus membros um posicionamento privilegiado na corte. Privilégio este que foi galgado, defendido e valorizado pelos membros dessa família, dentre eles, o biografado, estabelecendo-se um ponto de intersecção que caminhou entre a individualidade de D. Domingos e sua colocação em um sistema familiar.

O capítulo foi dividido nas seguintes partes: a primeira tem como objetivo abordar D. Domingos, enquanto indivíduo dentro de seu núcleo familiar. Em um segundo momento, procurarei perceber também o seu legado, isto é, observarei D. Domingos enquanto ator também da continuidade de sua família. Acompanhar alguns traços desse movimento reticular da família Sousa Coutinho permitirá também reconhecer um processo mais amplo descrito por Nuno Gonçalo Monteiro como “os primeiros sintomas de crepúsculo dos grandes.”³⁴ O último tópico tratará dos problemas financeiros da Família Sousa Coutinho devido aos gastos com sua manutenção na nobreza, na educação de seus filhos, bem como com a administração de bens e terras pertencentes à família no Brasil.

1.1 “Repentina e deplorável morte do Marquês de Funchal”³⁵

Almeida Garret³⁶, em suas memórias, disse sobre o Marquês do F., como o próprio o denominou: “(...) Conheci-o em Paris nos últimos tempos da sua vida, já octogenário ou perto disso (...)”.³⁷ No trecho, o autor deixava clara a vivacidade de D. Domingos com seus quase 80 anos, que, muito provavelmente, na verdade, dever-se-ia tratar dos 70 anos, já que este morreu aos 71 anos. Não muito tempo depois desse episódio, no entanto, chegava a notícia da “Repentina e deplorável morte do Marquês de Funchal.”

³⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **O Crepúsculo dos Grandes** - A Casa e o Patrimônio da Aristocracia em Portugal (1750-1850). Lisboa: Imprensa Nacional, 1998.

³⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo PT/TT/CLNH/0089/46Ofício de Luís Antônio de Abreu e Lima para Agostinho José Freire, remetendo o auto de jurado sobre a repentina morte do Marques de Funchal. 17/12/1833.

³⁶ João Batista de Almeida Garret (1799-1854): Foi um político, escritor e dramaturgo português.

³⁷ GARRET, Almeida. **Viagens na minha terra**. [s.l.]: Ediouro, [s.d.], p. 11.

Aos 12 dias de dezembro de 1833, chegava a Lisboa, através do capitão d'um vapor inglês, o aviso de que, na noite do dia 28 para o dia 29 de novembro do mesmo ano, havia falecido, em *Brington*, de apoplexia³⁸, o Marquês de Funchal.³⁹ Alguns dias depois, Luís Antônio de Abreu e Lima⁴⁰ escreveu um ofício para Agostinho José Freire⁴¹;

Junto tenho a honra de remeter a VS. O auto de jurado. Sobre a repentina e deplorável morte do Marquês de Funchal. Os testemunhos de V. Sr. residentes nesta cidade, A. Bering e J. (...) tendo recusado o testamento (...) que o cônsul geral e eu tratamos do funeral, que terá lugar amanhã com a decência correspondente ao seu caráter e nascimento. Sendo Marquês de Maceió um dos herdeiros principais do falecido exponho aqui a todo momento de Paris para que esse mesmo rompa as suspeitas no espólio e tome conta de tudo⁴².

A morte sempre esteve como pauta de minhas reflexões diante do desafio de se fazer um trabalho biográfico. Em alguns momentos, ela parecia praticamente traduzir-se na finalização de uma escrita linear da vida de um indivíduo que considera seu nascimento, vida adulta e morte. Nunca foi pretensão abarcar toda a vida de D. Domingos até sua morte de acordo com paradigmas totalizantes. Por vezes, é possível acreditar que a morte, sim, denunciaria o fim de uma biografia. No entanto, a morte no gênero biográfico pode ser ressignificada e abordada, mesmo quando não se tem como objetivo uma biografia linear que vai de seu nascimento até a morte de um indivíduo. A morte de D. Domingos, sob meu ponto de vista, era algo distante e longe de minhas pretensões ao escrever a sua biografia, no entanto...

Eis que, em visita ao Arquivo da Torre do Tombo, deparei-me com um ofício sobre a morte de D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho. Nele, dois pontos me chamaram atenção: em primeiro lugar, a narrativa em tom quase dramático de sua morte; em segundo, o primeiro indício em torno de uma disputa por sua herança. Diante da longa maratona judicial entre os herdeiros, a morte, fora de seu sentido de fim da linha, passou a fazer sentido, demonstrando que ela poderia significar também a continuidade.

³⁸ Apoplexia é o antigo nome dado ao que chamamos hoje de Acidente Vascular Cerebral – AVC.

³⁹ Crônica Constitucional de Lisboa de 12 de dezembro de 1833.

Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/CronicaConstitucional/1833/Dezembro/N120/N120_master/CronConstLisboa1833_N120.pdf Acesso em: 07 dez 2017

⁴⁰ Luís Antônio de Abreu e Lima (1787-1871), 1º Conde da Carreira. Diplomata, exercia o cargo de Ministro Plenipotenciário de D. Maria II em Londres até 1834.

⁴¹ Agostinho José Freire (1780-1836).

⁴² Arquivo Nacional da Torre do Tombo PT/TT/CLNH/0089/46. Ofício de Luís Antônio de Abreu e Lima para Agostinho José Freire, remetendo o auto de jurado sobre a repentina morte do Marques de Funchal. 17/12/1833.

A continuidade em prol da Casa titular que tinha “a natureza de bens de vínculo, ou da Coroa e ordens, e estava sujeita a regras estritas de indivisibilidade, primogenitura e masculinidade.”⁴³

Quando morreu, em Brighton, no ano de 1833, aos 71 anos, segundo descrito no ofício de Luís Antônio de Abreu que comunicava sua morte, D. Domingos não se encontrava em mal estado de saúde, por isso, a surpresa e a definição de sua morte como repentina. Por isso, o adjetivo dado à morte, deplorável, adjetivo este que deu um tom ainda mais dramático à morte, já que, em um primeiro momento, não havia motivos aparentes para sua ocorrência.

Na sexta-feira à tarde, houve um exame judicial na presença do Elmo. Sr. F. H. Gall, at the Paket na Rua Old Steyne, do corpo do Marquês de Funchal, embaixador extraordinário de Portugal, que tenha morrido na sexta-feira de manhã, depois de algumas horas de doença. Sabe-se pela declaração do mordomo do extinto, Meoviu Limour Iaté, que estava a serviço do Marquês desde 1818. O marquês não se encontrava em mal estado de saúde, mas tinha frequentemente violentas dores de cabeça. Sua Exa tinha chegado a *Marine Parade Hotel* na quarta-feira passada e o criado por negligência deixou o Imperial assento exterior da carruagem no seu quarto de cama, e quando o falecido subia as escadas tropeçou, caiu e feriu-se em um pé do que não fez o caso. Na quinta-feira, o marquês comeu um bom jantar e depois bebeu café. A noite queixou-se de estar incomodado com uma violenta dor no peito fazendo-lhe a testemunha fricções que lhe costumava fazer com frequência. O falecido tomou uma (?) de String, porém sentindo-se pior, mandou chamar o médico. Veio o D. Battcack e receitou vomitórios, supondo a testemunha que o falecido necessitava expulsar alguma coisa do estômago. O Dr. mandou o remédio, porém, o falecido não o quis e preferiu tomar outra juluda. Pareceu (...) mas (...) e a testemunha friccionou-lhe os pés para o fazer adormecer; quando dava as fricções, pareceu-lhe que o falecido não respirava, aproximou-se da face do falecido, porém, não achou calor. Tomou-lhe o pulso e colocando um espelho em frente a boca, viu que não respirava, tinha morrido havia poucos minutos. Daí a pouco o doutor voltou outra vez, mas já era tarde. Supõe a testemunha que o extinto faleceu em consequência dos efeitos do jantar que tinha comido não tendo feito bem a digestão. O cirurgião M. George Patcock foi de parecer que os espasmos tinham afetado o coração e lhe tinham causado a morte. George dando-se por satisfeito proveio o veredicto que tinha morrido de repente⁴⁴.

Os acontecimentos narrados ocorreram entre os dias 27 e 29 de novembro de 1833. Posteriormente, a causa da morte foi descoberta, sabendo-se que se tratara de uma

⁴³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O “Ethos” Nobiliárquico no final do Antigo Regime. **Almanack braziliense**. Número 2, novembro de 2005. Acesso em 2 de set 2013

⁴⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. PT/TT/CLNH/0089/46. Ofício de Luís Antônio de Abreu Lima para Agostinho José Freire, remetendo o auto de jurado sobre a repentina morte do Marquês do Funchal. 11/12/1833.

apoplexia que, como mencionado anteriormente, é o nome arcaico para o que hoje conhecemos como acidente vascular cerebral - AVC.

Se pensarmos a família enquanto uma Casa, suas conquistas podem ser traduzidas em forma de bens, prestígio, títulos que foram conquistados dentro de um sistema em que o interesse familiar, ou da Casa, fazia-se presente.⁴⁵

Todos seus bens, administrados, usufruídos pelo indivíduo D. Domingos, ao longo de sua vida, havia se transformado em herança e foram repassados para os filhos de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares⁴⁶.

A divisão de bens, porém, protagonizou uma longa briga judicial que se estenderia por vinte anos, se considerarmos a data da ação movida por D. Joana Maria Ravelli contra o Conde de Linhares, sobre as heranças do 1º Marquês do Funchal e de D. Maria Balbina de Sousa Coutinho datada de 1853⁴⁷. Ainda segundo Almeida Garret, D. Domingos “(...) vivia dos seus ordenados nas missões por que sempre andou, tratava-se grandiosamente, e legou valores consideráveis por sua morte”⁴⁸.

Ao que consta, no testamento de D. Domingos, sua herança deveria ser dividida entre três de seus sobrinhos: o 2º Conde de Linhares⁴⁹, o Marquês de Maceió⁵⁰ e José Maria de Sousa Coutinho, que morrera antes de D. Domingos, em 1826⁵¹. A terça parte que cabia a José Maria deveria destinar-se à sua única filha, Gabriela Adelaide de Sousa Coutinho⁵², que herdou o título de Marquesa do Funchal, e era menor de idade quando da morte do tio-avô.⁵³ Dessa forma, pude constatar que tanto seus bens materiais quanto imateriais foram repassados para os filhos de seu primeiro irmão, já que D. Domingos não se casou e não deixou descendentes.

⁴⁵ CUNHA, Mafalda Soares da. **A casa de Bragança 1560-1640**. Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

⁴⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. PT/TT/CLNH/0083/06. Escritura de quitação e obrigação relativa à herança do 1º Marques do Funchal, em que foi cabeça de casal inventariante o 2º Conde de Linhares, D. Victório. 16/04/1844.

⁴⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. PT/TT/CLNH/0083/24. Se considerarmos a data da sentença ação feita por D. Joana Maria Ravelli contra o Conde de Linhares, sobre as heranças do 1º Marquês do Funchal e de D. Maria Balbina de Sousa Coutinho.

⁴⁸ GARRET, Almeida. Viagens na minha terra. [s.l.]: Ediouro, [s.d.]. p. 11.

⁴⁹ D. Vitorio Maria de Sousa Coutinho (1790-1857), filho primeiro de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Gabriela Asinari di San Marzano, herdou o título de 2º Conde de Funchal.

⁵⁰ D. Francisco Afonso Maurício (1795-1834), terceiro filho e D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Gabriela Asinari di San Marzano. Recebeu o título de Marquês de Maceió.

⁵¹ D. José Maria de Sousa Coutinho, sexto filho de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 1º Conde de Linhares e D. Gabriela Asinari di San Marzano.

⁵² Gabriela Adelaide de Sousa Coutinho, filha de D. José Maria de Sousa Coutinho e Joana Maria Raveli, responsável por d. Gabriela, foi quem entrou com o pedido de reconhecimento de herança, sendo, portanto, sobrinha-neta de D. Domingos de Sousa Coutinho.

⁵³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo PT/TT/CLNH/0091/96 Apontamento da totalidade da Herança do Marquês do Funchal divisível em três partes iguais.

A luta em torno da herança teve como protagonistas D. Vitório de Sousa Coutinho, com quem D. Domingos manteve um contato mais próximo⁵⁴, e a representante de D. Gabriela, sua mãe, D. Joanna Maria Ravelli. Dentre os pontos de desacordo, estava o fato de que D. José Maria de Sousa Coutinho teria falecido antes de D. Domingos e, por isso, sua filha não teria direito à herança. Em um dos primeiros documentos da partilha, o argumento do 2º Conde de Linhares era de que D. Joanna não tinha sido designada como a pessoa responsável por representar D. Gabriela.

Apesar da disputa, os envolvidos eram todos descendentes do 1º Conde de Linhares. Para tudo aquilo que construía havia um único destino: a permanência em sua família, mesmo que, dentro dessa mesma família, houvesse uma cisão. Seu nome e seu título continuariam perpetuados em seus descendentes. Atualmente, D. Agostinho de Sousa Coutinho, nascido em Évora, em 1923, é o 5º Marquês do Funchal.

Dessa forma, a morte surge também como continuidade dos planos que estão para além do indivíduo. Ela surge ressignificada, não como fim, mas como uma continuação de um legado. Um legado que também se estende. Não é apenas familiar, mas também possui forte cunho político.

1.2. Batismo

Dom Domingos Antônio, filho legítimo de Dom Francisco Inocêncio de Souza Coutinho e de Dona Anna Luísa Joaquina Teixeira de Andrade residentes no Alto desta freguesia. Neto pela parte paterna de Rodrigo de Souza Coutinho e de sua mulher a excelentíssima dona Maria Antônia de São Boaventura e Menezes, naturais da cidade de Lisboa e pelo materno de Domingos Teixeira de Andrada sargento-mor que foi nesta província natural do bispado de Miranda e de sua mulher excelentíssima dona Maria Barbosa da Silva natural da freguesia de Nossa Senhora da Candelária do Rio de Janeiro bispado do mesmo nasceu aos vinte dias do mês de fevereiro de mil setecentos e sessenta e dois e foi batizado solenemente e postos os santos óleos nesta colegiada aos vinte e sete do dito mês e ano pelo reverendo Manoel Camilo foram padrinhos o excelentíssimo Conde de Oeiras e por seu bastante procurador Dom Pedro Manoel Coronel do regimento de dragões e cavaleiro da sagrada religião de Malta e foram presente por testemunhas Francisco José de X e João Antônio X que aqui assinam que mandei fazer este termo e escrevi⁵⁵.

⁵⁴ No Arquivo Nacional da Torre do Tombo é possível encontrar diversas correspondências trocadas entre D. Vitorio e D. Domingos, quem parecia ser um importante conselheiro do sobrinho.

⁵⁵ O registro de batismo de D. Domingos pode ser consultado na base digital do Arquivo Distrital de Vila Real. Site: ADVRL/PRQ-PCHV50/RC/ Livro 038, fls 37. Acessado em: 20/03/2010. Disponível em: http://advrl.org.pt/documentacao/digi/iViewer.php?w=PT-ADVRL-PRQ-PCHV50-RC-001-038&imgfile=galleries/PT-ADVRL-PRQ-PCHV50-RC-001-038/PRTC0808D_ADVRL-PCHV50-RC001-Lv038_M_00038.jpg

Nasceu o menino Domingos no distrito de Vila Real, em Portugal. Seu primeiro nome fazia alusão ao nome de seu avô por parte materna, Domingos Teixeira de Andrade, nome também de seu tataravô, Domingos Teixeira Pinto. O então menino Domingos, já em seu registro de batismo, recebia a nomenclatura Dom. Dessa forma, não era apenas Domingos, mas, D. Domingos, o que demonstrava a qualidade de seu nascimento. Segundo Nuno Gonçalo Monteiro, a qualidade de nascimento se tratava de um “o estatuto que cada um tinha antes mesmo de nascer”⁵⁶.

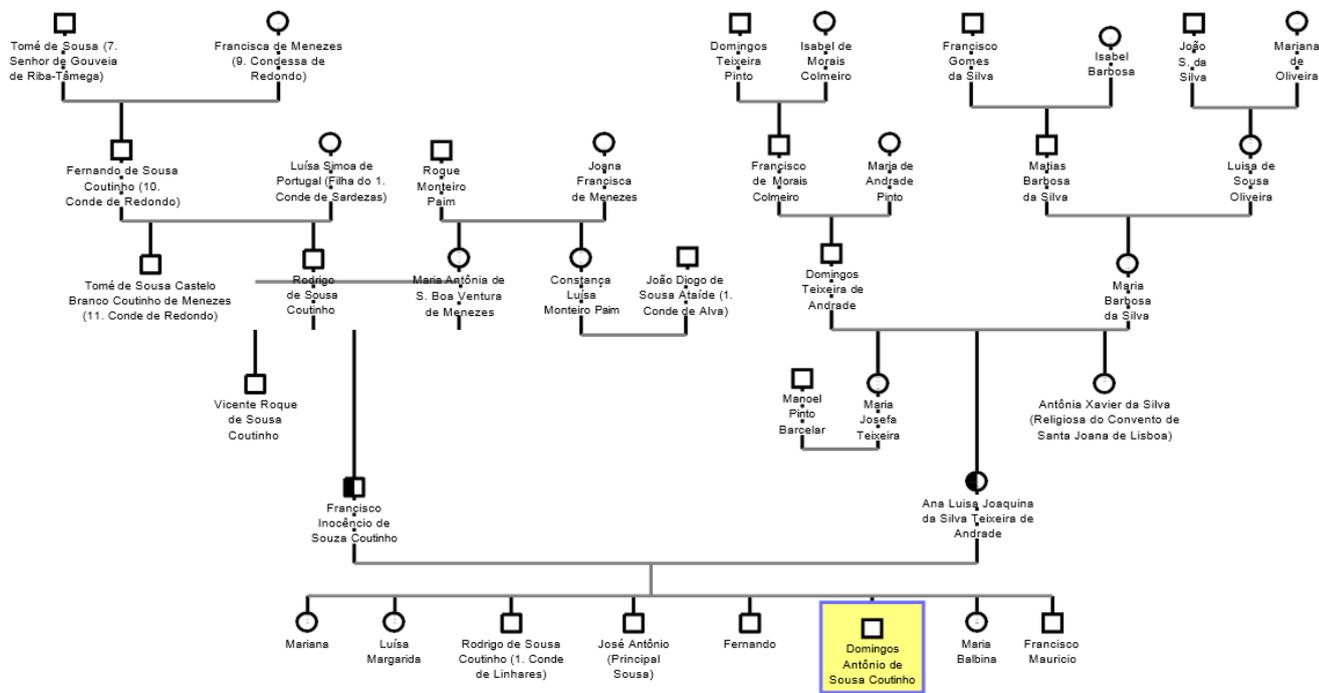
Levando-se em conta esse estatuto, o seu registro de batismo, documento acima citado, coloca-o em um lugar dentro de um sistema familiar. Filho legítimo de D. Francisco Inocência e de D. Anna Luísa Teixeira de Andrade, D. Domingos era neto, por parte de pai, de Rodrigo de Souza Coutinho e de sua mulher “a excelentíssima dona Maria Antônia de São Boaventura e Menezes” e, por parte de mãe, de Domingos Teixeira de Andrada e de sua mulher dona Maria Barbosa da Silva. Se pensarmos em um sistema familiar ou, na nomenclatura atual, em uma constelação familiar, saberemos que cada pessoa carrega seus antepassados em suas vidas. Nos dias atuais, talvez isso não seja tão claro quanto no contexto em que viveu D. Domingos, visto que ele pertencia à nobreza, ou seja, tinha “uma certa dignidade derivada dos pais ou da concessão do Príncipe”⁵⁷.

Cada um dos nomes aqui apresentados tinha seu lugar na família de D. Domingos da mesma forma que cada um deles também carregava os nomes de seus antepassados. Àquela época, o peso da casa familiar era grande e toda individualidade tinha seus limites. O nascimento, assim como a morte, surge como uma forma de perpetuação da linhagem, de bens, sejam materiais ou imateriais. A Família Sousa Coutinho se empenhou para se manter em um determinado *status* social, assim como em defender a sua honra, digamos assim, como veremos mais à frente. A Casa familiar era um fator importantíssimo para D. Francisco Inocência e seus filhos, o que fica claro na sólida relação estabelecida entre eles a qual se constituía como um pilar, sendo imprescindível na sobrevivência dentro da corte.

⁵⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo O Ethos Nobiliárquico no final do Antigo Regime. In: **Almanack brasileiro**. Número 2, novembro de 2005.

⁵⁷ OLIVEIRA, Luís da Silva Pereira. Privilégios da Nobreza de Portugal, 1806. P.5. Acessado em 15/032018. Disponível em: <https://ia800207.us.archive.org/15/items/privilegiosdanob00olivuoft/privilegiosdanob00olivuoft.pdf>

Figura 1 – Árvore Genealógica da Família Sousa Coutinho



1.3. Primeiros ramos da Família Sousa Coutinho – origens

A família de D. Domingos Sousa Coutinho teve uma interessante trajetória ao longo dos séculos XVIII e XIX. Apesar do enfoque nesses dois séculos, sua família era de um ramo da Primeira Nobreza de Portugal e possuía sangue real da primeira Dinastia de Reis de Portugal. Os Sousa, uma das famílias portuguesas mais antigas e ricas, tiveram sua origem com Martim Afonso Chichorro (1250-1313), filho do Rei D. Afonso III⁵⁸. Na Idade Média, os homens pertencentes a essa linhagem, por terem participado como militares na luta contra os mouros, foram recompensados com honras e altos cargos da casa do Rei ou do Duque de Bragança.⁵⁹

Martim Afonso Chichorro teria se casado com a filha de Vasco Fernandes Caminha, um camareiro de D. Jaime. Tanto ele como seus dois filhos exerceram a mesma função e receberam comendas da Casa. Catarina Anes Bispa, uma prima de Vasco Caminha, deixou-o como administrador de seus bens e com eles uma cláusula que ditou a regra da questão sucessória relacionada aos Sousa.

Uma das cláusulas sucessórias que a instituidora introduziu revelou-se decisiva para o futuro dos Sousa. Dizia que, “após a morte do seu primeiro administrador, a sucessão deveria recair no filho mais velho vivo. Ora, quando tal ocorreu, os dois filhos varões primogênitos de Caminha haviam falecido. A mais velha das filhas era D. Joana Tovar, justamente a que estava casada com Martim Afonso de Sousa, o que a fez entrar na posse do morgado, pese embora as enormes demandas judiciais que João de Tovar Caminha, sucessor na linha primogênita, lhe moveu. O primogênito desta, já bem-sucedida união, Fernão de Sousa, voltou a se casar na mesma linhagem. A eleita foi a única filha legítima de Manuel de Lacerda (D. Antônia de Ataíde) que era simultaneamente a única descendente viva da linha secundogênita de Vasco Fernandes de Caminha, pelo seu filho, Rui Vaz de Caminha como administrador de um importante morgado de bens patrimoniais criado em 1533. Fernão de Sousa ficou, pois, viúvo, mas herdeiro de dois morgados dos Caminha: o de Catarina Anes Bispa por herança materna e o de D. Catarina

⁵⁸ SILVA, André Mansuy-Diniz. **Portrait d’un homme d’État**: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. p. 19. Neste livro, a autora apresenta o Rei Afonso II como o pai de Martim Afonso Chichorro, mas, a partir da genealogia e do cruzamento de datas feitas, chega-se à conclusão de que se tratava de D. Afonso III. Martim Afonso Chichorro deu origem a uma das mais antigas e ricas famílias portuguesas, os Sousa. Acredita-se que o primeiro a utilizar o sobrenome Sousa foi D. Egas Gomes de Sousa, nascido em 1035, um nobre do Condado Portucalense e que fora Senhor das Terras de Sousa, Novelas e Felgueiras. André Mansuy chamou atenção para o fato de que, no contexto da Restauração de 1640, quando o reino português recuperou sua independência, o novo Rei, D. João IV, teve de enfrentar a hostilidade dos adeptos a Filipe da Espanha. A saída, segundo a autora, foi amenizar tal hostilidade buscando uma reconciliação que seria feita através da recomposição da nobreza. Dessa forma, a família Sousa teria se mantido ao lado da Casa de Bragança.

⁵⁹Cf: SILVA, André Mansuy-Diniz. **Portrait d’un homme d’État**: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. p. 20.; Cf: CUNHA, Mafalda Soares da. **A casa de Bragança 1560-1640**. Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Editorial Estampa, 2000. p. 330.

Sarmento, pelo seu casamento, e acumulava ainda o morgado que seus pais instituíram com as respectivas terças e o senhorio da Coroa. Para o segundo casamento, em 1595, conseguiu eleger uma filha de Simão de Castro, senhor de Reriz e Benviver. A nova situação econômica, a estreiteza do mercado matrimonial calipolense e a procura de alargamento das suas redes sociais possibilitaram-lhe assim um casamento do filho herdeiro que elevou a sua casa ao título de Condes de Redondo⁶⁰.

Os Sousa foram uma das poucas famílias que aplicou o princípio da concentração máxima de recursos em um único herdeiro. Isso fica claro na citação acima mencionada que demonstra as estratégias de alianças através do casamento.

Na citação, é possível perceber, para além da trajetória da linhagem familiar, uma característica dos Sousa. Essa família adotava uma regra ou uma imposição ainda mais rígida que as próprias normas sociais vigentes no que tange à indivisibilidade dos bens (denominação dada por Nuno Monteiro) ou o “princípio da máxima concentração de recursos num único herdeiro”, denominação dada por Mafalda Soares da Cunha⁶¹. Ou seja, adotava uma condição que definia que “após a morte do seu primeiro administrador, a sucessão deveria recair no filho mais velhovoivo”⁶².

A cláusula, por sua vez, foi cumprida com rigor. O resultado da condição acima apresentada foi que todos os descendentes de Martim Afonso de Sousa e de Fernão de Sousa morreram solteiros, seja porque seguiram a carreira eclesiástica, seja porque morreram em combate. Segundo Mafalda Soares da Cunha, a disciplina da Casa “ditava todas as estratégias, todos os destinos e todas as obrigações de seus membros”⁶³ e era

(...) entidade fundamental para o estudo dos comportamentos aristocráticos no período analisado, é, portanto, a casa, entendida como um conjunto coerente de bens simbólicos e materiais a cuja reprodução alargada estavam obrigados todos que nela nasciam e dela dependiam (...)⁶⁴.

⁶⁰ CUNHA, Mafalda Soares da. **A casa de Bragança 1560-1640**. Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Editorial Estampa, 2000. p. 485-486.

⁶¹ CUNHA, Mafalda Soares da. **A casa de Bragança 1560-1640**. Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

⁶² CUNHA, Mafalda Soares da. **A casa de Bragança 1560-1640**. Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

⁶³ CUNHA, Mafalda Soares da. **A casa de Bragança 1560-1640**. Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Editorial Estampa, 2000. p. 487

⁶⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **O Crepúsculo dos Grandes** - A Casa e o Patrimônio da Aristocracia em Portugal (1750-1850). Lisboa: Imprensa Nacional, 1998. p. 91. A casa nobiliárquica não deve ser confundida com o grupo doméstico e com a família nuclear.

O pai de D. Domingos, D. Francisco Inocência, era filho segundo de uma Casa⁶⁵ de primeira nobreza do Reino, a dos Senhores e Condes de Alva.

Essa casa se uniu à Casa dos Sousas/Condes de Redondo da qual nasceu o avô de D. Domingos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1680-1748), também secundogênito e não sucessor dos bens de sua família⁶⁶.

A indivisibilidade dos bens, muitas vezes, unia-se à pertinência de estratégias matrimoniais. Essas normas eram parte dos comportamentos nos quais eram transmitidos os privilégios e o poder às próximas gerações.

Como uma família que havia acumulado grandes riquezas, os Sousa Coutinho preocupavam-se com a não divisão dos bens entre os membros da família. Mesmo não sendo algo consciente, essa lógica só era possível devido à adequação dos atores envolvidos, na medida em que “cada um aceitava seu destino como o destino natural”, independentemente da autoridade patriarcal e do amparo jurídico. No entanto, se pararmos para pensarmos na rigidez imposta séculos atrás por Catarina Anes Bispa, é possível pensarmos que a importância do filho varão tenha passado para seus descendentes até chegar ao Sousa Coutinho.

Um fato que comprova isso é a trajetória de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, avô, por parte paterna de D. Domingos. Ele ingressou, primeiramente, na vida eclesiástica, em Vila Nova de Cerveira, na região do Minho. Era comum, no entanto, que os filhos segundos da nobreza fossem destinados à carreira religiosa ou à carreira militar, já que casar outros filhos causaria gastos que não eram possíveis de serem feitos⁶⁷. Diante disso, a herança era reservada diretamente ao primogênito, enquanto aos filhos segundos eram destinadas posições menos destacadas⁶⁸.

Com a morte de seu irmão mais velho, em 1717, D. Tomé de Sousa Castello Branco e Menezes, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (pai de D. Francisco Inocência) assumiu a primogenitura, já que seu irmão não havia deixado filhos homens⁶⁹.

⁶⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **O Crepúsculo dos Grandes** - A Casa e o Patrimônio da Aristocracia em Portugal (1750-1850). Lisboa: Imprensa Nacional, 1998. p. 91.

⁶⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O “Ethos” Nobiliárquico no final do Antigo Regime. **Almanack brasileiro**. Número 2, novembro de 2005.

⁶⁷ PINTO, Francisco Eduardo. **Potentados e Conflitos nas sesmarias da comarca do Rio das Mortes**. Tese de doutoramento. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: www.historia.ufrj.br/stricto/td/1210.pdf. Acesso em: 03 abr 2013

⁶⁸ CUNHA, Mafalda Soares da. **A casa de Bragança 1560-1640**. Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa, Editorial Estampa, 2000. p. 482.

⁶⁹ D. Tomé de Sousa casou-se duas vezes, na primeira vez, com a filha do terceiro Conde de Arcos e, na segunda, com a filha do nono Conde de Atouguia. Dos cinco filhos que teve apenas um havia nascido homem, no entanto, morrera ainda muito jovem.

Assim como assegurar a varonia era primordial à nobreza, garantir a sucessão na Casa de Redondo também era para essa família. D. Rodrigo, então, aos 40 anos, casou-se, abandonando, assim, o sacerdócio. Sua esposa, D. Maria Antônia de São Boaventura e Menezes, nascera em 1700, era filha mais nova do então secretário e conselheiro de estado do rei D. Pedro II.⁷⁰ D. Maria Antônia e D. Rodrigo foram os pais de D. Leonor Ana Luísa Josefa de Portugal (1722-1806), D. Vicente Roque José Monteiro Paim e Sousa Coutinho (1726- 1792), Constança Luísa Monteiro Paim, D. Roque José de Sousa Monteiro (1727-?) e D. Francisco Inocêncio (1726-1781).

Fazendo uma análise dessa trajetória familiar, é possível afirmar que, em geral, as regras eram seguidas no que dizia respeito à varonia e ao celibato, pelo menos até D. Francisco Inocêncio. Levando-se em consideração a tradição, é muito provável que uma quebra nessas regras poderia se transformar em um infortúnio.

D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, pai de D. Domingos, nasceu em Vila Viçosa e morreu em 1781, em Madri, onde exercia o cargo de embaixador português naquela corte. D. Francisco se formou na Universidade de Coimbra e optou pela carreira militar, assumindo diversos postos e cargos, como, por exemplo, praça de soldado em 1749, capitão de cavalos, sargento-mor dos Dragões de Chaves e coronel de infantaria e de cavalaria.

Em 1762, foi nomeado governador de Almeida. Dois anos mais tarde, em 1764, tornou-se também governador de Angola e Benguela, cargo que ocupou até 1772, perpassando, assim, um tempo de quase dez anos⁷¹. Por último, foi nomeado embaixador plenipotenciário junto da corte de Madri, onde, representando a Coroa Portuguesa, assinou o tratado de Santo Ildefonso em 1777⁷².

Como se pode perceber, D. Francisco Inocêncio teve toda uma vida dedicada às armas e à diplomacia. Segundo Mafalda Soares da Cunha, era possível que um filho segundo não seguisse a carreira eclesiástica, podendo seguir a das armas e mesmo da

⁷⁰ SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. **Portrait d'un homme d'État**: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. p. 23.

⁷¹ CUNHA, Mafalda Soares da. **A casa de Bragança 1560-1640**. Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

⁷² ALEXANDRE, Valentim. **Os Sentidos do Império**: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo regime português. Porto: Ed. Afrontamento, 1993. p.96 Ser plenipotenciário significava ter plenos poderes para a tomada de decisões em certas situações em nome da Coroa. No caso de D. Francisco Inocêncio, ele teria plenos poderes nas negociações do tratado de 1777. O referido tratado tinha como objetivo cessar a disputa entre Portugal e Espanha pela colônia do Sacramento localizada na América do Sul. O tratado fazia valer novamente o que fora decidido com o Tratado de Madri em 1750.

diplomacia, devendo, porém, manter-se celibatário.⁷³

D. Francisco Inocêncio saiu do protocolo, ao não se manter celibatário. Como não possuía respaldo econômico, D. Francisco precisou encontrar meios de arrecadar capital. Sua estratégia, para conseguir tal intento, veio por meio do matrimônio. Em 1748, casou-se com D. Anna Luísa Joaquina Teixeira de Andrade e Menezes (1731-1778).

D. Francisco Inocêncio e D. Anna Luísa tiveram oito filhos. O biografado tinha três irmãs. A mais velha, D. Mariana, nascida em 1752, em Chaves, solteira e não deixou descendentes. É a irmã de que mais se tem notícias, já que se encarregava da criação e formação dos irmãos menores. Sua influência em D. Domingos pode ser demonstrada por diversas vezes. Já na idade adulta, D. Mariana trocava correspondências com D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Em geral, o cunho dessas correspondências era sobre os assuntos familiares e, principalmente, a educação dos irmãos.

A outra irmã de D. Domingos foi D. Luísa Margarida, nascida em 1753, também em Chaves. E a terceira, Dona Maria Balbina, nascida em Contins, em 1763. D. Maria casou-se com D. Francisco Xavier da Costa e Noronha, Senhor de Pancas e não deixou descendentes. Infelizmente, o cunho da pesquisa não possibilitou um aprofundamento sobre as irmãs de D. Domingos. Sabe-se que, mesmo diante de muitas discussões, os homens ainda são os focos principais em estudos biográficos.

Diferentemente de suas irmãs e, por que não, do próprio D. Domingos, seus irmãos tiveram e continuam tendo maior entrada na historiografia.

O mais velho e mais conhecido, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, era o primogênito, nasceu em 1755, faleceu no Brasil, em 1812. Teve como padrinho de batismo, assim como D. Domingos, Sebastião José de Carvalho e Mello, secretário de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Foi educado pela avó paterna em Lisboa. Recebeu o foro de moço fidalgo, pré-requisito para admissão, no Colégio dos Nobres. Estudou também na Universidade de Coimbra reformada. Parou a faculdade no terceiro ano, não a concluindo.

Casou-se em 1789, com D. Gabriela Asinari di San Marzano. Seguiu a carreira diplomática, iniciando-a na corte de Turim, em 1778. Após idas e vindas no governo de D. João, alternando no poder distintos grupos de poder, D. Rodrigo assumiu o cargo de

⁷³ CUNHA, Mafalda Soares da. **A casa de Bragança 1560-1640**. Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, quando da vinda da família Real para o Brasil, cargo que ocupou de 1808 até sua morte, em 1812. Já no Brasil, recebeu o título de 1º Conde de Linhares.

Outro irmão de D. Domingos era D. José Antônio de Menezes e Sousa Coutinho. Este foi o segundo filho de D. Francisco Inocêncio. Nasceu em Chaves, em 1757. Seguiu a carreira eclesiástica e tornou-se Principal Diácono da Santa Igreja Patriarcal de Lisboa. Fez parte da regência do reino de 1811 até 1817, ano de sua morte. De acordo com algumas correspondências de D. Francisco Inocêncio, D. Domingos deveria ter sido também destinado à vida eclesiástica e esperava, juntamente com seu irmão, a nomeação para esse mesmo cargo.

D. Francisco e D. Anna Luisa tiveram ainda outro filho, D. Fernando, nascido em Chaves, em 1760, que morreu ainda criança.

O último irmão, D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho, nasceu em Contins, em 1764. Segundo o quarto Marquês do Funchal, D. Francisco “abraçou a vida do mar”⁷⁴, entrando para a Marinha Real em 1779. Foi governador da capitania do Grão-Pará, onde tomou medidas para tardar uma possível rebelião em Caiena, tal como acontecera em São Domingos. Acompanhou D. João em 1807, na transferência da Corte para o Rio de Janeiro, e obteve duas comendas da Ordem de Malta.

Apesar do pertencimento à nobreza, o núcleo familiar direto de D. Domingos passou por algumas intempéries que o fizeram reagir a determinadas situações de forma estratégica. D. Francisco Inocêncio protagonizou um caso incomum em que um filho segundo não seguiria a carreira a ele destinada, além de ter se casado.

Quando a herança paterna e as distinções da Casa de Bragança incidem apenas sobre o primogênito, significa, por norma, que o grupo familiar adoptara já o modelo de primogenitura e que os filhos segundos ficaram relegados para posições subalternas. Em princípio a hipótese de acederem ao mesmo tipo de distinções seria reduzida, uma vez que o próprio agregado parental teria criado destinos alternativos para os secundogênitos, afastando-os da concorrência direta ao mesmo tipo de mercês. É nesse contexto que cresce o número de filhos celibatários e em carreiras eclesiásticas⁷⁵.

⁷⁴ FUNCHAL, Marquês de. **O conde de Linhares**. Editora Thesaurus, 1908. p. 10.

⁷⁵ CUNHA, Mafalda Soares da. **A casa de Bragança 1560-1640**. Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Editorial Estampa, 2000. p. 482.

Apesar disso, entre as linhagens da Casa de Bragança a regra acima não era determinante, por isso,

os membros das unidades familiares podiam todos servir a Casa, elas como damas do Paço, eles em cargos palatinos acabando por beneficiar do mesmo tipo de distinções, que continuavam depois na sua linha de descendência.⁷⁶

Levando-se em consideração a fala de Mafalda Soares da Cunha, posso concluir que D. Francisco Inocêncio estaria dentro de um campo de possibilidades ao seguir a carreira das armas, mesmo sendo um secundogênito. Ao passo que o ponto que posso dizer que o afasta mais da regra foi o fato de ele ter-se casado. Mas não somente isso, ainda segundo Mafalda Cunha, no século XIV, a Casa dos Sousa teria estabelecido regras extremamente rígidas no que tange à “máxima concentração de recursos num único herdeiro”.⁷⁷

Dessa forma, posso dizer que, fugindo às regras colocadas em finais do século XVIII, D. Francisco Inocêncio e seus filhos tiveram que tomar alguns posicionamentos para se manterem no círculo político da Corte Portuguesa. Ser um filho segundo que se casou era fato incomum àquela época. Isso poderia ocasionar, como ocasionou, algumas intempéries para a família Sousa Coutinho. Sob meu ponto de vista, o fato de D. Francisco Inocêncio ter-se casado sem meios para se manter, impuseram-no uma série de questões as quais ele e, posteriormente, seus filhos, tiveram que resolver, através de estratégias, para se manterem com força política na nobreza portuguesa. O casamento de D. Francisco Inocêncio pode ter sido um fator de desagrado para sua família, vez que trouxe consequências negativas para ele e para seus filhos, fato que exigiu diferentes tomadas de posição tanto de D. Domingos quanto de seus familiares. E é sobre isso que tratarei agora.

⁷⁶ CUNHA, Mafalda Soares da. **A casa de Bragança 1560-1640**. Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Editorial Estampa, 2000. p. 482.

⁷⁷ CUNHA, Mafalda Soares da. **A casa de Bragança 1560-1640**. Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Editorial Estampa, 2000. p. 485.

1.4. Família Sousa Coutinho e a “mácua mecânica”

Ao pesquisar sobre a Família Sousa Coutinho, em dado momento, foi possível perceber que seus integrantes se sentiram prejudicados devido a uma “mácua mecânica”, palavras utilizadas por D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Esse ponto foi abordado por estudiosos como Nuno Gonçalo Monteiro e Andree Mansuy, tendo sido, inclusive, título de um artigo de Hélio Viana⁷⁸.

Sabe-se que a qualidade de nascimento era um fator extremamente importante na cultura política das elites nos séculos XVII e XVIII. Nuno Gonçalo Monteiro recorreu à definição de nobreza de Luís da Silva Pereira Oliveira como sendo “uma certa dignidade derivada dos pais, ou da concessão do príncipe”⁷⁹, definição esta que separaria a nobreza de nascimento da recebida por outros meios.

A família Sousa Coutinho, a partir da geração do pai de D. Domingos, teve um “percurso biográfico”, que, segundo Nuno Monteiro, poderia exemplificar uma “crise da instituição vincular e dos padrões de comportamento familiar que acompanharam de perto os primeiros sintomas de crepúsculo dos grupos”⁸⁰. Ao refletir sobre o assunto, é possível perceber o sentimento de “crise”, aqui denominado por Nuno Monteiro, podendo ser também um momento de transição entre as normas rígidas e uma flexibilidade. Tal flexibilidade possibilitou, por exemplo, aos que não eram parte da primeira nobreza, que recebessem títulos por prestação de serviço. Por outro lado, D. Francisco Maurício teria tido problemas para conseguir a Ordem de Malta devido ao que eles chamaram de “raízes mecânicas”. O que importa aqui é demonstrar que, para os membros da família, este era um possível obstáculo para algumas de suas projeções.

Como mencionado anteriormente, D. Francisco Inocência, contrariando as normas vigentes ainda no século XVIII enquanto um filho segundo, casou-se. A escolhida de D. Francisco foi D. Anna Luísa, filha de “um militar trasmontano, que chegou a mestre de campo e a fidalgo da casa real”⁸¹, Domingos Teixeira de Andrade.

Sobre esse fato, em correspondência a Frei Inácio de São Caetano, já depois da morte de D. Anna Luísa, em 1779, D. Francisco dizia:

⁷⁸ VIANNA, Hélio. Um diplomata português neto de brasileira. D. Domingos de Sousa Coutinho, Conde e Marquês de Funchal. In: **Jornal do Comércio**, 1957.

⁷⁹ MONTEIRO Apud Oliveira. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo O Ethos Nobiliárquico no final do Antigo Regime. In: **Almanack brasileiro**. Número 2, novembro de 2005. p.6.

⁸⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo O Ethos Nobiliárquico no final do Antigo Regime. In: **Almanack brasileiro**. Número 2, novembro de 2005. p. 18.

⁸¹ PINTO, Francisco Eduardo. **Potentados e Conflitos nas sesmarias da comarca do Rio das Mortes**. Tese de doutoramento. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: www.historia.uff.br/stricto/td/1210.pdf Acesso em 3 de abr 2013

Nasci tão pobre como filho segundo de uma Casa pobre; pelo meu casamento se levantaram contra mim todos os meus parentes, de sorte que ao aparecer no mundo não tive nem uma linha de herança dos meus pais, nem a mais leve proteção dos mesmos, e dos meus parentes. O meu procedimento, o meu desinteresse, e a minha honra me conduziram aos grandes empregos, e a fazer neles os notórios serviços, que são públicos, apesar dos êmulos da minha glória; e já V.E. ve, que abrindo a minha carreira só pelo favor do CEO, e do meu braço direito, eu não devo hoje pensar, nem de outro modo possível a minha salvação: e não devendo nada aos que me viram nascer, venho a dever tudo à minha Augusta ama, de cuja piedade devo esperar o auxílio de que necessito, e de que se faz muito mais credor na sua real presença o meu modo de pensar⁸².

Domingos Teixeira, pai de D. Anna Luísa, pertencia à nobreza. No entanto, sua mãe, Dona Maria Barbosa da Silva, natural da freguesia de Nossa Senhora da Candelária do Rio de Janeiro⁸³, possuía uma ascendência que causaria “os ulteriores imbróglis” aos Sousa Coutinho, nas palavras de Nuno Gonçalo Monteiro.⁸⁴

Os bens da família de D. Anna Luísa não provinham das riquezas acumuladas por Domingos Teixeira de Andrade, mas, sim, da ascendência de D. Maria Barbosa, filha de Matias Barbosa. O avô de D. Anna Luísa, o coronel Matias Barbosa da Silva, o “cabeça de ferro”⁸⁵, era filho de Francisco Gomes da Silva e Isabel Barbosa de Caldas, tendo nascido no arcebispado de Braga.

Em 1680, após prestar serviços à Coroa nas disputas pela posse da Colônia de Sacramento entre os governos português e espanhol, Matias Barbosa recebeu uma sesmaria que, posteriormente, transformou-se no atual município de Matias Barbosa, na capitania de Minas Gerais, acumulando riquezas no período do auge da extração de ouro e diamantes⁸⁶. Sobre isso, o historiador Nuno Gonçalo Monteiro diz:

Porém, a fortuna e os ulteriores imbróglis não vinham daí, mas da ascendência da avó materna de D. Rodrigo (Referindo-se ao irmão de D. Domingos): filha de um minhoto, Matias Barbosa da Silva, e de sua mulher com raízes inequivocamente “mecânicas”, que emigrou,

⁸² Carta de Francisco Inocêncio a Frei Inácio de São Caetano. AL, M 58/10. De 02.04.1779. In : SILVA, André Mansuy-Diniz. **Portrait d’un homme d’État**: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. p. 357. Vol I.

⁸³ Registro de Batismo. ADVRL/PRQ-PCHV50/RC/ Livro 038, fls 37.

⁸⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo O Ethos Nobiliárquico no final do Antigo Regime. In: **Almanack braziliense**. Número 2, novembro de 2005. p.18.

⁸⁵ SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. **Dom Rodrigo de Sousa Coutinho**: Pensamento e ação político-administrativa no Império Português (1778-1812). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002 p. 23-24

⁸⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo O Ethos Nobiliárquico no final do Antigo Regime. In: **Almanack braziliense**. Número 2, novembro de 2005.

em 1699 para o Brasil e acumulou enorme fortuna e cargos na fazenda e outros em Minas Gerais no período áureo. Nem D. Rodrigo nem outros contemporâneos seus puderam esquecer a mácula que estava ao seu patrimônio brasileiro.⁸⁷

D. Maria Barbosa da Silva e Domingos Teixeira de Andrade foram os herdeiros diretos da herança deixada por Matias Barbosa. Em testamento, Matias Barbosa dizia ainda que deixava um filho com uma mulata e que queria que lhe fosse dada a parte da herança que a ele cabia. Todavia, esse filho não foi encontrado.

A história de suas propriedades na capitania de Minas Gerais começa no primeiro quartel do século XVIII com o coronel Matias Barbosa da Silva. Matias Barbosa não possuía linhagem nobre, sua ascensão social dera-se pelos serviços militares prestados ao reino e pelo enriquecimento na colônia. Já dono de algum cabedal, casara-se com D. Luíza de Souza de Oliveira, pertencente à família dos Souza Coutinho que, apesar de nobres, não pertenciam ao círculo da Grande Nobreza de Portugal; eram fidalgos de província. Tiveram somente uma filha, D. Maria Barbosa da Silva, nascida no Brasil. D. Maria Barbosa casou-se com o três-montano D. Domingos Teixeira de Andrade que, como o sogro, teve sua ascensão social através do serviço militar e da riqueza acumulada no Brasil⁸⁸.

Em 1957, Hélio Viana escrevia um artigo para o *Jornal do Comércio* que tinha por título “Um português neto de uma brasileira”.⁸⁹ O artigo tinha como objetivo abordar a biografia de D. Domingos de Sousa Coutinho, chamando atenção para o fato de que sua avó teria nascido na colônia. A atenção em torno de D. Maria Barbosa da Silva leva dois pontos de reflexão: o primeiro trata-se da problematização em torno do que era ser “brasileira” àquela época; o segundo, certamente, às “raízes mecânicas” também mencionadas por Hélio Viana.

Sobre as ditas raízes mecânicas, Nuno Gonçalo chama atenção: “a distinção essencial nobre/mecânico, desde finais do século XVI acabou por se traduzir no fato da identificação entre ser nobre e viver como tal (...)”⁹⁰. Ou seja, segundo o autor, não bastava ter na linhagem a ancestralidade dos grandes, como também era fundamental sustentá-la.

⁸⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo O Ethos Nobiliárquico no final do Antigo Regime. In: **Almanack brasileiro**. Número 2, novembro de 2005.

⁸⁸ PINTO, Francisco Eduardo. O declínio das propriedades da Família Souza Coutinho na Capitania das Minas Gerais. **Revista Tempos Históricos**. Volume 16, 2012. p. 163-194. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/download/8102/5995> Acesso em: 16 nov 2017.

⁸⁹ Hélio Viana nasceu em 1908, teve uma vida dedicada aos estudos históricos e foi professor na faculdade que atualmente trata-se da UFRJ quando foi instaurado o curso de História. Além de seu lugar nos Estudos Históricos, Hélio Viana também foi jornalista, escrevendo, inclusive, para o *Jornal do Comércio*.

⁹⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo O Ethos Nobiliárquico no final do Antigo Regime. **Almanack brasileiro**. Número 2, novembro de 2005.

É fato que, com o Marquês de Pombal (1768-1773), um crítico a tais normas, isso se tornou mais brando. Mas, em alguns momentos, este ainda era um fator de distinção.

Ser “brasileira” se tratava de uma denominação posterior para quem havia nascido na colônia. Não à toa o próprio historiador Nuno Gonçalo se utiliza do recurso das aspas quando se refere à “mácula de mecânica “brasileira”⁹¹.

Dessa forma, a Família de D. Domingos de Sousa Coutinho que, antes tinha como garantia sua ancestralidade, teria perdido sua “pureza de sangue”, quando D. Francisco casou-se com D. Anna Luísa, quem tinha uma ascendência “mecânica”. “A principal fidalguia do Reino, que se reputava depositária do *ethos* ancestral da nobreza portuguesa, constituía, no fim de contas, o reduto da maior cristalização”⁹².

Através das minibiografias dos filhos de D. Francisco Inocêncio apresentadas anteriormente, pode-se depreender que as ditas “raízes mecânicas” não se configuraram como impedimento para que estes ocupassem cargos de destaque no Reino. No entanto, quando acontecia alguma demora para a resolução de tais questões, era comum que os irmãos a atribuíssem às suas “Raízes Mecânicas”. Um desses momentos trata da ânsia pela espera da promoção de D. José Antônio a Principal da Patriarcal. Em correspondência enviada a Martinho de Mello e Castro, D. Rodrigo de Souza Coutinho ponderou que a demora na promoção poderia ser em função dos problemas de sua linhagem após a geração de seus avós.

As últimas cartas que acabo de receber da minha família me obrigam a pedir que a V. Exa, queira por humildemente na Augusta presença de Sua Majestade outra representação a respeito de meu irmão Monsenhor, que agora vai ser preterido na nomeação de Principais: o que pouco importará se a vox pública de Lisboa o não ultrajasse, dizendo que isto nasce de ele não ter um nascimento correspondente aquele lugar; donde resulta ficar assim injustamente infamada toda a família, que perfeitamente conhece a origem de uma Vox que nasce de pessoas que se amam o mais entre si do que o Estado, que se reputam elas só nobres, e que finalmente não fariam tanto motim nos primeiros tempos da monarquia quando os Sousa tinham a honra de ver sobre a sepulturas dos seus avós os títulos de parentes dos Augustos Soberanos em cujo serviço se distinguiram pelo zelo e pelo desinteresse que foi sempre o principal objeto da minha família, que soube em todo o tempo servir melhor os soberanos do que fazer valer os seus serviços. [...] resta-me pedir que queira representar a Sua Mag. A justiça com que meu irmão pretende, não o lugar de Principal, mas que se declare que não He da sua qualidade quem lhe impede o acesso àquele lugar, mas uma

⁹¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo O Ethos Nobiliárquico no final do Antigo Regime. In: **Almanack braziliense**. Número 2, novembro de 2005.

⁹² MONTEIRO, Nuno Gonçalo O Ethos Nobiliárquico no final do Antigo Regime. In: **Almanack braziliense**. Número 2, novembro de 2005.

infelicidade de família, cuja origem é muito antiga para que se possa merecer admiração ou causar surpresa⁹³.

Em 1784, D. Rodrigo dizia que outros mosenhores teriam conseguido a promoção, enquanto D. José Antônio não, dando a entender que o empecilho era causado por sua ascendência⁹⁴. Nesse contexto, D. Domingos também esperava por uma colocação em sua carreira eclesiástica. Contudo, o irmão mais velho deixava claro que a prioridade era de D. José Antônio e que, diante das dificuldades encontradas para sua promoção, só restava a D. Domingos esperar. Quando D. Domingos tinha acabado de completar 22 anos, em 4 de março de 1784, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, seu irmão, falava sobre seu temperamento à D. Mariana:

Estando ternamente ligado a Domingos cujos talentos eu respeito, já não posso dizer o mesmo de seus sentimentos. Infelizmente, acho que seu talento vai ser por muito tempo uma vítima de seus preconceitos, e sendo eles incompatíveis com a sua idade, ele pode sentir toda a infelicidade.⁹⁵

Não se sabe exatamente sobre quais preconceitos D. Rodrigo estava se referindo, mas é interessante destacar que uma das principais características apontadas por Hipólito da Costa, anos mais tarde, quando esse acreditava que D. Domingos era um político antiquado, teriam sido seus preconceitos, o que também se fazia como crítica de D. Rodrigo, para quem eles eram “incompatíveis com a sua idade”. É importante ressaltar que os dois contextos eram distintos: D. Rodrigo falava de um jovem D. Domingos que ainda estava em início de carreira. Já Hipólito da Costa se referia a um D. Domingos já depois dos primeiros anos dos oitocentos, quando este já estava como embaixador em Londres, após negociar a Convenção Secreta, a abertura dos portos e os tratados de 1810.

Na época descrita na de D. Rodrigo descrita na página anterior, D. Domingos parecia determinado a conseguir uma colocação na corte portuguesa, ao passo que seu irmão mais velho, D. José Antônio, também aguardava sua nomeação na patriarcal. Em maio de 1784, D. Rodrigo destacava

⁹³ ANTT, MNE, Legação em Turim, caixa 864, of. nº 25, Du 20.06.1787. In : SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. **Portrait d'un homme d'État**: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002 p. 212-213. Vol I.

⁹⁴ Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a D. Mariana de Sousa Coutinho, Turim, 05/05/1784. In: SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. **Portrait d'un homme d'État**: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. p. 520.

⁹⁵ SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. **Portrait d'un homme d'État**: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002 Vol I. p. 515. Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a D. Mariana. Turim, 04/03/1784.

a triste preferência que deram aos 3 mosenhores sobre o mano José, me tem lastimado infinitamente, e só o que nos resta é procurar algum meio eficaz para impedir que na primeira promoção não suceda o mesmo. Quanto ao mano Domingos direi na primeira ocasião as razões porque me parece quimera tal pretensão de Governo, e porque deixo de escrever a carta em questão.⁹⁶

Diante de sua desilusão em torno da nomeação de D. José, D. Rodrigo acreditava ser uma quimera a pretensão de D. Domingos ao governo, destacando, ainda, que a D. José Antônio “he justo que *fação* todos os esforços para servir quem sacrificou a sua liberdade para bem comum da família [...]”.⁹⁷

Se, no momento em que D. José Antônio aguardava sua colocação como eclesiástico era quimera para D. Domingos, anos mais tarde, ele não apenas conseguiu uma colocação no governo, como os serviços prestados à Corte portuguesa lhe renderam mais uma mercê, a de primeiro Conde de Funchal, título nobiliárquico que recebeu em 8 de junho de 1808. Nesse mesmo contexto, D. Domingos passou a fazer parte também do Conselho da Fazenda Real do Príncipe Regente, D. João. D. Domingos foi o primeiro e único Conde de Funchal⁹⁸ título nobiliárquico que recebeu em 1808, outorgado por carta pela Rainha D. Maria I, em comemoração ao aniversário dessa monarca. Pouco antes de sua morte, em 1833, D. Domingos recebeu de D. Maria II o título de Marquês do Funchal.

Outro momento em que as “raízes mecânicas” dos Souza Coutinho provavelmente tenham causado algum embaraço foi a falsificação de um atestado de ascendência feita por D. Francisco Maurício, ao solicitar ser aceito na Ordem de Malta. Talvez este tenha sido o momento mais claro em que as raízes se mostraram contrárias para os Sousa Coutinho. O processo para a obtenção da ordem foi controverso. No entanto, em uma manobra, D. Francisco Maurício conseguiu a comenda. O historiador Luiz de Mello Vaz de Payo dedicou-se a demonstrar, em seu trabalho intitulado “Indevida admissão na ordem de Malta: D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho”, como D. Francisco Maurício teria conseguido falsificar uma carta de ascendência que atestava as raízes

⁹⁶ SILVA, André Mansuy-Diniz. **Portrait d’un homme d’État**: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. Vol I. P. 521. Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a d. Mariana. Turim, 5/5/1784.

⁹⁷ SILVA, André Mansuy-Diniz. **Portrait d’un homme d’État**: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002 Vol I. P. 521. Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a d. Mariana. Turim, 5/5/1784.

⁹⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A corte no Brasil e a distribuição de mercês honoríficas. **Revista Ler história**. Dossier A Corte portuguesa no Brasil. nº 54, Lisboa Portugal, 2008. p. 61.

nobres de Matias Barbosa, dizendo que este era fidalgo da Casa real e natural da Bahia para que conseguisse obter uma habilitação da Ordem de Malta.⁹⁹

Apesar de as amarras sociais no século XVIII serem mais frouxas, a ascendência da família Sousa Coutinho foi um obstáculo aos irmãos Coutinho.

Por mais surpreendente que isso pareça, não se pode entender o percurso do personagem se não se tiver em conta que, apesar do “Dom” e da varonia de um bisneto de Grande do Reino com remotos ascendentes ilustres, na penúltima década dos setecentos, uma mácula mecânica “brasileira” próxima não se apagava facilmente na primeira nobreza do reino. Apesar das diatribes pombalinas contra o “arbitrio dos genealógicos”, estes nunca deixaram de se poder instituir como um centro de resistência¹⁰⁰.

A despeito de resistências, como dito por Nuno Monteiro, as bases mais frouxas possibilitaram o recebimento de títulos não apenas por nascimento, mas também por merecimento. Entendo que a abertura feita pelo Marquês de Pombal tenha sido conveniente para os Sousa Coutinho.

O próprio Sebastião José de Carvalho e Melo, que não havia nascido em nenhuma casa pertencente à primeira nobreza do Reino, após prestar serviços à Coroa, tornou-se secretário de Estado, alcançando titulações para suas casas, recebendo o título de Conde de Oeiras e, depois, Marquês de Pombal. Outro homem que também se beneficiou por prestação de serviços à Coroa foi Antônio Araújo Azevedo que também recebeu o título de Conde da Barca. De toda forma, para algumas instancias da Nobreza, como a mencionada Ordem de Malta, este ainda era um fator preponderante.

D. Francisco Inocência não recebeu nenhum tipo de título nobiliárquico. D. Domingos recebeu o título de Conde de Funchal em 1808, mesmo ano em que D. Rodrigo recebeu o de Conde de Linhares. Mais tarde, no entanto, D. Domingos recebeu também o título de Marquês de Funchal em 1833, o mesmo ano de sua morte.

A resistência encontrada pelos filhos de D. Francisco Inocência foi extremamente importante no posicionamento destes dentro da ótica da nobreza lusitana. No entanto, foi possível perceber que um afrouxamento das normas em finais do Antigo Regime, bem como as estratégias criadas por eles os mantiveram na roda da nobreza. O resgate feito da família Sousa Coutinho aqui já dá sinais de como seus membros adentraram na corte portuguesa. Diante disso, foi possível perceber como estes se

⁹⁹ Cf: PAYO, Luiz de Mello Vaz de São. **Indevida admissão na ordem de Malta**: D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho. Filermo, Lisboa, V3, 1994.

¹⁰⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O Ethos Nobiliárquico no final do Antigo Regime. In: **Almanack brasileiro**. Número 2, novembro de 2005. p. 19.

posicionaram quanto às regras postas, podendo, inclusive, questioná-las.

1.5. Colocação de D. Domingos no círculo político da Família Sousa Coutinho: Alianças, apadrinhamento político e religioso.

No tópico anterior, chamei atenção para o fato de que D. Francisco Inocêncio, ao seguir a carreira das armas, contrariando a família, havia buscado meios de se manter, casando-se com D. Anna Luísa. D. Francisco passou a introduzir seus filhos no jogo político da corte já desde o seu nascimento.

Tenho filhos; porém sobre que os não prejudiquei em nada; que procurei, e procuro o cômodo de todos; que os não desempero em nada, e que tem a Glória, e o proveito da minha representação, benefícios incomparavelmente maiores que os que eu recebi do berço em que nasci; jamais podem eles serem tão ingratos, que acusem seu pai de uma ação que faz simplesmente por princípios da sua consciência: nem eu posso amar tão pouco a minha alma, que por seu respeito a sepulte em um abismo infeliz; muito mais quando se a minha defunta mulher vivesse, virão a estar no mesmo caso da sua subsistência, e do seu maior número de irmãos: e enfim, eu quero salvar-me; e esta só razão basta a justificar-me na presença de Deus, e no juízo dos homens.¹⁰¹

De fato, ele os amparou. Uma das primeiras estratégias utilizadas por D. Francisco Inocêncio foi um senso de oportunidade ao tentar estreitar laços com figuras políticas da corte àquela época. Um dos momentos em que isso fica claro está descrito já Registro de Batismo de D. Domingos de Sousa Coutinho: a escolha dos padrinhos.

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 1762, D. Domingos foi batizado. Na ocasião, seus pais escolheram como padrinhos o então Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo (representado por um procurador) e Nossa Senhora da Conceição. Sob meu ponto de vista, a escolha dos padrinhos dos filhos de D. Francisco Inocêncio já se traduzia em uma busca por uma colocação privilegiada. O registro de batismo de D. Domingos mostra o estreitamento de relações em pelo menos dois âmbitos para além da família: um religioso e outro político.

O primeiro estava ligado ao valor católico conferido pela escolha da Nossa Senhora da Conceição como madrinha. Ser afilhado de Nossa Senhora da Conceição trazia consigo um simbolismo tanto na representação religiosa quanto na política presente

¹⁰¹ Carta de Francisco Inocêncio a Frei Inácio de São Caetano. AL, M 58/10. De 02.04.1779. In : SILVA, André Mansuy-Diniz. **Portrait d'un homme d'État**: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002 p. 357-358. Vol I.

na história da Casa de Bragança. Visto que as escolhas de D. Francisco Inocêncio não fossem positivas perante sua família, é possível perceber o quanto a aliança e a lealdade à Casa de Bragança foram imprescindíveis enquanto estratégias de sobrevivência e de manutenção dos privilégios dessa família.

O culto à Nossa Senhora, prática realizada já antes de 1646, tinha como centro a Igreja Matriz de Vila Viçosa. O local foi ponto de constantes visitas e chegou a ser recomendado pela própria esposa de D. João IV, após uma visita em 1640. Toda essa devoção fez com que D. João consagrasse Nossa Senhora da Conceição como padroeira do reino¹⁰².

A escolha de Nossa Senhora da Conceição estava associada à devoção demonstrada pela Casa de Bragança à Virgem e à sua relação com Vila Viçosa. A Vila, terra fronteiriça e sede da Casa de Bragança, conheceu, como todo o Alentejo, os ataques do Exército inimigo (espanhóis), fato que conferia maior importância ao santuário mariano de Vila Viçosa enquanto sede da padroeira de Portugal.¹⁰³

A proteção dada por Nossa Senhora era pedida e retribuída, fosse em momentos de iminentes invasões ao território, fosse diante da enfermidade de algum membro da família, tal como fora quando da descoberta da doença de D. Maria I. A propagação dessa crença cresceu e, com ela, cresceu também o reforço do poder da Casa de Bragança. Ser afilhado de Nossa Senhora da Conceição dava a D. Domingos, dessa forma, a junção ao poder da dinastia vigente, bem como a proteção divina tão importante naquele período. Para além do teor religioso, a escolha por Nossa Senhora da Conceição reforçava também a lealdade da família Sousa Coutinho aos Bragança.¹⁰⁴

O segundo fator indica uma aproximação política com o então Conde de Oeiras e futuro Marquês de Pombal. Sebastião de Carvalho e Melo, escolhido como padrinho dos filhos de D. Francisco, era ministro de D. José I e esteve à frente das principais decisões tomadas por todo o governo desse rei, entre os anos de 1750-1776. Ainda sobre a relação de D. Francisco com Sebastião de Carvalho e Melo, podemos destacar que D.

¹⁰² ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Servir a dois senhores: a real confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa através dos estatutos de 1696. In: **Repositório do Minho** Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8766/1/Servir%20a%20dois%20senhores_A%20real%20confraria%20N%20S%20Conceicao.PDF Acessado em: 20/06/2011. p.129. Acesso em: 29 dez 2017.

¹⁰³ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Servir a dois senhores: a real confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa através dos estatutos de 1696. In: **Repositório do Minho** Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8766/1/Servir%20a%20dois%20senhores_A%20real%20confraria%20N%20S%20Conceicao.PDF. p.129. Acesso em: 29 dez 2017.

¹⁰⁴ Idem.

Francisco Inocêncio teve uma posição de destaque em Angola durante todo o período pombalino, onde lutou na guerra dos sertões entre 1762-1763.

Em 1752, D. Francisco teria se dedicado à plantação de amoreiras na região de Trás-os-montes, o que coincidiu com a produção de seda de Sebastião José de Carvalho e Melo. André Mansuy Diniz Silva destaca a possibilidade de aí ter se iniciado uma relação entre os dois. Embora seja uma hipótese que não se pode comprovar, não deixa de ser uma possibilidade.¹⁰⁵ Independentemente disso, o fato é que Carvalho e Melo que, posteriormente, tornou-se o poderoso Marquês de Pombal¹⁰⁶, foi padrinho de alguns dos filhos de D. Francisco Inocêncio: Maria das Lágrimas (Mariana), D. Rodrigo – cotado, inclusive, como possível sucessor de Sebastião - e D. Domingos¹⁰⁷, tal como salientado anteriormente¹⁰⁸.

1.6. Educação dos Sousa Coutinho

Apesar de ter sido um servidor das armas, mais tarde, D. Francisco Inocêncio teve como preocupação que seus filhos não seguissem seu caminho. Isso fica claro quando o patriarca pede uma colocação para o filho mais velho, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em uma carta direcionada ao Marquês de Pombal.

Considerando eu que o Rodrigo se perderia totalmente se saísse do Colégio para assentar praça, e considerando também que eu o não poderia sustentar por diversas praças, a que naturalmente o levaria o Real serviço, escrevi ao Sr. Marquês de Pombal pedindo-lhe que o mandasse para França ou qualquer outra Corte praticar com os ministros que ali estivessem, e certo é que meu irmão lhe não duvidaria o sustento. Persuade-te que se ele conseguir entrar por esta porta no Real serviço, fica bem acomodado porque aquele trabalho sempre é o mais atendido [...]. Finalmente depois de tantas razões justas há uma superior a todas, aquele rapaz se acabar de instruir-se na prática de cortes estrangeiras será uma maravilha, suposta a sua grande índole e excelente instrução, e se ficar soldado se encherá de males e de vícios, que as más companhias trazem em semelhantes idades.¹⁰⁹

¹⁰⁵ SILVA, André Mansuy-Diniz. **Portrait d'un homme d'État**: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. Vol I. p. 32.

¹⁰⁶ Sebastião José de Carvalho e Melo foi nomeado Conde de Oeiras em 1759, tornando-se em 1769, Marquês de Pombal

¹⁰⁷ O registro de batismo de D. Domingos pode ser consultado na base digital do Arquivo Distrital de Vila Real. Site: http://advrl.org.pt/documentacao/digi/iViewer.php?w=PT-ADVRL-PRQ-PCHV50-RC-001-038&imgfile=galleries/PT-ADVRL-PRQ-PCHV50-RC-001-038/PRTC0808D_ADVRL-PCHV50-RC-001-Lv038_M_00038.jp# Acessado em: 20/03/2010.

¹⁰⁸ SILVA, André Mansuy-Diniz. **Portrait d'un homme d'État**: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002 Vol I. p. 33

É possível destacar que, diante das dificuldades encontradas por D. Francisco Inocêncio, a formação escolar e acadêmica de seus filhos tornou-se uma prioridade, sendo perceptível o esforço feito por ele para que seus filhos tivessem êxito em suas carreiras. Pode-se dizer que os filhos de D. Francisco e D. Anna Luísa foram educados pela mãe e pela avó paterna. Conforme os mais velhos, como D. Rodrigo e D. Mariana, iam crescendo, eles acabavam encarregados também pela formação de seus irmãos mais novos. Era comum que eles fossem enviados para Lisboa para iniciar seus estudos.

Diante do quadro de reformas da educação que tinha como objetivo integrar os diversos níveis de ensino português, o seguimento “ideal” seria que o jovem deveria passar, primeiramente, pelo Colégio dos Nobres e, depois, pela Universidade de Coimbra.

Com a reabertura do Colégio dos Nobres, alguns membros da família Sousa Coutinho foram matriculados na instituição. Nívea Pombo aponta que pelo menos quatro jovens da família foram matriculados, entres eles, os irmãos de D. Domingos, D. Rodrigo e José Antônio, além de seus primos D. José Maria do Carmo e Souza Botelho e Alexandre Domingos de Souza Holstein¹¹⁰. D. Rodrigo e D. José Antônio foram educados pela avó, Maria Antônia de São Boaventura e Meneses,

senhora culta e conhecida por seu gosto pela escrita, D. Maria Antônia publicou uma tradução do francês da obra História da igreja do Japão em que se dá notícia da primeira entrada da fé naquele império, do Padre João Crasset, e um pequeno livro de devoção, dedicado ao Conde de Oeiras, futuro Marquês do Pombal¹¹¹.

Segundo Nívia Pombo, o fato de os dois terem chegado da casa da avó no mesmo ano em que o Colégio dos Nobres havia sido reaberto não se tratava de mera coincidência¹¹². O projeto pombalino de reforma da educação tinha como objetivo formar homens capazes de colocar seu plano de reforma política em prática.

¹⁰⁹ Carta de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho direcionada ao Marquês de Pombal, datada de 4/4/1771. In: SILVA, André Mansuy-Diniz. **Portrait d'un homme d'État**: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

¹¹⁰ SANTOS, Nívia Cirne Pombo dos. SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. **Palácio de Queluz**. Tese de doutoramento, UFF, Niterói, 2013. p. 50

¹¹¹ Idem.

¹¹² Idem.

Os nobres que frequentaram tanto o Colégio dos Nobres quanto a Universidade de Coimbra tinham em comum o fato de que seus pais compactuavam com Pombal e seus ideais ilustrados. Os “grandes”, como denominado pelo historiador português Nuno Gonçalo Monteiro, que eram mais conservadores, teriam causado resistência ao projeto de Pombal.

Sobre as instituições de ensino, Nuno Gonçalo Monteiro teria indicado um certo insucesso da integração do ensino português, já que a nobreza de primeira grandeza não havia matriculado seus filhos nem no Colégio dos Nobres, nem na Universidade de Coimbra. Sobre isso, Nuno diz:

A criação do Colégio dos nobres tem sido algumas vezes interpretada como uma expressão relevante do objetivo pombalino de submeter a nobreza aos desígnios da coroa, transformando-a numa elite culta (de resto, inicialmente com uma formação que não a vocacionava exclusivamente para a vida militar) disponível para o seu serviço. No entanto, a análise concreta da sua frequência obriga a relativizar o seu impacto efectivo. A verdade é que embora entre os filhos da primeira nobreza do reino se encontrassem alguns daqueles cujos pais jaziam nas prisões pombalinas, a parcela daqueles que efetivamente frequentaram o colégio foi minoritária. A maioria dos descendentes das grandes casas do reino nem antes nem depois do pombalismo chegou a passar pela instituição. Nesse sentido, a criação da instituição constituiu-se um fracasso relativo¹¹³.

A colocação de Nuno Monteiro refere-se, especificamente, ao Colégio dos Nobres. O “fracasso relativo” mencionado pelo historiador estaria ligado à baixa adesão dos Grandes à instituição. Sob outro ponto de vista, Nívia Pombo discorda e aponta que, apesar de essa camada nobre da sociedade não se ter rendido totalmente ao ensino reformador pombalino, a historiadora cita ainda alguns nomes, tais como o de José Maria de Sousa Botelho Mourão, D. Fernando José de Portugal e Castro e Alexandre Sousa Holstien, como exemplo de nobres que haviam passado por tais instituições.

Os jovens cujos familiares haviam compactuado com o ideal de ensino pombalino e os que estavam matriculados em tais instituições se tornaram nomes de destaque no cenário político português que permeou o final do século XVIII e início do XIX.

Nesse caso, o insucesso apontado por Nuno cairia por terra, já que o plano

¹¹³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Pombal e a aristocracia. *Revista Camões*, n. 15/16, 2003, p. 34-41. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/index.php>

pombalino de formar homens sob a “égide das luzes” para que ocupassem os mais diversos cargos da administração portuguesa foram postos em prática. Levando-se em consideração que os bacharéis de Coimbra foram os homens que ocuparam cargos estratégicos para a corte portuguesa, pode-se dizer que o objetivo fora cumprido.

D. Domingos teve toda uma trajetória ligada aos ideais ilustrados. Isso pode ser comprovado por seu apadrinhamento por Pombal, por sua aproximação familiar com Sebastião de Carvalho e Melo, sua formação, seu acesso aos postos, o que, de fato, não ocorreu de forma aleatória.

A família Sousa Coutinho precisava de meios de se manter e a seus filhos. A colocação que eles ocupassem seria primordial para a família. Assim, um plano educacional público que tivesse como propósito a formação de homens para ocuparem os mais altos cargos da administração portuguesa, aliando-se ainda ao ministro de D. José, era o horizonte de muitos pais que buscavam a elevação do prestígio em sua família. Se os Sousa Coutinho eram um exemplo desse tipo de família, pode-se mencionar que este também foi o objetivo de famílias de posse da colônia.

Os pais que, de certa forma, “compraram a ideia” de educação trazida pelas reformas pombalinas tinham como objetivo a introdução de seus filhos em cargos de influência na corte portuguesa. Logo no início do século XIX, para ser mais exata, em 1802, o grupo que rodeava D. Rodrigo de Sousa Coutinho na corte, irmão de D. Domingos, estava em evidência. A primeira nobreza já não era a única soberana. Isso não significa um afastamento dessa nobreza, mas, sim, que cada vez mais os altos cargos da administração estavam destinados àqueles que haviam sido formados para exercê-los.

D. Francisco Inocêncio, em parte do tempo, direcionava as instruções ao filho mais velho por correspondência devido à sua ausência por conta de sua carreira. No entanto, a importância que ele dava para a formação de seus filhos é uma questão que se mantém clara.

Em correspondência trocada com D. Rodrigo, D. Francisco Inocêncio orientava o filho mais velho no sentido dos caminhos a serem seguidos por D. Domingos, o que pode ser comprovado também em outros momentos.

Enfim, tu vais a ser um grande homem, e sê-lo publicamente mais tarde; não importa nada, com tanto que o tempo que mediar se aproveite. E isto é o que tu belissimamente fazes, pela excelente resolução que me comunicas de ir para Coimbra, onde a ocupação te dissipará a tristeza, e aonde serás de um grande socorro a teus irmãos, e tua Mãe facilitará todos os meios que forem necessários à tua jornada e assistência, na

forma que lhe escrevo. Devo só dizer-te que evites a menor história, por não dar esta satisfação aos teus inimigos, e que dirijas o Domingos pelo caminho que te parecer mais seguro, e melhor¹¹⁴.

D. Francisco Inocêncio, nesse contexto, delegou a D. Rodrigo a responsabilidade sobre o caminho que D. Domingos deveria seguir. Em 1776, D. Francisco Inocêncio cobrou de D. Rodrigo a entrada de D. Domingos na Universidade de Coimbra. A essa época, o irmão mais velho de D. Domingos estava em dúvida em relação a dar ou não continuidade aos seus estudos na mesma Universidade. Seu pai, no entanto, deixa-olivre para tomar a decisão, desde que D. Domingos fosse matriculado em Coimbra no mesmo ano¹¹⁵.

Além de D. Domingos, D. Rodrigo também foi apadrinhado por Sebastião. Em um momento raro de demonstração de afeto, o então Conde de Oeiras conseguiu que o jovem D. Rodrigo de Sousa Coutinho conseguisse a mercê de Moço-Fidalgo, um dos pré-requisitos para a admissibilidade do Colégio dos Nobres. O que não se tem como negar é que, de fato, a relação de respeito, amizade entre as famílias foi um fator preponderante na formação dos jovens Sousa Coutinho.

O Rei N. Sr vos faz mêrce admitir ao exercício de foro de moço fidalgo e para esse efeito vos achareis no Paço quinta-feira de Endoenças pelas 9 horas da manhã para assistires ao lavapés e conduzires as iguarias para a mesa dos pobres, a que o d. Sr. dá de comer; ao que não faltareis e tendo justo impedimento mo fareis presente logo. Deus vos guarde. N^a Senhora d' Ajuda. 16 de Março de 1761. Como Mordomo-Mor. Conde de Oeyras¹¹⁶.

Domingos também recebeu a mercê de Moço-Fidalgo. No entanto, isso aconteceu em janeiro de 1781, ano em que se formava na Universidade de Coimbra

Houve Sua Mag^e. por bem fazer mercê ao dito Domingos Antônio de Sousa Coutinho de o tornar no mesmo foro de Seu Moço Fidalgo com mil réis de moradia por mês e alqueire e meio de cevada por dia paga segundo ordenança e é a foro de Moradia que pelo dito seu Pai lhe pertence.¹¹⁷

¹¹⁴ Carta de D. Francisco Inocêncio a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Santo Ildefonso, 07/09/1775. In: SILVA, André Mansuy-Diniz. **Portrait d'un homme d'État**: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002p. 318.

¹¹⁵ Carta de D. Francisco Inocêncio a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Madri, 12/07/1776. In: SILVA, André Mansuy-Diniz. **Portrait d'un homme d'État**: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002p. 320.

¹¹⁶ In: SILVA, André Mansuy-Diniz. **Portrait d'un homme d'État**: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002 Vol I. p. 41. AL, M 89/71.

Após receber tal mercê, no dia 30 de janeiro de 1781, acrescentou-se a D. Domingos a mercê de Fidalgo-Escudeiro: “para que tenha [...] 3\$500 réis de Moradia por mês de Fidalgo Escudeiro e o alqueire e meio de cevada por dia pago segundo ordenança e é o foro de Moradia que pelo dito seu Pai lhe pertence”¹¹⁸. Como se pode perceber, D. Domingos não recebeu a mercê de Moço-Fidalgo no período em que teoricamente poderia estar passando pelo Colégio dos Nobres. Era comum que os filhos nobres passassem pelo Colégio.

Segundo o historiador Nuno Gonçalo Monteiro, um edital lançado no dia 9 de setembro de 1758 tinha como objetivo a hierarquização dos vassalos que estariam divididos em plebeus, nobres, fidalgos da Casa Real e titulares. Alguns anos depois, em 1761, definiu-se que a “principal nobreza dos [...] reinos”¹¹⁹ seria composta de pessoas que possuíssem foro de Moço-Fidalgo para cima e aqueles que possuíssem também bens vinculados à Coroa e Ordens, que, juntos, deveriam exceder o montante de três contos de réis anuais.¹²⁰

Se, na primeira promoção, D. Domingos possuía um montante menor do que os três mil réis estipulados, na segunda promoção, poucos dias depois, D. Domingos ultrapassou essa quantia, fazendo com que este conseguisse o patamar necessário para ascensão social. Se possuir a mercê de Moço-Fidalgo era um pré-requisito para a admissão no Colégio dos Nobres, pode-se imaginar que D. Domingos não tenha passado por tal colégio, visto que a recebera somente no contexto de sua saída em Coimbra, como mencionado anteriormente. Outro fator que pode ser aventado trata-se do fato de tal pré-requisito ter sido extinto.

¹¹⁷ Registro de mercê de Moço-Fidalgo a D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho. Registro Geral de Mercês de D. Maria I, Arquivo Nacional da Torre do Tombo. livro 10(2), f. 100.

¹¹⁸ Idem

¹¹⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo de Freitas. **D. José**. 1 ed. Rio de Mouro, 2006. p. 187.

¹²⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo de Freitas. **D. José**. 1 ed. Rio de Mouro, 2006.

1.7. Problemas financeiros e bens no Brasil

Como mencionado anteriormente, D. Francisco Inocência havia nascido “tão pobre como filho segundo de huma Caza pobre” e precisou buscar meios de se manter. Foi possível perceber, através das correspondências de D. Francisco Inocência, a sua preocupação em relação aos rendimentos da família, bem como a colocação de seus filhos na sociedade. Os problemas financeiros são sempre constantes nos diálogos de autoria do patriarca dos Sousa Coutinho.

O fato de ser um filho segundo e ter-se casado, como mencionado anteriormente, gerou descontentamento por parte da família por dois motivos: o primeiro, pois ele não possuía capital suficiente para a manutenção desta e o segundo, por fugir à regra não apenas destinada à nobreza, que era ainda mais rígida dentro de sua linhagem. Como a família de D. Francisco Inocência possuía um sobrenome de peso na nobreza do reino lusitano, quebrar a regra significou também a rejeição. Por outro lado, a família de D. Anna Luísa acumulou riquezas vindas, principalmente, da colônia no Brasil.

São impressionantes os números das remessas de ouro que fez Matias Barbosa para Portugal e do valor de contratos nos quais ele foi sócio. As maiores remessas ocorreram justamente no auge da mineração. Em carta de 1749, Francisco Barbosa Rego, representante em Lisboa, escreveu para D. Domingos Teixeira dizendo acreditar que Matias Barbosa, até o ano de 1738, teria enviado ao reino cerca de 300.000 cruzados. Francisco Rego continuava relatando que Matias Barbosa havia declarado, no testamento, que a filha e o genro já tinham recebido 250.000 cruzados: em dote, cerca de 200.000 cruzados e em doação, cerca de 50.000 cruzados em ouro. Quanto aos bens na colônia, o próprio Matias Barbosa declarou, como se lê em seu testamento, “que atendendo às falências do País e as dificuldades das cobranças, julgo prudentemente que o mais que se poderá apurar em todo o monte, pagas algumas dívidas e desfeitos alguns embarços, que por minha morte se acharem ou acontecerem, serão trezentos mil cruzados”. Enfim, ao longo de sua vida, Matias Barbosa acumulou para a família, no mínimo, 550.000 cruzados, entretanto deve ter movimentado cerca de um milhão de cruzados (ou 400 contos de réis). De qualquer forma, nossas fontes indicaram que Matias Barbosa remeteu o grosso de sua riqueza para o reino e só não fez sua última travessia do Atlântico porque os “achaques” e a velhice não o permitiram, morrendo no Brasil¹²¹.

Francisco Pinto chamou atenção para as riquezas acumuladas nos negócios encabeçados por Matias Barbosa, que eram extremamente organizados e

¹²¹ PINTO, Francisco Eduardo. O declínio das propriedades da Família Souza Coutinho na Capitania das Minas Gerais. *Revista Tempos Históricos*. Volume 16, 2012. p. 163-194. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/download/8102/5995>

Não à toa o autor se utilizou da máxima para descrever o sucesso dos negócios: “o olho do dono é quem engorda o gado”¹²². A principal tese desse autor é a de que a família acumulou riquezas, principalmente durante a vida de Matias Barbosa. Todavia, após a sua morte, tais riquezas foram se esvaindo até que o endividamento se torna insustentável com a geração dos sobrinhos de D. Domingos.

Os Sousa Coutinho administraram tudo que tinham no Brasil à distância. Somente Matias Barbosa, fundador da riqueza da família, passou a maior parte de sua vida na colônia e morreu em Minas. Seu genro, D. Domingos Teixeira, em 1730, queixando-se de achaques, pediu autorização para retornar ao reino. Até que a morte o levasse, em 1759, D. Domingos governou todos os interesses da Casa por cartas e procurações. D. Maria Barbosa, sua mulher, continuou fazendo o mesmo e faleceu trinta anos depois. Tudo indica que desde que deixaram o Brasil, nenhum deles voltou à colônia. O sucessor nos negócios da casa, D. Francisco Inocêncio, passou curtas temporadas no Rio de Janeiro e deve ter se deslocado poucas vezes para o interior, indo até o Registro, talvez. Não é de se duvidar que jamais tenha se aventurado na penosa viagem de 15 dias pelas serranias até as fazendas do Crasto e da Barra, nas nascentes do rio Doce, próximas a Mariana e Vila Rica. D. Rodrigo só chegou ao Brasil junto com a Corte, quando já tinha 63 anos e não gozava de boa saúde, vindo a morrer pouco tempo depois, em 1812. Não há registro de que tenha posto os olhos nas fazendas mineiras. Seus filhos, todos envolvidos com outros interesses, fizeram viagens esporádicas ao interior em 1813, 1818 e 1832, anos nos quais, pelas cartas, pudemos perceber sua presença nas fazendas de Minas. No mais, quem tudo administrou *in loco* ou de menos longe foram os seus agentes, correspondentes, procuradores, representantes e administradores¹²³.

Os lucros enviados da família só passaram a chegar para D. Francisco Inocêncio e seus filhos após a morte de D. Maria Barbosa, pois D. Anna Luísa era a principal herdeira. É bem provável que D. Francisco Inocêncio já tivesse acumulado muitas dívidas até que os bens passassem para suas mãos. De toda forma, as remessas que D. Francisco recebeu já não eram as mesmas cultivadas por Matias Barbosa.

A administração a distância se traduzia em um problema cuja resolução não era tão fácil. Primeiramente, como se sabe, um documento ou carta poderia demorar meses

¹²² PINTO, Francisco Eduardo. O declínio das propriedades da Família Souza Coutinho na Capitania das Minas Gerais. **Revista Tempos Históricos**. Volume 16, 2012. p. 163. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/download/8102/5995>

¹²³ PINTO, Francisco Eduardo. O declínio das propriedades da Família Souza Coutinho na Capitania das Minas Gerais. **Revista Tempos Históricos**. Volume 16, 2012. p. 163. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/download/8102/5995> p. 166.

para que chegasse até Portugal. Sabemos a importância da administração via atlântico para esse momento. Se era um desafio para a Corte, era ainda maior para uma família que deveria administrar por si seus bens na Colônia.

Esse distanciamento não ocorria exclusivamente em função das longas distâncias, pois nomear administradores não era uma questão de ordem puramente prática, uma vez que ligava-se ao *ethos* da aristocracia proprietária de terras, apesar de essa aristocracia possuir, no caso específico em análise, fortes vínculos com o comércio e dele tirar boa parte de sua riqueza, rapidamente consumida em gastos suntuários.¹²⁴

Parto do princípio de que, para além de todos os argumentos liberais, era muito provável que os planos dos irmãos Sousa Coutinho tenham rumado para o Brasil, por perceberem tais terras como possíveis fontes de riqueza, já que, para seus ascendentes, elas reservaram ouro e terras para cultura de produtos, principalmente de café.

Além da distância, como mencionado por Francisco Pinto, escolher um administrador para os negócios do outro lado do Atlântico também era um problema, visto que isso também estava diretamente relacionado ao “*ethos* da aristocracia proprietária de terras”¹²⁵, ou seja, como fazer parte de um *ethos* no qual não se fazia parte.

D. Francisco Inocêncio assumiu os bens da família após a morte de D. Maria Barbosa, filha de Matias Barbosa, mantendo a prática de passar a administração para terceiros. Isso porque morar na colônia ou ir até ela, além de não ser uma tarefa fácil, não era muito do interesse dos proprietários. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, durante o pouco tempo em que esteve no Brasil, foi o primeiro a ficar mais perto das possessões na colônia. Contudo isso ocorreu por um curto espaço de tempo, vez que ele morreu logo em seguida. Sua esposa, D. Gabriela, foi bastante atuante na administração desses bens até sua morte, quando a herança passou para seus filhos, principalmente, para o mais velho, D. Vitório de Sousa Coutinho, momento em que foi decretada a bancarrota de todo esse legado iniciado por Matias Barbosa.

Outras bocas devoravam os bens e as rendas dos Souza Coutinho: as dívidas, a vida nababesca, os gastos com educação dos filhos e as

¹²⁴ PINTO, Francisco Eduardo. O declínio das propriedades da Família Souza Coutinho na Capitania das Minas Gerais. **Revista Tempos Históricos**. Volume 16, 2012. p. 163. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/download/8102/5995> Acesso em: 16 nov 2017.

¹²⁵ PINTO, Francisco Eduardo. O declínio das propriedades da Família Souza Coutinho na Capitania das Minas Gerais. **Revista Tempos Históricos**. Volume 16, 2012. p. 163. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/download/8102/5995> Acesso em: 16 nov 2017.

desavenças familiares. Em Portugal, a família tinha um endividamento crônico que foi o maior sorvedouro das rendas que chegavam do Brasil. Tais dívidas levaram à destruição dos bens no Brasil e, por fim, também dos de Portugal. Boa parte das rendas que eram geradas pelas propriedades da família nos dois lados do Atlântico era canalizada para pagamentos de dívidas que vinham sendo postergadas desde meados do século XVIII. As duas gerações mais ricas da família – a de Matias Barbosa e a de sua filha – também não escapavam do endividamento crônico em que viviam as famílias aristocráticas portuguesas. A geração seguinte viveu na abundância acumulada pela anterior ou pelos próprios negócios de D. Domingos Teixeira. Mas a partir da terceira geração, quando a família se uniu ao ramo aristocrático dos Souza Coutinho, pelo casamento de D. Anna Luíza Barbosa com D. Francisco Inocêncio, as dívidas se multiplicaram. Como boa parte da nobreza portuguesa, suspeitamos que a família Souza Coutinho gastava mais do que suas rendas lhe permitiam. Não fugiu à prática comum de recorrer aos banqueiros da praça de Lisboa para levantar capitais¹²⁶.

É possível concordar com a versão do autor de que, a partir da junção de D. Anna Luíza e D. Francisco Inocêncio, as dívidas se multiplicaram ainda mais. Ora, ao tomar a decisão de se casar, D. Francisco já tinha incorrido em um sério risco de acumulação de dívidas, pois nada recebera de seus pais. As estratégias utilizadas por ele foram o serviço à Coroa e o casamento. Os serviços prestados à Coroa eram a principal fonte de renda, já que as terras da família de D. Anna Luíza ainda eram administradas por D. Maria Barbosa.

Em uma análise geral, constato que a “tendência para o endividamento crônico é o resultado da lógica do consumo de prestígio, por seu turno elemento definidor do *ethos* das aristocracias europeias, principalmente depois da sua transformação em aristocracias da corte”¹²⁷, e, mais, que a Família Sousa Coutinho, a partir de D. Francisco Inocêncio até os filhos de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, foi um caso desse tipo de endividamento. Logo no início deste capítulo, tratei de chamar atenção para a regra de primogenitura em que os bens de uma casa seriam destinados ao primeiro filho varão. Como se sabe, D. Domingos foi um dos filhos segundos de D. Francisco Inocêncio, que, por sua vez, também era um filho segundo, que, contrariando a família, escolhera se casar. O casamento de D. Francisco Inocêncio com Anna Luíza trouxe o que D. Rodrigo de Sousa Coutinho chamou de uma “mácula”, devido ao enriquecimento da família por vias não ligadas à qualidade de nascimento, condição principal no estatuto da nobreza. A

¹²⁶ PINTO, Francisco Eduardo. O declínio das propriedades da Família Souza Coutinho na Capitania das Minas Gerais. **Revista Tempos Históricos**. Volume 16, 2012. p. 163. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/download/8102/5995> Acesso em: 16 nov 2017.

¹²⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O “Ethos” Nobiliárquico no final do Antigo Regime. **Almanack brasileiro**. Número 2, novembro de 2005.

Francisco Inocêncio não cabia nenhum recurso financeiro vindo de sua família e, somado a isso, o descontentamento foi um agravante.

No entanto, foi possível constatar que D. Francisco se utilizou de algumas estratégias para suprir as necessidades de sua família, bem como se colocar no círculo político da corte, anteriormente negado, devido à contrariedade de sua família com o seu matrimônio. Enumerando objetivamente tais estratégias, podemos dizer que D. Francisco viu a possibilidade de conseguir se manter em meio à nobreza servindo à corte portuguesa, estreitando relações com figuras importantes do Reino, como o caso de Sebastião de Carvalho e Melo, cuidando da educação de seus filhos de forma rígida, mesmo que, para isso, tivesse que se endividar.

Apesar de D. Francisco ter fugido à regra do celibato, é interessante perceber que seus filhos seguiram religiosamente a regra da primogenitura. Ao analisar a vida dos irmãos de D. Domingos, pude perceber que apenas D. Rodrigo, o filho varão, casou-se e a ele e aos seus filhos couberam a herança de toda a família, sejam as que lhes eram pertinentes e advindas da família de sua mãe, sejam os bens deixados por seus irmãos que morreram solteiros e sem descendentes. Aos descendentes de D. Rodrigo de Sousa Coutinho coube também a herança de D. Domingos. A briga judicial entre os dois irmãos e uma sobrinha-neta em torno dos bens de D. Domingos denota também uma crise instaurada pelo endividamento crônico que se agravou no segundo quartel do oitocentos, sendo, inclusive, um momento em que parte das propriedades de esvaíssem a ponto de não se saber que fim elas tiveram. É compreensível, portanto, que a luta por tais bens durasse tanto tempo.

Analisando toda a trajetória de D. Francisco Inocêncio e seus filhos, um ponto se torna extremamente aparente: todos lutavam por um bem comum. D. Domingos foi “introduzido” na sociedade portuguesa, através do estatuto de qualidade de nascimento em que recebeu por seu nome. Aliado a isso, foi batizado por Sebastião de Carvalho e Melo com quem seu pai cultivou uma relação política.

Devido ao fato de ficar muito tempo fora do país, D. Francisco Inocêncio entregou a guarda dos filhos à Avó Materna, D. Maria Antônia de S. Boaventura de Meneses, que em Chaves acompanhou a infância dos netos. Afilhados de Pombal, os irmãos Sousa Coutinho tiveram esta proteção e acompanhamento¹²⁸.

¹²⁸ CASTRO, Zília Osório (Dir), PEREIRA, Isabel Cluny Sara Marquês (Coord). **Dicionário do Vintismo e do Primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826 e 1828)**. Lisboa. Editora Afrontamento, 2002. p. 534.

Já na idade escolar, D. Domingos, assim como seus irmãos, foi enviado para Lisboa onde deveria iniciar seus estudos, frequentando o Colégio dos Nobres¹²⁹.

Uma lacuna continuará em aberto, pelo menos, no âmbito desta tese, a vida eclesiástica de D. Domingos. Seu pai falou sobre seus dois filhos eclesiásticos referindo-se a D. José Antônio e a D. Domingos, que, posteriormente, aguardava sua colocação na patriarcal após a de seu irmão. Não é possível saber em que momento D. Domingos deixou sua vida eclesiástica para se tornar- diplomata, mas tenho a hipótese (não comprovada) de que ele tenha se dedicado à carreira diplomática por não ter conseguido um posicionamento na patriarcal. É possível comprovar que ele tenha tentado um posicionamento na patriarcal a época que seu irmão José Antônio estava para ser nomeado. Sabe-se que D. Domingos não foi nomeado e depois seguiu a carreira na diplomacia. Devido à falta de fontes relacionadas a um Domingos eclesiástico, esta é uma hipótese que ficará para ser comprovada em outro momento, não no âmbito deste trabalho.

Ainda dentro das preocupações de D. Francisco Inocêncio com a educação dos filhos, D. Domingos entrou na Universidade de Coimbra onde se formou em Leis. Depois disso, deu o primeiro pontapé para entrar na carreira diplomática na qual se consolidou e formou outras alianças que iam além de seu círculo familiar. Posso afirmar que esse momento foi o da ampliação de seus círculos de sociabilidades, possuindo esse círculo ampliado pontos de intersecção entre os âmbitos familiar e político. De finais do século XVIII até o início do século XIX, os irmãos Sousa Coutinho fizeram parte de um dos grupos que dividiam a corte, os partidos inglês e francês. D. Domingos fazia parte do partido inglês que se confundia com o partido formado apenas pelos irmãos, ponto de que tratarei no próximo capítulo.

¹²⁹ CASTRO, Zília Osório (Dir), PEREIRA, Isabel Cluny Sara Marquês (Coord). **Dicionário do Vintismo e do Primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826 e 1828)**. Lisboa. Editora Afrontamento, 2002.

Capítulo 2 –D. Domingos na Universidade de Coimbra e do início da carreira diplomática.

Esse capítulo tem como objetivo abordar a ampliação dos espaços de sociabilidades de D. Domingos a partir da sua entrada na vida adulta, marcada pelo início dos seus estudos na Universidade de Coimbra e do seu ingresso na carreira diplomática.

Se, até então, a vida de D. Domingos era, basicamente, mediada por seus pais, avó e irmãos mais velhos, este é o momento em que ele passa a se colocar enquanto adulto e a circular em outros espaços. Como já mencionado, em dado momento, D. Francisco Inocêncio ordenou a D. Rodrigo de Sousa Coutinho que D. Domingos fosse matriculado em Coimbra e assim foi feito.

O capítulo foi dividido em duas partes. A primeira tem como objetivo abordar o período no qual o biografado passou a frequentar a Universidade de Coimbra, entre 1776 e 1781, focando principalmente os círculos nos quais D. Domingos esteve inserido durante sua estadia na dita Universidade. A segunda parte se dedica ao início da sua carreira diplomática, quando assumiu as embaixadas de Copenhague e Turim, momento bastante complexo, tendo em vista o abalo provocado em toda a Europa pelo processo revolucionário francês.

2.1 “(...)E tu trabalharás por que o Domingos se matricule este ano...”¹³⁰

D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho formou-se em meio às mudanças que incidiram diretamente na formação do homem público português a partir das reformas organizadas por Sebastião José de Carvalho e Melo. A fala que intitula este subcapítulo é de D. Francisco Inocêncio a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, datada de 12 de julho de 1776.

¹³⁰ Carta de D. Francisco Inocêncio a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Madri, 12/07/1776. In: SILVA, André Mansuy-Diniz. **Portrait d’un homme d’État**: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. p. 320.

Segundo o registro de matrícula de D. Domingos, disponível no índice de alunos da Universidade de Coimbra, D. Domingos, padre¹³¹, foi matriculado em 31 de outubro de 1776.¹³² Cursou Direito Civil e se formou em 1781¹³³.

Enquanto D. Domingos cursava Leis, seu pai, D. Francisco Inocência, decidiu destiná-lo para a carreira eclesiástica, tal como seu irmão José Antônio. No contexto da morte de D. Anna Luiza, D. Francisco enviou uma carta ao Frei Inácio de São Caetano, pedindo uma colocação para seus dois filhos eclesiásticos.

Nesta fé que pois que já mais variará no meu reconhecimento rogo a V. Ex. queria pôr-me aos reais pés da Rainha Nossa Senhora, e pedir-lhe o único remédio que tem uma inocente, e desolada família. Consiste em despachar prontamente meus dois filhos eclesiásticos para a Patriarcal, ou quaisquer outros benefícios, de cujo rendimento possam alimentar a suas irmãs e Avó, e dar o tempo necessário que incerto, e lento rendimento de fazendas em Trás-os-montes concorra para o desempenho da Casa, e para a sua mesma subsistência.¹³⁴

Em 1778, D. Domingos estava cursando a Faculdade de Direito em Coimbra, faltando, portanto, três anos ainda para sua formação. Seu irmão José Antônio foi quem recebeu a colocação solicitada por D. Francisco Inocência.

Em carta dirigida a D. Rodrigo, D. Francisco Inocência fez o seguinte comentário: “Teu irmão José tomou posse de Monsenhor no primeiro do mês, e para prova de um favor nunca visto, não tinha feito atos grandes; espero que brevemente saia o Domingos, talvez em promoção geral, que tardará pela moléstia do papa”¹³⁵. Do período em que D. Domingos se formou até sua entrada na carreira diplomática, sete anos se passaram E, ao que consta, D. Domingos, até então, não possuía nenhuma colocação na corte.

¹³¹ A descrição sobre D. Domingos no índice dos ex-alunos da Universidade de Coimbra foi feita da seguinte maneira: Domingos de Sousa Coutinho (D., padre).

¹³² Arquivo da Universidade de Coimbra. Registro de Matrícula de D. Domingos de Sousa Coutinho (D., Padre). PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/C/013306 Acessado em 06 nov 2017. Disponível em <http://pesquisa.auc.uc.pt/DetailsForm.aspx?id=205660>

¹³³ NUNO, Gonçalo Monteiro. Banco de dados realizado pelo Professor Nuno Gonçalo Monteiro que resultou no artigo: MONTEIRO, Nuno GONÇALO e CARDIM, Pedro. *La Diplomacia Portuguesa durante el Antiguo Régimen*. Perfil sociológico y trayectorias. *Cuadernos de Historia Moderna*, 2005, 30, 7-40. Informação compartilhada com André Mansuy. Diferentemente de seu Irmão José Antônio, que obteve o grau em Direito Canônico e Domingos em Direito Civil.

¹³⁴ Carta de D. Francisco Inocência a Frei Inácio de São Caetano. 13/10/1778. In: SILVA, André Mansuy-Diniz. *Portrait d'un homme d'État*: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. Vol I. p. 356

¹³⁵ Carta de D. Francisco Inocência a D. Rodrigo no dia 17/05/1779. In: SILVA, André Mansuy-Diniz. *Portrait d'un homme d'État*: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. Vol I. p. 333

Apenas em 1788, D. Domingos ingressou na carreira diplomática, sendo enviado para a corte de *Copenhague*, na Dinamarca. Não ocupou, portanto, o cargo solicitado por seu pai anteriormente. Nesse contexto, era possível perceber a reclamação dos Sousa Coutinho sobre a não colocação ou sua demora em relação aos filhos de D. Francisco Inocência e D. Anna Luísa. Segundo os irmãos, a essa época, toda a demora relacionada à colocação deles estava ligada à “mancha” por eles mencionada, como apontei no capítulo anterior.

Ao olhar atentamente, é possível perceber que a ida dos filhos de D. Francisco Inocência para a Universidade de Coimbra fez parte de um contexto mais amplo e que também demonstra a ligação com Pombal. Ligação esta que, em certo momento, era a mais poderosa que se podia ter, pelo menos até 1777. Para seus contemporâneos, na segunda metade do século XVIII, Sebastião era um ícone do poder.

O reinado (...), de d. José I (1750-77), teve na figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, depois Marquês de Pombal (1699-1782), o secretário todo-poderoso e verdadeiro “primeiro ministro”. A política pombalina revestiu-se de características ilustradas, associando inúmeras práticas tipicamente mercantilistas a outras, no plano político-administrativo e ideológico, certamente inspiradas nos princípios iluministas, particularmente aquelas voltadas para a reformulação completa do sistema de ensino¹³⁶.

Essa “reformulação completa do sistema de ensino” se deu ao ensino superior e foi característica da formação que D. Domingos teve. Ele entrou em Coimbra um ano antes da morte de D. José.

o período do governo de Sebastião José de Carvalho e Melo (1750-1777) – historicamente associado ao reformismo ilustrado português – resultou na implementação de um conjunto de políticas concebidas, fundamentalmente, pelo prisma do binômio *Reformismo-pedagogismo*¹³⁷.

Ora, se seu principal aliado estava à frente das instituições de ensino mais importantes de Portugal, era natural que D. Francisco visse em Coimbra, assim como no Colégio dos Nobres, um caminho promissor de formação para seus filhos. Avaliando a

¹³⁶ FALCON, Francisco. **Despotismo esclarecido**. São Paulo: Editoria Ática, 1986. p. 63.

¹³⁷ SILVA, Ana Rosa Clochet da. **Inventando a nação**. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo: Hucitec Fapesp, 2006. p. 35-36.

ligação do pai de D. Domingos com o governante português, em 1752, D. Francisco de Sousa Coutinho havia produzido uma composição referente à morte de D. João V e um panegírico a D. José I¹³⁸, seu sucessor. Tais composições lhe renderam um lugar em uma academia literária da época, a *L'Arcadia Ulyssiponense*.

O século XVIII foi palco de uma modificação intensa, tendo como eixo a predominância da razão que fora incorporada e possibilitou, inclusive, implementação de reformas. Utilizando as palavras de Ana Rosa Clocllet da Silva:

Denominado iluminismo, este fenômeno de repercussão em todo o ocidente europeu e nas colônias americanas rejeitou sempre definições precisas, seja pelas suas origens esparsas, seja pelas especificidades das circunstâncias históricas que o viram nascer, ou ainda pelas profundas divisões que separam aqueles que se definiam iluministas, num espaço cultural. Eivado de profundo *ecletismo* e de um flagrante comprometimento dos filósofos em relação à velha ordem incluindo uma dependência material em relação à proteção do soberano, que comprometia a própria produção intelectual, comportou desde um sentido revolucionário que, inaugurado pelos “homens de 1789”, fundamentou as experiências liberais e democráticas modernas até a possibilidade histórica do *reformismo*, sendo este o resultado de sua assimilação nos países católicos e de regimes absolutistas, como era o caso de Portugal¹³⁹.

Como o ensino tornou-se uma ferramenta importante nesse processo, conseqüentemente, uma reforma no ensino também se fez urgente. Por meio da educação, mesmo que restrita à elite, o Estado conseguiria imprimir na sociedade as transformações de que estava em busca¹⁴⁰. Este foi o característico esforço do governo de Sebastião José de Carvalho e Melo em implementar medidas que possibilitassem tais reformas, tendo como aliada a educação.

A estratégia do reformismo ilustrado português no âmbito pedagógico foi essencial para a Universidade de Coimbra. A reforma que ligou os níveis de estudos

¹³⁸ SILVA, André Mansuy-Diniz. *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. Vol I. p. 32.

¹³⁹ SILVA, Ana Rosa Clocllet da. In: **A época pombalina no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro, 2015. P.413. Sobre ecletismo a autora utiliza a definição de Voltaire em que “O eclético é um filósofo que, calcando aos pés o preconceito, a tradição, a antiguidade, o consenso universal, a autoridade, numa palavra tudo o que subjuga a multidão dos espíritos, ousa pensar por si próprio, regressar aos mais claros princípios gerais, examiná-los, discuti-los, nada admitir senão perante o testemunho da sua experiência e da sua razão; e a partir de todas as filosofias que analisou sem qualquer parcialismo ou deferência, fazer para si próprio uma filosofia particular e doméstica que lhe pertence...”

¹⁴⁰ SILVA, Ana Rosa Clocllet da. **Inventando a nação**. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo Hucitec Fapesp, 2006. p.35.

portugueses pode ser considerada vanguardista no Ocidente. Sob a influência da criação de um estado mais forte, laicizado, eram valorizados os ensinamentos de matemática e o método experimental.

Tais mudanças foram implementadas tanto no Colégio dos Nobres quanto na reforma da Universidade de Coimbra. A base teórica da reforma foram os princípios defendidos, principalmente, por Ribeiro Sanches, que publicou *Cartas sobre a educação da mocidade*¹⁴¹, mas também de Verney¹⁴².

Em 1770, assumiu o cargo de primeiro reitor de uma Coimbra em reforma D. Francisco de Lemos. Para ele, os homens ali formados seriam responsáveis por difundir

a Luz da Sabedoria por todas as partes da monarquia, para animar e vivificar todos os ramos da administração pública e para promover a felicidade dos homens, ilustrando os espíritos com as verdadeiras noções do justo, do honesto, do útil e do decoro, formando os seus corações e inspirando sentimentos de humanidade, de religião, de probidade de honra e zelo pelo bem público¹⁴³.

Em 1771, foi produzido o Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra que discriminava os mais diversos problemas com os quais a Universidade se deparava. Esse documento, segundo Guilherme Massau, foi a base para a implementação dos estatutos um ano depois, em 1772. Segundo Nívia Pombo, o conteúdo do Compêndio

¹⁴¹ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. – Porto: Domingos Barreira. Portugal, 19--. Antônio Nunes Ribeiro Sanches estudou Medicina e Direito na Universidade de Coimbra. Saiu de Portugal por ser um cristão-novo. Viajou e tornou-se um expoente dessas reflexões quando se instalou em Paris, no ano de 1747, tendo colaborado ainda na enciclopédia de Diderot e d’Alembert em 1750. Cf: Cf: SILVA, Ana Rosa Cloquet da. **Inventando a nação**. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo Hucitec Fapesp, 2006. p. 38

¹⁴² Luís Antônio Verney nasceu em Lisboa, formou-se em Artes e Teologia e em Jurisprudência Civil. Passou parte de sua vida na Itália. O iluminismo italiano influenciou “seus escritos filosóficos e pedagógicos, elaborando suas principais noções sobre a situação de Portugal, no contexto de divulgação e assimilação das ideias ilustradas.” Cf: SILVA, Ana Rosa Cloquet da. **Inventando a nação**. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo Hucitec Fapesp, 2006.p. 38.

¹⁴³ VILLALTA, L. C.; MORAIS, Christianni Cardoso; MARTINS, João Paulo. **As reformas pombalinas e a instrução** (1759-1777). In: FALCON, Francisco Calazans; RODRIGUES, Claudia. (org). *A época pombalina*. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015, v.1. p. 228. Villalta apud D. Francisco de Lemos. Documento DXXXIX. O secretário de Estado Conde de Oeiras avisa Francisco de Lemos de Faria que D. José, rei de Portugal, nomeou-o Reitor da Universidade de Coimbra.

reiterava a primeira lição a ser apreendida: a ideia de que o Estado deveria se aproveitar das novidades das ciências e das artes e colocá-las a serviço da sociedade. Esse aspecto aparece bem marcado com a recorrência das expressões “necessidade pública” e “nações civilizadas”, que aparecem ligadas pela noção de que o “exame da natureza” promovia “imensas utilidades em benefício das famílias, e dos Estados”. Processo conduzido com “o apoio dos príncipes: sendo ensinado nas Universidades mais célebres da Europa.”¹⁴⁴

A reforma coimbrã tinha como principal objetivo extinguir as marcas do ensino jesuítico. Para isso, apoiava-se nos textos de Verney e Sanches, negando, ainda, a tradição aristotélica-tomista, bem como da segunda escolástica e do probabilismo. Além disso, o objetivo era a formação de uma elite com uma mentalidade empírica e racional¹⁴⁵. Os estatutos valorizavam a observação e a experimentação nas ciências.

Cursos tais como os de Medicina, Direito, Filosofia foram repensados e também passaram por reformas em suas estruturas. Uma das medidas tomadas para tal reestruturação foi a demissão ou aposentadoria de professores que deveriam ser substituídos por outros, além de novas contratações. O conceito que se tinha do magistério se modificou também, deixando claro “o compromisso ideológico entre a Academia e o poder central”¹⁴⁶. Alguns nomes são destacados por Villalta et al.¹⁴⁷, entre eles podemos citar: José Monteiro da Rocha (1734-1819), Miguel Franzini e Miguel Antonio Ciera, Giovanni Antônio Dalla Bella, Domingos Vandelli. Além destes, podemos citar outro professor que fora contratado e que muito esteve ligado a D. Domingos, trata-se de José Anastácio da Cunha.

¹⁴⁴ SANTOS, Nívia Cirne Pombo dos. SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. **Palácio de Queluz**. Tese de doutoramento, UFF, Niterói, 2013. p. 159. A autora cita o documento: *Compêndio Histórico do Estado Palácio de Queluz*.

¹⁴⁵ VILLALTA, L. C.: MORAIS, Christianni Cardoso; MARTINS, João Paulo. As reformas pombalinas e a instrução (1759-1777). In FALCON, Francisco Calazans; RODRIGUES, Claudia. (org). **A época pombalina**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015, v.1.

¹⁴⁶ SANTOS, Nívia Cirne Pombo dos. SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. **Palácio de Queluz**. Tese de doutoramento, UFF, Niterói, 2013.

¹⁴⁷ Cf: VILLALTA, L. C.: MORAIS, Christianni Cardoso; MARTINS, João Paulo. As reformas pombalinas e a instrução (1759-1777). In FALCON, Francisco Calazans; RODRIGUES, Claudia. (org). **A época pombalina**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015, v.1. p. 453-499.

2.1.1 Principais características da Reforma de Ensino em Portugal.

No tópico anterior, chamamos atenção para o fato de que o binômio *pedagogismo-reformismo* foi característico da política que Sebastião José de Carvalho e Melo quando esteve à frente do governo português (1750-1777).

Os intelectuais que exerceram um papel importante nas reflexões e execução dos projetos em torno das reformas administrativas do reino tiveram sua produção intelectual influenciada por ideias cartesianas, gassendistas, ou galilaico-newtonianas. Dentre os que se destacaram aí foram Rafael Bluteau, Serrão Pimentel, Caetano de Lima, Azevedo Fortes e o conde de Ericeira, que, segundo Ana Rosa Cloquet da Silva, reuniam-se formando um grupo que tinha como objetivo fazer discussões filosóficas¹⁴⁸.

Segundo Falcon, tornou-se comum fazer uma referência clássica à “crise mental do século XVIII”¹⁴⁹ em busca de um marco que determinasse o início das transformações. O ponto nevrálgico dos pensadores desse momento eram as duras críticas à situação de atraso e decadência do reino de Portugal.

Incômodos semelhantes sucederiam a todo aquele Legislador que de um Reino Velho, instituído com as Leis de Fanatismo, com as leis sem serem fundadas na conservação e amor dos súditos, leis sem objeto algum para aumentar a população, sem objetivo para a defesa geral do Estado, quisesse de um jato reformar este cadaveroso Reino, e formar dele um Novo, à imitação daquele de Rússia, de Prússia, De Sardenha, etc¹⁵⁰.

Estas eram as críticas de Ribeiro Sanches em seu *Dificuldades que tem um velho reino para emendar-se* datado de 1777. Tempos depois, Antônio Sérgio acreditou que o reino português era “cadaveroso” e estúpido, baseado nas reflexões de Luís Antônio Verney¹⁵¹. D. Luís da Cunha (1662-1749)¹⁵² e Ribeiro Sanches¹⁵³ (1699-1783) são os

¹⁴⁸ SILVA, Ana Rosa Cloquet da. **Inventando a nação**. P.35-36.

¹⁴⁹ FALCON, **A época pombalina**. 2ª Edição, São Paulo: Ática, 1993. P. 201.

¹⁵⁰FALCON, apud Ribeiro Sanches. **A época Pombalina** p. 202.

¹⁵¹ Idem.

¹⁵²Luís da Cunha foi um nobre estadista que iniciou sua carreira como magistrado, tornando-se posteriormente em diplomata. Seu pensamento fora marcado por sua experiência no estrangeiro. A partir da experiência como diplomata, Cunha se propôs a pensar uma renovação cultural portuguesa, ainda no reinado de João V. Cf: SILVA, Ana Rosa Cloquet da. **Inventando a nação**. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo Hucitec Fapesp, 2006 p. 38.

¹⁵³. Cf: SILVA, Ana Rosa Cloquet da. **Inventando a nação**. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo Hucitec Fapesp, 2006p. 38

que geralmente são apontados como sendo os maiores expoentes da “modernização portuguesa”, expressão utilizada por Silva.

Para estes, essa era uma característica desses homens que pensaram a situação portuguesa. Foi através dessa condição que os

primeiros ilustrados setecentistas emitiram suas visões sobre a peculiar situação de Portugal no contexto internacional de fermentação de novas ideias e avanços científicos, bem como propostas reformistas norteadas pela ótica da necessidade de uma reforma global da sociedade lusitana, à luz do processo europeu.¹⁵⁴

A partir de um método comparativo com outros países, alguns desses homens julgavam que Portugal teria um certo “atraso cultural” em relação aos outros países, que seria ocasionado principalmente por problemas econômicos, pela hegemonia da ideologia escolástica e pela dependência em relação aos ingleses. O ponto mais questionado, nesse momento, refere-se à assinatura do tratado de *Methuen*.¹⁵⁵ Tal tratado seria visto como negativo aos olhos dos chamados estrangeirados, visto que ele prejudicaria tanto a indústria quanto a agricultura portuguesa. A principal obra de Luís Antônio Verney, “Verdadeiro método de estudar, para ser útil à República e à Igreja: proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal”¹⁵⁶, que, segundo Silva, tornou-se “obra-síntese” do espírito filosófico da ilustração portuguesa, datada de 1746, critica o então ensino português, propondo, dessa forma, como mudança um ensino pautado no

empirismo lockiano e newtoniano, visando a ruptura com a mentalidade barroca e o ascenso de uma ética independente da teologia, do direito canônico e civil “subsidiados pelos conhecimentos da história, da geografia”, e de uma física sem abstrações, baseada na observação e na experiência¹⁵⁷.

¹⁵⁴ SILVA, Ana Rosa Clocllet da. **Inventando a nação**. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo Hucitec Fapesp, 2006. p. 39.

¹⁵⁵ O tratado de Methuen assinado em 1703 foi o mais importante acordo comercial entre Portugal e a Inglaterra a partir deste ano.

¹⁵⁶ A obra é dividida em volumes que versam sobre os mais diversos temas. Utilizando uma estratégia retórica traduzida em cartas. Silva identificou no texto de Verney um “hipotético interlocutor” que seria tratado como “Vosso Padre”, enquanto os mais criticados por Verney, neste caso os jesuítas, foram denominados “peripatéticos”. A obra, no entanto, fora assinada sob o pseudônimo “Barbadino da Congregação de Itália”, ponto levantado tanto por Silva quanto por Falcon. Cf: Iverson Geraldo da Silva. **Verney e a ilustração católica: uma modernidade singular**. Dissertação de Mestrado. UFJF, Juiz de Fora, 2009.

¹⁵⁷ SILVA, Ana Rosa Clocllet da. **Inventando a nação**. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo Hucitec Fapesp, 2006, p.41.

Verney foi aluno dos oratorianos de 1727 a 1730, tornando-se sacerdote na Congregação do Oratório.¹⁵⁸ Em sua estadia em Roma, pode-se destacar outra influência que o marcou, destacada tanto por Iverson da Silva quanto por Ana Rosa Clochet da Silva: a proximidade com o maior expoente ilustrado na Itália, Ludovico Antônio Muratori.

Verney e Muratori foram protagonistas de uma intensa troca de correspondências entre os anos de 1745-1749. Silva destaca, ainda, a relação que Verney manteve com Francisco Almada e Mendonça e Sebastião de Carvalho e Melo¹⁵⁹. Sebastião Carvalho e Melo foi indicado por D. Luís da Cunha após a morte de D. João V, no ano de 1750, quando o primeiro retornava a Lisboa após um período no estrangeiro. Sua experiência com outras culturas lhe permitiu avaliar a situação portuguesa no cenário internacional. Como mencionado por Ana Rosa Clochet da Silva, Sebastião Carvalho e Melo:

Conhecia a suntuosidade em que caíra D. João V, o modo como os jesuítas apoderaram-se dos “ânimos do monarca”, bem como “os vícios da administração portuguesa” e seria a partir deste confronto que elaboraria suas principais ideias sobre a situação do reino e as políticas nela embasadas, algumas das quais já esboçadas em seus primeiros escritos diplomáticos, no período de 1738 a 1742¹⁶⁰.

Um de seus escritos merece ser destacado, qual seja, o “Discurso político sobre as vantagens que o reino de Portugal pode tirar da sua desgraça por ocasião do Terremoto do 1º de novembro de 1755”, “registra os pontos básicos do diagnóstico pombalino sobre o reino, constituindo-se em fiel expressão da sua visão sobre os acontecimentos em curso, revelando algumas das determinações que sobre ela atuavam”¹⁶¹.

Como apontado anteriormente, há, no discurso pombalino, uma ênfase no econômico e político, sendo este último associado também ao cultural e intelectual. Segundo Ana Rosa Clochet da Silva, relacionava-se

¹⁵⁸ SILVA, Iverson Geraldo da. **Verney e a ilustração católica**: uma modernidade singular. Dissertação de Mestrado. UFJF, Juiz de Fora, 2009.,p..33.

¹⁵⁹ SILVA, Iverson Geraldo da. **Verney e a ilustração católica**: uma modernidade singular. Dissertação de Mestrado. UFJF, Juiz de Fora, 2009.,p.34.

¹⁶⁰ SILVA, Iverson Geraldo da. **Verney e a ilustração católica**: uma modernidade singular. Dissertação de Mestrado. UFJF, Juiz de Fora, 2009. p. 45

¹⁶¹ Idem. Discurso político sobre as vantagens que o reino de Portugal pode tirar da sua desgraça por ocasião do Terremoto do 1º de novembro de 1755”. In: MELLO, Sebastião José de Carvalho e Melo. Memórias secretíssimas do Marquês de Pombal e outros escritos. Lisboa: Europa-América, s.d., pp. 138-89. Apesar de ser um texto comumente atribuído ao Marquês é provável que ele tenha sido, na verdade, encomendado. Segundo Falcon, o texto teria sido escrito pelo francês Auge Goudar. Cf: FALCON, Francisco. **A época pombalina**. São Paulo. Editora Ática, 1993. p. 259-262.

ao desenvolvimento das ciências – e, portanto das “artes” – ao poderio político das nações, esboçando-se, assim, os contornos de um novo padrão de concorrência que começava a ser definido no plano internacional setecentista, segundo o qual a “afirmação nacional” passava, necessariamente, pelo desenvolvimento científico¹⁶².

O pensamento ilustrado era, na visão de Pombal, um fator primordial para que Portugal encontrasse as “luzes”, “sendo impossível que um povo ignorante não declinasse”¹⁶³. Ana Rosa destaca, ainda, que houve uma “relação entre a decadência econômica, a dependência política e a falta de arejamento mental do Reino [...]”¹⁶⁴. Ou seja, a fórmula para chegar às “Luzes” estaria tanto no contato com as ciências quanto no contato com outras culturas. O reformismo esteve ligado diretamente ao pedagogismo.

Se aliados à política estavam a ciência e o contato com outras culturas, não se pode negar que a educação se apresentou enquanto um importante instrumento do período pombalino. Aliás, podemos considerar que, “no âmbito pedagógico, o reformismo luso foi vanguarda, e o mérito nisto, deve-se ao governo Josefino e ao seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo”, como apontado por Ana Rosa Silva Clocllet¹⁶⁵. A importância da reforma de ensino lusa é indiscutível, mas não se pode deixar de frisar que o processo foi além das fronteiras cronológicas que perpassaram os anos em que esses dois estadistas estiveram à frente do governo português.

Segundo Luís Carlos Villalta, Christianni Cardoso de Moraes e João Paulo Martins, a reforma educacional em Portugal havia sido aventada ainda durante o reinado de D. João V. No entanto, foi no período de D. José I e Sebastião José de Carvalho e Melo que elas foram postas em prática. Até então, o ensino luso ficava a cargo de eclesiásticos, não exclusivamente os jesuítas. No início dos setecentos, a primazia do ensino era dividida entre estes e sacerdotes da Congregação do Oratório, por exemplo¹⁶⁶. Com a ascensão de Sebastião durante o reinado de D. José, a discordância com os métodos

¹⁶² SILVA, Ana Rosa Clocllet da. **Inventando a nação**. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2006. p. 47

¹⁶³ Idem.

¹⁶⁴ Idem. P. 48. Cf: VILLALTA, L. C.; MORAIS, Christianni Cardoso; MARTINS, João Paulo. As reformas pombalinas e a instrução (1759-1777). In FALCON, Francisco Calazans; RODRIGUES, Claudia. (org). **A época pombalina**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015, v.1. p. 453-499

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ A congregação do oratório teve seu início na Itália. Seus clérigos eram subordinados ao Ordinário Diocesano. Eram críticos às ideias aristotélicas e simpáticos às ideias de Descartes. Cf: VILLALTA, L. C.; MORAIS, Christianni Cardoso; MARTINS, João Paulo. As reformas pombalinas e a instrução (1759-1777). In FALCON, Francisco Calazans; RODRIGUES, Claudia. (org). **A época pombalina**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015, v.1. p. 453-499 Apud Maxwell (1997-110)

utilizados pelos clérigos tornou-se ainda mais evidente frente à necessidade de modernização do ensino no âmbito ilustrado. Segundo Villalta et al., o ensino jesuítico tinha como objetivo a formação de fiéis. A dissolução da Companhia de Jesus, que operou entre os anos de 1540 e 1750, foi, segundo Ana Rosa Cloclet, o ponto decisivo na constituição de uma educação pública com caráter “*secular e nacional*” em Portugal¹⁶⁷.

O contato com as novas ideias políticas e científicas ilustradas gerou uma insatisfação que culminou no alvará de 1759 em que se proibiu o ensino pelo clero, iniciando-se, assim, as reformas educacionais que atingiram todos os níveis de ensino português e suas possessões no ultramar. Nesse alvará, além da extinção das classes jesuíticas, foi estabelecida a regularidade dos estudos de gramática latina, grega, hebraica e retórica¹⁶⁸. Esta última era um ponto importante, mas não suficiente. Era preciso ir além, incorporando, para isso, o ensino de ciências naturais, físicas e também geometria. A ação, nesse momento, voltou-se para a discussão em torno da necessidade de contratação de novos professores e também das referências bibliográficas que seriam adotadas, destacando-se as obras de Verney, Cícero e Tito Lívio.

Homens da administração portuguesa passaram a gerenciar as instituições de ensino em todos seus níveis, primário, secundário e universitário. Villalta et al. recorrem a uma fala de Maxwell muito pertinente sobre tal reforma: “a reforma educacional pombalina teve um objetivo altamente utilitário: produzir um novo corpo de funcionários ilustrados para fornecer pessoal à burocracia estatal e à hierarquia da Igreja reformada.”¹⁶⁹ De forma objetiva, este é o motivo pelo qual se torna importante trazer à tona, neste capítulo, a reforma de ensino.

Ao considerar as reformas no ensino, principalmente na Universidade de Coimbra, como um plano de D. José e Sebastião, Villalta aponta sobre a instituição:

[...] pode-se afirmar que, na história da Universidade de Coimbra, há uma notável coincidência temporal entre a execução das reformas e a emergência de nomes que se distinguiram no campo científico, no mundo luso-brasileiro e fora dele. Suas trajetórias são indissociáveis

¹⁶⁷ SILVA, Ana Rosa Cloclet da. **Inventando a nação**. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso- Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo. Hucitec, Fapesp, 2006. p. 68.

¹⁶⁸. SILVA, Ana Rosa Cloclet da. **Inventando a nação**. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso- Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo. Hucitec, Fapesp, 2006. P. 47. Segundo Cloclet, a nova retórica veio como uma forma de exaltar a importância de se ter pensamentos bem encadeados e de falar bem. “Ordenando ‘os pensamentos, a sua distribuição e ornato’, de modo que se ministrassem” todos os meios e artifícios para persuadir os ânimos e atrair vontades”.

¹⁶⁹ VILLALTA, L. C.: MORAIS, Christianni Cardoso; MARTINS, João Paulo. As reformas pombalinas e a instrução (1759-1777). In FALCON, Francisco Calazans; RODRIGUES, Claudia. (org). **A época pombalina**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015, v.1. p. 453-499 Apud Maxwell (1997-110) p. 457.

das reformas educacionais iniciadas por Sebastião, evidenciando, em alguns casos, tanto seus limites quanto o que estava para além deles, como a contestação religiosa e política¹⁷⁰.

Ainda nas palavras de Villalta,

o reformismo conjugava as ideias ilustradas com o pensamento religioso e monárquico, ou seja, absorvia as ideias das luzes mais “utéis” à coroa e à sociedade Lusa, visando tirar o último de seu “atraso”, mas sem almejar, com isso, romper as barreiras fundamentais do poder no antigo Regime¹⁷¹.

O reformismo português, encabeçado pela própria corte, não tinha pretensão de romper barreiras por completo, mas, sim, buscar uma reforma que partisse do comando da corte. Não se tem como negar que algumas regras foram afrouxadas a partir de tal processo, mas isso não se aplica ao lugar ocupado pela nobreza. As reformas deveriam sim ser realizadas, mas sob o destaque da nobreza que deveria, com sua qualidade¹⁷² e conhecimentos, ser útil à coroa e à sociedade, ocupando, para esse fim, os mais altos cargos da monarquia¹⁷³. Para tanto, foi necessária uma reorganização no ensino. Assim, a aliança com a igreja católica deu lugar a um ensino laicizado, em que o Estado deveria ter o máximo de controle para que aquele suprisse as demandas deste. Retomando a fala de Villalta, “o progresso deveria partir da Coroa. O programa de reformas a ser empreendido pela Coroa guiava-se pelo princípio básico de garantir a “conservação” da sociedade e do Estado”¹⁷⁴.

¹⁷⁰Cf: VILLALTA, L. C.: MORAIS, Christianni Cardoso; MARTINS, João Paulo. As reformas pombalinas e a instrução (1759-1777). In FALCON, Francisco Calazans; RODRIGUES, Claudia. (org). **A época pombalina**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015, v.1. p. 453-499 Apud Maxwell (1997-110).

¹⁷¹ VILLALTA, L. C.: MORAIS, Christianni Cardoso; MARTINS, João Paulo. As reformas pombalinas e a instrução (1759-1777). In FALCON, Francisco Calazans; RODRIGUES, Claudia. (org). **A época pombalina**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015, v.1. p. 453-499 Apud Maxwell (1997-110).

¹⁷² Anteriormente, a qualidade destacada era exclusivamente de nascimento. O afrouxamento destacado acima se refere, no entanto, à possibilidade de destaque a partir de uma prestação de serviço, por exemplo. Segundo Villalta: “era dos soberanos a competência, única e exclusiva, de distinguir aqueles membros dos povos que exercem algumas funções especiais, diferenciando-se no seu exercício. E o faziam concedendo o estatuto de nobre ou fidalgo a esses que se destacassem”. VILLALTA, L. C.: MORAIS, Christianni Cardoso; MARTINS, João Paulo. As reformas pombalinas e a instrução (1759-1777). In FALCON, Francisco Calazans; RODRIGUES, Claudia. (org). **A época pombalina**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015, v.1. p. 453-499

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ VILLALTA, L. C.: MORAIS, Christianni Cardoso; MARTINS, João Paulo. As reformas pombalinas e a instrução (1759-1777). In FALCON, Francisco Calazans; RODRIGUES, Claudia. (org). **A época pombalina**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015, v.1. p. 453-499

A reforma da educação teve como alvo tanto o ensino primário quanto o secundário. Afetou os estudos menores, mas também a Universidade de Coimbra; um conceito de educação integrada, que, segundo alguns autores, foi o primeiro do ocidente. Para que tais reformas fossem empreendidas com êxito, algumas medidas foram tomadas.

Uma das primeiras medidas tomadas pela coroa e seu ministro para pôr em prática a reforma na educação foi a criação da Real Mesa Censória, um órgão fiscalizador que tinha como objetivo fazer a censura de obras literárias, fiscalizando as escolas menores. O primeiro passo foi dado por meio da fiscalização, no entanto, a partir de 1771, a Real Mesa Censória passou a administrar totalmente os estudos menores¹⁷⁵. Com a carta de Lei de 1772, as reformas entram no que Villalta denominou de segunda fase das reformas pombalinas na educação, período que se estende até o fim do período josefino em 1777. Em que pese o fato de a criação da Real Mesa Censória ter sido um ato decisivo para o processo de secularização pelo qual passava o estado português, segundo Cloquet, ele denunciou também uma expressiva presença do clérigo, o que acabou por limitar a incorporação de novas ideias¹⁷⁶. Isso se aplicou, por exemplo, à proibição do uso de autores denominados ateístas, entre os quais estão Voltaire, Diderot e D'Holbach, considerados como uma ameaça ao Estado Absolutista e à Igreja Católica.

As cadeiras eram ocupadas de acordo com critérios que obedeciam à ordem estamental. Assim, nem todos tinham acesso, sendo esse ensino destinado, principalmente, aos nobres. Em Coimbra, passaria a existir uma elite que seria formada com um pensamento ligado à razão e ao empirismo. Essa elite seria o foco da coroa com intuito de formar homens à luz dos moldes exigidos pelo exercício da vida pública¹⁷⁷.

[...] esta era uma preocupação presente já nos escritos dos primeiros ilustrados lusos, sendo lembrada por D. Luís da Cunha ao indicar o próprio Pombal para a secretaria do Reino – pelo seu “gênio paciente, especulativo” e “sem vícios” – e por Verney, que em diversos momentos lembrava a necessidade de se atentar para as “qualificações dos governantes”¹⁷⁸.

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ SILVA, Ana Rosa Cloquet da. **Inventando a nação**. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso- Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo. Hucitec, Fapesp, 2006p. 76.

¹⁷⁷ SILVA, Ana Rosa Cloquet da. **Inventando a nação**. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso- Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo. Hucitec, Fapesp, 2006. p. 76.

¹⁷⁸ SILVA, Ana Rosa Cloquet da. **Inventando a nação**. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso- Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo. Hucitec, Fapesp, 2006. p. 76.

Como apontado anteriormente, a valorização da ciência, a ênfase no aprendizado prático, empírico foram algumas das características que permearam os novos métodos de ensino português. A partir de agora, buscando entender a colocação de D. Domingos na Universidade de Coimbra, com o intuito de compreender a reforma, estarão sob perspectiva dois níveis de ensino.

2.1.2. Os alunos de José Anastácio da Cunha.

Há alguns anos, ao iniciar a pesquisa sobre D. Domingos, estive no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Uma das primeiras informações que encontrei sobre ele foi a de que D. Domingos teria editado um livro “Ensaio sobre os Princípios de Mechanica”, em 1807. Naquele momento, tal informação não fazia muito sentido, até mesmo pelo fato de não ter a consciência de quem era o autor daquele livro.

Algum tempo depois, com a avançar da pesquisa, descobri que o autor do “Ensaio sobre os princípios de Mechanica”, além de professor de D. Domingos, teve muita influência em sua formação. Tratava-se de José Anastácio da Cunha, um homem com uma trajetória muito interessante e que acabou sofrendo um infortúnio durante sua vida como consequência da morte de D. José I e a denominada Viradeira de D. Maria I.

O professor de Geometria, José Anastácio Cunha, nasceu em 1744. Cunha se formou na Casa das Necessidades e foi educado por padres da Congregação do Oratório, já que seus pais eram muito humildes. Em 1762, após a invasão da coligação criada entre a França e a Espanha, José Anastácio da Cunha entrou no Regimento de Artilharia do Porto, aquartelado em Valença do Minho.¹⁷⁹ Aos 20 anos, Cunha foi nomeado primeiro-tenente do regimento de artilharia do Porto, onde teve contato com os estudos de matemática, línguas, história. Alguns anos depois, José Anastácio contava sobre o ocorrido em uma correspondência.

(...) Pedi-me o capitão de mineiros do meu regimento a minha opinião sobre o que vários autores tinham publicado acerca das minas: dei-lha por escrito muito sem segunda tenção, que nem deixei em meu poder cópia. Entre outras coisas mostrei alguns erros de Mr. Dulacq, autor que

¹⁷⁹ QUEIRÓ, José Filipe. José Anastácio da Cunha. Um matemático a Recordar, 200 anos depois. In: **Revista Brasileira Matemática Universitária**, nº 14, 1992, p.15-27.

o marechal tinha recomendado aos artilheiros e engenheiros, o que nem eu nem talvez pessoa alguma do meu regimento então sabia. Depois passando o marechal por Almeida, aonde eu estava, houve quem inocentemente e cuidando que me fazia um grande bem, ofereceu a minha dissertação ao conde de Lippe, que naturalmente se julgou insultado. Apesar de partir então para Buckemburg ainda duvidoso da minha inocência, deixou recomendado que se me dobrasse o soldo e me adiantassem¹⁸⁰.

Tal acontecimento deu outra guinada na vida de José Anastácio da Cunha. Em 1773, Cunha foi indicado pelo Marquês de Pombal para ocupar o cargo de lente de geometria na Universidade de Coimbra. Em uma carta ao então reitor da Universidade, D. Francisco de Lemos, Sebastião José de Carvalho e Mello assim se manifestou:

As incomodidades, que há sete semanas me tiveram impedido, não permitiram que eu desse a Vossa Excelência completa noção do Professor José Anastácio da Cunha, que até agora serviu de Tenente na Companhia de Bombeiros do Regimento da Praça de Valença do Minho. O dito militar é tão eminente na Ciência Matemática, que tendo-o eu destinado a ir à Alemanha aperfeiçoar-se com o Marechal General, que me tinha pedido dois, ou três moços Portugueses para os fazer completos, me requereu o Tenente General Francisco Maclean, que não o mandasse, porque ele sabia mais que a maior parte dos Marechais dos Exércitos de França, de Inglaterra, e da Alemanha; e que e um daqueles homens raros, que nas Nações cultas costumam aparecer.¹⁸¹

Ainda sobre Anastácio da Cunha, Luiz Carlos Villalta dizia:

Elogiando o então tenente, reproduziu o que dele dizia o general Francisco Maclean: Anastácio “sabia mais que a maior parte dos Marechais dos Exércitos de França, de Inglaterra e da Alemanha; e que é um daqueles homens raros, que nas Nações cultas costumam parecer”. Pombal, portanto, ao nomear José Anastácio exprimia o espírito cientificista e de combate ao “atraso” presente nos novos estatutos.¹⁸²

Anastácio desenvolveu um método novo para ensinar. “Enquanto os colegas liam e repetiam demoradamente proposições fáceis, sem expor dificuldades aos discentes,

¹⁸⁰ QUEIRÓ, José Filipe. José Anastácio da Cunha. Um matemático a Recordar, 200 anos depois. **Revista brasileira Matemática Universitária**, nº 14, 1992, p.15.

¹⁸¹ QUEIRÓ apud CARVALHO. In: QUEIRÓ, José Filipe. José Anastácio da Cunha. Um matemático a Recordar, 200 anos depois. **Revista brasileira Matemática Universitária**, nº 14, 1992.

¹⁸² VILLALTA, L. C.; MORAIS, Christianni Cardoso; MARTINS, João Paulo. As reformas pombalinas e a instrução (1759-1777). In FALCON, Francisco Calazans; RODRIGUES, Claudia. (org). **A época pombalina**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015, v.1.

Anastácio dizia ter priorizado o difícil, desenvolvendo uma pedagogia ativa, pela qual os estudantes resolviam problemas”¹⁸³. Contudo, era visto por alguns como sendo um “libertino, sensual nas linguagens do prazer e amante dos filósofos Voltaire, Rousseau, Pope, e do físico Newton. Em 1774, caiu nas malhas da inquisição acusado de ‘heresia’, ‘apostasia’, ‘deísmo’, ‘tolerantismo’ e ‘indiferantismo’”.¹⁸⁴

Voltando à sua passagem em Coimbra, D. Domingos foi influenciado pelo professor de Geometria e Matemática, cadeira obrigatória em todos os cursos daquela universidade.

A leitura transgressora que José Anastácio fazia da realidade portuguesa era um dos fatores de atração dos jovens alunos de Coimbra para o convívio com o mestre. De espírito cosmopolita, apesar de nunca ter saído de Portugal, romântico *avant la lettre*, era um homem simples de aspecto “pouco acadêmico”, tendo passado a vida dedicada aos estudos, às reflexões filosóficas e a escrever poemas de elogio ao amor. Sua erudição pode ser avaliada pelo seu conhecimento profundo de línguas clássicas e estrangeiras, tendo traduzido para o português textos de Virgílio, Anacreonte, Horácio, Catulo, Shakespeare e Voltaire.¹⁸⁵

D. Domingos, bem como seus irmãos, D. Rodrigo e D. José Antônio, participavam das reuniões organizadas por José Anastácio que eram realizadas no Palácio das Necessidades ou em sua própria casa. Em carta a seu primo, D. José Maria de Souza, D. Domingos disse sobre o professor:

Fiz conhecimento de José Anastácio da Cunha, Lente de Geometria, por benefício da Providência, pois confesso dever-lhe tudo que possa achar-se bom na minha vida. Este homem, o mais próximo da perfeição que eu jamais vi, reunia a hum sublime engenho o mais puro coração e o caráter mais singelo e firme; este dignou-se ser o meu mentor, o meu amigo. Objeto de huma veneração e extrema amizade, era para mim igualmente huma segunda consciência na moral, hum diretor nos meus estudos.¹⁸⁶

Sabe-se pouco da relação de D. Domingos com Anastácio, mas o suficiente para saber o quanto o biografado se inspirava no mestre, a ponto, inclusive, de editar um de

¹⁸³ Idem. p.477

¹⁸⁴ SANTOS, Nívia Cirne Pombo dos. SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. **Palácio de Queluz**. Tese de doutoramento, UFF, Niterói, 2013. p. 160.

¹⁸⁵ SANTOS, Nívia Pombo dos. **Palácio de Queluz** Tese de doutoramento, UFF, Niterói, 2013. p.162

¹⁸⁶ SILVA, André Mansuy-Diniz. Portrait d’un homme d’État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. Vol I. p. 59.

seus livros. É possível perceber que alguns pensamentos de D. Domingos convergiam com os ideais de Anastácio.

2.2. Nomeação em tempos instáveis na corte: início da carreira diplomática

Antes de discorrer sobre o início da carreira diplomática de D. Domingos, é importante fazer a reflexão sobre o que era a diplomacia no período de atuação de D. Domingos. Atualmente, em um dicionário atual, o significado para o vocábulo *diplomacia* é: “1. Parte da política relativa às relações exteriores dos Estados. 2. Conjunto das negociações internacionais efetivadas por meio das embaixadas. (...) 4. Habilidade empregada numa conversação ou no tratamento de assunto delicado”¹⁸⁷. As três definições aqui demonstradas se complementam para pensarmos essa expressão de forma mais completa. Outra explicação sintetiza bem a diplomacia, como sendo “um instrumento da política externa dos Estados”¹⁸⁸, que compete à negociação internacional. Por outro lado, em um dicionário do século XIX, o termo utilizado era “diplomática”. Diplomática, segundo Antônio de Moraes e Silva, é “a arte, ou Ciência diplomática, de entender os diplomas e documentos antigos. A Ciência dos negociadores políticos, e suas etiquetas, e cerimoniais, que é de ofício, estilos, e uso do Corpo diplomático”¹⁸⁹. Apesar da diferenciação entre os dois vocábulos em contextos distintos, podemos perceber que a lógica da diplomacia manteve uma familiaridade. O termo diplomacia só passou a ser utilizado em meados do século XIX.

Os diplomatas passaram a ter uma maior importância nas tomadas de posição entre as nações em finais do século XVIII e início do XIX. Segundo o historiador Nuno Gonçalo Monteiro, os mais altos cargos da administração do Império Português eram atribuídos a homens da nobreza. Em Portugal, sempre existiu “uma estreita ligação entre o desempenho dos ofícios superiores da monarquia, (...), e a correspondente remuneração

¹⁸⁷ Academia Brasileira de Letras. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. 2 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008. p. 445.

¹⁸⁸ MATHIAS, Leonardo. A arte da negociação. **Revista Negócios Estrangeiros**. Lisboa, nº 9, vol. 1, mar./2006, p. 197.

¹⁸⁹ SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa** - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. p. 620. Corpo diplomático: Ministros estrangeiros, que residem como Embaixadores, Inviados, Plenipotenciários, etc. Acessado em: 10/03/2011. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/2>.

em concessões régias”.¹⁹⁰ A nobreza de Portugal seria ocupante dos cargos importantes do Estado, entre os quais, as comissões diplomáticas¹⁹¹.

D. Domingos fez parte daquela nobreza que ocupou cargos diplomáticos. E, assim como muitos membros de sua família, atuou na diplomacia portuguesa. Exemplo da manutenção dos poderes nas mãos da nobreza e, mais especificamente, da família Sousa Coutinho, nesse contexto, foi a substituição de D. Rodrigo Sousa Coutinho por D. Domingos na corte de Turim, em 1796. Seu pai, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, assim como seu tio, D. Vicente de Sousa Coutinho, também ocuparam cargos relevantes no Império e na diplomacia portuguesa.¹⁹²

A carreira diplomática, durante o Antigo Regime, foi mudando seu perfil de acordo com o passar do tempo na Europa e, mais especificamente, em Portugal. O mais importante cargo era o de embaixador, que poderia ser de caráter ordinário ou extraordinário. No primeiro caso, eram enviados para missões permanentes, enquanto para missões especiais, com uma menor duração, eram enviados os embaixadores extraordinários. Poderia acontecer, no entanto, de dois embaixadores serem enviados a uma mesma missão, um ordinário e outro extraordinário, mas o mais interessante nessa perspectiva é perceber que o que realmente importava era que a representação da Coroa Portuguesa estivesse em seu mais alto nível de negociação, contando, dessa maneira, de forma tanto quantitativa como simbólica¹⁹³.

Devido a isso, em geral, o corpo diplomático português era formado por pertencentes a fidalgos do primeiro plano da nobreza, como no caso de D. Domingos, até porque a Coroa Portuguesa deveria ser representada da melhor maneira possível. Os representantes de “segunda ordem” eram os ministros plenipotenciários, que eram enviados por Portugal em negociações internacionais. D. Domingos, no entanto, foi embaixador ordinário em Londres e também ministro plenipotenciário, enquanto esteve na Inglaterra, somando os cargos em representações e negociações internacionais.

¹⁹⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalves. **O Crepúsculo dos Grandes** - A Casa e o Patrimônio da Aristocracia em Portugal (1750-1850). Lisboa: Imprensa Nacional, 1998. p. 505.

¹⁹¹ Idem. p. 506.

¹⁹² SILVA, André Mansuy-Diniz. **Portrait d'un homme d'État**: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. Vol.I. p. 515.

¹⁹³ MONTEIRO, Nuno GONÇALO e CARDIM, Pedro. *La Diplomacia Portuguesa durante el Antiguo Régimen*. Perfil sociológico y trayectorias. *Cuadernos de Historia Moderna*, 2005, 30, p. 7-40.

2.2.1. Nomeação para Copenhagen

Passados os anos de Coimbra, D. Domingos entrou na carreira diplomática quando foi nomeado embaixador português em Copenhagen, na Dinamarca, em 1788. Sobre esse tempo, D. Domingos destacou que Martinho de Melo¹⁹⁴ ainda conservava a pasta dos Negócios Estrangeiros que lhe havia sido dada após a morte de Ayres de Sá¹⁹⁵. Nesse momento, algumas substituições estavam sendo pensadas pela rainha e alguns homens estavam na disputa pelas pastas dos Negócios do Reino e de Negócios Estrangeiros. Ao que consta, a escolha do novo ministério foi influenciada por um personagem muito caro à D. Maria, o arcebispo de Tessalônica¹⁹⁶. Segundo D. Domingos, alguns dos aspirantes aos altos cargos tentavam, inclusive, adentrar na “sociedade particular do Arcebispo”¹⁹⁷, tamanha era sua influência sobre D. Maria. José Seabra da Silva e Luís Pinto de Sousa Coutinho foram escolhidos respectivamente para as pastas de secretário de Estado dos Negócios do Reino e de Negócios Estrangeiros. Além desses dois, o Visconde de Vila Nova de Cerveira havia sido nomeado como ministro assistente ao despacho, intendente do Erário e presidente da Junta do Comércio, além de secretário de Estado de Negócios da Fazenda Real, cargo que já ocupava antes.

Nesse ínterim, D. Domingos destacou que a nomeação de Luís Pinto de Sousa estava sendo muito esperada e de “grande importância, e de que o público português muito se prometia”. A nomeação de Luís Pinto de Sousa, após sua estadia de 14 anos em Londres, havia sido muito contestada, pois José de Seabra¹⁹⁸ também aspirava a essa vaga caso não conseguisse entrar na de secretário d’Estado dos Negócios do Reino¹⁹⁹. No

¹⁹⁴ Martinho de Melo e Castro (1716-1795) foi um diplomata português, Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar e primeiro ministro de D. Maria I em Portugal.

¹⁹⁵ Ayres de Sá e Melo. foi um diplomata português, Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar e primeiro ministro de 1777 a 1785 em Portugal.

¹⁹⁶ Jorge Pedreira e Fernando Dores da Costa destacam uma descrição do monge de Xabregas sobre o arcebispo: “Era douto, especialmente em história eclesiástica, em teologia moral de que deu à luz seis tomos em oito. Era de gênio livre, e desembaraçado, nada ambicioso, assim de honras, como de cabedais. Teve influência no governo; porém não consta que influísse nem concorresse para a ruína de pessoa alguma, nem que lhe fizesse mal; o seu aspecto, termo e modo de tratar as gentes era no exterior grosseiro, mas no interior era dócil, enternecido, muito esmoler”. Cf: PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. **D. João VI**, um príncipe entre dois continentes. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 52.

¹⁹⁷ COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública à denúncia secreta** que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional.

¹⁹⁸ José de Seabra da Silva (1732-1813): Foi Secretário do Marquês de Pombal de 1771 a 1774.

¹⁹⁹ COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública à denúncia secreta** que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional. p. 90.

entanto, uma outra trama também estava por detrás da disputa em torno dessas nomeações, uma vez que

havia muitos fidalgos que pretendiam estes lugares, mas, dizem, que o decreto de sua nomeação fora sugerido pelo defunto arcebispo confessor e que estava lavrado desde 4 de outubro antecedente. Os fidalgos nada gostaram desta eleição e muito menos o Visconde Secretário d'Estado²⁰⁰.

A disputa era intensa e, ao que parece, a escolha dos ministros não havia agradado aos fidalgos. D. Domingos, no entanto, aponta para esse fato, dizendo: “A Luiz Pinto, que a voz geral pedia, apenas opunha a aristocracia no seu *jergo* bem inteligível e imperdoável, que tinha qualidades, mas não qualidade”²⁰¹, numa possível referência ao seu nascimento. No entanto, segundo D. Domingos: “O arcebispo confessor favorecia a entrada dos dois novos ministros, José de Seabra e Luiz Pinto, porque esperava muito deles. O Arcebispo de Tessalônica obrava de boa-fé, e tinha conservado no paço aquela que já custa a achar nos conventos”²⁰². Segundo Jorge Pedreira e Fernando Dores da Costa:

[...] o arcebispo confessor efetuara um golpe de Estado pouco antes de sua morte. Esse golpe impedia que os fidalgos ocupassem esses cargos, e o visconde de Vila Nova Cerveira, futuro marquês de Ponte Lima, embora, pela acumulação de cargos e pela sua importância relativa fosse os primeiros dos ministros, ficava na realidade isolado²⁰³.

Esses fatos, que ocorreram em meio à espera da primeira nomeação de D. Domingos como embaixador em Copenhagen, denotam um clima de disputa interna na corte, ato comum no meio político, se não fosse o agravamento da situação, pois D. Maria I começava a apresentar os sinais de sua doença também. Ao que parece, a Rainha não teria superado a morte de seu filho primogênito, D. José, e sua situação teria se complicado ainda mais após a morte de seu conselheiro, o Arcebispo de Tessalônica, ambos em 1788. Em 1789, um sentimento ainda maior de insegurança se instalava

²⁰⁰ PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. **D. João VI**, um príncipe entre dois continentes. São Paulo: Companhia das letras, 2008. p. 53.

²⁰¹ COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública a denúncia secreta** que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional. p.90.

²⁰² Idem.

²⁰³ PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. **D. João VI**, um príncipe entre dois continentes. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 53.

já que o príncipe herdeiro havia falecido e o segundo na linha de sucessão, D. João, também havia sido acometido por uma grave enfermidade. Um sopro de esperança surgiu quando se constatou que o príncipe estava longe do perigo. Jorge Pedreira e Fernando Dores da Costa destacam um panegírico em homenagem a D. João:

Único objeto de nossas esperanças nacionais, centro, aonde vão a ter todos os nossos afetos, os nossos respeitos todos, a única, felicíssima segurança da monarquia, apoio único do trono de Portugal, o pai, e o mais empenhado, da pátria, o esforço do nosso Exército, o decoro tutelar do santuário, a consolação única de uma augusta, afligida mãe.²⁰⁴

A família real, porém, já passava por um momento frágil, tendo em vista a morte de D. Pedro III, em 1787, e de D. José, em 1788, a doença de D. João e a consequente doença de D. Maria I. Diante da possibilidade de assumir o trono, D. João viu-se frente a um desafio, já que não havia sido formado para assumir tal lugar. Natural seria que D. José, irmão de D. João, assumisse, vez que era quem deveria ser educado para comandar o reinado. O irmão mais velho de D. Domingos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, como mencionado anteriormente, havia sido educado juntamente com D. José, em uma possível tentativa de se ter um substituto da figura de Sebastião Carvalho e Mello.

A figura de D. João, segundo na linha sucessória, não era, no entanto, a de um governante inatingível, tal como o fora seu avô. “D. João teria sido educado na cópia dos costumes tradicionais do rei ‘temperado’, e não pelas práticas do rei inatingível, que governava por intermédio de um valido. Anos mais tarde, ele será criticado por ouvir demais e durante demasiado tempo”²⁰⁵. Essas características de D. João, posteriormente, deram abertura para diversos embates que buscavam influenciá-lo em suas decisões. Mesmo após D. João assumir o trono, houve ainda uma outra preocupação com a linha sucessória, visto que D. João havia se casado com D. Carlota Joaquina ainda menina e demoraram a consumir o casamento e a ter seu primeiro filho.

²⁰⁴ PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. **D. João VI**, um príncipe entre dois continentes. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 54.

²⁰⁵ Idem. p. 55.

2.2.2. Passagem pela França Revolucionária

Apesar da nomeação para assumir a posição em Copenhague, D. Domingos demorou até que chegasse ao destino. Em 1790, D. Domingos passou em Paris, a convite de D. Vicente de Sousa Coutinho. Na França revolucionária, deparou-se com o “terror, o delírio e a anarquia”²⁰⁶. Resolvidas as nomeações dos ministros, D. Domingos, sob as instruções de Luiz Pinto de Sousa Coutinho, embarcava para Falmouth em abril de 1789. A princípio, Antônio de Araújo de Azevedo embarcaria com D. Domingos para Londres, no entanto, a nomeação de Azevedo demorou um pouco mais para ser resolvida e os dois só se encontraram algumas semanas depois.

Azevedo tinha sido nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Portugal nas Províncias Unidas nos países baixos. Contudo, ele só saiu de Lisboa em junho de 1789 rumo a uma viagem que se dividiu entre França e Inglaterra, chegando, finalmente, em agosto de 1790, a Haia. Quando partiu para assumir a enviatura, Antônio Araújo de Azevedo parecia não ter pretensões de passar pela França, visto que, em outubro de 1789, sua posição perante os acontecimentos na capital francesa era bastante crítica. Joaquim Pintassilgo acredita que “a curiosidade [De Antônio de Araújo de Azevedo] irá vencer os seus receios”, ao decidir que passaria pela capital francesa²⁰⁷.

Nesse momento, os caminhos de Antônio Araújo e D. Domingos se cruzaram novamente. Os dois ficaram na França a pedido de D. Vicente de Sousa Coutinho para acompanhar os desdobramentos iniciais da Revolução. Em ofício, D. Vicente de Sousa Coutinho anunciava a Luiz Pinto de Sousa Coutinho a chegada de Antônio de Araújo de Azevedo e D. Domingos a Paris. Segundo D. Domingos, “depois de ver a famosa federação de 14 de julho de 1790 que D. Vicente de Sousa Coutinho insistiu (com tom profético) que ficassem para ver, como sucesso único, e que não se repetiria”²⁰⁸. D. Vicente de Sousa Coutinho, representante português na corte francesa, via com bons olhos o que ocorria na França e enviava relatos semanais desses acontecimentos a Lisboa:

²⁰⁶ ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu. As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais. In: MATTOSO, José (org). **História de Portugal**. vol. V, Lisboa, Estampa, 1994.

²⁰⁷ PINTASSILGO, Joaquim. A Revolução Francesa na perspectiva de um diplomata português (A correspondência oficial de Araújo de Azevedo). **Revista de História das Ideias**. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias. Faculdade de Letras, N 10, 1988, p.131-144. Acesso em: 20 abr 2011

²⁰⁸ COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública à denúncia secreta** que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional. p.92.

Já depois de maio de 1789, D. Vicente de Sousa Coutinho vai descrevendo – num tom que, nos primeiros tempos, vai pouco e pouco denunciando a sua adesão aos ideais da pré-revolução – todos os principais eventos registrados na capital francesa de natureza política e não só. Assim, reportando-se ao julgamento das ordens superiores no Terceiro Estado sua própria adesão e até mesmo louvor aos acontecimentos. Refere ele a propósito: “Não faltou a este grande e venturoso espetáculo senão um maior número de espectadores... França queria ser testemunha”.²⁰⁹

Levando-se em consideração essa narrativa de Cadafaz de Mattos, que se dedicou a pesquisar as correspondências de D. Vicente de Sousa Coutinho, pode-se perceber um D. Vicente entusiasmado com o desenrolar dos acontecimentos nos momentos iniciais da França revolucionária. Talvez esse fato justifique a solicitação para que D. Domingos e Antônio de Araújo e Azevedo permanecessem em Paris.

D. Domingos e Antônio de Araújo de Azevedo pediram juntos a D. Vicente de Sousa que tomasse para si a responsabilidade da demora, e certificasse a Luiz Pinto que ele era quem lhes aconselhara que ficassem para ver a federação. D. Vicente pontualmente o fez, e Luiz Pinto aprovou tudo²¹⁰.

Segundo D. Vicente, em ofício a Luiz Pinto de Sousa Coutinho, D. Domingos e Antônio de Araújo teriam deixado a corte francesa em 28 de julho de 1790²¹¹. O primeiro a caminho de Copenhague; o segundo, da corte de Haia. Não se tem, por hora, um relato direto de D. Domingos sobre o que viveu durante sua passagem na França. No entanto, Ana Cristina Bartolomeu Araújo indica que este teria se deparado com “o terror, o delírio e anarquia”²¹². Contudo, anos mais tarde, ao se defender de algumas acusações feitas por Antônio de Araújo de Azevedo, seu companheiro de viagem, D. Domingos fez algumas reflexões sobre o ocorrido. Segundo suas ponderações, outros conflitos, tais como a Independência dos Estados Unidos, em 1776, o Tratado de Paz de Teschen, de

²⁰⁹ MATOS, Cadafaz de. A correspondência inédita do embaixador de Portugal em Paris, D. Vicente de Sousa Coutinho. **Revista História das Ideias**. Vol 10. Lisboa. 1988 Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/ihiti/rhi/vol10/pdfs/09_mmatos.pdf Acessado em: 16 jun 2016.

²¹⁰ COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública a denúncia secreta** que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araújo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional. p.92.

²¹¹ ANTT, Legação de Portugal na França, ofício, nº 24, Paris, de 28 de julho de 1790.

²¹² ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu. As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais. In: MATTOSO, José (org.). **História de Portugal**. vol. V, Lisboa, Estampa, 1994. No artigo escrito para a coleção História de Portugal, não se tem um apontamento de onde se encontra esta fonte.

1779²¹³, teriam tido um alcance pontual, uma vez que seus conflitos estavam restritos as suas fronteiras. Diferentemente da Revolução Francesa, que “veio perturbar para sempre” a Europa como um todo.²¹⁴ Segundo D. Domingos,

O sistema continental de Luiz XVI, ou de Mr Vergennes era o que mais convinha a Europa e segundo eu creio à França. Era o oposto Directoral, ou de Napoleão. Ele atraiu sem violência a si todas as nações que ele uniu pela neutralidade armada; com esta grande diferença que todas as nações que ele uniu à França ganharam nisso. Inglaterra só perdeu; no sistema de Napoleão todas se arruinaram, e da ruina geral só a Inglaterra se aproveitou.²¹⁵

Se, em um primeiro momento, não se sabia muito o que esperar da Revolução Francesa, mais tarde, ao fazer a reflexão disposta no trecho acima, D. Domingos conseguiu fazer uma análise posterior em que pondera sobre os acontecimentos e os caminhos os quais as duas maiores potências europeias teriam trilhado após Napoleão assumir o poder. Após sua passagem pela França Revolucionária, o destino de D. Domingos era chegar à corte dinamarquesa, o que será tratado no próximo tópico.

2.2.3 Assumindo o posto de Embaixador Português na Dinamarca

D. Domingos deixou a Corte francesa em julho, tendo chegado a Copenhague no dia 28 de outubro de 1790. Segundo Luís Álvares da Cunha, antecessor de D. Domingos na corte dinamarquesa²¹⁶.

Tenho a honrar de participar a V. Exc. a chegada de D. Domingos a esta capital, que teve efeito no dia de quinta feira, 28 do passado pelas quatro horas da tarde; e a pouca ordem em que presentemente se deve supor esta casa desculpará para com V. Exc. e que não seja dito senhor que me façam esta participação reservando-a para o seguinte correio em que provavelmente poderá também participar ou ter tido suas audiências, o que lhe não foi possível ainda achando-se lhe retardada por causa do

²¹³ Tratado assinado em maio de 1779, ao fim da Guerra de Sucessão da Baviera, e que ocorreu entre os anos de 1778-1779.

²¹⁴ COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública à denúncia secreta** que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araújo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional. p. 86

²¹⁵ COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública à denúncia secreta** que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araújo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional. p. 87.

²¹⁶ ANTT, Legação de Portugal na Dinamarca. PT-TT-MNE-ASC-C-8-3-C545. Correspondência de Luís Álvares da Cunha a Luís Pinto de Sousa Coutinho de 2 de novembro de 1790.

vento de Lubeck por aqui, parte da sua equipagem.²¹⁷

No dia 10 de novembro, D. Domingos foi à Casa do Conde de *Bernstorff*²¹⁸ entregar as suas credenciais. Dois dias depois D. Domingos foi apresentado pela primeira vez enquanto embaixador. Sobre isso, ele dizia:

Nesse dia esperei que o Conselho acabasse, e depois de ser pelo Conde de Bernstorff apresentado aos outros ministros e aos vários oficiais da Casa que ali se achavam fui introduzido à sala do docel, onde o Rei ouviu com toda atenção o brevíssimo discurso que lhe fiz, e respondeu muito intensamente que recebia com suma satisfação as protestações de amizade que eu lhe fazia em Nome da Rainha, Nossa Senhora e que tinha sumo gosto em ver-me na sua Corte.²¹⁹

Durante esse início em Copenhagen, D. Domingos contou com a companhia do Conde de *Bernstorff* em várias ocasiões ou, pelo menos, constituiu-se como a companhia mais destacada por ele nas correspondências oficiais. O iniciante Domingos parecia estar conhecendo as maneiras de lidar da diplomacia. Em carta a Luís Pinto de Sousa Coutinho, ele conta que fora a uma conferência com o dito Conde e, posteriormente, teve a oportunidade de jantar com a Família Real Dinamarquesa. A essa época estava à frente do governo o Rei Gustavo III da Suécia que se casou com Sofia Madalena da Dinamarca. O conde foi uma figura importante no contexto, mas também para D. Domingos.

Vossa Excelência sabe que há dois anos desde a demissão de Chacrakou chefe do partido oposto do Conde de *Bernstorff*, ficou este senhor absoluto no Conselho onde El Rey preside nominalmente, e o Príncipe Real receia de dar o seu voto. Na verdade, (perdoe-me V. Exa se o digo claramente) sem distrair do merecimento dos seus colegas a quem os conversou não parece extraordinária a superioridade decisiva do Conde. Entre este e o príncipe de esse reina a melhor harmonia, porém no fundo o Conde teme-o, e o desejo ardente do Príncipe de entrar no conselho, a influencia que depois do casamento, e pelo militar tem adquirido sobre o Príncipe Real fazem crer a todos que se ele entrar a autoridade do Conde diminuirá.²²⁰

²¹⁷ ANTT, Legação de Portugal na Dinamarca. PT-TT-MNE-ASC-C-8-3-C545. Correspondência de Luís Alvares da Cunha a Luís Pinto de Sousa Coutinho de 2 de novembro de 1790.

²¹⁸ Andreas Peter Bernstorff era alemão sobrinho do Johann Hartwig Ernst von Bernstorff, estadista alemão. Foi introduzido por seu tio na Corte Dinamarquesa onde se tornou funcionário do Estado.

²¹⁹ ANTT, Legação de Portugal na Dinamarca. PT-TT-MNE-ASC-C-8-3-C545. Correspondência de Luís Alvares da Cunha a Luís Pinto de Sousa Coutinho de 16 de novembro de 1790.

²²⁰ ANTT, Legação de Portugal na Dinamarca. PT-TT-MNE-ASC-C-8-3-C545. Correspondência de Luís Alvares da Cunha a Luís Pinto de Sousa Coutinho de 6 de novembro de 1790.

Logo nas primeiras correspondências, ele deixa claro que está se inteirando dos acontecimentos naquela corte, ao enviar notícias para Luís Pinto de Sousa Coutinho. Alguns conteúdos dos ofícios eram confidenciais e/ou “secretíssimos” e D. Domingos se cercava de cuidados para que as correspondências não fossem violadas. No fim de novembro de 1790, foi possível perceber, em uma das correspondências, que D. Domingos passou a utilizar, pela primeira vez, uma “cifra” ou código que já eram utilizados por seu irmão, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, para se comunicar com Luís Pinto de Sousa Coutinho²²¹. Durante o fim do século XVIII e início do XIX, D. Domingos utilizou essas cifras em alguns momentos.

Nesse primeiro momento de D. Domingos na diplomacia, podemos perceber uma relação próxima dele com algumas pessoas. Luís Pinto de Sousa Coutinho era uma dessas pessoas, mas, ao que consta, D. Domingos devia a ele satisfações, assim como Luís Álvares, seu antecessor. Por outro lado, quando D. Domingos se utiliza da mesma cifra utilizada por seu irmão, pode-se perceber que D. Domingos recebia de seu irmão, no início da sua carreira, algumas instruções e se utilizava de mecanismos já utilizados por ele.

2.2.3.1 Uma “obstinada oftalmia”

Alguns anos depois de ter chegado a Copenhague, D. Domingos foi acometido por um problema de saúde que lhe atingiu a visão. No ano de 1794, após oito meses de uma “obstinada oftalmia”, ele pedia licença para consultar médicos na Alemanha, que sugeriram que passasse por Viena. Posteriormente, dirigiu-se à Itália, chegando a Veneza, onde passou os últimos dias desse ano. Esses são os primeiros passos que, ainda sem saber, denotavam um descontentamento com sua estadia na Dinamarca. Em agosto de 1794, não era D. Domingos quem estava assinando as correspondências enviadas a Luís Pinto de Sousa Coutinho. A partir de então, seu secretário, Rafael da Cruz Guerreiro era quem o substituíra. Em 12 de agosto de 1794, Rafael Guerreiro informava, no Index da correspondência, que havia uma suplica de D. Domingos, ligada já a seus

²²¹ ANTT, Legação de Portugal na Dinamarca. PT-TT-MNE-ASC-C-8-3-C545. Correspondência de Luís Álvares da Cunha a Luís Pinto de Sousa Coutinho de 30 de novembro de 1790.

problemas de saúde²²². A resposta de Luís Pinto de Sousa Coutinho veio somente alguns meses depois, já em dezembro. Antes, porém, D. Domingos havia entendido o silêncio como uma resposta positiva ao seu pedido, como dissera Rafael Guerreiro:

O estado em que o Sr D. Domingos se acha o obriga a ordenar-me de acompanhar até os Beltz, e talvez até Hamburgo. A grande melancolia que o domina lhe não permite de partir só, principalmente no princípio de uma viagem. Este é o motivo por que faltam alguns correios com a comunicação das notícias desta Corte. O Sr. D. Domingos tinha diferido até agora a sua partida, esperando sempre pela aprovação da comunicação que ele pediu licença que S. Mag. foi servida conceder-lhe de ir a Stockolmo e aproveitar-se dela no princípio do inverno, peço ainda que os seus olhos se acham quase reestabelecidos, a fraqueza que lhe ficou neles é tal, assim como a hipercórnia (?) que essa lhe causou, que julga impossível poder-se demorar aqui por mais tempo sem grande risco, e portanto, pede encarecidamente a V.Exa. se digne alcançar-lhe da (?) de S. Mag. A aprovação da resolução que ele tomou de partir agora. Vai consultar Mr. Richter, famoso oculista em Gotheingue, e se suas forças lhe permitirem continuar por Alemanha e ver se se pode acolher a teu irmão em Turim. O Sr. D. D. pede muito a V.Ex. lhe queira fazer a graça de não fazer sair de toda a extensão do seu miserável estado a sua família²²³.

Em dezembro de 1794, D. Domingos escreveu a Luís Pinto de Sousa Coutinho sobre sua partida. D. Domingos escrevia com dificuldades devido ao injusto tratamento de seus olhos ‘que sofreram da medicina desta terra’²²⁴:

Se me houvesse a esperança de restabelecer-me a circunstância que esta moléstia não tenha atacado a vista, nenhuma causa muito leve princípio me vejo obrigado de faltar às minhas obrigações. Esperei que o verão me restituísse a força que os meus olhos tinham perdido; porém a brevidade, e inconstância dele me fez desvanecer esta esperança, e me obriga a pedir encarecidamente a V.Exa. que me alcance a grandeza e benignidade de sua mag. E de S.A.R. o príncipe N.S. que se dignem aprovar a (?) necessária que faço da licença de viajar em Suécia para a um clima mais moderado. Desejo ir a alguns lugares de Alemanha consultar com professores mais hábeis, e principalmente, a dissipação, e mudança de ares²²⁵.

²²² ANTT, Legação de Portugal na Dinamarca. PT-TT-MNE-ASC-C-8-3-C546. Correspondência de Rafael da Cruz Guerreiro a Luís Pinto de Sousa Coutinho de 12 de agosto de 1794.

²²³ ANTT, Legação de Portugal na Dinamarca. PT-TT-MNE-ASC-C-8-3-C546. Correspondência de Rafael da Cruz Guerreiro a Luís Pinto de Sousa Coutinho de 23 de dezembro de 1794.

²²⁴ ANTT, Legação de Portugal na Dinamarca. PT-TT-MNE-ASC-C-8-3-C546. Ofício de D. Domingos de Sousa Coutinho a Luís Pinto de Sousa Coutinho de 23 de dezembro de 1794.

²²⁵ ANTT, Legação de Portugal na Dinamarca. PT-TT-MNE-ASC-C-8-3-C546. Ofício de D. Domingos de Sousa Coutinho a Luís Pinto de Sousa Coutinho de 23 de dezembro de 1794.

Foi possível perceber que D. Domingos já havia deixado as correspondências a cargo de Rafael da Cruz Guerreiro há algum tempo. Rafael da Cruz Guerreiro, ao receber a permissão esperada por D. Domingos, avisou-o prontamente²²⁶. Nesse ofício de 23 de dezembro de 1794, o diplomata, no entanto, deixa avisado que a embaixada ficaria sob a custódia do secretário.

Em 16 de agosto de 1795, D. Domingos se encontrava em Livorno para tomar banhos de mar, já tendo passado por Pisa e Lucca, ambos na Península Itálica. Nesse tempo, estava prestes a completar quase um ano que D. Domingos tinha saído da Dinamarca. Em carta a Antônio de Araújo de Azevedo dizia:

Depois que sai da Dinamarca que em breve será um ano, os meus olhos se preservaram livres de inflamação; porém da irritabilidade que os malditos médicos de Copenhague lhe puseram, ainda não estou livre. Ainda vejo bem que não estão de todos são. Porém a viagem dissipou a melancolia que ia sendo hipocondria, causada do encerro desnecessário de 8 meses, e o incômodo que me resta, aprendi a suportá-lo sem renunciar a dito divertimento²²⁷.

Como se pode perceber, a saúde de D. Domingos não havia se adaptado ao clima, principalmente no inverno dinamarquês. Ainda na Itália, passou em Capitólio e Vesúvio durante a primavera. Logo depois, ficou por cinco ou seis semanas em Turim, onde visitou seu irmão, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que não encontrava há 14 anos. Depois de ter ficado por um tempo longe da corte dinamarquesa, D. Domingos parecia estar decidido a se manter afastado de lá. Diante disso, quando estava em Lione, D. Domingos solicitou a Luiz Pinto de Sousa Coutinho uma autorização para passar outro inverno na Itália ou que lhe desse outra “missão para algum clima mais favorável do que o da Dinamarca”²²⁸. Luiz Pinto de Sousa Coutinho, além de Secretário de Negócios, possuía uma relação fraternal com a família Sousa Coutinho.

Luís Pinto estabeleceu vínculos com D. Rodrigo que extrapolavam as relações públicas da Corte. Tratavam-se por “primos” na correspondência oficial, mesmo sem o serem, e entre eles não faltavam

²²⁶ ANTT, Legação de Portugal na Dinamarca. PT-TT-MNE-ASC-C-8-3-C546. Ofício de D. Domingos de Sousa Coutinho a Luís Pinto de Sousa Coutinho de 18 de dezembro de 1794.

²²⁷ ADB, Fundo Barca-Oliveira, 4ª caixa, Cota provisória C 8. Carta a Antônio de Araújo de Azevedo de 16 de agosto de 1795. In: SILVA, André Mansuy Diniz. Vol I p. 416-418.

²²⁸ COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública a denúncia secreta** que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional. P. 93.

manifestações explícitas de cordialidade.²²⁹

Não raro, encontramos, em algumas correspondências, pedidos feitos a Luís Pinto. Assim, podemos destacar tanto o pedido de D. Rodrigo para agilizar seu casamento com D. Mariana, quanto o pedido de transferência de D. Domingos para assumir em outra corte.

Em Bolonha, D. Domingos teve conhecimento dos primeiros passos de Napoleão Bonaparte na Itália, o que lhe causou uma certa apreensão, já que a França considerava Portugal em estado de guerra. D. Domingos seguiu para Veneza onde recebeu o aviso de que seu irmão D. Rodrigo de Sousa Coutinho havia sido chamado a Lisboa. Em ofício de 6 de julho de 1796 a D. Rodrigo, Luís Pinto de Sousa Coutinho o chama com urgência a Lisboa, avisando, dessa forma, que poderia não mais voltar a Turim. Ainda nesse ofício, o secretário de Negócios Estrangeiros revelou a possibilidade D. Domingos assumir o lugar que ficaria vago em Turim:

Se a saúde do seu irmão o permitisse, poderia passar a essa Corte, e ficar nela substituindo as vezes de V.S.^a; porém se preferir antes de passar a Berlim, em tal caso V.S.^a; lhe escrevera para que me mande a sua resposta decidiva, porque elegendo antes este último partido, então será preciso que o Visconde de Anadia passe a Turim com a possível brevidade.²³⁰

Em 30 de julho, D. Rodrigo saiu de Turim a partir de Genova, deixando, em seu lugar, seu secretário José Manuel Plácido de Moraes como encarregado de negócios até a chegada de seu sucessor, indicação que, a essa altura, não estava ainda resolvida, podendo ser D. Domingos ou o Visconde de Anadia. Alguns meses depois, Luiz Pinto de Sousa Coutinho respondeu o ofício que D. Domingos havia enviado pedindo uma nova enviatura, dando-lhe a opção de escolher entre as cortes de Turim ou Berlim. D. Domingos optou, contudo, pela primeira. Foi a partir de então que D. Domingos consegue sua saída de Copenhague para Turim. A conjuntura que, de certa forma, favoreceu a mudança de D. Domingos para Turim estava correlacionada à instabilidade

²²⁹ O palácio de Queluz e o mundo ultramarino circuitos ilustrados (Portugal, Brasil e Angola) 1796-1803. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. p.34.

²³⁰ ANTT, MNE, Correspondência para as Legações portuguesas – Despachos, Livro 105. In: SILVA, André Mansuy Diniz. Portrait d'un homme d'État. Vol I. p. 303.

internacional.

Para melhor contextualização dessa conjuntura, deve-se voltar alguns anos, mais exatamente, a partir de 1792. Os acontecimentos da Revolução na França, assim como mencionado pelo próprio D. Domingos, não se restringiram às suas fronteiras. O que acabou demandando uma participação em campanhas com a do Rossilhão. Nessa, Portugal lutou ao lado da Espanha e da Inglaterra contra França Revolucionária, na fase da Convenção. A presença portuguesa se deu até 1795 com um desfecho negativo para Portugal. Ainda em 1795, a Espanha se reordenou e, em vez de se manter em conflito, se aliou à França. O tratado de Santo Ildefonso de 1796 reforçou a aliança entre essas duas nações, deixando Portugal isolado e em alerta, devido à possibilidade de se tornar palco para os conflitos entre a Grã-Bretanha e as novas aliadas.²³¹ Os dois aliados de Portugal estavam em guerra entre si, dificultando sua posição neutra, visto que ambos estavam em lados opostos, pressionando o governo lusitano a uma tomada de posição.

Como se sabe, Portugal sempre manteve a linha da neutralidade, no entanto, viu-se diante de uma difícil decisão quando a Espanha se aliou à Inglaterra contra a França.

Em 1792, Luís Pinto de Sousa Coutinho acreditava que o conflito era limitado e que a Corte portuguesa “manteria em todas elas uma perfeita neutralidade, como em negócios que não lhe dizem respeito”²³². Diante do pedido de ajuda da Espanha, Portugal se sentia pressionado a manter sua parceria. Valentim Alexandre teria apontado que, na verdade, o auxílio pedido pela Espanha seria o principal ponto que poderia colocar em xeque a neutralidade portuguesa²³³. Fernando Dores da Costa e Jorge Pedreira destacam: “Recusar o apoio solicitado correspondia a quebrar a política de aproximação entre as duas coroas iniciada com o reino de D. Maria e formalizada em 1778”, após a resolução temporária do conflito que ambos tinham sobre seus limites na região norte do rio da Prata²³⁴. Sobre isso, D. Domingos fez uma análise posterior:

²³¹ Idem.

²³² PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. **D. João VI**, um príncipe entre dois continentes. São Paulo: Companhia das letras, 2008. p. 65.

²³³ ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do Império**: Questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português. Lisboa. Edições Afrontamento, 1992.

²³⁴ COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública à denúncia secreta** que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional p. 65. O tratado de Santo Ildefonso em 1777 foi um passo para cessar a relação hostil existente entre Portugal e Espanha sobre a delimitação de seus domínios na região norte do Rio da Prata, atualmente, Colônia do Sacramento. Já em 1778, foi assinado um acordo de “amizade e garantia” que, segundo Valentim Alexandre, “ultrapassando em muito o âmbito da resolução pontual do conflito, passou a constituir uma das bases da política externa portuguesa, no último quartel do século” Cf: ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do Império**: Questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português. Lisboa. Edições Afrontamento, 1992. p. 96.

Porque entendeu Luiz Pinto (e não sei aonde foi buscar esta política para Portugal) que seu melhor diretor era a Corte de Madrid, por ella se guiou sempre; interpretou, porque quis interpretá-lo assim, o tratado de 1778 e achou que éramos obrigados a dar 6 mil homens de auxílio para o Rosilhão. No tratado de 1778 acha-se tanto esta estipulação, como a de dar cem mil homens! Os plenipotenciários D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, e o Conde de Florida Branca, o caso em que menos sonharam foi o de huma guerra contra a França... A garantia recíproca que n'elle se estipulou foi claramente para a América e para o caso e huma insurreição interna que o exemplo dos Estados Unidos fazia recear.²³⁵

Se, por um lado, assim como demonstra D. Domingos, os negociantes dos tratados de 1777/78 nunca poderiam imaginar que a Espanha entraria em confronto com a França, por outro, o sentimento de dever de Portugal para com o tratado de amizade com a Espanha foi julgado posteriormente como tendo sido exacerbado. Mas é possível pensar, no entanto, que o medo das proporções da Revolução Francesa tenha sido uma causa contundente das escolhas feitas.

Segundo D. Domingos, para Portugal, “tudo o que havia de essencial e grande era o comércio e navegação exclusiva do Brasil”.²³⁶ O que estaria ameaçado a ruir a partir dos acontecimentos de 1794 e 1795, já que assim que os franceses revolucionários “lançaram os braços de fora em Holanda e Alemanha e fizeram com a Prússia e com a Espanha a paz da Basileia, começaram a falar alto a Portugal. [...]”.²³⁷ Luiz Pinto teria tentado explicar seu comportamento político de manter-se ao lado espanhol ao Diretório Francês, o que não teria sido eficiente, visto que o Diretório declarou que estava em guerra com Portugal.

[...] e por mais que Luiz Pinto quis explicar, por via da Corte de Madrid, o seu comportamento político, o Diretório Francês não o entendeu como ele queria, e claramente lhe disse que estava em guerra com Portugal, e em quanto por terra lho não provava, os corsários franceses fizeram a demonstrar por mar, tomando todos os navios da carreira do Brasil. O ministério dos negócios estrangeiros com uma imbecilidade que não

²³⁵ COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública a denúncia secreta** que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional p.108-109

²³⁶ Idem. p. 108.

²³⁷ Idem

se acreditaria, se não fosse verdadeira, ateimava a querer estar em paz com a França; receava de a provocar, e dava instruções ambíguas aos comandantes das embarcações da guerra portuguesas que um d'elles disse, que ao lê-las com atenção hesitava, se não era a sua primeira obrigação, assim que visse um navio de guerra francês, entregar-lhe o seu.²³⁸

Como já mencionado anteriormente, D. Francisco Inocêncio, pai de D. Domingos, havia sido um dos encarregados de negociar o tratado de Santo Ildefonso, bem como o de 1778, que estavam ainda em voga quando a Espanha se pôs a se desentender com a França. Sobre isso, D. Domingos ponderou:

Foi mal a guerra de Espanha. Fez esta a sua paz da Basiléia em que não compreendeu Portugal nem estipulou a favor das tropas portuguesas, que se chegou a recear que caíssem no poder dos franceses e que por mar se salvaram. Com-tudo, Luiz Pinto não mudou o conceito da Corte de Madrid; negociou sem fim nela e por ela, e com ela a nossa pacificação com a França: ali ouviu sem remorso, e anuiu sem escrúpulos às primeiras proposições pecuniárias dos franceses, e que não se acordaram com as tratativas do mesmo gênero que Antônio de Araújo tinha de Holanda principado²³⁹.

Ao que parece, pelo menos por esse relato, D. Domingos fez duras críticas às tomadas de decisão de Luís Pinto de Sousa Coutinho diante desse conflito. Talvez sua visão estivesse relacionada ao “terror” com que tivera contato, quando esteve como observador na França no início da revolução. Assim, a consequência da entrada de Portugal nesse conflito transformou-se em um problema interno.

Este constante recurso ao dinheiro, para livrar a Monarquia do embaraço a que se achava, faria crer que o erário português estava repleto, e regurgitava. Pelo contrário! Quem acreditaria, se não fosse verdade? De toda a monarquia portuguesa, compreendendo o Brasil, às ilhas e as duas Costas orientais da África, Goa e Macao, apenas, e mal prelevadas algumas presas locais o Erário de Lisboa não apurava por ano mais de 16 milhões de cruzados. Este é o fato que eu disse acima que bastaria para qualificar a administração do Brasil- pois que sobeja

²³⁸ COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública a denúncia secreta** que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional.

²³⁹ COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública a denúncia secreta** que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional p.110.

para qualificar a de toda a Monarquia.²⁴⁰

Após o período em Copenhagen, período este, de muita reclamação por parte de D. Domingos, ele conseguiu sua colocação em Turim, tema do subtópico a seguir.

2.2.4. Missão em Turim: o desafio português²⁴¹

Montado o Conselho de Estado, D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi chamado a voltar a Lisboa em 1796, como mencionado anteriormente, assumindo, a partir de 1798, o cargo de Secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos²⁴². Segundo André Mansuy e Nívia Pombo, é possível que a nomeação de D. Rodrigo para tal pasta tenha saído das primeiras reuniões após a reconstituição do Conselho de Estado, dada a aproximação anteriormente mencionada com Luís Pinto de Sousa com quem estabeleceu, além de uma relação afetiva, uma relação política baseada na troca de favores. Tendo por base esse fato, é possível supor que a volta de D. Rodrigo à Corte tenha sido feita por sua influência, bem como a de D. Domingos ao substituir D. Rodrigo na corte de Turim. Sobre a nomeação de D. Rodrigo, D. Domingos acreditou que este teria sido chamado para curar “o todo e não parte da enfermidade”. A parte, nesse caso, tratava-se da Marinha, que, a seu ver, estava em melhor estado se comparada a outras partes do governo.

A moléstia era geral. Toda a pessoa de alguma penetração via que a Revolução Francesa a não ser sufocada a tempo, havia de entender com Portugal, cara a cara. Já as conversações secretas de Madrid não deixavam lugar a dúvida, e todas as informações, excepto as de Luís

²⁴⁰ COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública a denúncia secreta** que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional. Idem. p. 110-111.

²⁴¹ Este tópico sobre o período em que D. Domingos foi embaixador Português em Turim teve como sua principal fonte o texto memorialístico escrito pelo próprio D. Domingos. COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública a denúncia secreta** que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional.

²⁴² O Conselho foi formado pelo Cardeal-patriarca, o duque de Lafões, os marqueses de Castelo Melhor e de Angeja, os condes de Resende, de Vale de Reis e de Pombeiro e Luís de Vasconcelos e Sousa, João de Saldanha de Oliveira e Sousa, D. Alexandre de Sousa Holstein, D. Diogo de Noronha, Marquês de Pombal. Além destes, os Secretários de Estado, José Seabra e Silva, marquês de Mordomo-mor e Luís Pinto de Sousa Coutinho também figuraram como membros do conselho.

Pinto, diziam que aquela corte em Basiléia, bem longe de interceder por Portugal, se havia deixado alucinar pelas esperanças de o conquistar com o auxílio dos franceses. [...] ²⁴³

Um grande desafio da corte portuguesa nessa situação era manter sua posição neutra, o que se tornava cada vez mais difícil diante das pressões das outras potências europeias. A questão, que teve seu início antes de D. Domingos assumir seu posto em Turim, teve continuidade por alguns anos. Foi a partir desse momento que as divergências sobre as decisões diante da conjuntura internacional se tornaram mais acirradas. Acredito, inclusive, que foi a partir de então que passaram a surgir as maiores divergências entre D. Domingos e Antônio de Araújo de Azevedo.

Em 1796, Napoleão abriu a campanha na Itália, o que causou um receio ainda maior diante da aproximação entre a França e a Espanha, considerado o contexto já explicado anteriormente, esta última forçando, inclusive, uma aliança portuguesa, intimidando Portugal a fechar os portos aos ingleses. Sabemos que, para além da posição neutral, Portugal sentia-se acuado diante da possibilidade de perder o comércio com os ingleses, fechado desde os tratados de Methuen. Luís Pinto, ao mesmo tempo em que pediu à Inglaterra auxílio financeiro, avisou-lhe que daria início a uma nova negociação com a França, enviando, para isso, um agente, nesse caso, o representante português na Corte de Haya, Antônio de Araújo de Azevedo. Antônio deveria ter como base um contraprojeto que já teria sido apresentado anteriormente em Madrid. A única diferença estaria em uma indenização de guerra de até 5 mil cruzados, como destacam Valentim Alexandre e Luz Soriano. Tal negociação foi aceita pela Inglaterra, já que o acordo seria ir até Paris para ratificar a neutralidade portuguesa desde que “sem ofensa dos princípios da aliança que subsistia entre Portugal e a Grã-Bretanha”²⁴⁴. O acordo não foi aceito e as negociações foram cessadas e retomadas ainda por alguns momentos. A estratégia portuguesa, em 1796, mantinha sua dupla tomada de posição, ao mesmo tempo em que solicitava ajuda ao governo de Londres, tentava mais uma vez reatar a discussão com Paris.

Em finais de 1796, D. Domingos recebeu em Veneza sua credencial para a Corte

²⁴³ COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública à denúncia secreta** que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional. p. 112.

²⁴⁴ ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do Império**: Questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português. Lisboa. Edições Afrontamento, 1992. COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. p. 107.

de Turim, solicitou ao governo de Veneza o passaporte francês para atravessar a Lombardia que, a essa altura, encontrava-se parcialmente ocupada pelo exército francês. Segundo D. Domingos, Napoleão Bonaparte teria declarado não poder conceder um passaporte a um ministro que se encontrava em guerra com a França. Por esse motivo, tal pedido deveria ser repassado ao diretório. “D.D. de Sousa não querendo demorar-se tomou o rodeio da Romana, evitando os franceses nas Legações de Ferrara, e de Bolonha, e passando a Gênova aonde chegou já em janeiro ou fevereiro de 1797”²⁴⁵.

D. Domingos, nesse contexto, já se encontrava em Turim. Luís Pinto de Sousa Coutinho deu ordens a Antônio de Araújo de Azevedo que solicitasse novos passaportes ao ministro francês Mr. De la Croix, para que este entrasse na França. Apesar do pedido de Luiz Pinto, existia a possibilidade de que o encontro para discutir a paz fosse na cidade de Berna, na Suíça.

[...] Necessário foi que a Corte de Lisboa para ali nomeasse também os plenipotenciários, cuja escolha recaiu em D. Lourenço de Lima, nosso ministro em Vienna da Áustria, em D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, que por então se achava em Turim com o mesmo caráter, tendo ali de Copenhague, na primeira enviatura, e no mesmo Antônio de Araújo, a quem se comunicou o seu novo destino ou comissão, que para aquela cidade se lhe dava²⁴⁶.

A escolha de Berna não foi aceita pelos franceses, voltando a sede das negociações para Paris. Segundo Luz Soriano, a Inglaterra “estava de coração resolvida a negociar a sua paz com a França”²⁴⁷. Até onde se sabe, D. Domingos não foi nomeado então para essa resolução, apesar da manutenção de D. Lourenço Lima e de Antônio Araújo Azevedo.

²⁴⁵ GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública à denúncia secreta** que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional p. 110.

²⁴⁶ SORIANO, Luz. História da Guerra Civil. Lisboa, Tomo II, primeira época, p.135.

²⁴⁷ SORIANO, Luz. História da Guerra Civil. Lisboa, Tomo II, primeira época, p. 136.

2.2.5. “Diferimos muito no nosso modo de pensar e obrar”: os distintos posicionamentos de D. Domingos e Antônio de Araújo de Azevedo diante das negociações com a França Revolucionária

A convenção não teve sucesso e as negociações voltaram ao ponto de início. O acordo antes feito por Antônio de Araújo de Azevedo, em 10 de agosto de 1797, não foi ratificado pela coroa portuguesa diante de algumas exigências francesas em relação à concessão da parte norte do Amazonas. Esse tratado foi muito polêmico, sendo, inclusive, um dos estopins do rompimento de amizade entre D. Domingos e Antônio de Araújo de Azevedo.

Leu-o D.D. de S. ansiosamente, e não percebendo nesse tempo a malícia do artigo V. contra o qual representou depois de ofício muitas vezes, nem dando talvez a devida importância aos desertos entre o rio do Oyapock e o do Colmene, ao menos uma importância comparável ao benefício de uma paz honrosa com a França n’aquelle momento, e pensando pelo silêncio de A. de Araújo que no tratado público estava todo o tratado, respondeu-lhe imediatamente com mil agradecimentos e parabéns. Não tardou se não os dois dias já ditos o correio ordinário de França que lhe trouxe as gazetas de Pariz, e cartas particulares que confirmavam a notícia que as gazetas davam que por hum artigo secreto s’obrigava Portugal a pagar a França 10 milhões de francos.²⁴⁸

O espaço que havia para a amizade ficou limitado diante dessa ocorrência. Por anos a fio, as discussões entre Antônio e D. Domingos permearam os posicionamentos que os dois tiveram diante de contextos importantes. Se o tratado de 1797 foi duramente criticado por D. Domingos, Antônio de Araújo de Azevedo, anos mais tarde, também criticaria a convenção negociada por D. Domingos em 1807, que definiu os acordos com a Inglaterra para a transferência da Família Real para o Brasil.

É possível afirmar que, a partir desse contexto, aos poucos, foram sendo delimitadas algumas das divergências dos partidistas ingleses e franceses dentro da corte portuguesa. Segundo D. Domingos, o tempo em que ele passou com Antônio de Araújo de Azevedo em algumas incursões na Inglaterra, França, Holanda, inclusive quando os

²⁴⁸ COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública a denúncia secreta** que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional. p. 136.

dois haviam visitado o berço da Revolução Francesa, “nunca lhe parecera A. de Araújo muito inclinado aos princípios franceses, antes supunha a sua má conversação e sedução tinham sido efetuadas depois que d’elle se separou em Holanda 1790”²⁴⁹. Joaquim Pintassilgo destaca, inclusive, um trecho de uma correspondência enviada por Araújo de Azevedo em 1789:

Logo que a minha saúde me permita passarei daqui diretamente para Holanda, pois que as desordens políticas de França apresentam uma cena tão horrorosa, que deixo de aproveitar-me da licença que sua majestade me tinha concedido para passar por aquele Reino, esperando para o futuro uma melhor conjuntura²⁵⁰.

Após saber, por meio das gazetas da França e de cartas particulares, que “por um artigo secreto s’obrigava Portugal, e picado com a falta de palavra de A. d’Araújo, escreveu-lhe D.D. de Sousa uma carta de que conservou cópia, na qual lhe dizia que d’ahi por diante rompia toda a amizade com ele”²⁵¹. Em correspondência trocada com Antônio de Araújo de Azevedo, D. Domingos deixa transparecer seu descontentamento diante do que ele julgou como sendo uma traição de seu então amigo

Recebi a sua carta de 11 de agosto com as inclusas para os cônsules da Itália, e para o Sr. José de Sá que remeti imediatamente. Recebo agora outra em data de 2 de setembro. Lisonjeando me sempre que a minha resposta em agradecimento a parte que V. Exa. Me deu da conclusão do tratado que assinou a 10 de agosto lhe chegue bem que tarde limitar me ei com a presente a agradecer lhe as protestações da sua amizade de que eu temo muito não ser digno, pois que diferimos tanto no nosso modo de pensar e obrar.²⁵²

²⁴⁹ COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública à denúncia secreta** que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional p. 140.

²⁵⁰ PINTASSILGO, Joaquim. A Revolução Francesa na perspectiva de um diplomata português (A correspondência oficial de Araújo de Azevedo). **Revista de História das Ideias**. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias. Faculdade de Letras, N 10, 1988, p.131-144. Apesar de ter pedido licença, Antônio de Araújo permaneceu na França como mencionado anteriormente neste capítulo, quando Pintassilgo teria afirmado que a curiosidade teria vencido. O autor apresenta ainda alguns pontos tratados por Antônio de Araújo de Azevedo em suas correspondências, buscando sua visão sobre os acontecimentos da Revolução Francesa, levando-se em consideração, principalmente, suas correspondências em Haia, já que, enquanto estava em incursão com D. Domingos pela Europa, os papéis encontrados pelo pesquisador eram poucos.

²⁵¹ FUNCHAL, Marquês de. **O conde de Linhares**. Editora Thesaurus, 1908. p.34.

²⁵² Carta de D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho a Antônio de Araújo de Azevedo. Turim, 07.09.1797. In: SILVA, SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. **Portrait d’un homme d’État**: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. Vol II. p. 419.

Segundo o Quarto Marquês do Funchal, D. Domingos foi contra o sobredito artigo quinto, informando, inclusive, a Luís Pinto de Sousa Coutinho e pedindo uma explicação sobre ele. “Que há-de fazer um governo que uma vez comprou a paz, quando o inimigo o ameaça de novo com guerra? [...] Pagar como na primeira vez, como na segunda, na terceira, e assim por diante; começar por tributário, e acabar por súbdito”²⁵³. As negociações eram feitas duplamente, por um lado, buscando a conversa com a França e, por outro, pedindo auxílio à Inglaterra.

Entretanto com as disputas de Lisboa, representações de Londres, e negociações infrutíferas de Paris, expirou o termo da ratificação, ficou nullo o tratado de A. de Araújo, e teve o Reino mais quatro anos de folga, ou se isenção das tribulações em que o teria posto a presença do embaixador revolucionário²⁵⁴.

A tentativa de retorno ao tratado de agosto não foi aceita pelos franceses, resultando, ainda, na prisão de Antônio de Araújo Azevedo. Em ofício de 22 de janeiro de 1798, Luís Pinto de Sousa Coutinho acusa o reconhecimento da prisão de Antônio.

Recebi com maior espanto a carta que Vm me dirigio em data de 1 de janeiro, anunciando-me a prisão do Ministro de Sua Magestade Antônio de Araújo de Azevedo; um ato de semelhante natureza não pode deixar de ser reputado em toda a Europa como huma violação manifesta de todo o Direito das Gentes, pois o referido Ministro, não recebendo deste governo huma intimação formal para cessar suas funções nem para se retirar dos domínios da República, ficou continuando nelas debaixo da proteção do mesmo Direito das Gentes.²⁵⁵

Luís Pinto solicitou que o embaixador em Madrid entrasse diretamente em contato com a França para resolver a soltura de Antônio de Araújo de Azevedo, bem como voltar a negociar o tratado de agosto de 1797. Dessa vez, D. Diogo de Noronha foi o nomeado para dar continuidade às negociações. Dada a instabilidade política

²⁵³ FUNCHAL, Marquês de. **O conde de Linhares**. Editora Thesaurus, 1908. p. 35.

²⁵⁴ FUNCHAL, Marquês de. **O conde de Linhares**. Editora Thesaurus, 1908. p. 35-36.

²⁵⁵ Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho a José Antônio dos Santos Branco de 22 de janeiro de 1798.

BIRKE, Judice. Volume XI p. 564. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=4Xk0AQAAMAAJ&pg=PA370IA23&dq=Judice+Biker+tomo+X&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwjrsDngYrOAhVEWpAKHeuRC7QQ6wEIMDAD#v=snippet&q=embaixador%20em%20turim&f=false> Acesso em: 7 nov 2014.

ocasionada pela campanha da França, como bem destacou D. Domingos, esta não se limitou às suas fronteiras, ou seja, a Europa como um todo sentia os ecos vindos da França.

Após um período de aparente calma, a Europa levou um novo baque. Dessa vez, quando, em 1799, Napoleão Bonaparte deu um golpe de Estado, o chamado 18 Brumário. No quadro internacional, a França havia se fortalecido, principalmente quando ganhou vantagem sobre a Áustria e a retirada da Rússia. Já com relação a Portugal, novamente foram abertas as negociações que, dessa vez, tiveram como consequência o evento conhecido como Guerra das Laranjas, em 1801. Esse embate resultou na perda de Olivença para a Espanha e na fixação dos limites do Brasil e a parte setentrional do Amazonas, atual Guiana Francesa, pelo Rio Arawari. O conflito só teve uma trégua quando, em 1802, foi assinado o Tratado de Amiens, que reconheceu a neutralidade portuguesa para conflitos posteriores, mas que, por outro lado, obrigou Portugal a abrir seus portos aos franceses e espanhóis, fechando-os para a Inglaterra²⁵⁶.

Nos primeiros anos do Oitocentos, D. Domingos e seus irmãos foram acusados por Antônio de Araújo de Azevedo de repassarem informações uns para os outros em finais do XVIII.²⁵⁷ No entanto, acusação feita sobre o período acima mencionado foi feita muitas anos depois. Rebatendo tal acusação, D. Domingos fez uma “tabela comparativa das datas e lugares onde residiram o Conde de Linhares e seus três irmãos desde o ano de 1778 até o ano de 1812, ambos inclusive”²⁵⁸.

²⁵⁶ NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das Neves. **Napoleão Bonaparte**. Imaginário e política em Portugal. 1808-1810. São Paulo: Ed. Alameda, 2008. p. 80.

²⁵⁷ COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública à denúncia secreta** que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araújo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional.

¹⁰¹ COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública à denúncia secreta** que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araújo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional. p.97.

Figura 2: Resposta Pública à Denúncia Secreta.²⁵⁹

REPOSTA PUBLICA. 97

TABELLA COMPARATIVA
das Datas, e lugares onde residiram o Conde de Linhares e seus tres irmãos desde o Anno 1778 até o Anno 1812, ambos inclusive.

Annos.	D. R. de Souza, C. de Linhares.	Principal Souza.	D. D. de Souza, C. da Funchal.	O Alm. D. F. M. de Souza.
1778-1779	Lisbõa, Espanha, França, Suissa, Turim	Lisbõa	Lisbõa	Lisbõa.
1780	Turim, Lisbõa	—	—	Lisbõa, e Mar.
1781	Lisbõa	—	—	—
1782	Lisbõa, Turim	—	—	—
1783-1784	Turim	—	—	Lisbõa, Brazil.
1785-1786	—	—	—	Affrica, Brazil.
1787-1788	—	—	—	Lisbõa, Estreito.
1789	—	—	Lisbõa, Inglaterra	Lisbõa, e Mar.
1790	—	—	Inglaterra, França, Hollanda, Dinamarca	—
1791-1792	—	—	Dinamarca	Lisbõa e Parâ.
1793	Turim, Lisbõa, Turim	—	—	Parâ.
1794	Turim	—	—	—
1795	Turim	—	Italia, Turim	—
1796	Turim, Lisbõa	—	Italia	—
1797-1798	Lisbõa	—	—	—
1799-1800	—	—	Sicilia, Italia	—
1801-1802	—	—	Italia e França	—
1803	—	—	França, Inglaterra	—
1804-1805	—	—	Inglaterra	Lisbõa.
1806	—	—	—	—
1807	Lisbõa, Brazil	—	—	Lisbõa, Brazil.
1808	Brazil	—	—	Brazil.
1809-1810	—	—	—	—
1811-1812	—	—	—	—

H

D. Domingos se defendeu ao dizer que a opinião dos quatro irmãos sobre a Revolução Francesa foi a mesma por mera coincidência.

¹⁰² COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública à denúncia secreta** que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araújo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional. p.97.

A coincidência de opinião dos quatro irmãos sobre o sistema que convinha a Portugal seguir a respeito da França Revolucionária não podia, portanto, ser efeito de concerto entre eles, nem tampouco proceder do desejo de imitar seu irmão mais velho depois de secretário de Estado, por quanto, todos eles manifestaram suas opiniões sobre a revolução francesa antes do ano de 1796.²⁶⁰

Na *Resposta Pública à Denúncia Secreta*, D. Domingos queria comprovar, de toda forma, que os irmãos não haviam combinado sobre a visão anglófila. Por isso, ao trazer a tabela, disse: “O Leitor será indulgente assaz para atribuir esta talvez fastidiosa biografia ao seu verdadeiro motivo que é a necessidade de repelir uma acusação injusta, e não vaidade desarrogada”²⁶¹.

O argumento de D. Domingos era de que, apesar de os irmãos terem tendido para o lado inglês, seus posicionamentos não eram exatamente iguais. O quadro demonstra que, entre os anos de 1795-1796, D. Domingos esteve na companhia de seu irmão D. Rodrigo em Turim. Logo depois, como mencionado anteriormente, D. Domingos sucedeu seu irmão na mesma embaixada. É muito provável que eles tenham discutido ali os principais temas do contexto. O que se pode comprovar, no entanto, é que D. Domingos e D. Rodrigo trocavam correspondências constantemente após a transferência da Família Real para o Brasil.

O “triumvirato” dos irmãos Coutinho foi apontado por Antônio de Araújo de Azevedo, mas também por Hipólito da Costa em uma das edições do *Correio Braziliense*. Segundo tais opositores, os irmãos trocavam informações confidenciais entre si²⁶². A despeito do esforço de D. Domingos em comprovar o contrário, é possível perceber movimentações entre os irmãos, mesmo que não fosse completa.

Antônio de Araújo de Azevedo foi companheiro de D. Domingos em alguns momentos, quando de sua ampliação dos círculos de sociabilidades. Azevedo se tornou um dos principais opositores de D. Domingos após algum tempo em que a amizade ainda

²⁶⁰ COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública à denúncia secreta** que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araújo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional. p.99.

²⁶¹ COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública à denúncia secreta** que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araújo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional. p.96.

²⁶² MUNARO, Luís Francisco. **O jornalismo Luso-Brasileiro em Londres (1808-1822)**. Tese de doutorado. UFF, Niterói, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.uff.br/jspui/handle/1/285> Em sua tese de doutoramento, o autor aborda também a temática da fofoca nos bastidores da Imprensa Luso-brasileira em Londres. Acesso em 12 ago. 2014.

era uma possibilidade para os dois. No próximo capítulo será tratado o círculo de sociabilidades de D. Domingos na diplomacia já em Londres, onde sua carreira já se encontrava, no meu ponto de vista, mais madura.

Capítulo 3 – D. Domingos em Londres: posicionamento, negociações e sociabilidades.

Após as missões em Copenhagen e Turim, D. Domingos ocupou a embaixada portuguesa em Londres de 1803 até 1814²⁶³. Foi nesse período que alguns acontecimentos importantes para a Corte Portuguesa delinearão a sua vida. Articulado, politizado, poliglota, especialista em obras de artes (como mencionado pelo Marquês Alorna), D. Domingos se tornou uma figura conhecida e indispensável nos espaços de sociabilidades londrinos. Se, em Copenhagen e Turim, estava em início de carreira, em Londres, D. Domingos se afirmou no cenário político europeu, ampliando suas redes, estreitando laços, recebendo exilados e fazendo alianças.

Assim, este capítulo apresenta o que se pode destacar como sendo um dos momentos mais altos da carreira profissional de D. Domingos. Dessa forma, ressalta-se a importância de se proceder a uma análise mais atenta da sua estadia em Londres. Primeiro, por se tratar de um momento complexo que resultou em textos memorialísticos produzidos pelo próprio D. Domingos Segundo, porque foi nesse contexto de crise que D. Domingos, com relativa autonomia, pôs em movimento uma extensa rede de contatos, envolvendo diplomatas, funcionários públicos, negociantes, letrados, no sentido de defender os projetos dos “partidistas ingleses”.

3.1. Partidos francês e inglês: grupos políticos da Corte Portuguesa

Durante o período que D. Domingos assumiu a embaixada portuguesa em Londres, a Europa passava por um momento de tensão, principalmente, após Napoleão ser proclamado Imperador em 1804. Foi nesse período também que Portugal teve que se posicionar de forma contrária à expansão napoleônica após a tentativa frustrada de manter sua neutralidade frente às duas potências beligerantes: França e Inglaterra. Na impossibilidade de se manter neutro, a discussão em torno do “partido” que se ia tomar também se tornou cada vez mais presente nas pautas políticas lusitanas. Havia os que

²⁶³ Oficialmente, o biografado deveria ter deixado a embaixada portuguesa de Londres em 1814, estadia que perdurou até 1816, como veremos ao longo deste capítulo.

defendiam a tomada de posição em prol da aliança com a França e os que a defendiam com a Inglaterra. Dessa forma, pelo menos dois grupos predominavam no aparelho de Estado português: os denominados partidos francês e inglês. Nesse momento, D. Domingos também demarcou seu posicionamento pró-inglês, defendendo uma aliança com a Inglaterra.

Por algum tempo, acreditou-se que a expressão “partido” teria sido criada posteriormente, no século XX, pela historiografia. No entanto, é possível constatar que a expressão foi utilizada ainda no século XVIII. O próprio D. Domingos, já no século XIX, em sua *Resposta Pública à Denúncia Secreta*, ao discorrer sobre a dependência progressiva que Portugal teria da Inglaterra, utiliza a expressão para afirmar que o “partido francez prevaleceu e paralyzou o ministério de D. Rodrigo antes de o destruir [...]”²⁶⁴

Ainda no mesmo texto, D. Domingos se refere também aos “partidistas franceses”. Ou seja, o próprio embaixador utilizava essa expressão. Apesar de a expressão nos ser familiar, isso não significa, contudo, que seu significado seja o mesmo ao longo dos tempos. Seu sentido é variável de acordo com o passar dos tempos, o que possibilita nos tempos atuais fazer o uma diacronia do conceito de partido, utilizando o termo do alemão Reinhart Koselleck.²⁶⁵

Segundo o dicionário de Raphael Bluteau, o significado da palavra “partido” ainda no século XVIII estava relacionado à parcialidade, facção, lançar-se ao partido de alguém.²⁶⁶

O sentido dado no dicionário de Antônio Moraes, no século XIX, corrobora com a visão como sendo “parcialidades, partes, bando, facção”, complementa ainda com o seguinte exemplo: “lançou ao partido dos hereges”, e, também, “o melhor partido que pode se tomar na guerra”²⁶⁷ O sentido do século XIX é portanto relacionado a uma possível divisão.

²⁶⁴ GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública a denúncia secreta** que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional. p. 123.

²⁶⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

²⁶⁶ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 04 abr 2011.

²⁶⁷ SILVA, Antonio Moraes. Dicionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Acesso em: 12 mar2016. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>

Alguns autores contemporâneos fazem uma análise do termo, buscando encontrar o melhor sentido do vocábulo para cada contexto. Annick lempérière chamou atenção para o seguinte:

Desde as três últimas décadas do século XIX os partidos políticos ocuparam, do mesmo modo que os caudilhos, um lugar destacado na historiografia hispano-americana quando essa adotou a forma narrativa de um relato nacional e tomou como objeto privilegiado da história pátria a vida política e suas múltiplas peripécias.²⁶⁸

Além disso, a autora analisa a palavra “partido”:

Com efeito, o que descobrimos por trás da palavra “partido” (empregada alternativamente como “bando” ou “facção”) não é uma extrema heterogeneidade de feitos e de forças sociais, de dados sobre a opinião pública, de modalidades da ação política? Os partidos dos quais fala essa historiografia são radicalmente distintos do que os politólogos chamaram, no princípio do século XX, os “partidos modernos”, ou seja, organizações permanentes e formais, dotadas de estatutos, de uma direção e de militantes, de um programa e até de uma doutrina, de convenções ou de congressos circunstanciais.²⁶⁹

É importante desvincular o sentido das expressões partidos francês e inglês do sentido dado aos “partidos modernos”, como mencionado por Lempérière. Os partidos francês e inglês possuíam algumas características que os tornavam peculiares e suas existências apontam também mudanças na sociedade de finais do século XVIII e início do XIX. A divisão entre os partidos francês e inglês, na qual D. Domingos esteve inserido, era uma representação de grupos da Corte compostos pela nobreza portuguesa.

Estes dois grupos de interesse prendiam-se com o favorecimento de relações comerciais e diplomáticas com ambos os países mais influentes na Europa de então. Não constituíam em si posturas ou envoltivos ideológicos, nem produziam ramificações fora do círculo de poder²⁷⁰.

²⁶⁸ LEMPÉRIÈRE, Annick. Partidos políticos e nação na América hispânica: uma história ou uma historiografia comum? In: **Repensando o Brasil do Oitocentos**. Cidadania, política e liberdade. CARVALHO, José Murilo e NEVES, Lúcia Maria. (ORG). Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009. p. 465.

²⁶⁹ LEMPÉRIÈRE, Annick. Partidos políticos e nação na América hispânica: uma história ou uma historiografia comum? In: **Repensando o Brasil do Oitocentos**. Cidadania, política e liberdade. CARVALHO, José Murilo e NEVES, Lúcia Maria. (ORG). Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009. p. 465-484.

²⁷⁰ CASTRO, Zília Osório (Dir), PEREIRA, Isabel Cluny Sara Marquês (Coord). **Dicionário do Vintismo e do Primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826 e 1828)**. Lisboa: Editora Afrontamento, 2002. p. 535.

Alguns autores apontam o contexto internacional desse período da história como sendo o principal motivo da cisão política na Corte Portuguesa. Entre os autores que fazem tal afirmação, pode-se citar o historiador português Valentim Alexandre que, ao abordar a política internacional do fim do século XVIII e início do XIX, fez o seguinte apontamento:

Toda a política externa portuguesa até 1807 vai ser um exercício de navegação entre estas escolhas, largando-se lastro de um ou outro bordo consonante as circunstâncias. Na prática, isso traduzia-se pela procura de um estatuto de neutralidade, desejado por todos os estadistas portugueses (com a possível exceção, a partir de 1803, como veremos, de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que representa um caso extremo). É dentro destes limites muito estreitos que se vem a estabelecer a clivagem entre os que mais tarde serão designados na historiografia por “partido inglês” e “partido francês” – ambos representando o topo do aparelho do Estado, nesta fase: o primeiro por intermédio de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (ministro da marinha e Ultramar de 1796 a 1801 e depois, até 1803, presidente do Real Erário) e de Luís Pinto de Sousa (ministro de negócios estrangeiros até 1801); e o segundo por via de José Seabra da Silva, ministro do Reino até 1799). Este último teria dirigido um canal diplomático paralelo, pelo qual as informações e relatórios de Antônio de Araújo de Azevedo, muito ativo representante de Portugal na Haia, pró-francês, eram transmitidos a Lisboa, a fim de influenciarem o príncipe regente, contrabalançando, até certo ponto, o peso majoritário dos ministros pró-britânicos²⁷¹.

Na citação acima, Valentim Alexandre traz o quadro português no período entre o fim do século XVIII até 1807, quando as lideranças dos partidos francês e inglês se revezaram nos principais cargos da Corte. Na sua visão, a divisão dos dois grupos foi influenciada principalmente pelo contexto internacional. Dessa forma, mesmo longe da homogeneidade, tais grupos, grosso modo, dividiam-se entre os que se inclinavam para o lado dos ingleses ou para o lado dos franceses, diante do momento de crise, resultante do expansionismo napoleônico.

A quimera portuguesa sempre foi a de manter ao máximo a neutralidade, fato que se tornou insustentável no início do Oitocentos. Jorge Pedreira e Fernando Dores da Costa definiram os partidos como sendo “duas orientações diplomáticas em confronto²⁷²”, em que o interesse e o sentimento se associam nas representações que se criam da conduta

²⁷¹ ALEXANDRE, Valentim. **Os Sentidos do Império**: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo regime português. Porto: Ed. Afrontamento, 1993. p. 102.

²⁷² PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. **D. João VI**, um príncipe entre dois continentes. São Paulo: Companhia das letras, 2008. p. 88

dos diplomatas”²⁷³. A afirmação dos autores corroboraria, no entanto, com a afirmação de Valentim Alexandre de que a conjuntura internacional seria o principal fator da existência dos partidos.

Segundo Ana Cristina Bartolomeu Araújo, os partidos inglês e francês constituíam as principais ideias presentes no Conselho de Estado e no Ministério dos Negócios Estrangeiros²⁷⁴. De um lado, os partidistas ingleses possuíam ideias liberais, viam o horror à Revolução Francesa e seus ideais antimonárquicos. Já os afrancesados, mesmo que avessos ao jacobinismo, acreditavam que tal escolha poderia neutralizar a já incomensurável presença inglesa nos assuntos do Reino de Portugal²⁷⁵.

As influências eram diferentes até mesmo na formação dos membros de cada um deles. D. Domingos, assim como seu irmão, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, líder do partido inglês, admirava a obra de Adam Smith e prezava pelo liberalismo econômico.

A aversão traduzia-se, inclusive, nas leituras preferidas por ambos. Araújo de Azevedo era afeito a leituras dos principais filósofos franceses do século XVIII como Voltaire, Rousseau e Diderot, afastando-se de propostas, como as pretendidas por d. Rodrigo que, ao contrário, primava por autores nitidamente reformistas, como Montesquieu, abade Raynal e Adam Smith, além de David Hume e Jacques Necker²⁷⁶.

Por outro lado, não havia diferenças ideológicas significativas entre ambos, já que os pertencentes aos dois grupos eram nobres fiéis à monarquia e pretendiam evitar conflitos com a França, Espanha e Inglaterra. Todavia, a forma como iam lidar com a situação era, sim, divergente, mas

não se tratava de divergências nascidas de uma postura absolutista e outra liberal nem de qualquer princípio ideológico mais claro, o que estava em questão para Portugal era a conjuntura internacional e a análise dos interesses políticos e econômicos da aliança com a Inglaterra diante da avaliação dos demais fatores concretos envolvidos²⁷⁷.

²⁷³ ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu. As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais. In: MATTOSO, José (org). **História de Portugal**. vol. V, Lisboa, Estampa, 1994. p 28.

²⁷⁴ ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu. As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais. In: MATTOSO, José (org). **História de Portugal**. vol. V, Lisboa, Estampa, 1994. p. 20.

²⁷⁵ ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu. As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais. In: MATTOSO, José (org). **História de Portugal**. vol. V, Lisboa, Estampa, 1994. p 28.

²⁷⁶ SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. **Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: Pensamento e ação político-administrativa no Império Português (1778-1812)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002. p. 46.

Apesar de a conjuntura internacional ser um fator preponderante para a formação dos dois partidos, ele deve não ser considerado o único. É preciso também levarmos em conta sua composição social e suas lideranças. Em geral, os partidos estão diretamente associados a dois principais líderes: D. Rodrigo de Sousa Coutinho e Antônio de Araújo de Azevedo. No entanto, é possível perceber que os partidos inglês e francês passaram por diferentes fases marcadas por outras lideranças.

O partido francês tinha como líder José Seabra da Silva, ministro do Reino até 1799²⁷⁸. Quem assumiu o posto após seu afastamento foi Antônio de Araújo de Azevedo, que se tornou Conde da Barca. Segundo Valentim Alexandre, Seabra havia passado a Antônio de Araújo de Azevedo importantes informações quando este era embaixador na Corte de Haia.

O partido inglês, por sua vez, contou com D. João de Almeida de Melo que, segundo D. Domingos, era um “homem de talento, mas que sofria d’hum extraordiária impopularidade, e que era taxado de fazer a corte aos ingleses e de querer subir ao Ministério, muito antes que Bonaparte no seu *juergo* o qualificasse de Ministro vendido aos Ingleses”²⁷⁹. A fase que, em geral, recebe mais ênfase pela historiografia quando se trata do partido inglês é a de quando D. Rodrigo de Sousa Coutinho era o líder anglófilo²⁸⁰.

Dependendo do recorte estudado por cada autor, é possível diferenciar as lideranças que a eles são atribuídas. Valentim Alexandre, por exemplo, deixa claro que os líderes dos partidos inglês e francês eram, respectivamente, Luís Pinto de Sousa e Seabra²⁸¹. Por outro lado, o Quarto Marques do Funchal²⁸², ao escrever sobre a vida do Conde de Linhares, acredita que a formação do partido inglês tinha como líder D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sendo formado, principalmente, por ele e seus irmãos. A formação de

²⁷⁷ NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das Neves. **Napoleão Bonaparte**. Imaginário e política em Portugal. 1808-1810. São Paulo: Ed. Alameda, 2008. p. 76.

²⁷⁸ SILVA, Ana Rosa Cloquet da. **Inventando a nação**. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo. Hucitec, Fapesp, 2006. p. 185

²⁷⁹ Resposta Pública. P. 103.

²⁸⁰ D. Rodrigo, que era leitor de Adam Smith, depois de assistir ao processo de independência das treze colônias e à Revolução Francesa, tinha como objetivo manter a integridade do império Português. NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das Neves. **Napoleão Bonaparte**. Imaginário e política em Portugal. 1808-1810. São Paulo: Ed. Alameda, 2008.

²⁸¹ ALEXANDRE, Valentim. **Os Sentidos do Império**: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo regime português. Porto: Ed. Afrontamento, 1993.

²⁸² FUNCHAL, Marquês de. **O conde de Linhares**. Editora Thesaurus, 1908.

tais grupos poderia se dar pelo vínculo de parentesco, mas também de alianças, amizade, formação. Existiria, inclusive, a hipótese, levantada pela historiadora Ana Cristina Bartolomeu Araújo, de que os partidos poderiam ser influenciados também pelas lojas maçônicas francesa e inglesa²⁸³.

No contexto dos partidos em que tais partidos surgiram, D. Domingos assumiu sua posição para o lado inglês. Os pontos anteriormente tratados delinearam seu posicionamento. Sua tendência ao liberalismo, ávido leitor de Adam Smith e defensor da manutenção dos acordos estipulados com a Inglaterra, bem como seu círculo familiar, soprou-o para o partido inglês. Os primeiros sinais de divergências com os partidistas franceses podem ser detectados quando de sua passagem pela França Revolucionária, juntamente com Antônio de Araújo de Azevedo, de quem muito diferia no modo de “pensar e obrar”.

Partidistas dos franceses e ingleses se revezaram no poder político junto à Coroa Lusitana. O partido inglês esteve à frente do governo até 1803. A conjuntura em torno da Guerra das Laranjas, em 1801, parecia ter sido positiva para o partido inglês. Luís Pinto de Sousa Coutinho recebeu o título de Visconde de Balsemão, enquanto D. Rodrigo de Sousa Coutinho recebeu a pasta da Fazenda e do Real Erário e D. João de Almeida, a dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

Contudo, após a nomeação do General Lannes como embaixador português em Portugal, os ventos favoráveis aos anglófilos passaram a mudar. Em 1803, D. João d’Almeida foi demitido da pasta do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Pouco tempo depois do ocorrido, D. Rodrigo de Sousa Coutinho pediu seu afastamento do cargo, o que foi concedido pela Coroa²⁸⁴. Nesse momento em que D. Rodrigo entrou no ostracismo, afastando-se do governo, D. Domingos foi também nomeado para o cargo de embaixador lusitano na Inglaterra. O partido inglês retomaria o poder somente em 1808, após a decisão de transferência da família real portuguesa para o Rio de Janeiro.

Sua nomeação para a embaixada inglesa, na visão do biografado, foi um salto em sua carreira. Não posso deixar de mencionar que este foi o lugar em que ele fez questão de estar a maior parte do tempo, tanto que, após seu período na Corte de Roma, D. Domingos voltou à Inglaterra, onde morreu em 1833.

²⁸³ ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu. As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais. In: MATTOSO, José (org). **História de Portugal**. vol. V, Lisboa, Estampa, 1994.

²⁸⁴ COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública a denúncia secreta que tem por título** “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araújo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional. p. 07.

Seu posicionamento para o lado anglófilo era político, mas também familiar, uma vez que seus irmãos também faziam parte do partido inglês. O fato é que, depois que o partido inglês voltou a ocupar lugar de destaque ao lado de D. João, os irmãos foram importantes peças na condução política daquele momento.

Em minha opinião, a partir de 1807, quando a Família Real se mudou para o Brasil, os irmãos Sousa Coutinho ocuparam lugares estratégicos na política portuguesa. D. Domingos se encontrava em Londres, a capital de uma das potências da época; D. Rodrigo voltava ao poder ao vir para o Brasil com D. João, e D. Francisco Maurício, o principal Sousa, como membro da regência do Reino em Portugal, encontrava-se na Capitania do Grão-Pará.

Tendo o irmão Rodrigo recuperado o ministério à chegada ao Brasil, a família Sousa Coutinho estava representada nos três centros de decisão do poder português: o ministério no Brasil, a embaixada em Londres e Francisco Antônio (Principal Sousa), outro dos irmãos Sousa Coutinho, como membro da regência do reino em Lisboa. A distância entre esses centros, as manobras inglesas que conferiam poder negocial a qualquer deles consoante os seus interesses, as intrigas de corte e o pouco tempo que este panorama se manteve, não permitiram, se essa fora a intenção, qualquer ação concertada entre os irmãos²⁸⁵.

A citação acima confirma a visão sobre as localizações estratégicas dos irmãos Coutinho no início do século XIX nos principais centros de poder de um reino fragmentado havia um representante da família.

3.2. Círculos de Sociabilidades de D. Domingos em Londres até 1810

O círculo de sociabilidades de D. Domingos em Londres esteve diretamente ligado aos acontecimentos internacionais do período. Mesmo diante da supremacia do partido francês na Corte Portuguesa, D. Domingos foi nomeado embaixador na Inglaterra, um ponto estratégico diante do contexto internacional influenciado pelas invasões napoleônicas. Se D. João d'Almeida era acusado pela oposição de fazer corte aos ingleses, o mesmo aconteceu a D. Domingos e seus irmãos. A sua estadia em Londres foi primordial na defesa dos acordos portugueses com a Inglaterra.

²⁸⁵ CASTRO, Zília Osório (Dir), PEREIRA, Isabel Cluny Sara Marquês (Coord). **Dicionário do Vintismo e do Primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826 e 1828)**. Lisboa. Editora Afrontamento, 2002. p. 536.

A situação internacional era complexa desde o fim do século XVIII, quando da independência das treze colônias inglesas na América do Norte, agravada ainda mais com a Revolução Francesa. Esse episódio causou a iminência de levantes nas possessões coloniais portuguesas, além de poder ser um fator que arriscaria as relações com os ingleses²⁸⁶. O governo português não poderia arriscar perder a proteção política inglesa perante as relações internacionais e a preservação de seus domínios. Apesar da tentativa de manutenção da neutralidade, o quadro, cada vez mais tenso na Europa, exigiu um posicionamento.

Como já mencionado, anteriormente, os representantes da Corte estavam divididos entre a aliança pró-inglesa ou a pró-francesa. Enfrentar a França era um grande problema, ao passo que se voltar contra a Inglaterra também se traduzia em outro problema que poderia trazer consequências ainda mais catastróficas, principalmente levando em consideração as possessões portuguesas.

A dependência ainda mais intensa em relação à Inglaterra, segundo D. Domingos, era, na verdade, uma questão de visão sobre o processo ao qual diferia entre os membros dos dois partidos²⁸⁷. Mesmo com visões distintas, o próprio D. Domingos estava ciente de que a dependência perante a Inglaterra poderia se tornar ainda maior. No entanto, em sua opinião, este ainda seria o caminho mais seguro, já que a única coisa que a França teria oferecido era um estado de guerra perpétuo²⁸⁸.

- Mas esse sistema tende a Fazer Portugal sempre, e cada vez mais dependente da Inglaterra? No caso especial do que se trata, e partindo da nudez em que o Reino se achava, sim; mas para que esse caso não tornasse é que D. R. Souza, pedia que se reformassem os princípios de governo. Ele indagava-se por exemplo que uma monarquia com perto de 10 milhões de súditos não apurasse um rendimento líquido superior ao de 600rs por cabeça! E este cálculo comparativo o estendia a todos os ramos de administração; a todas as fontes de poder, e de riqueza das nações. Todos estes nobres pensamentos desapareceram com a sua ilusão. O partido francês prevaleceu e paralisou o Ministério de D. Rodrigo antes de o destruir, estabelecendo e consolidando o sistema de governo que os franceses atuais chamam de basculhe; quer dizer, o vaim das opiniões e dos partidos, que abriu a porta a todas as intrigas, e deu a todos belitres azo para ingerirem nos negócios mais graves²⁸⁹.

²⁸⁶ VILLALTA, Luiz Carlos. **1789-1808: O império luso-brasileiro e os Brasis**. São Paulo: Companhia das letras, 2000, p. 22.

²⁸⁷ GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública a denúncia secreta que tem por título** “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional. p.122-123.

²⁸⁸ GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública a denúncia secreta que tem por título** “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional. p.122-123.

²⁸⁹ GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública a denúncia secreta que tem por título** “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional. p.122-123.

Em, 1803, D. Rodrigo de Sousa Coutinho esteve fora do Conselho após o seu pedido de afastamento ter sido aceito. Este foi um período que considero como sendo de ostracismo. D. Domingos, no entanto, estava em Londres participando ativamente nas negociações que, naquele momento, desenrolaram-se na discussão sobre a defesa diante das invasões napoleônicas e as negociações com a Inglaterra.

A embaixada em Londres representava a mais delicada relação de amizade portuguesa, principalmente pelas questões expostas acima. Era um ponto estratégico na Europa, assim como as embaixadas de Paris e Madri²⁹⁰. A Coroa Portuguesa concentrava seus maiores esforços diplomáticos em embaixadas de maior interesse e relevância para ela. O embaixador era “o espelho do rei ou o Estado representado”²⁹¹, demonstrando uma imagem que não comprometesse nem a imagem do Estado Português nem a imagem do monarca, nesse caso, representado pelo Príncipe Regente, D. João.

Em 1807, D. Domingos já gozava de certo prestígio na Corte Londrina. O contexto deste período punha em risco a maior parte dos bens da Coroa Portuguesa. Sua relação tão estreita com a Grã-Bretanha girava em torno da defesa do território português, a proteção dos tráficos coloniais tão importantes para o comércio externo; a manutenção das colônias tanto no Brasil quanto na costa africana, principal fonte de mão de obra escrava²⁹².

Participante ativo das questões em torno das políticas internacionais, D. Domingos deixou muitas reflexões acerca do período. Em 1816, por exemplo, quis mostrar o verdadeiro ponto de vista sobre a Guerra na Península.²⁹³ Nela, D. Domingos fez também uma cronologia dos acontecimentos daquele período. Em agosto de 1807, segundo o quadro de D. Domingos, Napoleão teria feito algumas imposições para Coroa portuguesa.

Les demandes conformes à l'intimation faite à l'ambassadeur portuguais à Paris, furent, 1^o que le Portugal fermât sés ports aux Anglais et joighit sés vaisseaux de guerre à ceux de France et d'Espagne; 2^o qu'on séquestrât toutes lês propriétés dès indivius anglais

²⁹⁰ NUNO, Gonçalo Monteiro. Banco de dados realizado pelo Professor Nuno Gonçalo Monteiro que resultou no artigo: La Diplomacia Portuguesa durante el Antiguo Régimen. Perfil sociológico y trayectorias. **Cuadernos de Historia Moderna**, 2005, 30, 7-40, p.12.

²⁹¹ SILVA, Ana Rosa Clocllet Da. Inventando a nação. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso- Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo. Hucitec, Fapesp, 2006. p. 56.

²⁹² ALEXANDRE, Valentin. A carta régia de 1808 e os tratados de 1810. In: OLIVEIRA, Luís Valente de. e RICUPERO (org). **A Abertura dos portos**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. p. 105.

²⁹³ COUTINHO, D. Domingos Antônio de Sousa. **La Guerre De La peninsule sous son véritable point de vue**, 1816.

qui se trouvaient en Portugal, de manière à ce que ce royaume se trouvât em état de guerre avec l' Angleterre le 1^o septembre prochain²⁹⁴.

O governo português teria, segundo o biografado, respondido às intimações napoleônicas de forma ambígua, tentando manter ao máximo sua política neutra, o que não era mais sustentável.

Le gouvernement portugais répond avec am biguité, mais en quelque façon sur l'affirmative. Les ministres de France et d'Espagne ne se décident point, par ce motif, à partir, et ne demandent point leurs passeports Napoléon insiste en disant que les deux me sures proposées sont toutes à l'avantage du Portugal et pour servir de compensation aux prises qui seront faites par les Anglais. Le prince régent appelle à un conseil-d'état extraordinaire les ex - ministres Almeida et D. Rodrigo. On équipe des vaisseaux de guerre pour trans porter la famille royale au Brésil. Il est question d'envoyer premièrement le prince héréditaire. Le prince héréditaire ne part pas. Le gouvernement portugais communique à celui de Londres les demandes de Napoléon , et l'impossibilité de résister. Il déclare sa ferme intention de ne point sequestrer les propriétés anglaises, et de passer au Brésil à la dernière extrémité.²⁹⁵

Em 1807, o partido inglês voltou a ter lugar próximo ao Príncipe Regente.

Desde agosto de 1803 até agosto de 1807, i.e. em todo o tempo que durou o primeiro Ministério de A. de A. ---, não houve Conselho de Estado, ou a nenhum foi chamado D. R. de Souza que vivia muito retirado em sua casa, e nas suas fazendas. A 19 de agosto 1807, foram ele, foi ele, D. João d'Almeida e outros Conselheiros d'Estado por Ordem de S.A.R. (e por aviso de A. de A., com data do Palácio de Mafra) para conferir sobre um objeto do Real serviço²⁹⁶.

²⁹⁴ Idem. *As demandas, conforme a intimação feita ao embaixador português em Paris, foram: 1^o que Portugal deve fechar os seus portos aos ingleses e unir seus navios de guerra com os da França e Espanha, 2^o que deve sequestrar todas as propriedades dos Ingleses que estão em Portugal e que o reino se pusesse em estado de guerra contra a Inglaterra a partir de 1^o de setembro.* Tradução Minha.

²⁹⁵ COUTINHO, D. Domingos Antônio de Sousa. **La Guerre De La peninsule sous son véritable point de vue**, 1816. p.124. “O Governo português responde com ambiguidade, mas de alguma forma afirmativa. Os ministros da França e da Espanha não decidem, por esse motivo, sair e não pedem seus passaportes, mas Napoleão insiste que as duas medidas propostas são todas em proveito de Portugal e servem de indenização às batalhas que serão feitas pelos ingleses. O príncipe regente pede um extraordinário conselho de estado para os ex-ministros Almeida e D. Rodrigo. Equipamos navios de guerra para transportar a família real para o Brasil. É uma questão de enviar primeiro o príncipe hereditário. O príncipe hereditário não sai. O governo português comunicou a Londres as exigências de Napoleão e a impossibilidade de resistir. Ele declara sua firme intenção de não sequestrar as propriedades inglesas e de passar ao Brasil na outra extremidade.” Tradução minha.

²⁹⁶ GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública a denúncia secreta que tem por título** “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional. p.122-123.

Nesse contexto, D. Rodrigo teria sido era acusado por Antônio de Araújo de Azevedo de repassar informações importantes a D. Domingos, que se encontrava na Inglaterra. Na *Resposta Pública à denúncia secreta*, Antônio de Araújo de Azevedo teria feito a seguinte acusação: “O Conde de Linhares escrevia a seu irmão o que se passava nos conselhos d’Estado a que assistia, e o que se não passava, com falsidades injuriosas”²⁹⁷.

O principal tema da reunião do Conselho eram as possíveis resoluções acerca das investidas francesas para que o Príncipe Regente cedesse ao bloqueio continental, fechando seus portos à Inglaterra, quando foi cogitada a possibilidade de enviar a Corte Portuguesa para o Brasil, visto que a situação se encontrava extremamente crítica diante da iminência das invasões francesas. Segundo a defesa de D. Domingos sobre a acusação de Antônio de Araújo de Azevedo, D. Rodrigo só ficaria sabendo da resolução final de D. João quando a família já se organizava para embarcar, já que

D.R. de Souza foi afastado dos Conselhos de Estado de 2 de setembro por diante, como doudo, ou como testemunha importuna, e nem levemente ousando, como o Denunciante, chamar à prova o Nome Real, digo que a primeira e natural consequência do que fica exposto é: que (D.R. de Souza) não pode escrever a seu irmão em Londres o que se passou em outros Conselhos de 27 d’agosto, e de 2 de setembro 1807²⁹⁸.

Segundo a versão dada por D. Domingos, ele próprio somente teria sido comunicado da decisão de D. João após o retorno de Lord Strangford. Uma vez feita a resolução, foi passada a D. Domingos a autorização para que negociasse com a Inglaterra os trâmites do acordo. A missão diplomática de D. Domingos, nesse momento, passou a ser a de discutir, juntamente com o Ministro Canning, que havia assumido o posto de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros em fevereiro de 1807, uma Convenção Secreta que confirmasse a posição portuguesa favorável à Grã-Bretanha e não à França e à Espanha. Estes foram nomeados ministros plenipotenciários para que negociassem as relações de amizade mútua entre eles e as devidas condições²⁹⁹.

²⁹⁷ GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública a denúncia secreta que tem por título** “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional. p.122-123. p. 5.

²⁹⁸ GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública a denúncia secreta que tem por título** “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional. p. 10.

²⁹⁹ Convenção Secreta de 22 de outubro de 1807. In: CASTRO, José Pereira Borges de.(ORG). **Coleção dos tratados, convenções, contratos e atos públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potências desde 1640 até o presente**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856.

A França, uma das potências europeias da época, escrutinou um plano contra a Grã-Bretanha que teria como objetivo enfraquecer sua rival através de um bloqueio continental. Este visou sabotar a economia britânica, fechando as suas três principais vias de acesso ao mercado europeu: os portos dinamarqueses, os portos suecos e os portugueses. Nesse contexto, o governo inglês tentou promover alianças que garantissem a manutenção de seus mercados e de sua economia com a Dinamarca e a Suécia. Os ingleses, percebendo-se mais intimidados pela Dinamarca, tentaram um acordo em que toda a esquadra dinamarquesa deveria ser entregue e, em contrapartida, as duas assinariam um tratado de aliança e defesa mútua. O acordo, no entanto, não foi aceito.

Da mesma maneira, os ingleses propuseram aos portugueses um acordo condicionado. Nesse caso, os portugueses deveriam possibilitar a abertura do comércio na América. Isso abriria uma possibilidade de comércio mesmo que eles tivessem dificuldades diante do bloqueio proposto pelos franceses. As duas tentativas foram formas de a Grã-Bretanha conseguir aliados diante das ameaças francesas.

O governo português, após tentar manter sua neutralidade a todo custo, rendeu-se ao acordo britânico, assinando a Convenção Secreta de 1807.

Tendo sua alteza real o Príncipe Regente de Portugal feito comunicar a Sua Magestade Britânica as dificuldades em que se acha em consequência das exigências injustas do Governo Francês, e a Sua determinação de transferir para o Brasil a sede e a fortuna da Monarquia Portuguesa, antes do que aceder a totalidade das ditas exigências, e especialmente aquelas pelas quais o Governo Francês insiste na apreensão das pessoas dos súditos de Sua Magestade Britânica residentes em Portugal, e na confiscação de todas as propriedades inglesas que ali se acham, bem como na declaração de guerra por parte de sua Alteza Real contra a Grã-Bretanha; mas tendo-se sua alteza real ao mesmo tempo proposto, a fim de evitar (sendo possível) a guerra com a França, a consentir em fechar os portos de Portugal à bandeira Inglesa: e considerando que um tal ato de hostilidade da Sua parte poderia justificar Sua Magestade Britânica, e acaso induzi-la a usar de represálias, já pela ocupação militar da Ilha da Madeira ou de outra qualquer colônia da Coroa de Portugal, ou já forçando a entrada do porte de Lisboa, e empregando os mais eficazes meios de hostilidades contra a marinha militar e mercante de Portugal. [...]³⁰⁰.

A neutralidade era a quimera portuguesa. Além disso, não apenas a Grã-Bretanha estaria ameaçada, no caso de uma derrocada, mas tal posição também poderia trazer

³⁰⁰ Convenção Secreta feita em Londres sobre a transferência da Corte e Família Real da Europa para o Brasil e ocupação da Ilha da Madeira, no caso de uma invasão de tropas francesas em Portugal. p.238-239.

consequências econômicas desastrosas a Portugal que, por tanto tempo, tivera-a como fiel aliada, principalmente em relação ao comércio. Uma vez resolvida a aliança, ambos entraram em negociação a fim de resolver os pontos, as condições. D. Domingos, como mencionado, foi o responsável por tratar da convenção. A ele coube a discussão e as relações que se procederam, durante sua estadia em Londres.

A partir de 1807, D. Domingos estava inserido em alguns espaços de sociabilidades em Londres. Parte deles se referia, principalmente às eram de suma importância devido, principalmente, às ações diplomáticas. Os homens mais presentes nas negociações nesse momento foram Mr. Canning e Lord Strangford. Trocando em miúdos, os principais espaços que serão tratados a partir de agora são: os espaços políticos portugueses, divididos em aliados e oposição, no período que foi de 1807 a 1812, determinado com a morte de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, líder do partido inglês, e os espaços na embaixada londrina após a morte de D. Rodrigo até a remoção de D. Domingos em 1814.

Dadas as circunstâncias, Portugal optou pela aliança com a Grã-Bretanha, como já mencionado anteriormente. Esse fato pôs D. Domingos no centro das principais negociações em nome da Coroa Portuguesa com a aliada inglesa. Do lado britânico, pelo menos dois nomes foram recorrentes nesse momento: George Canning, oficialmente designado para negociar a Convenção Secreta de 1807 e seus desdobramentos, e Lord Strangford. George Canning foi secretário dos negócios estrangeiros da Grã-Bretanha entre 1807 e 1809. Por sua vez, Lord Strangford era o embaixador britânico em Portugal.

A divisão interna na corte também transpareceu para as potências da guerra na Península. O momento era de crise e, como o próprio D. Domingos chamara atenção, tratava-se da “Crise de 1807”³⁰¹.

O caso é – que longe de merecer as suspeitas de querer romper com a neutralidade, foi sempre a opinião de D.D. que o Governo Inglês não devia fazer (por sua própria conveniência) acto algum que S.A.R. considerasse como violência ao seu novo systema, antes insistiu sempre que se deixasse ao character de Bonaparte o cuidado de provar falácia do novo systema, e este modo de pensar D.D. era fundado não somente na experiência que tinha do mau êxito de muitas tentativas que se fizeram para excitar Governos de Povos contra os franceses, mas na convicção em que estava que o Systema dos partidistas franceses (ainda

³⁰¹ COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública à denúncia secreta que tem por título** “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araújo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional.

supondo-os sinceros) era tão mau para Portugal, e o erro d'aplicar à França Revolucionária os argumentos aplicáveis a antiga França, tão grande; que ele não duvidava que por si mesmo S.A.R. e toda a Nação Portuguesa viriam brevemente a desenganar-se, e para esse tempo é que ele invocava os auxílios ingleses.³⁰²

O momento de crise era um fator extremo. De todos os lados, as tentativas eram de conseguir um acordo que mantivesse o governo português em paz. Se a neutralidade era o caminho perfeito, ela se tornou insustentável após a reunião do Conselho de Estado em que D. Rodrigo de Sousa Coutinho havia sido chamado, tomando, assim, o posicionamento de manter com a Inglaterra o acordo de aliança. Destarte, tiveram início as negociações em torno da Convenção.

A Convenção Secreta tinha como objetivo selar a relação entre as duas partes com base em alguns princípios básicos. O discurso feito era de conciliar ao máximo os interesses dos dois lados.

As duas altas partes contratantes determinaram em consequência tomar de um comum acordo as medidas e obrigações recíprocas, que se julgarem mais convenientes para conciliar os seus interesses respectivos, e para prover em todo o caso a segurança e boa inteligência, que tem subsistido há tantos séculos entre as duas Coroas. [...].³⁰³

Mas o que se passou de fato foi uma sequência de desconfianças, acordos não cumpridos e discussões. Em Londres, D. Domingos discutia os artigos da Convenção com George Canning, enquanto, em Portugal, o texto estava sendo discutido por Lord Strangford juntamente ao príncipe Regente. Em agosto de 1807, D. Domingos escreveu ao Lord Strangford:

Havendo-me Lord Wesforland confiado o Mano incluso, espero que V. Exa. desculpe a liberdade que tomo de ajudar então pequeno maço para meu irmão. Que a saúde de VAR seja perfeita, e que o céu recompense com todas as felicidades que V.Exa. deseja, o zelo, e fiel vontade que

³⁰² COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública à denúncia secreta que tem por título** “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araújo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional. p. 57.

³⁰³ Convenção Secreta de 22 de outubro de 1807. In: CASTRO, José Pereira Borges de. (ORG). Coleção dos tratados, convenções, contratos e atos públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até o presente. Lisboa: **Imprensa Nacional**, 1856.

tem mostrado para ajudar a nossa Pátria a sair do aperto em que está metida, hé o mais ardente voto [...].³⁰⁴

Dessa correspondência, além de se perceber a tensão vivida, é possível constatar também uma abertura de D. Domingos em relação ao Lord Strangford. Tal relação foi se tornando uma forma de amenizar os principais embates que este teve com Mr. Canning diante das negociações de acordo.

A convenção secreta de Londres em 1807 tinha como objetivos evitar uma represália ainda maior dos britânicos, o apoio para a transposição da Família Real para o Rio de Janeiro e a aliança contra as investidas franceses em territórios lusitanos. Nove artigos foram definidos na Convenção Secreta de 1807.

O primeiro artigo tinha como ponto principal a proibição de qualquer expedição do governo britânico à Ilha da Madeira ou a qualquer outro território lusitano. O contrário só poderia acontecer, caso houvesse alguma atitude portuguesa hostil contra os ingleses. Este, no entanto, foi um ponto polêmico, pois, mesmo sem nenhuma atitude portuguesa contra os ingleses, a cláusula não foi cumprida. A divisão partidária na Corte Portuguesa e a tentativa de manutenção da neutralidade passaram para os ingleses um ar ambíguo. Mais à frente, será possível perceber que este foi um dos principais desafios de D. Domingos, pois a ilha da Madeira foi ocupada, causando, assim, um mal-estar e uma troca de acusações sobre a responsabilidade em torno desse momento.

A Família Real portuguesa teria a escolta britânica para fazer sua transposição para o Brasil. As naus enviadas deveriam se posicionar próximas à Ilha da Madeira, mas não poderiam entrar até que a Família Real chegasse ao Brasil. O único quadro em que seria consentida a admissão das tropas britânicas na Ilha ocorreria, caso a França obrigasse os portugueses a fechar seus portos.

Outros pontos importantes da convenção foram: o governo português não deveria se aliar à França e à Espanha em hipótese alguma; deveria levar para a colônia toda a sua Marinha; ambos deveriam corresponder-se secretamente; os ingleses se comprometeriam em não reconhecer qualquer um que tentasse subir ao trono português que não fosse um representante legítimo da Família Real de Bragança e o estabelecimento de um tratado de auxílio e comércio entre os dois aliados.

³⁰⁴ Carta de D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho ao Lord Strangford de 23 de agosto de 1807. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 434, Pasta 06, documento número 3.

A convenção secreta passou ainda por algumas ratificações. Isso porque D. Domingos, apesar de ter sido nomeado plenipotenciário para negociar a Convenção, por vezes não se sentia autorizado para assinar determinados acordos sem o consentimento do Príncipe. Este foi o caso, principalmente, de dois artigos adicionais da convenção: um que previa abertura do porto de Santa Catarina aos Ingleses, caso os portos lusitanos fossem fechados à bandeira Inglesa; o segundo, caso os portos fossem fechados aos navios ingleses, Portugal deixaria de ter privilégios e isenções que outras nações neutras não possuíam. A preocupação inglesa, nesse momento, voltava-se para o fato de, se os três portos alvos da França fossem realmente fechados, os ingleses teriam seu comércio paralisado.

O abaixo assinado Principal Secretário d'Estado dos Negócios Estrangeiros de Sua Majestade Britânica, consentindo em subscrever ao Artigo II d'esta Convenção, recebeu as ordens de El-Rei para declarar que a execução d'aquela parte do dito Artigo, pela qual se estipula o mandar-se uma esquadra e tropas de Sua Majestade para o Tejo, a fim de proteger o embarque da Família Real de Portugal, depende da segurança, que será dada, de que os Fortes de S. Jolião e do Bugio serão previamente entregues ao Comandante das tropas Britânicas, bem como o Forte de Cascaes, se o embarque tiver lugar d'aquela sítio, ou então do de Peniche, no caso de que a Família Real se tenha retirado àquela península; e ficarão em poder do dito Comandante, até que o objeto, para o qual as tropas são mandadas, estiver preenchido, ou que Sua Alteza Real tiver determinado a quem as tropas inglesas devem restituí-los. O Cavalheiro Sousa Coutinho, Plenipotenciário de Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal, não se achando autorizado, pelas instruções de que atualmente está munido, a contratar obrigação alguma a tal respeito, o abaixo assinado recebeu ordem de acompanhar o Tratado com esta declaração explicativa, e de pedir que a segurança acima mencionada seja enviada com a ratificação do Príncipe Regente. Feita em Londres, a 22 de outubro de 1807³⁰⁵.

D. João, como esperado, contestou o primeiro artigo da Convenção dizendo que o Ministro de Sua Alteza Real em Londres, D. Domingos, não tinha cumprido as instruções dadas a ele. Por isso, o governo britânico não deveria ocupar a Ilha da Madeira até que se tivesse certeza de que a França estava de fato disposta a invadir o território português.

D. João aprovou o terceiro artigo após reiterar que não achava justa a parte que se referia à clausura dos portos e que deveria ser cumprido o que havia sido acertado anteriormente na Convenção. No quarto artigo, o príncipe destacou que se empenharia

³⁰⁵ George Canning, Declaração da Convenção secreta de Londres, 22 de outubro de 1807. p. 249.

para que a Marinha Real e mercante de Portugal seguissem para o Brasil, juntamente com a Família Real, garantindo ainda que “no caso, porém de se achar alguma parte da Marinha Real n’este porto, a Inglaterra pode impedir a sua saída por meio de forças de observação”³⁰⁶. No último artigo, o V da Convenção Secreta de Londres, destacou-se que não seria possível abrir mão de parte da Marinha Portuguesa, já que esta deveria estar à disposição de Sua Alteza Real, o Príncipe D. João.³⁰⁷

A assinatura da Convenção foi marcada pela tensão e insegurança. Um mês após a partida da Família Real para o Brasil, as tropas do General Beresford ocuparam a Ilha da Madeira com facilidade, pois os portugueses que ali estavam aguardavam as orientações de D. João por intermédio dos próprios ingleses. Em dezembro de 1807, Beresford anunciou que a ilha estava sob seu comando.

Coube a D. Domingos lutar pelos pontos não cumpridos pelos ingleses. A desocupação da Ilha da Madeira, um ponto estratégico no Atlântico, foi um dos principais fatores defendidos por D. Domingos perante o governo inglês, mesmo sendo pressionado a aceitar as imposições e vendo a situação portuguesa ficar em maus lençóis. Segundo José Jobson Arruda, as autoridades portuguesas teriam se tornado marionetes nas mãos de George Canning³⁰⁸. Sob outro ponto de vista, D. Domingos fazia o máximo para garantir os interesses portugueses, inclusive confrontar o próprio Mr. Canning.

Como mencionado, um dos principais impasses entre as duas coroas foi a capitulação da Ilha da Madeira e o aprisionamento de navios portugueses pelos ingleses. “[...] eu protestei, e protesto, a Mr. Canning, que cheio da mesma confiança que sempre tive na boa fé britânica, deu esta prova de condescendência esperando que os assuntos referidos sejam prontamente terminados à satisfação, à honra de sua V.A.R. [...]”³⁰⁹.

Mr. Canning tentou, no entanto, associar a questão da Ilha da Madeira a um projeto de comércio entre as duas nações. Mr. George Rose foi encarregado de escrever o projeto e apresentar a D. Domingos. Ainda cobrando explicações e resoluções de Mr. Canning, D. Domingos recebeu uma nota do ministro inglês, juntamente o Projeto de Mr. Rose.

³⁰⁶ Ratificação do Príncipe Regente o senhor D. João à Convenção Secreta de 22 de outubro de 1807 entre as coroas de Portugal e Grã-Bretanha, dada a 8 de novembro do dito Anno. 08/11/1807. In: CASTRO, José Pereira Borges de.(org). **Coleção dos tratados, convenções, contratos e atos públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potências desde 1640 até o presente**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856. p. 260.

³⁰⁷ Cf: CARVALHO, Debora C. A. B. Monteiro de. **D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho: um diplomata português na Corte de Londres (1807 – 1810)**. Dissertação de Mestrado. UFJF, 2011

³⁰⁸ ARRUDA, José Jobson. **Uma colônia entre dois impérios**. A Abertura dos portos brasileiros 18-1808. Bauru, São Paulo, EDUSC, 2008. p. 34.

³⁰⁹ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa ao Príncipe Regente, 13 de fevereiro de 1808. Correspondência do Conde de Funchal.

Rapidamente, D. Domingos respondeu que iria ler com “a mais sincera consideração, logo que puder”³¹⁰. A partir dessa nota, iniciou-se uma nova pressão dos ingleses utilizando a situação para que o projeto enviado fosse rapidamente aceito. D. Domingos, por sua vez, posicionou-se dizendo que não negociaria tal projeto até que a situação por ele reclamada fosse resolvida.

Eu tive (e não me posso facilmente defender da desconfiança que tenho) que Mr. Canning se quis valer da posse da Ilha da Madeira para me fazer consentir no projeto incluso de Mr. Rose, a que eu repugnei em várias conferências que tive com ambos, e que terminei sempre fazendo as mesmas declarações. I – que enquanto não se satisfizesse a honra de V.A.R. sobre o insulto feito na Capitulação da Ilha da Madeira pelo General Beresford, e se não restituísse a Ilha aos termos da Convenção Secreta enquanto se não provasse a sinceridade da Grã-Bretanha coma restituição e liberdade dos Navios Portugueses que eu nem ouvir falar queria de projeto algum de comércio em que entrasse o meu nome. II Satisfeitos estes dois pontos, me desse Mr. Rose o seu projeto, o fosse de acordo comigo o parecer do Agente e Consul Geral João Carlos Lucena, e mais negociantes Portugueses que aqui se acham a favor do projeto, eu tomaria de mais esta responsabilidade contanto que do meu fato espontâneo não resultasse obrigação alguma para V.A.R, e também um projeto meu de resposta. Ao projeto de Mr. Rose de que junto a tradução vão duas cartas de J.C. Lucena com o seu parecer sobre o assunto³¹¹.

No início de 1808, D. Domingos estava empenhado em resolver tais questões. Em sua nota, Mr. Canning justificava o ocorrido dizendo que era “coisa sabida que alguma tropa francesa entrou em Portugal e se tinha adiantado bastante no caminho antes que o fato fosse participado ao Chefe de Governo Português”³¹². A justificativa de Mr. Canning era de que esse avanço francês poderia resultar na indução do Príncipe Regente a fechar os portos aos ingleses, apoderando-se “da pouca propriedade inglesa que ainda podia

³¹⁰ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho a George Canning, 8 de fevereiro de 1808. Correspondência do Conde de Funchal.

³¹¹ João Carlos Lucena foi Agente e Consul Geral de Portugal em 1808. Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa ao Príncipe Regente em duas partes, a segunda do dia 13 de fevereiro de 1808. Correspondência do Conde de Funchal.

³¹² COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública à denúncia secreta que tem por título** “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araújo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional.

haver em Portugal”³¹³. Por tal motivo, eles teriam feito alguma represália hostil que, segundo o ministro, teria sido logo abandonada.

Canning, na nota datada de 21 de janeiro de 1808, faz ainda uma séria acusação baseada na divisão partidária no governo português. Não à toa a nota de Mr. Canning aqui recuperada foi publicada no Resposta Pública à Denúncia Secreta de D. Domingos, rebatendo as acusações de Antônio de Araújo de Azevedo. O trecho reproduzido foi demarcado e dizia o seguinte sobre o ocorrido:

Há certamente razão de crer que houve traição em alguma parte do Governo Português, e a esta parte se deve atribuir a vitória que por vezes alcançou a influência francesa. A mesma se deve imputar o segredo guardado sobre o adiantamento das tropas francesas ao mesmo tempo que se recebiam seguranças que elas não passariam das fronteiras; mas todo este negócio será submetido a uma rigorosa investigação, e até que se veja o resultado dela, melhor é não dizer mais nada sobre o assunto.³¹⁴

A nota de Mr. Canning, como mencionado, foi escrita em janeiro, enquanto a carta de D. Domingos ao Príncipe havia sido escrita no início do mês seguinte. É possível supor que a dita nota tenha vindo juntamente com o projeto de Mr. Rose, o qual se referiu a D. Domingos. É muito provável que os ingleses tenham utilizado a cisão internaportuguesa para acusá-los de traição, conseguindo, dessa forma, a assinatura do projeto. Como já mencionado anteriormente, cada um tentava resolver a “crise de 1807” de acordo com as suas possibilidades, mas também o é que tanto D. Domingos quanto Antônio de Araújo Azevedo trocavam acusações sobre esse período.

O fato é que D. Domingos não aceitou as colocações de Mr. Canning como pretexto para assinar o dito projeto, seguindo-se, então, uma longa conversação através de notas em que o português confrontava o representante britânico. As tropas portuguesas teriam se colocado em posição de defesa, mas teriam baixado a guarda após saber que a Corte estava embarcando no London, mas também, por um “aviso de SAR tinha feito na data de 7 de dezembro a bordo do Príncipe Real, à vela, de sorte que ele presumia que a

³¹³ COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública à denúncia secreta que tem por título** “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araújo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional.

³¹⁴ COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública à denúncia secreta que tem por título** “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araújo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional.

expedição não viria mais à Madeira”³¹⁵. Nesse momento, porém, D. Domingos pareceu perder a compostura com o ministro inglês, dizendo:

Isto é tudo, porém, mexerico Sr. se eu posso dizer o que eu entendo. Nós estamos perdendo tempo. Se a desconfiança continuar, é um caso. Se devemos destruí-la para sempre é preciso por de parte todas as suspeitas do passado. Deus Sabe o quanto tem sido recíproca. Voltos os papéis do General Beresford³¹⁶.

A decisão britânica para o diplomata se tratava de usurpação que exigiu dos habitantes da madeira “um juramento de infidelidade ao seu natural soberano, obrigando-os a prestar obediência de vassalagem à Grã-Bretanha”³¹⁷.

O descontentamento de D. Domingos ficou claro e ele não fazia questão de esconder, tanto que, em carta a D. João, disse: “Tem feito grande sensação no Público em que transpirou (e eu não desgostei que transpirasse) a disputa que existe entre mim e o governo a respeito da Madeira”.³¹⁸

No documento enviado a D. Domingos, Mr. Rose, antes de propor seu projeto, justificava-se dizendo que Mr. Canning sempre lhe pedira que deixasse D. Domingos a par das discussões, mas que, no entanto, ele não queria incomodá-lo.

Portanto estou persuadido, que me farei a justiça de crer que quando ofereço a vossa consideração a proposta que agora vou fazer, tenho a convicção clara que a vossa anuência a ela, não tem a mais remota possibilidade de ser desaprovada por S.A.R., o Príncipe Regente, [...].³¹⁹

Mr. Rose chamava atenção de D. Domingos para o fato de que alguns navios haviam partido para o Brasil de forma ilegal. Para o inglês, não havia nada que eles pudessem fazer em relação a estes que já haviam saído, mas que poderia se tratar de um problema mais grave no futuro. Rose chamou atenção para importância de se abrir um

³¹⁵Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Nota de D. Domingos Antônio de Sousa a George Canning. 11 de fevereiro de 1808. Correspondência do Conde de Funchal.

³¹⁶Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Nota de D. Domingos Antônio de Sousa a George Canning. 11 de fevereiro de 1808. Correspondência do Conde de Funchal.

³¹⁷Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho a D. João, 8 de fevereiro de 1808. Correspondência do Conde de Funchal.

³¹⁸Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa ao Príncipe Regente em duas partes, a segunda do dia 13 de fevereiro de 1808. Correspondência do Conde de Funchal.

³¹⁹Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de Mr. Rose a D. Domingos de Sousa Coutinho. Do dia 06 de fevereiro de 1808. Correspondência do Conde de Funchal.

porto mais cômodo que o de Santa Catarina, pois “um mais perto do norte do Rio de Janeiro seria muito mais cômodo em razão das vantagens dos ventos gerais, e que fosse igualmente livre de obrigações como os mais portos ao Sul da Costa”³²⁰.

Nesse momento, o biografado se sentia pressionado por todos os lados, visto que além dos britânicos, alguns negociantes portugueses também estavam de acordo com as vantagens do projeto apresentado por Mr Rose. D. Domingos recebeu as considerações de João Carlos Lucena, dizendo que não entendia a motivação para a pressa em fazer comércio com o Brasil e, ao mesmo tempo, acreditava que a decisão já estava tomada pelos ingleses.

Logo que V.Exc. receber a satisfação dos dois pontos sabidos, e não antes, devo eu supor que o governo espera que V.E. haja de anuir a adaptar a proposta feita por via de Mr. Rose. Tenho considerado atentamente sobre ela. As condições oferecidas parecem não admitir objeções, e as fianças são as usuais que se dão na alfandega, que geralmente são ilusórias, muitas vezes iludidas, e em muitos casos insuficiente em razão do termo de fiança ser meramente uma formalidade³²¹.

Antes, porém, em sua proposta, Mr. Rose disse que teria a maior consideração pela Corte Portuguesa, frisando se seria possível fazer mais concessões. Além de Canning, João Carlos Lucena, outro homem surgiu como pertencente ao círculo diplomático de D. Domingos nessa situação: Lord Strangford, . Alguns dias depois, ele solicitava um encontro urgente com o representante inglês. “Pela primeira vez que [...] a minha obrigação, e passei a escrever e deixei dois bilhetes porque desejava absolutamente encontrá-lo – queira o senhor me fazer o favor de me falar hoje ou amanhã em todo o caso antes que vá falar com Mr. Canning”³²². Parecia que D. Domingos precisava ainda da opinião do Lord. A resolução do problema na Ilha da Madeira teve solução somente em 25 de fevereiro de 1808, quando Mr. Canning enfim respondeu a D. Domingos e estes acertaram que uma retificação seria assinada.

Sobre o presente tratado ou Convenção Suplementaria permita-me VAR de acrescentar que uma vez efetuada a minha reconciliação com

³²⁰ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de Mr. Rose a D. Domingos de Sousa Coutinho. Do dia 06 de fevereiro de 1808. Correspondência do Conde de Funchal.

³²¹ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de João Carlos Lucena a D. Domingos de Sousa Coutinho. Do dia 10 de fevereiro de 1808. Correspondência do Conde de Funchal.

³²² Carta de D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho ao Lord Strangford de 23 de agosto de 1807. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 434, Pasta 07, documento número 18.

Mr. Canning satisfez este ministro aquela parte das minhas notas de 24 e 30 de janeiro que pedia o General Beresford fosse chamado tomando ele na sua resposta de 25 de fevereiro a culpa sobre si e atribuindo as ordens ou instruções que deu (diferentes do pactuado na convenção) às vozes de desconfianças que prevaleciam no ânimo destes ministros no mês de novembro próximo passado.³²³

Em 1808, Pedro Fagundes Bacellar Dantas e Menezes e Samuel Hood anularam a rendição assinada em dezembro de 1807, mandando devolver o comando da Ilha da Madeira ao Governador Português, reiterando, ainda, que a Coroa Britânica não poderia fazer retaliações ao Príncipe português e seus sucessores, caso não estivesse claro que a Coroa Portuguesa havia se aliado aos franceses.

Se for, como espero, executado legalmente este tratado ficará a Ilha restituída ao Domínio útil, e Direto de V.A.R. e os moradores desobrigados do juramento que fora extorquido, e a mesma autoridade militar [...] Sobre a Convenção Suplementaria Ela é por si vastamente ampla, e eu tenho ainda fresca a memória das objeções que pus o Ex. Secretário d'Estado na convenção de 22 de outubro, sem a qual há provavelmente que está não teria lugar que nela é fundada [...]³²⁴.

A desocupação da ilha pelos ingleses, no entanto, só se deu em agosto de 1808. D. Domingos estava preocupado ainda com as outras possessões para além da Ilha da Madeira, já que havia um risco iminente de ocupação dos domínios portugueses na Ásia. D. Domingos acreditava que os acordos foram, dentro do possível, os melhores sabendo, no entanto, os riscos que a Coroa Portuguesa corria mesmo em relação aos seus próprios aliados.

Nesse contexto, D. Domingos se mostra preocupado com as reações do Príncipe em relação às suas decisões:

estou indeciso visto que tudo isto é feito no ar; ou trabalho na área enquanto não tenho poderes de VAR, senhor. Eu não sei nem se devo falar de mim – porém, digne-se VAR informar-se do portador, que tenho tido que fazer com ministros d'Estado, negociantes, capitães, passageiros³²⁵.

³²³ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos de Sousa Coutinho ao Príncipe D. João. Do dia 31 de março de 1808. Correspondência do Conde de Funchal.

³²⁴ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos de Sousa Coutinho ao Príncipe D. João. Do dia 31 de março de 1808. Correspondência do Conde de Funchal.

³²⁵ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos de Sousa Coutinho ao Príncipe D. João. Do dia 31 de março de 1808. Correspondência do Conde de Funchal.

Como D. Domingos havia sinalizado, a resolução em torno da Madeira não era o único problema a ser solucionado. Dessa forma, outros problemas já iminentes se tornavam mais urgentes. Não à toa, a mesma carta que avisava da resolução sobre a ocupação da Madeira trazia as próximas questões a serem resolvidas.

Outro grande embaraço tem sido o de passaportes a ingleses. Todos querem ir para o Brasil, e eu vendo que eles iam sem passaporte, preferi pedir a Mr. Canning que os remetesse a mim e dou-lhe um passaporte, em que sujeitos às ordens que VAR tiver publicado para a residência dos negociantes estrangeiros no Brasil³²⁶.

Com a abertura dos portos em janeiro de 1808, a excitação que se criou era tamanha que muitos negociantes estavam enviando seus navios para o Brasil.

Puseram-se logo a cargo muitos navios ingleses. Eu recebi vários impressos, visitas, petições e cartas sem números de todas as partes do reino. Pareceu-me este movimento prematuro e tentei refreá-lo com a nota que apresentei nº1, porém como esta não bastou, depois de muita discussão com negociantes ingleses, ouvindo os outros negociantes portugueses [...] ³²⁷.

A essa altura, D. Domingos tentava deixar claro que, a despeito das decisões que estava tomando, D. João não estava obrigado a acatá-las, mas não via outra maneira de lidar com as pressões a não ser tomar decisões, mesmo que paliativas. Ainda nesse contexto, Lord Strangford e Mr. Canning enviaram um projeto de tratado de comércio:

o número 15 é um projeto de um tratado de Comércio que me pediu Lord Strangford, à quem Mr. Canning tinha dado a incumbência de lhe expor as suas ideias à este respeito, e eu julguei necessário acautelá-lo para as dificuldades que havia e acostumá-lo às ideias que não teria provavelmente sobre a impossibilidade de consentir no Brasil feitorias inglesas ou paquetes a moda de Lisboa, ou privilegiar sem o equivalente para os portugueses em Inglaterra e cônsules prepotentes³²⁸.

³²⁶ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos de Sousa Coutinho ao Príncipe D. João. Do dia 31 de março de 1808. Correspondência do Conde de Funchal.

³²⁷ COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública a denúncia secreta que tem por título** “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araújo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional.

³²⁸ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos de Sousa Coutinho ao Príncipe D. João. Do dia 31 de março de 1808. Correspondência do Conde de Funchal.

Diante de tais questões, D. Domingos pedia a D. João instruções em relação ao projeto que ele estava enviando por Lord Strangford, já que a pressão fizera com que as discussões continuassem, mesmo sem nenhuma instrução do príncipe regente. Três condições estavam em pauta:

1. Paquetes sujeitos a visita e guardas a bordo.
2. Nenhuma feitoria de negociantes no Brasil.
3. Igualdade perfeita, ou mesmo recíproca diferença no Brasil que houver em Inglaterra de privilégios e de isenções aos navios conforme vai explicado no Projeto de Tratado que eu dei a Lord Strangford e que eu remeti por Manuel Ignácio de Sampaio. Artigos 8,9,10 e 14.³²⁹

Assim, teve início o que, posteriormente, ficou conhecido como os tratados de Aliança e Comércio de 1810. A abertura dos portos exigiu uma tomada de posição que regularizasse a entrada de navios e produtos no Brasil, bem como o comércio. Mas, nesse momento, D. Domingos se encontrava ligado principalmente aos dois representantes da Corte Inglesa, vez que não tinha acesso à Corte Portuguesa que se encontrava no Brasil. A tensão de D. Domingos era clara nas correspondências, tendo demonstrado, inclusive, uma desconfiança em relação ao Lord Strangford que não se notava antes.

Depois de longas discussões e incerteza do que devia escrever à Vossa Alteza Real além do que já tive a honra de expor na minha carta de 29 de abril de casa do Mr. Canning e do Almirantado com a certeza que o Comboio e Lord Strangford na Fragata que a escolta deve partir sem demora e Lord Strangford de Londres esta noite.³³⁰

Parte do mal-estar entre D. Domingos com Lord Strangford estava associado às discussões que se seguiam sobre os acordos comerciais. Mal-estar este que foi amenizado por uma visita do Lord a D. Domingos no dia da partida do primeiro. “As discussões com estes ministros durarão até quase o último instante da partida do Lord Strangford. [...] e no dia mesmo da partida (antes de ontem) veio nobremente a minha casa, e completamente nos reconciliamos”³³¹.

³²⁹ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Nota de D. Domingos Antônio de Sousa ao Príncipe Regente do dia 29 de abril de 1808.

³³⁰ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Nota de D. Domingos Antônio de Sousa ao Príncipe Regente do dia 29 de abril de 1808.

³³¹ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Nota de D. Domingos Antônio de Sousa ao Príncipe Regente do dia 05 de maio de 1808.

Ainda nessa mesma correspondência, D. Domingos comunicava a D. João que os britânicos teriam cedido em relação aos três pontos acima mencionados: pacotes, feitorias e privilégios. Mesmo que estes usassem isso como forma de conseguir compensações, ganhar essas causas tinha um grande valor para D. Domingos, pois, segundo ele, seria uma forma de mostrar também a Bonaparte que Portugal não era uma colônia inglesa³³².

Três coisas me dão cuidado a este respeito. A primeira é, que tendo eu logo participado à Mr. Canning que SAR houvera por bem aprovar o plano que eu propus para o estabelecimento de pacotes, vai passando no parlamento o Bill que regula o porte de cartas para o Brasil, falta fé nos pacotes, e ainda Mr. Canning me não disse uma palavra sobre este objeto. A segunda é que sendo eu interrogado por vários negociantes se podem levar ao Brasil gêneros de Itália V., eu tenho dito que durante a guerra me parece que SAR o consentiu. Aliás, a Inglaterra nunca consentiria a reciprocidade neste ponto contraria ao seu ato de navegação. A terceira é o comboio dos negociantes ingleses com os marinheiros portugueses que tem feito à estes insubordinados dissemos e faltam marinheiros para os navios portugueses, e os navios ingleses vão navegados por eles [...]³³³.

Não se tornar “uma colônia inglesa” era algo muito caro a D. Domingos, visto que a maioria das resoluções estava sendo concretizada por ele sem o conhecimento do Príncipe. Sobre os três pontos mencionados na citação anterior, D. Domingos disse:

O remédio só no Brasil se pode dar e regulá-lo depois pelo tratado. Por mais diligencias que fiz para ter uma conferência com Mr. Canning antes que Mg Caleppi partisse foi impossível por causa dos grandes embaraços de parlamento e ocupação dada pelos deputados das provinciais sublevadas de Espanha. Alcançá-la para mais cedo do que amanhã que hé o dia em que Mg parte de Londres.³³⁴

Como se pode perceber até aqui, nessa passagem, D. Domingos foi o maior representante português em Londres, onde estava circundado por representantes britânicos. Ou seja, como representante do Príncipe Regente, ele era a maior autoridade a negociar com os ingleses. Ao longo dos meses que duraram a viagem da Família Real

³³² Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Nota de D. Domingos Antônio de Sousa ao Príncipe Regente do dia 05 de maio de 1808.

³³³ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Nota de D. Domingos Antônio de Sousa ao Príncipe Regente do dia 05 de maio de 1808.

³³⁴ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Nota de D. Domingos Antônio de Sousa ao Príncipe Regente do dia 30 de junho de 1808.

para o Brasil, as principais questões relacionadas à colocação portuguesa no contexto internacional estavam nas mãos de D. Domingos. Ele estava rodeado dos ingleses com seus interesses, assim como estava rodeado de outras pessoas que perceberam nele esse poder momentâneo. Além disso, ele também foi o responsável por resolver as questões ligadas aos passaportes. Ele próprio sabia de sua condição passageira, mas detentora de poder naquele contexto, devendo prestar contas ao Príncipe, assim que este estivesse a salvo na Colônia.

Os círculos de sociabilidades dos quais D. Domingos fez parte eram vários e tinham suas interseções também. Em Londres, manteve-se em meio aos representantes da Corte Britânica. Em busca dos interesses ingleses, estes homens queriam persuadir D. João através de D. Domingos. Ao mesmo tempo, ligava-se a outras figuras com poderes mais restritos, como outros membros da nobreza que não foram para o Rio de Janeiro, ou mesmo portugueses que tentavam pedir asilo fora do território ibérico, que também circulavam em torno de D. Domingos nesse momento em troca de apoio, além dos negociantes.

Quando se trata dos comerciantes, é importante ressaltar que a possibilidade de comércio com o Brasil foi um momento de intensa pressão. Sabemos que D. Domingos estava, juntamente com João Carlos Lucena, definindo os melhores caminhos a serem adotados. No entanto, quando alguma negativa era dada por Lucena, a contrapartida era ir em busca de D. Domingos, para conseguir algum tipo de informação sobre como seriam as normas acerca dos produtos que poderiam ser comercializados e os tipos de comércio.

Enquanto os negociantes ingleses buscavam avidamente por comércio no Brasil, os portugueses se sentiam à margem da situação. Os que haviam ficado ficaram em Portugal, sentindo-se abandonados pela Coroa, posicionaram-se em forma de manifesto contra a abertura dos portos no Brasil³³⁵. Abrir os portos, além de quebrar o principal protocolo das relações entre a metrópole e a colônia, permitiu a entrada dos produtos britânicos.

Na primeira versão do tratado de comércio entre Portugal e Inglaterra, feita por D. Domingos, não constava, dentre os tópicos presentes, menção ao território lusitano, já

³³⁵ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O comitê de 1808 e a defesa na corte dos interesses ingleses no Brasil. In: **Repensando o Brasil do Oitocentos**. Cidadania, política e liberdade. CARVALHO, José Murilo e NEVES, Lúcia Maria. (org). Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009. p. 521

que a sede da Coroa estava no Brasil, o que comprova, inclusive, o posicionamento dos negociantes portugueses.³³⁶

Com a primeira versão escrita, D. Domingos foi à casa de Mr. Canning pouco antes de Lord Strangford partir para o Brasil para discutir mais alguns ajustes do projeto de tratado. O embaixador português, portanto, leu, transcreveu e traduziu uma nota de Canning para D. João.

Leu-me Mr Canning (digo) o despacho das instruções gerais, ou Carta de ordens que ele dá a Lord Strangford , o qual não podia ser concebido em torno de maior respeito e amizade para Vossa Alteza Real, ou mais afastado da ideia de tomar da situação de Vossa Alteza Real. Mr. Canning não me leu naturalmente as instruções comerciais, que dá a Lord Strangford (para o tratado de comércio) nem eu podia esperar tanto, porém conforme à promessa que me tinha feito leu me extratos das mesmas instruções sobre os três pontos. 1º de paquetes, 2º de feitorias de negociantes, 3º de privilégios pessoais, e o sentido do que ele me leu, é que debaixo de certas condições (a natureza das quais ele naturalmente não me disse qual era) pode V.A.R. conservar o Brasil livre destas três coisas que eu lhe representei como prejudiciais a este império³³⁷.

Em agosto de 1808, Lord Strangford rumou ao Brasil com o tratado para que fosse lido e assinado por D. João. A partir de então, o projeto passou para as mãos de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, passando para uma segunda fase de negociação³³⁸ em que D. Rodrigo tentou modificar alguns pontos como o relativo à reciprocidade em favor dos gêneros do Brasil em troca de facilidades que seriam concedidas à Inglaterra. No mês de junho, o parlamento inglês votou o *Bill*, que tinha como objetivo reforçar as discussões sobre as condições especiais para importação de produtos brasileiros na Inglaterra. As discussões em torno do *Bill* seguiram na capital britânica. Enquanto isso, D. Domingos tentava solicitar a Mr. Canning: “a respeito dos gêneros do Brasil, porém, a vista do *Bill* parece que o governo persiste na tenção de não conceder favores se não pelo tratado”³³⁹.

³³⁶ ALEXANDRE, Valentim. **Os Sentidos do Império**: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo regime português. Porto: Ed. Afrontamento, 1993. p. 216.

³³⁷ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Nota de D. Domingos Antônio de Sousa ao Príncipe Regente de 2 de maio de 1808.

³³⁸ Os tratados subsequentes a que me referi são os de 28 de fevereiro de 1809 e os de 19 de fevereiro de 1810.

³³⁹ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Nota de D. Domingos Antônio de Sousa ao Príncipe Regente de 30 de junho de 1808.

Inicialmente, o caráter do tratado era provisório até por se tratar de um projeto: “Resulta daqui que o projeto de D. Domingos não tem por objetivo criar um quadro permanente para o desenvolvimento das relações entre Portugal e a Grã-Bretanha, destinando-se apenas a ocorrer a uma situação extraordinária”³⁴⁰.

O acordo, que passou a tomar corpo a partir de 1809, previa a preservação do comércio de trânsito e abolia as taxas que o Brasil pagava por produtos estrangeiros reexportados por Portugal. Isso passou, no entanto, a certeza de que o território português não estava nos planos desse tratado. Assim, o que havia sido tão caro aos negociantes portugueses foi se confirmando. As terras lusitanas ainda estavam sob o comando de Junot, o que dificultava a consideração deles enquanto parte do território. Pensando friamente, é fato que, de alguma forma, o comércio português com a metrópole poderia significar alguma brecha para os franceses. Em Portugal, indústrias entraram em falência, o que se agravou pelo incentivo dado ao desenvolvimento da política manufatureira no Brasil em 28 de abril de 1809. D. Rodrigo insistia em dizer aos vassallos portugueses que se encontravam em solos devastados pela guerra que a prosperidade do Brasil traria benefícios também às terras lusitanas, mas toda essa movimentação alheia aos que ficaram causou furor e revolta aos portugueses.

3.3. “E querendo dar-lhe uma pública significação de reconhecimento e aprovação de tão importantes serviços; hey por bem promovê-lo à Grandeza com o título de Conde de Funchal, em sua vida.”³⁴¹

D. Domingos recebeu algumas mercês durante sua vida. Como será possível perceber nas linhas abaixo, aos poucos, o embaixador foi ganhando espaço e preenchendo sua farda com suas medalhas. Quando foi nomeado enviado extraordinário à Corte de Copenhague D. Domingos passou a fazer parte também do Conselho de sua Majestade, “com o qual haverá e gozará de todas as honras prerrogativas autoridades isenções e franquezas que hão e tem os do Seu Conselho e como tal lhe competem e jurará

³⁴⁰ ALEXANDRE, Valentim. **Os Sentidos do Império**: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo regime português. Porto: Ed. Afrontamento, 1993. p. 216.

³⁴¹ Título de Conde de Funchal registrado nas folhas 2 v.º e 3 do Livro 21 do Registro Geral das Mercês. In: FUNCHAL, Marquês de. **O conde de Linhares**. Editora Thesaurus, 1908.

na Chancelaria que lhe dará Conselho fiel (...)”³⁴². No mesmo ano em que passou a fazer parte do Conselho do Governo, D. Domingos foi contemplado com a Ordem de Cristo.

Sua Majestade como Gov.^{ora} e perpétua Adm.^{ora} do Mestrado Cavalaria e Ordem de N. Sr. Jesus Cristo há por bem mandar lançar o hábito da mesma ordem no Mosteiro de N. Sra. Da Luz extramuros desta Cidade ao dito D. Domingos de Sousa Coutinho visto ter habilitado sua pessoa diante do Presidente e Deputados da Mesa da Consciência e Ordens e Juiz Geral delas e por ter todas as circunstâncias dos interrogatórios. De que se me passou carta em 7 de outubro de 1788.³⁴³

Alguns anos depois, uma outra mercê foi solicitada para D. Domingos. Tal solicitação foi feita por seu irmão, D. Francisco Sousa Coutinho, que enviou uma carta como seu procurador. A carta provavelmente escrita no ano de 1811, nela foi revelada a vontade de D. Domingos de obter outros méritos da corte portuguesa.

Diz D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, atual embaixador de Vossa Alteza Real na corte de Londres, por seu procurador; e irmão, que achando-s’empregado na carreira diplomática desde agosto de 1788, que foi enviado à corte de Copenhague, e sucessivamente depois desta, à de Turim, donde passou à em que existe, contando assim mais de vinte e três anos contínuos e sucessivos em atual serviço (...)”³⁴⁴.

Foi durante seu período londrino que D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho recebeu mais uma mercê da Coroa Portuguesa, de primeiro Conde de Funchal, título nobiliárquico.

Dom João, e faço saber aos que esta Minha Carta virem, que tendo presentes os distintos serviços, que Dom Domingos António de Sousa Coutinho. Me tem feito nas importantes comissões de que o Tenho encarregado nas Cortês de Dinamarca, Turim, e Londres, em que reside como Embaixador Extraordinário, dando de si toda satisfação: E querendo dar-lhe uma publica significação de reconhecimento e aprovação de tão importantes serviços; ei por bem promovê-lo à Grandeza com o título de Conde de Funchal, em sua vida. E quero, e Mando, que o referido Dom Domingos Antonio de Sousa Coutinho se

³⁴² Registro de mercê de Cavaleiro da Ordem de Cristo a D. Domingos António de Sousa Coutinho, de 25 de agosto de 1788. Registro Geral de Mercês de D. Maria I, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, livro 24, f. 198.

³⁴³ Idem.

³⁴⁴ Carta de D. Francisco Sousa Coutinho a Sua Majestade D. Maria I, intercedendo por D. Domingos de Sousa Coutinho. Biblioteca Nacional, setor de manuscrito, C.168.85.

chame Conde de Funchal, e que com o dito título, goze de todas as honras, preeminentes, prerrogativas, inzenções.(...) E com o referido título haverá o assentamento que lhe pertencer, de que pelo Conselho da Minha Real Fazenda se lhe passará que dicto He lhe Mandei das esta carta por mim assignada, passada pela Chancellaria, e Sellada com Sello pendente das Minhas Armas³⁴⁵.

É interessante fazer uma análise sobre o título de Conde de Funchal. Tudo indica que o título tenha alguma relação com o fato, como apresentado anteriormente, de que D. Domingos defendera a desocupação da Ilha da Madeira, quando os ingleses a tomaram, quebrando o acordo feito na Convenção Secreta de 1807.

D. Domingos foi o primeiro e o único Conde de Funchal, título nobiliárquico outorgado em dezembro de 1808, em comemoração ao aniversário de D. Maria I. Ao vir para o Brasil, D. João trouxe consigo alguns homens da nobreza que já eram titulados. No fim de 1808, D. João ampliou o número de titulares no Brasil, como D. João de Almeida (Conde das Galveias), D. Rodrigo de Sousa Coutinho (Conde de Linhares), D. José de Portugal (Conde de Aguiar) e o próprio D. Domingos de Sousa Coutinho³⁴⁶. Tais títulos foram concedidos como forma de agradecimento por serviços políticos e militares.

Segundo Nuno Gonçalo Monteiro, após 1790, um terço dos Grandes criados por pelo governo Joanino eram constituídos por secundogênitos ou pelos herdeiros de seus serviços³⁴⁷. A partir desse período, muitos filhos segundos se casaram ou seguiram uma carreira militar ou política. Mesmo assim, a coroa concedeu tais títulos com Grandeza. A predominância, no entanto, era de títulos concedidos por serviços políticos e militares. Primeiramente, foi dado a ministros e diplomatas com elevada qualidade de nascimento, tal como Conde de Funchal, Linhares, Balsemão, Galveias, mas também os que não possuíam a grandeza como Conde da Barca, Basto e Suberra^{348 349}.

Embora D. Domingos e D. Rodrigo tenham recebido o título na mesma ocasião, D. Domingos passa a se referir a D. Rodrigo como Conde de Linhares a partir da

³⁴⁵ Título de Conde de Funchal registrado nas folhas 2 v.º e 3 do Livro 21 do Registro Geral das Mercês. In: FUNCHAL, Marquês de. **O conde de Linhares**. Editora Thesaurus, 1908.

³⁴⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da, A Corte no Brasil e a distribuição de mercês honoríficas, In: *Ler História* [Online], 54 | 2008. URL : <http://journals.openedition.org/lerhistoria/2368> ; DOI : 10.4000/lerhistoria.2368 Acesso em: 3 fev 2017.

³⁴⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **O crepúsculo dos Grandes**. A Casa e o Patrimônio da Aristocracia em Portugal (1750-1850). Lisboa: Imprensa Nacional, 1998. p. 46

³⁴⁸ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **O crepúsculo dos Grandes**. A Casa e o Patrimônio da Aristocracia em Portugal (1750-1850). Lisboa: Imprensa Nacional, 1998. p. 46

³⁴⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo e CARDIM, Pedro. **La Diplomacia Portuguesa durante el Antiguo Régimen. Perfil sociológico y trayectorias**.

correspondência de 18 de março de 1809.³⁵⁰ É interessante perceber, no entanto, que D. Domingos, durante todo o ano de 1809, não assinou as correspondências como Conde de Funchal e não fez nenhuma referência ao título. Pelo menos não nas correspondências oficiais disponíveis no arquivo do Itamaraty no Rio de Janeiro. Em 1833, pouco antes de sua morte, D. Domingos recebeu o título de Marquês do Funchal, título que foi repassado aos seus sobrinhos pelo fato de D. Domingos não ter deixado descendentes.

D. Domingos colecionou, ao longo de sua carreira, muitos crachás e ordens, o que era motivo de muito orgulho para ele. José Liberato, em suas memórias, descreveu-o: “De estatura mui pequena como era, mal feito do corpo, e ainda mais de figura, e agora vestido com a sua rica farda de embaixador sobre a qual cahiam uma gram-cruz e os crachás de muitas ordens”³⁵¹. Os méritos presentes em sua farda são sempre exaltados e D. Domingos os sustentava com muito orgulho. Era a demonstração de seus méritos por prestações de serviço à Coroa.

A primeira mercê recebida por D. Domingos, como fora anteriormente mencionado, foi a Moço Fidalgo, em 26 de janeiro de 1781, quando ainda estava na Universidade de Coimbra. Alguns dias depois, teve como acréscimo foro Fidalgo Escudeiro de Sua Casa.

Houve Sua Mag^e. por bem fazer mercê ao dito Domingos Antônio de Souza Coutinho Seu Moço Fidalgo de o acrescentar do dito foro ao de Fidalgo Escudeiro de Sua Casa com 2\$500 rs mais em Sua Moradia além do que já tem de Moço Fidalgo para que tenha [...] 3\$500 rs de Moradia por mês de Fidalgo Escudeiro e o alqueire e meio de cevada por dia pago segundo ordenança e é o foro de Moradia que pelo dito seu Pai lhe pertence. E o Alvará foi feito em 30 de janeiro de 1781.³⁵²

Anos depois, em sua primeira missão em Copenhague, outra ordem lhe foi concedida. Esta, no entanto, necessitou de um processo mais prolongado que passou por algumas fases. Na primeira delas foi o anúncio de D. Maria I.

Dona Maria &a. Faço saber aos q. esta minha carta virem, q. tendo consideração às qualidades e merecimentos de D. Domingos de Souza Coutinho q. se acha nomeado Meu Enviado Extraordinário a Corte de Copenhague, e confiar dele me saberá merecer toda am.^{cc.} e

³⁵⁰ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares do dia 18 de março de 1809.

³⁵¹ CARVALHO, José Liberato Freire. **Memórias da vida de José Liberato**. Tipografia de José Baptista Morando, Lisboa, 1855 p. 150-151.

³⁵² ANTT, Chancelaria de D. Maria I. Registro Geral de Mercês de D. Maria I, livro 10(2), f. 100

Acrescentamento que lhe fizer: ei por bem, e me Praz fazer-lhe Mercê dott^o. do Meu Conselho, com o qual haverá e gozará de todas as honras, prerrogativas, autoridades, isenções e franquezas q. hão, e tem os do Meu Conselho, e como tal lhe competem; Jurará {...} e me dará conselho fiel, e tal, como deve, quando Eu lhe mandar: E por firmeza de tudo lhe mandei dar esta carta, por mim assinada, passada pela Chancelaria, e selada com o Selo {...} das minhas Armas: E pagou de novos direitos cinco mil seiscentos reis q. foram carregados ao Tesouro dele, no livro 6^o. de sua receita a p. 36 como constou por um conhecimento {...} por ele assinado e pelo Escrivão do seu Cargo, q. foi Registrado a p. 60 do Livro 45 do registro geral dos mesmos Novos Direitos: Dada em Lisboa aos 25 de Agosto de 1788. A Rainha³⁵³.

Feito o anúncio, era necessário que ele provasse que poderia receber a mercê do Hábito de Cristo.

Declaro o Suplicante ser natural e batizado na vila de Chaves, filho de D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, natural de Évora, e de sua mulher D. Anna Luiza da Silva, natural de Lisboa. Neto pela parte paterna de Rodrigo de Souza Coutinho, natural de Lisboa, e de sua mulher D. Maria Antonia de S. Boaventura Menezes Paim, natural de Lisboa³⁵⁴.

Após delimitar sua ascendência, passou-se ao processo de interrogar testemunhas a respeito das naturalidades, exercícios e reputação de D. Domingos e por parte de seus pais e avós maternos e paternos. É interessante resgatar algumas falas dos interrogados disseram sobre D. Domingos. Um deles afirmou que D. Domingos era morador no seu palácio em Arroios e que tinha 28 anos. Outro, no entanto, disse que D. Domingos não tinha defeito pessoal, não era herege ou apostata da Nossa Santa Fé além de não ser professo em outra Religião. Por último, o pai de D. Domingos descende da Casa dos Condes de Redondo³⁵⁵. Após a longa pesquisa acerca de D. Domingos e seus familiares, o Cavaleiro Comissário finalizou a diligência e chegou à seguinte conclusão.

Senhora. O Justificante, D. Domingos de Souza Coutinho, é morador em Arroios, Freguesia de S. Jorge, natural da de Nossa Senhora de

³⁵³ ANTT, Chancelaria de D. Maria I. Registro Geral de Mercês de D. Maria I Chancelaria de D. Maria I - Livro 32 – p. 283.

³⁵⁴ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens Secretaria da Mesa e Comum das Ordens, Habilitações da Ordem de Cristo, Maço 10, Número 38, Letra D.

³⁵⁵ ANTT, Chancelaria de D. Maria I. Registro Geral de Mercês de D. Maria I Chancelaria de D. Maria I - Livro 32 – p. 283.

Assumpção da Vila de Chaves, tem a idade de vinte e oito anos, e se acha nomeado enviado de Vossa Magestade a Corte de Compenhague; É filho legítimo de D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, e de D. Ana Luiza da Silva, o qual é natural da Cidade de Évora, e batizado na Freguesia de S. Tiago, sempre serviu no Exército, donde passou a Governador do Reino de Angola e ultimamente foi nomeado Embaixador a Corte de Madri, onde faleceu; e a dita sua Mulher, é natural, e batizada na Freguesia de Nossa Senhora da Encarnação desta cidade; É neto paterno de Rodrigo de Souza Coutinho e de D. Maria Antonia de S. Boaventura Menezes Paim, naturais e batizados na Freguesia de S. José desta Corte, e serviu de Veador da Casa Real: É neto materno de Domingos Teixeira de Andrade e Silva, e de D. Maria da Silva, natural, e batizado na Freguesia de S. João da Cidade de Bragança, foi Governador da Província de Trás os Montes, com Patente de Marechal de Campo, sua mulher é natural do Rio de Janeiro, e batizada na Freguesia de Nossa Senhora da Candelária, sendo todos das ilustres descendências deste Reino, e tendo a mais circunstancias, q. mandam os Definitórios, o que tudo consta do Sumário junto de que não fica cópia. Lisboa 20 de setembro de 1788. José Joaquim de Mattos Ferreira. Aprovado em tudo o Justificante pelo q. o julgam habilitado para receber o Hábito de Cristo e mandam se lhe passe certidão em forma. Mesa 24 de setembro de 1788.³⁵⁶

Após ter recebido o título de Conde de Funchal, seu irmão, D. Francisco Sousa Coutinho, solicitava mais uma agraciação para o irmão³⁵⁷. D. Domingos já era Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo e, na carta, D. Francisco Maurício pediu que lhe fosse concedida Grã-Cruz “de qual ordem for de seu Real agrado, com comenda de rendimento correspondente à remuneração de seus seviços, ou pensão equivalente imposta nos rendimentos Reais da Ilha da Madeira ou nos municípios da sua respectiva Capital do Funchal.”³⁵⁸ Receber títulos era uma forma de se ter privilégios, mas também de aumentar seus rendimentos. Pelas descrições atribuídas a D. Domingos, ele tinha muito orgulho de todas que recebeu. Não raro, nas memórias de seus contemporâneos, sua farda era lembrada.

O período abordado neste capítulo teve como pano de fundo as negociações para a transferência da Família Real Portuguesa para o Brasil e a aliança com a Inglaterra. Inicialmente, os partidos inglês e francês davam o tom nas disputas políticas e se revezavam no poder. A tomada de posição portuguesa tendeu para a visão anglófila, fechando a aliança com os britânicos. Nesse contexto, D. Domingos era parte do partido

³⁵⁶ ANTT, Chancelaria de D. Maria I. Registro Geral de Mercês de D. Maria I Chancelaria de D. Maria I - Livro 32 – p. 283.

³⁵⁷ Carta de S. Francisco Sousa Coutinho. Biblioteca Nacional, setor de Manuscritos. C.168.85.

³⁵⁸ Carta de S. Francisco Sousa Coutinho. Biblioteca Nacional, setor de Manuscritos. C.168.85.

inglês, assim como seus irmãos, mesclando, dessa forma, os círculos políticos e familiares. Desde 1803, D. Domingos ocupava uma posição privilegiada como embaixador em Londres quando o partido francês estava no poder e seu irmão, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, estava no ostracismo.

Diante das questões que a diplomacia o colocou e com a ausência da Coroa, D. Domingos teve que se relacionar e negociar com os ingleses, principalmente com Lord Strangford e Mr. Canning. O primeiro, além de discutir e levar as questões a D. João, ocupou um espaço de conselheiro de D. Domingos em certos momentos. O segundo, apesar de ser protagonista de vários embates com D. Domingos, teve que manter uma relação ainda mais prolongada por continuar como ministro nos anos subsequentes.

O que se pode constatar é que receber o título de Conde de Funchal fechava um ciclo na atuação de D. Domingos de Sousa Coutinho na diplomacia portuguesa no primeiro decênio dos oitocentos. Até aquele período, D. Domingos experimentou o início da carreira com direito de acompanhar de perto a Revolução Francesa, negociar com os britânicos acordos possíveis que os fizessem exercer um poder dentro dos círculos em que ele esteve inserido devido ao contexto de ter em suas mãos plenos poderes em uma situação de guerra. O próximo capítulo terá como objetivo abordar uma outra fase de D. Domingos, ainda no contexto de sua atuação em Londres nos anos subsequentes até sua saída da Corte Londrina. Tal passagem, que demonstrou outro viés importante na vida de D. Domingos, é marcada por sua presença em outros círculos de sociabilidades como a imprensa, os jantares feitos em suas casas, até a participação nas negociações finais dos Tratados de Paz.

Capítulo 4. Quadros políticos e relação de D. Domingos com a Imprensa: outras sociabilidades.

D. Domingos manteve uma proximidade com a comunidade portuguesa que estava em Londres. Seu lugar de diplomata foi primordial na construção dessas alianças. D. Domingos se tornou assunto nas páginas dos impressos luso-brasileiros, assim como construiu redes com negociantes, letrados e exilados portugueses.

Segundo o *Dicionário do Vintismo*, D. Domingos teria conseguido formar um batalhão de voluntários que ficou conhecido como Leal Legião Lusitana, que, coordenado pelos ingleses, participou de forma direta na Guerra Peninsular. Os membros da Legião eram, em sua maioria, comerciantes que faziam parte do Clube de Negociantes. Estes, por sua vez, mantinham ligações diretas com D. Domingos que era membro honorário da associação “cujo comportamento era amplamente divulgado no Investigador e apontado como exemplo organizativo para os outros comerciantes quer em Brasil quer em Portugal”³⁵⁹.

Os círculos de sociabilidades de D. Domingos enquanto esteve em Londres eram diversos. Acredito que o relacionamento com os negociantes ingleses e portugueses, a relação estreita com os ministros britânicos e sua entrada na imprensa periódica foram os pontos de maior destaque. Ao fazer uma pesquisa sobre D. Domingos, certamente será possível encontrar textos que o remetem como maior inimigo de Hipólito da Costa, redator do *Correio Braziliense*. Mesmo que esse tenha sido o estopim para uma aproximação com a imprensa, a relação Domingos-imprensa foi além da guerra de penas entre ele e Hipólito da Costa.

4.1. D. Domingos e a Imprensa Periódica

Desde o início de sua carreira, como apontam as documentações às quais tive acesso, D. Domingos procurou manter-se próximo à imprensa periódica. O ser diplomata era, sem dúvidas, um ofício muito relacionado à imprensa. Prova disso são as pesquisas nas gazetas que ele e seus secretários tinham por hábito realizar para a produção dos seus

³⁵⁹ CASTRO, Zília Osório (Dir), PEREIRA, Isabel Cluny Sara Marquês (Coord). **Dicionário do Vintismo e do Primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826 e 1828)**. Lisboa: Editora Afrontamento, 2002p. 538.

quadros políticos. No início do século XIX, D. Domingos teve uma grande participação na imprensa luso-brasileira, seja através da escrita de artigos, seja à frente da criação do *Investigador Português em Inglaterra*, impresso criado em 1811, seja nas discussões que teve com o editor do *Correio Braziliense*, editado por Hipólito da Costa.

Nos trabalhos historiográficos, geralmente, esse viés de D. Domingos é o mais abordado, até mais do que sua atuação na diplomacia, que, por vezes, recebe severas críticas. Preocupei-me, no âmbito desta tese, em mostrar outros lados de D. Domingos através de seus círculos de sociabilidades, mas sua relação com a imprensa não poderia deixar de ser trazida aqui também.

4.1.1. A “Terrível invenção de um jornal português em Inglaterra”³⁶⁰

O *Correio Braziliense* surgiu no contexto das invasões francesas. Seu primeiro número saiu em junho de 1808. “Levado destes sentimentos de patriotismo, e desejando aclarar os meus compatriotas, sobre os fatos políticos civis, e literários da Europa, empreendi este projeto, o qual mereça a geral aceitação daqueles a quem o dedico”³⁶¹, dizia o editor Hipólito da Costa.

A essa época, parte dos portugueses buscara refúgio em Londres. Estes, por sua vez, eram em sua maioria intelectuais, médicos, advogados e negociantes que foram em busca de asilo. Diante disso, uma grande colônia portuguesa se formou na capital britânica “com suas esperanças, seus anseios, inquietações e intrigas inevitáveis”³⁶². Segundo Mecenas Dourado, a migração desses intelectuais, médicos, advogados tenha sido um impulsionador para Hipólito ao criar o *Correio*.

É possível supor que essa emigração fosse uma das circunstâncias que animaram a Hipólito a lançar o seu periódico, pela clientela certa que teria nos patricios ávidos de informações em sua língua sobre os acontecimentos políticos da pátria. E o jornal não atenderia só aos

³⁶⁰ PAULA, Sergio Góes de. E LIMA, Patrícia Souza Lima. Os paradoxos da Liberdade. In: **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense, ou, Armazém Literário**, vol. XXX – São Paulo: Imprensa oficial do Estado: Brasília, DF : *Correio Braziliense*, 2002. p. 111-159.

³⁶¹ COSTA, Hipólito da. *O Correio Braziliense (ou Armazém Literário)*, Londres, W. Levi, 1808. Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Digital. Disponível em www.bn.br Introdução. 1 de junho de 1808. p. 4 . Acesso em 12 abr 2015.

³⁶² DOURADO, Mecenas. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. Editora Biblioteca do Exército. Tomo I. 1957. p. 158.

portugueses em Londres senão, também, aos do Brasil e das outras partes do Reino³⁶³.

Esses portugueses trataram de criar um *Club* nos moldes dos ingleses, em geral, cujas reuniões aconteciam na *City London Tavern*. A agremiação, no entanto, não era homogênea: “as divergências políticas, as antipatias pessoais, o antagonismo de interesses particulares levados até intriga, lhe tiraram logo o caráter fraterno que deveria ter”³⁶⁴. Conquanto D. Domingos e Hipólito pertencessem ao *Club*, o convite feito a D. Domingos não teria agradado ao jornalista que assim se manifestou: :

Outro estabelecimento de que se lembraram os portugueses em Inglaterra foi um Club em Londres, organizado segundo as formas dos Clubs Ingleses. Este ajuntamento prometia grandes vantagens; porém; fosse ignorância, fosse maldade de alguns poucos de seus membros, admitiu-se no Club o Conde de Funchal, que com a sua infeliz qualidade de estragar tudo em que se mete, em pouco tempo reduziu uma associação, que prometia muitos dias de felicidade e harmonia a seus membros, a uma fonte de intrigas e rixas; aproveitando-se dos homens mau caráter, que sempre se acham em todas as associações, fez que lhe escrevessem uma carta de nauseosa adulação, que se mandou imprimir, com novos estatutos, que sob seus auspícios se deram a este Club³⁶⁵.

Como mencionado anteriormente, as notícias que produziam os quadros políticos eram retiradas das mais diversas gazetas europeias, o que poderia explicar a relação do embaixador com a imprensa. No entanto, a exposição que D. Domingos teve após a assinatura dos tratados de 1810, teria mudado os rumos da relação de D. Domingos com imprensa, já que ele se tornara tema constante nas páginas dos impressos. Dessa forma, certamente, D. Domingos teria opositores, já que nem todos estavam de acordo com os rumos da política portuguesa de cujas discussões os impressos foram palco. .

Em 1809, D. Domingos escrevia a D. Rodrigo de Sousa Coutinho que estava sendo atormentado e caluniado por Hipólito da Costa que muito provavelmente estava sendo influenciado por Heliodoro Carneiro, médico, um dos opositores de D. Domingos: “e até tenho grande motivo de suspeitar que ele é o que tem induzido o Editor do Correio Braziliense a escrever tantas calúnias contra mim, de que me consta que o mesmo

³⁶³ DOURADO, Mecenas. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. Editora Biblioteca do Exército. Tomo I. 1957. p. 158.

³⁶⁴ DOURADO, Mecenas. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. Editora Biblioteca do Exército. Tomo I. 1957. p. 158.

³⁶⁵ COSTA, Hipólito da Costa. **O Correio Braziliense**. Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Digital. Disponível em www.bn.br Vol. XV, p.752-753.

Hipólito, que aliás não conheço, está muito arrependido”³⁶⁶. Acompanhando a documentação por mim trabalhada, esta foi a primeira vez que D. Domingos fizera menção a Hipólito da Costa³⁶⁷.

Nessa ocasião, enfatizava que Hipólito estava irritado, pois o *Correio Braziliense*, de algum modo, havia sido suprimido no Brasil:

Digna-se V.Exa. por na presença de S.A.R. que eu por mim nada receio, do que ele escreveu contra mim, logo que o governo Britânico consentir que se publique o que nem Hipólito, nem muitos sabem _ mas sendo muito difícil neste país fixar o que é Libello, e procurando quase sempre os juízes escusar os Réus em favor da liberdade de Imprensa, este homem irritado escreverá coisas que farão muito dano, e não será castigado, nem se pode mandar fora de Inglaterra, porque está naturalizado inglês. Portanto como ele em segredo me tem feito proposições de reconciliação, estimaria que S.A.R. me autorizasse a prometer-lhe a circulação de seu Jornal no Brasil, contanto que nele não imprima coisa que eu ache contrária aos interesses de S.A.R.³⁶⁸

Segundo Mecenaz Dourado, D. Domingos teria evitado enquanto pôde enviar a D. João um número do *Correio Braziliense*:

Como assunto da mesma delicadíssima natureza me resolvo enfim fazer chegar à presença de Sua Alteza Real, se o Mesmo Senhor o permitir, um papel que eu desejaria que nunca tivesse saído à luz do dia, e que há perto de um ano que estou indeciso, se o devo mandar ou não³⁶⁹.

A declaração de guerra entre D. Domingos e Hipólito pode ter ocorrido por alguns motivos, dentre eles, a censura do jornal, mas também por um ressentimento que Hipólito tinha de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. A questão que circundou a guerra de penas entre Hipólito da Costa e D. Domingos também teve seu estopim após o rompimento entre Hipólito e D. Rodrigo de Sousa Coutinho. As divergências políticas e críticas tornaram-se o maior fator de troca de acusações entre eles³⁷⁰.

³⁶⁶ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 10 de maio de 1809.

³⁶⁷ Segundo Mecenaz Dourado, a primeira menção que D. Domingos fez sobre Hipólito foi em um ofício datado de 22 de dezembro de 1808 encaminhado a George Canning.

³⁶⁸ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 10 de maio de 1809.

³⁶⁹ DOURADO, Mecenaz. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. Editora Biblioteca do Exército. Tomo I. 1957. . p. 155-156.

³⁷⁰ Cf: CARVALHO, Debora C. A. B. M. **D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho: um diplomata português na Corte de Londres (1807 - 1810)**, UFJF. Juiz de Fora, 2011.

Em 1798, Hipólito, então amigo de D. Rodrigo, fora encarregado de fazer uma viagem aos Estados Unidos para estudar métodos de cultivo que fossem aplicáveis no Brasil. No entanto, alguns anos depois, Hipólito partiu para uma viagem a Londres onde acabou se aproximando da maçonaria inglesa.

De volta a Lisboa, em 1802, Hipólito foi preso por Pina Manique, acusado de exercer atividades maçônicas, passando três anos preso na capital portuguesa. A visibilidade alcançada pela viagem realizada por Hipólito da Costa a Londres para tratar de questões relativas à maçonaria lusitana tornou sua amizade com D. Rodrigo conflituosa, resultando, inclusive, na expedição de um mandado de prisão de Hipólito.

Segundo José Liberato, isso aconteceu devido às relações públicas que Hipólito passara a ter com a maçonaria inglesa, o que não teria agradado ao então Ministro de Estado. D. Rodrigo haveria dito: “estou mal com Hipólito, porque tem me comprometido com esta gente. Sei que o que mais tem feito em Londres é frequentar as lojas maçônicas; hei de mandá-lo prender assim que chegue a Lisboa”³⁷¹. Muito embora não se possa ter certeza de que D. Rodrigo, de fato, nunca pertencera à maçonaria, assim como D. Domingos, é importante destacar que a decisão de D. Rodrigo fez com que Hipólito se sentisse traído pelo então amigo.

Por outro lado, o próprio D. Rodrigo não teve saída diante desse impasse. Segundo Nívia Pombo, esse fato deixou em evidência as limitações que D. Rodrigo gozava junto à Corte Portuguesa naquele momento, pois fracassara na tentativa de proteger o amigo Hipólito da Costa” que conseguiu fugir da prisão em 1805, exilando-se em Londres sob a proteção do Conde de Sussex³⁷².

Após algum tempo instalado na capital britânica, Hipólito lançou o *Correio Braziliense*, definido por D. Domingos como sendo uma: “Terrível invenção de um jornal português em Inglaterra”³⁷³. Muitas foram as tentativas de D. Domingos de abafar o impresso. Ele tentou, primeiramente, de forma mais amena, combater o Correio, tentando um processo sobre calúnias, o que não surtiu o efeito desejado. Alguns meses depois da primeira menção, D. Domingos pedia um conselho a D. Rodrigo para lidar com a

³⁷¹ PAULA, Sergio Góes de. E LIMA, Patrícia Souza Lima. Os paradoxos da Liberdade. In: **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense, ou, Armazém Literário**, vol. XXX – São Paulo: Imprensa oficial do Estado: Brasília, DF : *Correio Braziliense*, 2002. p. 111-159.

³⁷² SANTOS, Nivea Pombo dos. **Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: Pensamento e ação político-administrativa no Império Português (1778-1812)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002

³⁷³ PAULA, Sergio Góes de. E LIMA, Patrícia Souza Lima. Os paradoxos da Liberdade. In: **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense, ou, Armazém Literário**, vol. XXX – São Paulo: Imprensa oficial do Estado: Brasília, DF : *Correio Braziliense*, 2002. p. 111-159.

situação:

Aproveito a boa ocasião para lhe pedir um conselho a respeito do Correio Braziliense, cujo editor por terceira pessoa, me propõe um contrato, custoso na verdade, mas que porá fim à sua maledicência. O mesmo editor diz que está solicitado por pessoas de alta graduação no Brasil, em oferta de lhe tomarem anualmente quinhentos exemplares, obriga dar a ele a escrever constantemente contra V. Exa., e contra mim, até nos fundar ambos no espírito de SAR. Eu não sei como a caridade Cristã emite semelhantes contratos, porém não posso deixar de admirar a segurança com que estas mesmas altas pessoas prometem neste caso de lhe alcançar entrada no Brasil ao seu jornal³⁷⁴.

Em um primeiro momento, D. Domingos tentou controlar Hipólito através de uma negociação que teria tido início nesse ano de 1809, no entanto, um ano depois de negociações, tal tentativa teria fracassado³⁷⁵. Em maio de 1809, D. Domingos requereu uma autorização para pôr em prática o plano de oferecer a Hipólito da Costa a livre circulação de seu jornal no Brasil e uma ajuda em dinheiro para que não imprimisse matérias que fossem contrárias aos interesses de Sua Alteza Real³⁷⁶.

Antes de pedir o conselho a D. Rodrigo, D. Domingos havia consultado a Mr. Canning, que aprovou que ele negociasse secretamente com o editor, ressaltando, porém, que não assinasse nenhum contrato por escrito³⁷⁷.

Em março de 1810, D. Domingos tentou uma nova negociação por intermédio de Vicente Pedro Nolasco da Cunha. Caso tudo fosse acertado, fechariam um acordo com Hipólito no qual eles fariam uma compra de quinhentos exemplares do Correio Braziliense. D. Domingos chegou a pensar em mover um processo, o que lhe foi desaconselhado. A outra saída era tentar expulsá-lo de Londres, assim como o fizeram com José Anselmo Correa³⁷⁸, o que não era viável, pois, a essa altura, Hipólito já havia

³⁷⁴ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 2 de setembro de 1809.

³⁷⁵ Carta de D. Domingos Antônio de Souza Coutinho dirigida ao Conde de Linhares, datada de Londres em 24 de dezembro de 1809. ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Legação de Portugal na Inglaterra, Caixa 728.

³⁷⁶ Idem. Pode-se ressaltar que D. Domingos tentou fazer o mesmo com José Liberato quando este se tornou redator do Investigador Português em Inglaterra. Cf. CARVALHO, José Liberato Freire. **Memórias da vida de José Liberato**. Tipografia de José Baptista Morando, Lisboa, 1855.

³⁷⁷ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 2 de setembro de 1809.

³⁷⁸ José Anselmo Correia foi expulso da Inglaterra por publicar artigos com insultos em periódicos. Ver: Arquivo Nacional. Fundo Gabinete de D. João VI. Carta de D. Domingos de Sousa Coutinho a Henrique Correia de Vilhena. BR AW.RIO.U1.0.19. an.1, p.4.

sido naturalizado inglês pelo Duque de Sussex³⁷⁹. Dessa maneira, restavam-lhe, portanto, duas saídas: “Nestes termos V.Exa. decidirá qual convém mais – aceitar a compra secreta, que ele propõe de 500 exemplares fechando-lhe as condições – ou largar-lhe a rédea, proibindo-lhe o Jornal”³⁸⁰. Tal negociação não teve sucesso e rendeu a Hipólito acusações de ter aceitado suborno para fazer calar seu jornal. Em mais uma tentativa, D. Domingos tentou confiscar exemplares do libelo que desembarcariam no Pará, assim como a proibição da leitura pública no Rio Grande.

Para D. Domingos, o jornalismo de Hipólito José da Costa poderia deixar de tocar em algumas questões, tais como:

não caluniar e nem fazer ataques pessoais; não escrever contra a religião e os bons costumes; não fazer apologia da maçonaria; não fazer comentários relativos às Cortes e ao constitucionalismo; não escrever contra a autoridade do soberano e não incentivar a sedição.³⁸¹

Se, em 1809, as questões com Hipólito começaram a surgir, após a assinatura dos tratados de 1810, as críticas se tornaram ainda mais duras. O jornalista publicou no *Correio* o tratado assinado com a Inglaterra, criticando seus artigos.

O bom conceito que fazíamos do atual ministro dos negócios estrangeiros no Brasil, e a boa opinião que temos da sua probidade, nos tinham predispostos a favor deste tratado, e sendo informados de que seus inimigos políticos pretendiam atacá-lo por este ato, enchemo-nos de indignação, porque conhecíamos a desvantagem em que se achava o Negociador Braziliense, a respeito do inglês; assim estávamos determinados a empreender sua defesa: mas enfim aparece um tratado, que, se fosse expresso em outros termos, o tomariam por uma capitulação; e vemos que por melhor que seja a nossa vontade não temos por onde o defender; e ainda que o fazemos com repugnância, achamos ser de nosso absoluto dever o notar-lhe, se não todos, ao

³⁷⁹ Segundo Isabel Lustosa, os autores Carlos Rizzini e Mecenas Dourado, estudiosos da trajetória de Hipólito, asseguram que este não foi naturalizado. Ver: LUSTOSA, Isabel. His Royal Highness e Mr. da Costa. In: DOURADO, Mecenas. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense, ou, Armazém Literário**, vol. XXX – São Paulo: Imprensa oficial do Estado: Brasília, DF: *Correio Braziliense*, 2002. José Anselmo Correa foi expulso da Inglaterra.

³⁸⁰ ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Legação de Portugal na Inglaterra, Caixa 729. Carta de D. Domingos Antônio de Souza Coutinho dirigida ao Conde de Linhares, datada de Londres em 07 de março de 1810.

³⁸¹ BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)**. 1. ed. São Paulo-Juiz de Fora: Annablume-EDUFJF-FAPESP, 2006.

menos alguns de seus defeitos , enquanto isso é compatível com os nossos limites³⁸².

Logo no início, Hipólito já chama atenção para o fato de que o nome da SM Britânica vinha primeiro. E, a partir daí, levou suas críticas. O ministro a que ele se referia era D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Nesse mesmo número, Hipólito fazia uma menção a D. Domingos, ao tratar sobre os “Efeitos do Tratado de Comércio com a Inglaterra”:

A 31 do mês passado, o Conde de Funchal, embaixador extraordinário, de SAR o Príncipe Regente de Portugal, em Londres, ajuntou em sua casa alguns dos negociantes portugueses , residentes nesta cidade, e lhes declarou que havia acordado com o governo inglês, que se nomeassem dois negociantes ingleses, junto com outros tantos portugueses; para examinassem as queixas que se faziam contra o tratado de Comércio de 10 de fevereiro, 1810.³⁸³

Segundo Hipólito, o grupo era constantemente consultado por D. Domingos. O próprio embaixador relatou a reunião com os negociantes a D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Tal atitude, porém, foi extremamente criticada pelo editor do *Correio Braziliense*. Dizia, ainda, que esse grupo era constantemente consultado sobre os assuntos relativos ao tratado³⁸⁴. Nota-se, portanto, que fora criticada a atitude de D. Domingos de chamar os negociantes para uma discussão em torno dos tratados de Comércio, visto que, segundo o autor do artigo, tal grupo era formado por comerciantes ingleses ou mesmo seus aliados.

Por outro lado, Mecenas Dourado dá a crer que, de toda a forma, D. Domingos seria alvo de Hipólito, já que o objetivo do impresso se tornara criticar a administração portuguesa:

se não fosse o seu temperamento e a sua mediocridade, que o levavam a cometer imprudências e faltas, o conflito com Hipólito seria inevitável porque o periodista fizera da crítica à administração portuguesa o fundo do seu programa jornalístico. E neste caso o representante de D. João seria obrigado – como o foi por muitas vezes, e em quase todas sem êxito – a defender-se e a defender seu amo, os que, em Portugal e no

³⁸² COSTA, Hipólito da Costa. Exame do tratado de Commércio entre as cortes do Brasil, e da Inglaterra. **O correio braziliense**. Vol 5. p. 189.

³⁸³ COSTA, Hipólito da Costa. Exame do tratado de Commércio entre as cortes do Brasil, e da Inglaterra. **O correio braziliense**. Vol 9. p. 380.

³⁸⁴ COSTA, Hipólito da Costa. **O Correio Braziliense**. Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Digital. Disponível em www.bn.br. Vol. 09.

Brasil, detinham uma parcela de responsabilidade no governo do Reino³⁸⁵.

“Inimizado com os três Sousas, Hipólito golpeou-os rudemente como chefes do partido ‘roivídico’, principalmente a Funchal, que retorquia, encoberto pelo Investigador”³⁸⁶. A palavra “roivídico” foi criada por Hipólito, que tinha como objetivo denunciar “a avidez de cargos e honras dos Sousas e seus clientes”³⁸⁷. Atentando-se para essa denúncia de Hipólito, juntamente com o que fora exposto anteriormente, não se pode deixar de apontar que os Sousa Coutinho estavam em constante busca por colocações que os mantivessem com certo poder. Carlos Rizzini, com base nas publicações de Hipólito, ressalta que,

Em 1811, vendo o Baxá Roivídico que ia perder a influência que queria ter sobre o *Braziliense*, por via de “Farrúnfias, Farófias e autor da Ode a Bonaparte” (Nolasco), pegou nas duas boas almas (Abrantes e Castro) que mais prontas estavam para tudo, no mês de julho do dito ano, e o fez aparecer ao público com seu *Moniteur* (alusão ao jornal de Napoleão), a que pusera a alcunha de Investigador³⁸⁸.

Nesse trecho de Hipólito da Costa, destacado por Carlos Rizzini, fica demarcada a troca de acusações e farpas que alcançou a esfera pessoal e se estendeu aos ascendentes de ambas as partes. Em resposta a D. Domingos, Hipólito disse que era

americano, filho de outro, neto de outro e daí a algum caboclo e mesmo a algum macaco, enquanto que o “redator encoberto”, pela parte materna, se achava na seguinte descendência: Uma mulata, filha bastarda, teve em dote as terras de Rio Verde para casar com o ouvidor, desse matrimônio nascendo “a avó, ou mãe de Maria Antônia, que foi a mãe de nosso amigo”. Quanto a parte paterna, descendia Funchal de um ferrador de Postigo da Trindade em Lisboa³⁸⁹.

³⁸⁵ DOURADO, Mecenas. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. Editora Biblioteca do Exército. Tomo I. 1957. p. 171.

³⁸⁶ RIZZINI, Carlos. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1957p.36. O impresso “Investigador Portuguez em Inglaterra” criado por D. Domingos com o intuito de responder às acusações de Hipólito no *Correio Braziliense*.

³⁸⁷ RIZZINI, Carlos. p. 36

³⁸⁸ RIZZINI, Carlos. p. 36

³⁸⁹ RIZZINI, Carlos. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1957. p. 36

Como se pode perceber, Hipólito se referiu a D. Domingos como o “redator encoberto”. Tal expressão se remete à posição de D. Domingos no periódico *O Investigador Português em Inglaterra*.

Nesse artigo enviado ao *Correio Braziliense* por *Amicus*, pseudônimo do próprio Hipólito da Costa, são ressaltadas as origens dos Sousa Coutinho, o que, por vezes, fora um problema para essa família, como mencionado em outra ocasião. No entanto, em tom de escracho, Hipólito explora os traços físicos do “Dito diplomático de triste figura”³⁹⁰, referindo-se a D. Domingos, associando-o aos seus descendentes.

A respeito da genealogia que V. M. nos deu deste amigo, deverei dizer-lhe que este descobrimento tem sido causa do tal amigo andar desconfiado com todos que olhão para ele, uns lhe descobrem olhos de mulato, outros beiços, outros a Carapinha; em uma palavra, tal tem sido a curiosidade de comparação, que tem chegado ao ponto de ter causado bastante divertimento no palácio do R- nas sociedades diplomáticas, etc. de sorte que o miserável e desprezível não tem outro remédio senão refugiar-se na costa do Mar, e procurar alívio no seio da Viuvinha³⁹¹.

Em 1812, D. Rodrigo de Sousa Coutinho morreu no Rio de Janeiro. Em um primeiro momento, aventou-se a possibilidade de D. Domingos ocupar seu lugar. É o que dizem as cartas de Santos Marrocos e José Bonifácio de Andrada. Santos Marrocos, inclusive, aguardava a chegada do Conde de Funchal na colônia a qual parece não ter sido consumada. No entanto, em 1814, D. Domingos parecia estar perdendo campo, prestígio. A resposta de Hipólito da Costa apontada na citação anterior foi feita em resposta a uma publicação que D. Domingos havia feito no *Investigador Português em Inglaterra*. O diplomata teria se excedido a ponto de ter sido repreendido por seus colegas, redatores do *Investigador*. Ao ler a resposta de Hipólito,

num acesso de cólera, arremessou Funchal com o Correio pelos ares: quebraram-se-lhe os óculos de quatro lentes verdes e, com toda a fúria, toda a armação da Castanhinha: cáusticos na nuca e emplastos atrás da orelha lhe vieram ao chão, e ficou como um cão pelado, apareceram por felicidade os dois científicos. Um lhe arranjou a moral o outro lhe consertou o físico e torpou a si o D. Quixote Diplomático³⁹².

³⁹⁰ COSTA, Hipólito da Costa. **O Correio Braziliense**. Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Digital. Disponível em www.bn.br Vol. XIV p.270.

³⁹¹ COSTA, Hipólito da Costa. **O Correio Braziliense**. Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Digital. Disponível em www.bn.br Vol. XIV p.270.

³⁹² COSTA, Hipólito da Costa. **O Correio Braziliense**. Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Digital. Disponível em www.bn.br Vol. XIV p.270.

Hipólito tecia críticas a uma nobreza que ele julgava corrupta e não poupava recursos para atingir os que se encaixavam nessas classes. Estudioso sobre a imprensa luso-brasileira no século XIX, Francisco Munaro aponta que “a ridicularização do Conde de Funchal por Hipólito atinge o fato de ele ser da nobreza, ou seja, um ‘parasita da corte’, carregando ‘fitas’ para as quais não tem merecimento”³⁹³, em uma alusão à expressão utilizada pelo Hipólito. As ‘fitas’ haviam sido mencionadas também por Mecenas Dourado, como apontado anteriormente, já que não havia quem fosse mais graduado que o Conde de Funchal.

A crítica poderia ser feita de diversas formas nas páginas dos impressos. Por conseguinte, ela

pode alcançar variados níveis e se desenrolar tanto através de comentários políticos a ações consideradas ruins, como à descendência ou constituição física do indivíduo que é alvo das críticas. Tais características fazem parte do jornalismo militante luso-brasileiro. O *Correio Braziliense* chega a falar no triunvirato (imagem ligada aos imperadores romanos) dos irmãos Coutinho, brinca com a ascendência de um macaco de D. Domingos e mesmo chega a insinuar uma relação homossexual entre esse Embaixador e seus protegidos em Londres³⁹⁴.

As descrições de D. Domingos variavam de acordo com quem as escrevia e com a relação que se tinha com ele. Uma mesma característica poderia ser usada a seu favor ou contra, o que é absolutamente normal nas relações humanas. O que havia por detrás de tais relações eram estratégias políticas para se atingir o maior número de homens letrados que compartilhassem com suas ideias. Para isso, recursos como a fofoca, a desmoralização, dessacralização também eram formas de se atingir os opositores. As memórias dos contemporâneos são fontes inestimáveis na criação de uma representação de todos. Nesse sentido, as visões de José Liberato Freire Carvalho³⁹⁵, Almeida

³⁹³ MUNARO, Luís Francisco. **O jornalismo Luso-Brasileiro em Londres (1808-1822)**. Tese de doutorado. Niterói, 2013. Acessado em 12/08/2014. Disponível em: <http://www.repositorio.uff.br/jspui/handle/1/285>

³⁹⁴ MUNARO, Luís. **Aquela terra longínqua e sossegada**. Aquela terra longínqua e sossegada: o jornalismo de Hipólito da Costa. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018, p. 131.

³⁹⁵ José Liberato Freire de Carvalho (1772-1855) foi um intelectual e jornalista. Foi o editor no O Investigador Português em Inglaterra, e redator da Gazeta de Lisboa.

Garret³⁹⁶, bem como os artigos de Hipólito da Costa traçam um esboço interessante de D. Domingos. Alguns mais amigáveis, outros mais incisivos e até mesmo ridicularizantes.

Os recursos apontados na citação de Munaro eram amplamente utilizados por esses homens. Hipólito tinha como característica a utilização da ironia, a qual, segundo Carlos Rizzini, não costumava ser facilmente entendida por D. Domingos. No entanto o próprio D. Domingos também possuía suas artimanhas, utilizando o recurso da desmoralização de seus oponentes, o que ocorreu algumas vezes. Como exemplo, pode-se citar quando o diplomata acusa Antônio de Araújo de Azevedo de não ter como predicado o uso da retórica.

Qualquer elemento era utilizado como triunfo. Ao se utilizar da descendência ou mesmo das características físicas de D. Domingos, Hipólito utilizava de um escracho que poderia ter um tom excessivo que visava à desmoralização.

O embate entre D. Domingos e Hipólito parece ter extrapolado a ponto de parecer que alguns estudiosos de seus opositores, com destaque para os biógrafos de Hipólito da Costa, parecem comprar a visão do redator brasileiro. É o que deixa transparecer Mecenas Dourado no trecho citado a seguir

D. Domingos de Sousa Coutinho, Conde de Funchal em 1808, ministro de D. João na Inglaterra, era, naturalmente, a figura mais graduada da colônia portuguesa. Nomeado a 27 de setembro de 1807, estivera antes na Dinamarca e em Turim. Ao contrário de seu irmão, d. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, não era inteligência de primeira ordem. A sua atuação diplomática, se foi agitada, não foi brilhante. Essa mediocridade estava a serviço de seu temperamento arrogante e autoritário, o que não raro, o levou a cometer erros de ofício e atos imprudentes, sempre na convicção de que estava bem servindo ao seu rei e ao seu país. No fundo, satisfazia os impulsos de sua vaidade e do seu caráter despótico³⁹⁷.

Os portugueses aqui abordados tinham seus interesses e utilizavam-se de estratégias para defender seus pontos de vista e projetos. Assim como Mecenas Dourado, Carlos Rizzini também parecia concordar com a visão de Hipólito.

D. Domingos estava “sempre na convicção de que estava bem servindo ao seu

³⁹⁶ João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett (1799-1854) foi escritor, orador, ministro e Secretário de Estado Honorário Português.

³⁹⁷ RIZZINI, Carlos. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1957. p. 166

rei e ao seu país”³⁹⁸. Tais palavras de Mecenas Dourado denotam um fator sempre destacado pelo próprio D. Domingos, seja em suas correspondências, seja em suas memórias. Era fato que, em seus discursos, o melhor para Sua Alteza Real era sempre destacado, levando Liberato defini-lo como um “monarquista exaltado”.

Sobre “um pobre de caráter despótico”, Dourado chamou atenção para o momento em que D. Domingos deveria deixar a embaixada de Londres em outubro de 1814, quando ele havia sido designado a ocupar a embaixada de Roma, devendo Cipriano Ribeiro Freire assumir seu lugar em Londres. Todavia, D. Domingos só teria deixado a corte inglesa em dezembro de 1815, ano seguinte.

Hipólito da Costa explicava essa relutância do conde, não só por seu espírito despótico, como porque a embaixada em Londres dispunha de consideráveis fundos provenientes da venda, que se fazia na Inglaterra, de diamantes, urzela, e pau-brasil³⁹⁹.

O “espírito despótico” de D. Domingos era denunciado também por Hipólito nas páginas do *Correio Braziliense*. Segundo o brasileiro, a morte de D. Rodrigo, denominado por Hipólito da Costa como sendo um *Alien Act*, teria terminado parte da tirania do “diplomático de triste figura”, pois os vassallos portugueses poderiam, a partir de então, residir na Inglaterra sem pedir permissão ao embaixador. Acredita-se, dessa forma, que D. Domingos se utilizava de seu posicionamento para estabelecer os laços de sociabilidades que a ele eram convenientes.

Como se pode perceber, o caráter controlador de D. Domingos não se mostrava apenas em relação aos portugueses que pediam exílio em Londres, ou mesmo na relação com os editores do *Investigador Português em Inglaterra*, mas também no sentimento de impotência de D. Domingos em não conseguir “calar” o *Correio Braziliense* de Hipólito da Costa.

³⁹⁸ DOURADO, Mecenas. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. Editora Biblioteca do Exército. Tomo I. 1957. p.168

³⁹⁹ DOURADO, Mecenas. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. Editora Biblioteca do Exército. Tomo I. 1957. p.168

4.1.2. O “Investigador Português em Inglaterra”

Em 1811, os folhetos que tentaram contrariar o *Correio Braziliense* não haviam surtido o efeito necessário. Hipólito continuava “a sua tarefa demolidora dos abusos e imperfeições da administração portuguesa no Brasil”⁴⁰⁰. Antes que D. Domingos visse em Hipólito a real ameaça, em 1809, José Anselmo Corrêa chegara a propor um projeto de jornal chamado Gazeta Nacional, que fora rejeitado pelo embaixador.

Depois das diversas tentativas em vão de conter o *Correio Braziliense*, D. Domingos colocou em prática outro plano: a criação de outro impresso que pudesse combater os artigos de Hipólito no *Correio Braziliense*. Desse modo, em 1811, surgiu *O Investigador Português em Inglaterra*. O projeto criado por Bernardo José de Abrantes e Castro e Vicente Nolasco da Cunha foi apresentado a D. Domingos ainda em 1811.

Tomamos a liberdade de pôr na presença de V.Exa. o Prospecto do Jornal, que desejamos empreender, se ele merecer a aprovação de V.Exa. sem a qual não daremos um só passo, como até aqui temos feito a todos os respeitos, para nos livrarmos de intrigas, e não encontrar de modo algum direto, ou indireto, a vontade de SAR[...] Há muito tempo que V.Exa. sabe qual é o nosso modo de pensar a respeito do Correio Braziliense, e das consequências funestas, que podem resultar da leitura de um jornal, que, debaixo da enganosa aparência de zelo pelo Bem Público, só procura cimentar a desconfiança entre o Soberano, e seus vassallos, romper todas as relações sociais, e fomentar a rebelião, e a anarquia. Julgamos, pois, fazer um importante serviço a SAR, a nossa Pátria, e ao mundo publicando um Jornal que faça cair aquele funesto periódico.⁴⁰¹

Em um primeiro momento, o *Investigador Português em Inglaterra* teve como redatores Bernardo José de Abrantes e Castro, Vicente Pedro Nolasco da Cunha e Miguel Caetano de Castro, que estiveram à frente do impresso entre os anos de 1811 e 1814. Abrantes, tendo perdido tudo que tinha em Portugal, pedira licença para partir a Londres. Chegando à capital, apresentou-se a D. Domingos e solicitou que enviasse uma carta pedindo proteção e avisando que não tinha meios de se manter. Foi nessa conjuntura

⁴⁰⁰ DOURADO, Mecenas. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. Editora Biblioteca do Exército. Tomo II. 1957. p.316.

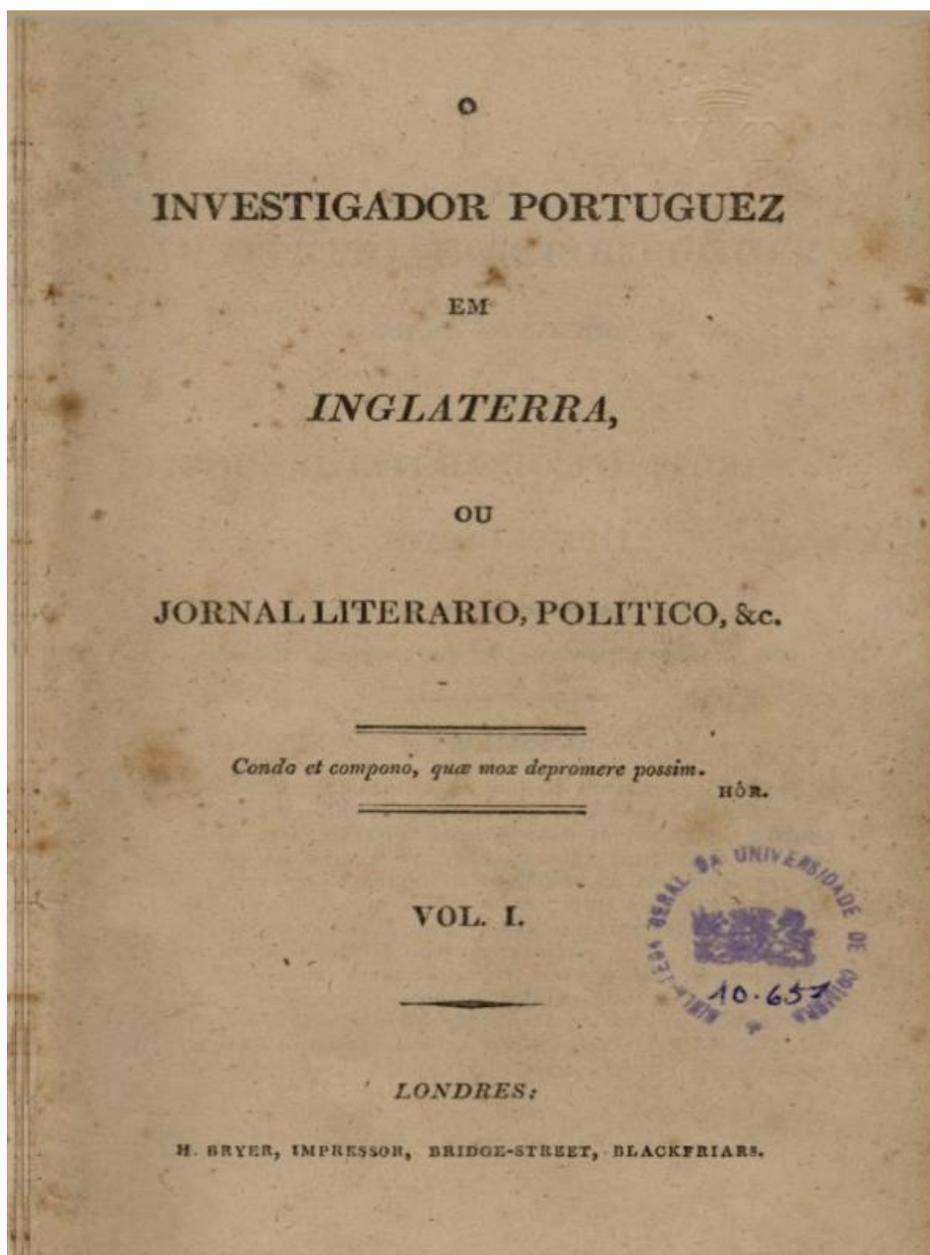
⁴⁰¹ BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)**. 1. ed. São Paulo-Juiz de Fora: Annablume-EDUFJF-FAPESP, 2006. p.157.

que D. Domingos encarregou Dr. Abrantes e Nolasco, ambos sem trabalho, de uma publicação que rebatesse o *Correio Braziliense*. D. João aceitou o pedido de Abrantes e o indenizou sobre suas perdas em Portugal. Segundo Mecenaz Dourado, a indenização souo como parte do preço pelo qual Abrantes aceitou dirigir *o Investigador*⁴⁰². Para Adelaide Vieira Machado, D. Domingos

acreditava na possibilidade da monarquia absoluta se auto-reformar sem rupturas ou convulsões, e nesse sentido, iniciou em 1811 a publicação de um jornal, cujos redatores oficiais eram dois mações exilados, Nolasco da Cunha, sobrinho de Anastácio da Cunha, e Abrantes e Castro, um “setembrizado”⁴⁰³.

⁴⁰² DOURADO, Mecenaz. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. Editora Biblioteca do Exército. 1957. Tomo II. P. 319.

⁴⁰³ CASTRO, Zilia Osório (Dir), PEREIRA, Isabel Cluny Sara Marquês (Coord). **Dicionário do Vintismo e do Primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826 e 1828)**. Lisboa. Editora Afrontamento, 2002. p. 536.

Figura 3 – Primeiro número do Investigador Português em Inglaterra.⁴⁰⁴

A partir de 1814, entrou em cena a figura de José Liberato Freire de Carvalho. Ao chegar a Londres, José Liberato assumiu a redação do periódico após a saída do

⁴⁰⁴ **O Investigador Português em Inglaterra, ou Jornal Literário &c.** Vol I. Londres. Junho de 1811. Disponível em: <https://digitalis.uc.pt/bookreader/eBookReader/index.php?id=90046#page/6/mode/2up>. Acesso em: 29 set 2014.

“Dr. Abrantes”. Bernardo José Abrantes e Castro, por questões pessoais, precisava de um sucessor rapidamente, quando José Liberato chegou à Capital Britânica e assumiu tal posição⁴⁰⁵. Os caminhos de D. Domingos e José Liberato se cruzaram por causa do periódico *O Investigador Português na Inglaterra*.

Dadas as circunstâncias criadas em um primeiro momento pelo redator do *Correio Braziliense*, aos olhos de D. Domingos era necessário manter uma proximidade com o redator do *Investigador* para que esse não perdesse sua função combativa. Não apenas isso, era primordial, para o biografado, a manutenção do controle sobre o impresso.

A redação principal do *Investigador* ficou, portanto, sob a responsabilidade de José Liberato Freire de Carvalho por alguns anos, a contar de sua chegada a Londres. A aproximação de D. Domingos com Liberato era primordial, visto seu interesse em ditar as regras no periódico. Sobre os primeiros momentos com D. Domingos, disse Liberato:

Seguia-se o ir apresentar-me ao Conde de Funchal, o que logo fiz, acompanhado pelo Dr. Abrantes. Ele recebeo-me com muita afabilidade, e com as maneiras mais cortezes, porque sabia quem eu era, e não entrava na classe dos simples aventureiros. Era aquelle o nosso embaixador, bem que de figura externa pouco gentil, homem muito instruído, de maneiras agradáveis, e até engraçadas [...] ⁴⁰⁶.

José Liberato Freire deixa transparecer, em suas memórias, que D. Domingos era um homem extremo, quando se tratava de suas convicções políticas, mas destaca também seu jeito amável e gentil. Ao relatar seu primeiro encontro com D. Domingos, Liberato o descreveu dessa forma: “bem que de figura externa pouco gentil, de maneiras agradáveis, e até engraçadas”⁴⁰⁷.

José Liberato destacou que D. Domingos declarava ser inimigo dos padres, inquisidores e desembargadores e atribuía todos os males de Portugal a essas três altas classes. Outra característica ressaltada pelo editor é que, apesar de ser “inglês nos ossos

⁴⁰⁵ CARVALHO, José Liberato Freire. **Memórias da vida de José Liberato**. Tipografia de José Baptista Morando, Lisboa, 1855.

⁴⁰⁶ CARVALHO, José Liberato Freire. **Memórias da vida de José Liberato**. Tipografia de José Baptista Morando, Lisboa, 1855. p.132.

⁴⁰⁷ CARVALHO, José Liberato Freire. **Memórias da vida de José Liberato**. Tipografia de José Baptista Morando, Lisboa, 1855.

e inimigo figadal dos franceses”⁴⁰⁸, era a pessoa “mais amável e tratável”⁴⁰⁹ que existia. Ser “inglês nos ossos era uma referência aos ideais do chamado “partido inglês”.

José Liberato descreveu também outra cena muito interessante ocorrida quando de seu encontro com o Príncipe Regente da Inglaterra, nos primeiros anos dos oitocentos, chamando atenção para a amizade que o príncipe inglês nutria com D. Domingos, a quem denominava, Seu Sousa.

A quem ele mais familiarmente tratava, porém ao mesmo tempo sem faltar a toda etiqueta de uma rigorosa civilidade, era o Conde de Funchal, a quem ele denominava o seu Sousa. (...). De estatura mui pequena como era, mal feito de corpo, e ainda mais de figura, (...) representava um papel tão fora do comum, que parecia interessar muito o Príncipe, que dele muito gostava.⁴¹⁰

A essa época, em Londres, a casa do embaixador foi um local importante de reunião e de sociabilidades. Ali se reuniam os portugueses de Londres e negociantes ingleses.

Ia jantar algumas vezes com o Abrantes e sua mulher, que sempre me tratava com toda a bondade, e outras com o Conde de Funchal, que começou a mostrar-me muita afeição, e queria que frequentemente o fosse ver, e jantar com ele, oferecendo-me até a sua carruagem para me conduzir, porque eu vivia um pouco longe da casa da embaixada [...]. Em sua casa, e particularmente aos domingos, dias, em que ali se juntavam quase todos os portugueses, que viviam em Londres para cumprimentarem o embaixador, e ouvirem missa na capela da embaixada [...]. A capela portuguesa nessa época era um brilhante lugar de reunião, até muitos ingleses distintos, porque não sendo permitido então aos católicos ter Capelas ou Igrejas, [...], só as havia nas casas dos embaixadores [...]⁴¹¹.

Tendo em vista algumas negociações realizadas por D. Domingos em Londres, os negociantes ingleses eram importantes como aliados. Assim, fazer da embaixada um local de sociabilidade, de troca de informações, de discussão de cunho político foi um

⁴⁰⁸ CARVALHO, José Liberato Freire. **Memórias da vida de José Liberato**. Tipografia de José Baptista Morando, Lisboa, 1855.

⁴⁰⁹ Idem

⁴¹⁰ CARVALHO, José Liberato Freire. **Memórias da vida de José Liberato**. Tipografia de José Baptista Morando, Lisboa, 1855. p. 150-151.

⁴¹¹ CARVALHO, José Liberato Freire. **Memórias da vida de José Liberato**. Tipografia de José Baptista Morando, Lisboa, 1855. p. 135.

recurso de D. Domingos. José Liberato registrava a presença de “ingleses distintos” na casa do embaixador aos domingos, onde aconteciam as missas, e que, apesar de que os portugueses tivessem, na embaixada, um local para o culto católico, era muito provável que a presença desses ingleses não tivesse um cunho estritamente religioso.

Liberato, ao se remeter às suas memórias, traz um sentimento de amizade, mas que, ao mesmo tempo, não poderia ser confundido com submissão. Pode-se afirmar que a visão de Liberato sobre a redação do *Investigador Português* era distinta da maneira como os idealizadores do projeto o viam. Não à toa o periódico de D. Domingos, Dr. Abrantes e Nolasco teve seu rumo modificado após a chegada de Liberato. Mas mesmo diante das divergências de pensamentos entre os dois, pelo menos ao revisitar o passado, Liberato parecia delinear D. Domingos com contornos banhados por uma nostalgia.

A partir das características traçadas por Liberato, imagina-se um homem baixo, com sua farda recheada de medalhas, as quais pareciam satisfazer ao seu ego. O ego, aliado ao seu temperamento, parecia ser difícil. Tal temperamento também foi abordado em uma correspondência recebida por sua irmã, D. Mariana, quando D. Domingos ainda era um jovem em busca de uma colocação na corte portuguesa.

4.2. Quadros políticos

No início de sua carreira diplomática, ainda na Dinamarca, nos ofícios e correspondências enviados a Corte e aos seus superiores, D. Domingos, que havia acabado de passar pela França na companhia de Vicente de Sousa Coutinho, começou a fazer algumas anotações sobre a política externa europeia. Esses quadros políticos eram uma espécie de síntese dos acontecimentos internacionais dos quais ele tinha conhecimento, juntamente com as correspondências, ofícios que enviava à Corte⁴¹². Ele teve um olhar privilegiado, primeiro, por ser um diplomata, segundo, por ter tido a oportunidade de estar próximo ao conflito europeu. Nesse primeiro momento, os quadros políticos eram escritos nos documentos. Ao que parece, a pretensão era de fazer um pequeno relatório, mesmo que informal, para o Príncipe Regente.

⁴¹² É possível conferir algumas de suas correspondências de Copenhague pelo site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cf. ANTT, Legação de Portugal na Dinamarca.

Anos mais tarde, D. Domingos estava em Londres, quando o Príncipe Regente português passou a solicitar, através de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que D. Domingos fizesse os quadros políticos sobre a situação europeia no intuito de informar D. João, que, por sua vez, encontrava-se no Brasil. Em um primeiro momento, D. Domingos se queixava de não ter tempo suficiente para produzir tais quadros.

Não deixarei daqui por diante de mandar como VEx recomenda para uso de Sua Alteza Real em ofício separado o largo extrato de todas as notícias políticas, administrativas e militares deste país e da Europa em geral, se bem que na verdade, prometo muito mais do que bem posso fazer, até por falta de tempo, se cada negócio continuar a custar, como até agora, três a quatro meses de discussões e ansiedade. Quanto a notícia da Europa, em geral, descansei eu sobre os interessantes ofícios de João Paulo Bezerra de Seixas, que está mais a ponto do eu de informar sobre o continente.⁴¹³

Na mesma carta, ele avisava “Eh me impossível hoje, Ex. Sr, fazer o quadro separado das notícias políticas que SAR deseja”⁴¹⁴. Compilando a documentação, foi possível perceber que esta foi a primeira vez que os quadros políticos foram mencionados de forma clara. O interesse de D. João nos quadros políticos era importante, visto que era através das notícias que ele tinha noção do que estava acontecendo na Europa em conflito. Como tinha deixado parte de seu reino para trás e estava em outras terras, sem saber como as coisas iriam suceder, tais notícias eram caras ao Príncipe. D. Domingos passou a fazê-los, mas não sem protestar.

Muito poderia eu acrescentar se houvesse tempo, mas o que posso segurar a V.Exa é, que se o único fim é capacitar-me para o trabalho e para os incríveis serviços que sou capaz de fazer à Sua Alteza Real, este método de me por em ansiedade e consternação é muito bom, pois o único mal que tenho, que é dos olhos logo me acomete, e me impossibilita. (...) Que Quadros políticos e que negociação se podem pedir a um homem à quem se causa uma ansiedade de ânimo igual a esta (...)⁴¹⁵.

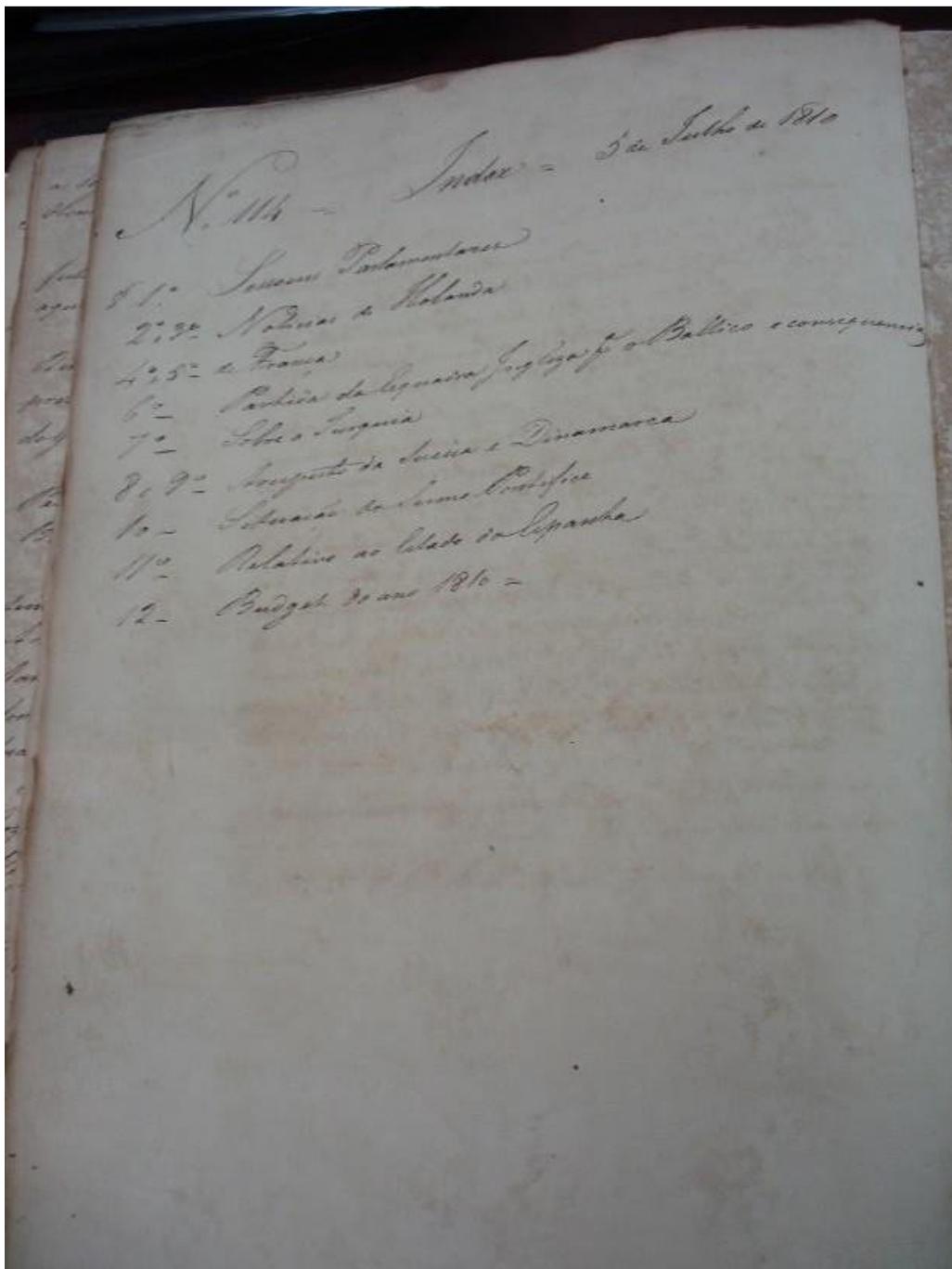
⁴¹³ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa a D. Rodrigo de Sousa Coutinho de 03 de agosto de 1809.

⁴¹⁴ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa a D. Rodrigo de Sousa Coutinho de 03 de agosto de 1809.

⁴¹⁵ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa a D. Rodrigo de Sousa Coutinho de 9 de janeiro de 1810.

No fim dos quadros, geralmente, D. Domingos fazia um index com os assuntos que eram tratados nos quadros políticos.

Figura 5: Index do Quadro Político de D. Domingos de Sousa Coutinho.⁴¹⁷



⁴¹⁷ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares. 05/07/1810.

Quando tive meu primeiro contato com os quadros políticos de D. Domingos, achei que ele os fazia por vontade própria. Ao longo da pesquisa, constatei que ele os fizera por exigência do Príncipe. Quando a solicitação foi feita, D. Domingos achou que não era capaz de escrever tais quadros, frente às complexas questões em que estava envolvido. Ao que parece, após o pedido, D. Domingos passou a se organizar para que pudesse redigir os quadros políticos, mas não sem antes deixar claro que a carga de trabalho na embaixada já consumia seus funcionários. “Eu creio que V Exa começa a fazer-se uma ideia do trabalho desta secretaria e se lhe ajuntar a ânsia contínua em que me põem os saques do Real Erário, então será a ideia adequada”⁴¹⁸.

A embaixada contava com três secretários e esperava a chegada de mais um: Rafael da Cruz Guerreiro, que já havia acompanhado D. Domingos anteriormente em outras cortes. Para cumprir a solicitação de D. João, o processo de produção dos quadros políticos passava pela curadoria das notícias nas gazetas europeias, além de que D. Domingos “precisa(va) juntar os secretários para compilar as notícias verdadeiras das gazetas”⁴¹⁹.

Os quadros políticos foram produzidos entre os anos de 1810 e 1814. Primeiramente, eram endereçados a D. Rodrigo de Sousa Coutinho e, após a sua morte, no início de 1812, passaram a ser endereçados ao Conde das Galveas e, depois, ao Marquês de Aguiar.

Os quadros são interessantes narrativas sobre a situação política da Europa feitas a partir da imprensa, somada a visão de D. Domingos em relação aos temas abordados. Sem dúvida, um dos pontos mais interessantes que transparecem nos quadros políticos é a visão que D. Domingos tinha sobre Napoleão Bonaparte.

Nos primeiros quadros de 1810 vinham notícias sobre o segundo casamento de Napoleão com Maria Luiza da Áustria.⁴²⁰

Não sei se devo me consolar com a demora que teve a partida do pacote, por me ter dado tempo que me faltava, de mandar mais alguns ofícios ou entristecer-me com a obrigação de dar a SAR a notícia do casamento de Bonaparte com SAR, a arquiduquesa Maria Luiza da

⁴¹⁸ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa a D. Rodrigo de Sousa Coutinho 27 de fevereiro e 7 de março de 1810.

⁴¹⁹ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa a D. Rodrigo de Sousa Coutinho 17 de fevereiro de 1810.

⁴²⁰ Napoleão Bonaparte foi casado anteriormente com Josefina Beauharnais. Na impossibilidade de dar-lhe um herdeiro, o Imperador pediu o divórcio em 1809, casando-se novamente com Maria Luiza da Áustria.

Áustria, filha do Imperador Francisco segundo e sobrinha da infeliz defunta Rainha da França Maria Antonieta.⁴²¹

O casamento de Bonaparte com Maria Luiza da Áustria, segundo D. Domingos, daria peso aos rumores que corriam de que “uma má inteligência entra a Rússia e a França. Se uma se replica entre os dois Impérios vier a ter lugar, parece claro que Bonaparte destina também a Áustria e a Suécia”⁴²². E continua:

Aqui V.Exa, e por certo não se admirará de o ver até que ponto de degradação os chamados prudentes ministros de Estado levaram insensivelmente a todos os soberanos da Europa Moderna, preenchendo d’este modo os projetos de Bonaparte e facilitando, quando d’eles dependem a ruína geral para qual bem feito caminhar os mesmos soberanos com passos tão agigantados que já nenhum Trono Europeu pode escapar se a Grã-Bretanha se não resolver decisivamente a aproveitar em quando é tempo ainda toda a energia dos povos para a restituição da legítima autoridade dos antigos soberanos⁴²³.

Sabemos que, para Portugal e Grã-Bretanha, o casamento significava ganho de terreno para Napoleão. Isso fica claro tanto nas palavras proferidas por D. Domingos acima, como nas discussões parlamentares as quais ele frequentava. Após seu posicionamento sobre o casamento, D. Domingos pediu que D. Rodrigo comparasse o que ele dizia com o que estava sendo dito sobre o efeito que a notícia de casamento de Bonaparte causara em Petersburgo, com artigo escrito na Gazeta da Corte de São Petersburgo, em 24 de março de 1810, reproduzido na Gazeta de Paris no mês seguinte:

Acabamos de receber a importante notícia do casamento do Imperador Napoleão com a Arquiduquesa de Áustria, filha mais velha do Imperador Francisco. Este acontecimento produziu a mais agradável sensação nas pessoas instruídas, as quais consideram esta união como o penhor de uma Paz durável no Continente, e de uma sólida aliança entre os três imperadores!⁴²⁴

⁴²¹ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa a D. Rodrigo de Sousa Coutinho 12 de março de 1810.

⁴²² Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa a D. Rodrigo de Sousa Coutinho 12 de março de 1810.

⁴²³ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 12 de março de 1810.

⁴²⁴ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 30 de abril de 1810.

O sucesso de Bonaparte era uma ameaça à Inglaterra. Logo se espalhava nas gazetas que todos os portos da Suécia, Dinamarca, Prússia estavam fechados às manufaturas inglesas e aos gêneros coloniais.

Dizem que Bonaparte persuadido que não pode impedir de totalmente o Comércio, quer fazê-lo voltar para a França em lugar da Holanda, e repartir ele os lucros com as mesmas licenças que vende, e talvez reparta um a um com os generais que comandaram nos portos do Báltico: o que é certo é, que em virtude destas últimas licenças temido para a França uma quantidade de Açúcar, Café da Inglaterra⁴²⁵.

Tais notícias eram preocupantes, já que, aos poucos, Bonaparte ganhava terrenos que antes eram inimigos. A Holanda se encontrava em uma situação complicada, segundo D. Domingos. Ele dizia que as gazetas mencionavam a todo momento da “infeliz situação em que ela se acha, à sombra do último tratado Bonaparte com dois exércitos diferentes”⁴²⁶. Destaca, ainda, que o Ministro da França, que se encontrava em Hamburgo, aconselhara aos habitantes que economizassem nas despesas relativas às festas de Natal, reservando recursos para as festas que dariam por obséquio do casamento de Bonaparte. As notícias vindas da Espanha foram mais animadoras

Observa-se que à medida que os espanhóis se vão formando em Corpo de Exército, os franceses vão desaparecendo, ou, ao menos, ocupando uma menor extensão de homens. É quando se considera que desde 21 de fevereiro, época em que os franceses efetuaram a infeliz passagem da Serra Morena, já se passaram mais de dois meses, e que, n’este espaço de tempo, apesar do temor que aquela passagem e a dispersão da junta central espalharam, eles não puderam efetuar a submissão da Espanha, quando se considera tudo isto, abre o coração à esperança de um futuro mais feliz!⁴²⁷

Ao passo que informava à Corte Portuguesa, D. Domingos também fazia sua interpretação tanto da situação quanto da leitura crítica que fazia das gazetas europeias. Mas, obviamente, sua visão era a de um português que via na Inglaterra o melhor dos lados.

⁴²⁵ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 30 de abril de 1810.

⁴²⁶ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 9 de maio de 1810.

⁴²⁷ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 30 de abril de 1810.

Os quadros traziam também notícias das sessões parlamentares tanto da Câmara Alta como da Câmara Baixa. Nestas, as notícias eram discutidas enquanto moções eram votadas. As sessões eram descritas minuciosamente e, por vezes, contavam com citações de seus participantes.

É possível que, dos quadros políticos, tenha saído umas das obras de D. Domingos, datada de 1816. Por vezes, ele prezava pelo anonimato ou pela utilização de pseudônimos, no entanto, a obra *La Guerre De La peninsule sous son véritable point de vue*⁴²⁸ foi atribuída por alguns estudiosos a D. Domingos. Dentre eles, podemos destacar o autor do Dicionário Bio-biográfico⁴²⁹ e Afonso Zuquette⁴³⁰. Segundo Adelaide Vieira Machado, D. Domingos estava convencido de que

a heróica resistência às invasões francesas tinha voltado a colocar Portugal no mapa político das nações europeias após vários séculos de esquecimento, quis este livro demonstrar o real valor da atuação portuguesa e a importância que teve no desfecho da guerra europeia contra Napoleão⁴³¹.

As gazetas continuavam sendo as fontes de informação de D. Domingos na construção dos quadros políticos. E, como não poderia deixar de ser, Napoleão era assunto principal de quase todos os quadros:

É já difícil contar os decretos de Bonaparte, ora proibindo ora permitindo, ora restringindo o Comércio da França. Em virtude de licenças que vendem em Paris, começaram a sair de França carregações inteiras de Trigo (...)” Não admira que a Suécia, a Dinamarca e a Prússia, potências atualmente nulas, se submeteram em tudo, às vontades de Bonaparte... Mas alguma admiração causa ver a Rússia deixar-se por na mesma linha; pois só uma cega condescendência às vontades de Bonaparte se pode atribuir o último (?) proibindo toda a comunicação com Rússia e Portugal!!⁴³²

D. Domingos destacou aí que as gazetas francesas estavam acostumadas a tudo. Sobre as ordens de Napoleão diz: “Enquanto Bonaparte vai relaxando em França as

⁴²⁸ COUTINHO, D. Domingos Antônio de Sousa. **La Guerre De La peninsule sous son véritable point de vue**. 1816.

⁴²⁹ Cf: GUIMARÃES, Argeu. **Dicionário bio-biográfico de diplomacia**, política externa e direito internacional, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁴³⁰ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. **Nobreza de Portugal e do Brasil**. Lisboa. Editora Zairol, 1989, Vol 2.

⁴³¹ VIEIRA, Adelaide Machado. p. 539.

⁴³² Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 2 de julho de 1810.

severas proibições que ele opunha à introdução de gêneros coloniais, vai ele usando de toda influência sobre as potências do Norte”⁴³³.

Após o casamento, D. Domingos retratou o aniversário de Bonaparte:

No dia 15 de agosto, aniversário de Bonaparte foram os Holandeses obrigados a beijar a mão que os oprime. Uma numerosa depuração de membros dos conselhos de Estado, do Corpo Legislativo, das forças de Mar e Terra apresentaram uma *Adresse* agradecendo, a Bonaparte, a sua aniquilação. O conteúdo d’esta peça, que se acha em todas as gazetas, não é tão humilde quanto é arrogante a resposta do usurpador.⁴³⁴

Em 1811, os quadros também foram produzidos e os mais diversos temas foram tratados. As construções dos quadros continuavam a ser desenvolvidas a partir das gazetas. Por vezes, parte delas eram anexadas aos quadros.

Os holofotes continuavam sobre Napoleão Bonaparte que, naquele ano, tinha conseguido seu objetivo ao se divorciar e se casar com a Arquiduquesa Maria Luiza, com quem teve um filho, herdeiro, a quem daria o título de Rei de Roma.

As gazetas da França deste mês perderam o costume de dar novidades, e só se ocuparam de incensar o recém-nascido, que chamam Rei de Roma – De todas as principais cidades do Império vem chegando a capital deputados encarregados de congratular o seu Imperador, pelo nascimento do seu filho.⁴³⁵

As críticas e a forma irônica de D. Domingos transpareciam nos quadros políticos. Um bom exemplo é a maneira como se refere ao título dado por Napoleão ao seu filho “que chama de Rei de Roma”.

Continuam as gazetas de França que chegam até 7 de maio, a observar o mais profundo silêncio a respeito das operações militares da Península: em seu lugar falam nos passeios de Bonaparte, nos extremos que ele faz pela sua Consorte e recém-nascido filho⁴³⁶.

⁴³³ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 10 de agosto de 1810.

⁴³⁴ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 4 de setembro de 1810.

⁴³⁵ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 1 de maio de 1811.

⁴³⁶ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 18 de maio de 1811.

Após o relato sobre o silêncio das Gazetas naquele momento, D. Domingos chamava atenção para um outro evento criado por Napoleão, o batizado de seu filho:

Esta cerimônia teve lugar no dia 8 do corrente com toda aquela pompa de que Bonaparte é muito devoto. Fez-se, porém reparável que nenhum Príncipe da Casa de Áustria assistisse ao batismo, e muito mais que o Imperador e a Imperatriz, pais da Arquiduquesa Maria Luiza fossem padrinhos, como exigiria a etiqueta da Casa de Bourbon, etiqueta que Bonaparte afeta de observar em todas as grandes ocasiões. Há quem ? que Bonaparte convidara aqueles soberanos a virem a Paris, tocar como padrinho, e que recusara de aceitar o oferecimento que elas fizeram de fazerem por procuração! De todo referido inferem algumas pessoas que não reina a melhor inteligência entre as duas cortes, apesar de que em contrário escreve à Petersburgo o Encarregado de Negócios de SAR nos seus ofícios inclusos.⁴³⁷

A essa altura, Bonaparte teria feito um discurso no Concílio Nacional da França que, segundo D. Domingos, teria sido seguido de um silêncio da Rússia.

É notável a arte com que ele procura, no seu discurso, encobrir aos seus franceses a parte que os povos da Península, que ele imprudentemente continua a chamar insurgentes, tiveram nos desastres que seus exércitos experimentaram para o encobrir se o é possível, Bonaparte disse que os reinos unidos da Grã-Bretanha se transportaram para o continente afim de renovar uma guerra que estava quase acabada e que os ingleses adotaram como sua!⁴³⁸

Nos quadros políticos de 1811, D. Domingos parecia preocupado com a falta de notícias gerais, principalmente, devido às operações na Península Ibérica. Sempre deixava claro o quanto as gazetas deixavam a desejar, quando Bonaparte fazia algum tipo de evento que encobriria a guerra:

Bonaparte que conhece o modo porque os seus tão obedientes como inconsequentes súbditos se distraem d'aquilo que se pode fazer turbulentas, tem mandado fazer festas sobre festas, para o que lhe deu ocasião o batizado do seu único filho – os detalhes desta festa enchem agora os papéis públicos, que o tribunal de Censura, que Bonaparte estabeleceu deixa publicar!⁴³⁹

⁴³⁷ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 30 de junho de 1811.

⁴³⁸ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 30 de junho de 1811.

⁴³⁹ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 30 de junho de 1811

Como se pode perceber, as representações que D. Domingos fazia sobre Napoleão eram recheadas de críticas, o que era compreensível, visto que, além do horror causado pelo Imperador, era o principal inimigo tanto de Portugal quanto da Inglaterra. Além disso, D. Domingos não deixava de destacar os estragos que “a ambição de Bonaparte devora já sua imaginação”⁴⁴⁰, quando se referia a uma possível aproximação da Prússia com a Rússia, que parece não ter se concretizado. O último quadro de 1811 foi escrito no último dia do ano. O próximo quadro, porém, só foi escrito em março de 1812. A essa altura, apesar de D. Domingos não estar ciente, seu irmão, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, havia morrido. Alguns ofícios e quadros políticos ainda foram endereçados ao então Conde de Linhares, até que D. Domingos ficasse sabendo da notícia. Foi interessante notar que, apesar da mudança de destinatário dos quadros políticos, nas fontes compiladas no Arquivo do Itamaraty, não foi possível encontrar nenhuma menção à morte de D. Rodrigo. Nem o aviso da morte, nem algum posicionamento de D. Domingos sobre a morte do irmão. É possível que ele tenha escrito algo, mas não nas fontes oficiais nas quais tive acesso. O quadro político de 31 de março de 1812 ainda era endereçado a D. Rodrigo. Apenas a partir do mês de maio, eles passam a ser enviados para o Conde das Galveas.

Em um dos quadros políticos, porém, ao fazer uma menção a um acontecimento que muito o deixara entristecido, cheguei a pensar que se referia à morte do irmão, mas não era. Tratava-se de uma notícia que o abalara na Câmara dos Comuns.

Começo este novo quadro relatando um tão triste quanto choroso acontecimento que acaba de suceder n’esta capital. Segunda-feira, 11 do corrente pelas 5 horas e alguns minutos da tarde quando Mr. Perceval entrava no Átrio da Câmara dos Comuns um malvado que al se achava esperando-o lhe disparou um tiro de pistola contra o lado esquerdo, e tão bem dirigido, que Mr. Perceval só pode dar dois passos para diante, e articulando, que o maravam, caiu, e 10 minutos depois expirou no quarto para onde o transportaram. As particularidades deste horrível fato se acham por extenso em todas as gazetas o nome do assassino é J. Bellingham. Ele deixou-se prender sem fazer a mínima resistência, como também não fez esforço algum para fugir. Imediatamente confessou o crime assim como conveio da sorte que o ameaçava. Ele é um negociante que tinha sido perseguido em Rússia, parece que justamente, e que de volta aqui tinha feito representações repetidas ao governo que as não julgou atendíveis⁴⁴¹.

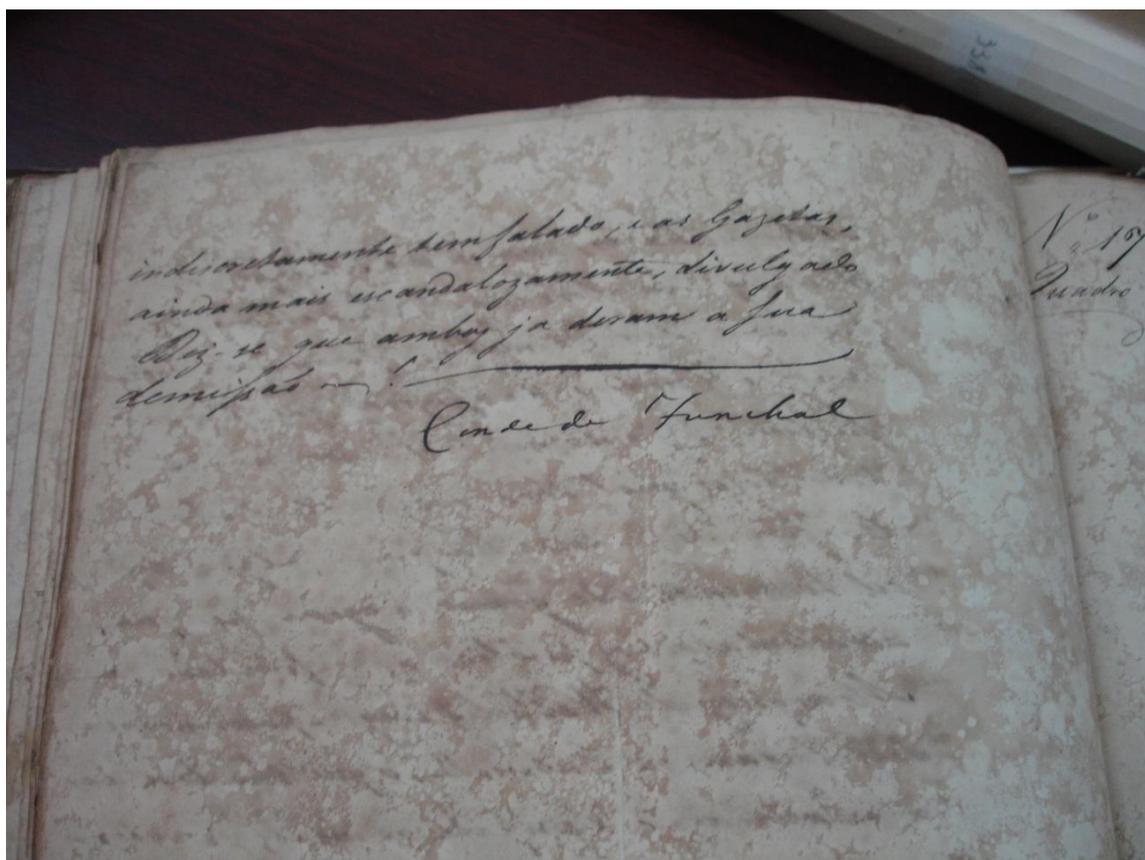
⁴⁴⁰ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 31 de outubro de 1811.

⁴⁴¹ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político D. Domingos Antônio de Sousa de 18-19 de maio de 1812.

D. Domingos dizia que a família de Mr. Perceval havia sido acolhida por SM Britânica e que a viúva, bem como seus filhos (que eram 11!), não ficariam desamparados. Esse fato chama atenção por alguns motivos, sendo o primeiro deles o tom de apreensão e tristeza que D. Domingos deixa transparecer. O segundo refere-se ao fato em si, pois é possível perceber o quanto um momento de guerra ou de crise pode causar exaltação dos ânimos das mais variadas formas.

No capítulo anterior, chamei atenção para o fato de que D. Domingos, apesar de ter sido nomeado Conde de Funchal, segundo algumas fontes, em 1808, não teria assinado com o título até o ano de 1812. Se, em maio de 1812, D. Domingos deixou de endereçar os quadros ao irmão (muito provavelmente devido ao fato de ter descoberto sobre sua morte), ele também assinou pela primeira vez como Conde de Funchal. Este foi o quadro de 1 de junho de 1812.

Figura 6: Quadro político D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares⁴⁴²



⁴⁴² Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político D. Domingos Antônio de Sousa de 1 de junho de 1812.

No ano seguinte, em 1813, os quadros diminuíram consideravelmente de número. Em 1814, no entanto, os quadros, que inicialmente eram mensais, tornaram-se semanais, às vezes em um espaço de tempo até menor. Esse movimento se deveu ao Congresso de Viena que teve início em maio de 1814 e seus desdobramentos até o ano seguinte. Nos meses de setembro e outubro de 1814, os quadros políticos foram escritos semanalmente. Sobre tais quadros, é importante constatar que eles foram fruto tanto da vivência da Guerra Napoleônica quanto das notícias que circulavam pela Europa sobre ela.

No início do ano de 1814, os quadros demonstravam certa ansiedade e apreensão por notícias da França. Estas são as primeiras impressões passadas nos quadros políticos de D. Domingos para o Conde das Galveas.

até a data deste – não tem este governo recebido informação alguma relativamente as operações dos exércitos em França - Muitos são os rumores que correm – e muito se espera do silêncio que reina em todas as informações francesas a respeito do exército do príncipe de Scghwartzemberg ⁴⁴³.

Após a derrota de Napoleão em 1812, este foi mais um momento de embate. As notícias que vieram dias depois diziam que as gazetas francesas estavam tratando sobre Congresso de Chatillon que teve como objetivo estabelecer um congresso de paz das potências aliadas⁴⁴⁴. D. Domingos deixa claro, no entanto, que não deveria confiar em Bonaparte: “Como quer que seja se hua semelhante Paz de faz, - isto hé- com Bonaparte – não devemos e nem podemos dar a causa por vencida – antes hé bem para recear que com o novo ano vejamos novas contendadas e novas desgraças!”⁴⁴⁵ Ainda sobre o Príncipe Austríaco e Bonaparte, ele chamava atenção para o fato de que o jogo travado pelos dois só terminaria depois que a Áustria perdesse a esperança de fazer Bonaparte assinar uma paz cujas condições seriam ditadas por ela.

D. Domingos narra ainda, em de seus quadros políticos, as versões sobre a destituição de Napoleão em 1814. O diplomata chamou atenção para o fato de que um Marechal francês, Michel Ney, teria ordenado que fossem até Napoleão para que assinasse a abdicação. No dia seguinte, o Marechal teria achado que a situação já estivesse

⁴⁴³ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político D. Domingos Antônio de Sousa de 21 de fevereiro de 1814.

⁴⁴⁴ Carta a D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho de 16/02/1814, Fundação. Biblioteca Nacional/Manuscrito I-29,17,14 Número 51. A esta altura, D. Domingos recebia um aviso sobre a chegada do Conde Palmella na Corte Londrina.

⁴⁴⁵ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político D. Domingos Antônio de Sousa de 4 de março de 1814.

resolvida, o que não havia acontecido. A narrativa em torno das possibilidades da abdicação é muito interessante

No dia seguinte voltou Ney com o cruel desengano – que já uma perfeita e completa abdicação d’ele (Bonaparte) e de toda a sua Família, seria aceita. Do que se passou entre os dois são duas as versões – algumas pessoas (?) que Ney, pondo-lhe uma pistola aos peitos, obrigará Bonaparte dizem – que o último, depois de passar a noite em hesitação, assinou tudo no dia seguinte⁴⁴⁶.

As notícias em torno de Napoleão estavam presentes na Gazeta, sua separação, casamento e batismo do filho, assim como a sua possível destituição também seria notícia. “As mesmas gazetas dizem que Bonaparte levava consigo todas as joias da casa e seus empregados indo quando se achava nos Cofres do Estado – um decreto no senado ordena, a estes últimos, a restituição sob pena de castigo grave”⁴⁴⁷.

Em 4 de maio de 1814, o quadro escrito pelo secretário da embaixada, Rafael da Cruz Guerreiro anunciava que Bonaparte teria partido para seu destino

acompanhado por um oficial de cada uma das quatro grandes Potências Aliadas, depois de ter retificado e com estas, à exceção da Inglaterra, o tratado da sua abdicação, no dia 11, em virtude do qual conserva o título de imperador. São muitas as (?) que o seu respeito se contém. – entre outros- que logo depois da sua abdicação Mamelues Roustan entrara no seu quarto com o Alfange na mão, e que perguntando-lhe Bonaparte o que queria, elle respondera, que persuadido que Bonaparte não havia de querer sobreviver a que passou vinha oferecer-se para o matar. Qual seja a situação de espírito de Bonaparte não se sabe ao justo.⁴⁴⁸

Alguns dos quadros durante os meses subsequentes foram assinados ainda por Rafael da Cruz Guerreiro. Em junho de 1814, anunciava nos quadros

S. M. Luiz XVIII depois de receber em Copenhague, a deputação do Corpo legislativo, e os marechais de França e ouvido as falas que nesta ocasião lhe fizeram, procedeu para quem aonde no dia 2 de maio,

⁴⁴⁶ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político D. Domingos Antônio de Sousa de 16 de abril de 1814.

⁴⁴⁷ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político D. Domingos Antônio de Sousa 16 de abril de 1814.

⁴⁴⁸ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político de Rafael da Cruz Guerreiro ao Marquês de Aguiar. 4 de maio de 1814.

véspera do dia em que devia fazer a sua entrada em Paris, publicou a seguinte famosa proclamação.”⁴⁴⁹

A proclamação tinha como conteúdo uma reclamação acerca da precipitação na escrita dos artigos redigidos. Em agosto D. Domingos volta a assinar os quadros e passa a dar mais notícias sobre o Congresso.

A gazeta oficial de Vienna, dando por motivo de se ter deferido a abertura do Congresso, para dar tempo a Lord Castlereagh de acabar sua tarefa parlamentar e a ao imperador Alexandre de visitar a sua Capital, fixa a época dela para o primeiro de outubro. Essa demora foi atribuída pelas gazetas, aa diferenças, que sobreviveram entre os soberanos das grandes potências que não podiam convir entre si nos lotes e mudanças que cada um deles desejava ter sancionadas nos próximo congresso. P. ex. que Áustria deseja ter toda a Itália, ou como dependentes os soberanos daqueles Estados, que por ora não são províncias suas, e declina o reestabelecimento da Família de Bourbon no Trono de Nápoles, porque, segundo a Política seguida pelo Barão de Thugut no tempo da Revolução Francesa, o gabinete de Viena pensa poder sem odiosidade apropriar-se o Patrimônio alheio, quando o acha nas mãos de um usurpador”.⁴⁵⁰

Os quadros subsequentes traziam notícias sobre a restauração dos Bourbons com Luís XVIII , que se deu em abril de 1814, até Napoleão voltar ocupando o trono por cem dias⁴⁵¹. Ao analisar esses quadros, foi possível ver que D. Domingos tirou deles uma de suas obras escritas em 1816, *A Guerra na Península sob seu verdadeiro ponto de vista*.

4.3. “Aproximava-se o tempo de ser o Conde de Funchal expulso da embaixada”: a saída de D. Domingos da Corte Londrina⁴⁵²

D. Domingos foi embaixador na Inglaterra oficialmente de 1803 a 1814. Se as circunstâncias foram favoráveis a partir de 1807, após a assinatura dos tratados, mas principalmente, após a morte de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ele passou a experimentar

⁴⁴⁹ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político de Rafael da Cruz Guerreiro ao Marquês de Aguiar. 8 de junho de 1814.

⁴⁵⁰ Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político D. Domingos Antônio de Sousa de 2 de agosto de 1814.

⁴⁵¹ Após seu retorno, Bonaparte caiu novamente após a Batalha de Waterloo em junho de 1815.

⁴⁵² CARVALHO, José Liberato Freire. Memórias da vida de José Liberato. Tipografia de José Baptista Morando, Lisboa, 1855.

uma diminuição de seu prestígio e poder. A assinatura dos tratados de 1810, depois de sucessivas críticas às suas tomadas de posição em relação à Corte, ele foi convidado a se retirar da embaixada inglesa.

Aproximava-se o tempo de ser o Conde de Funchal expulso da embaixada, na qual parecia depois de tantos anos estar calado; mas tinha mudado a política do governo do Rio de Janeiro, e lhe devia chegar a sua vez, assim como todas as coisas humanas, ainda as que parecem mais firmes. O Conde de Linhares, seu irmão, tinha perdido todo o prestígio depois dos infaustos tratados com a Inglaterra, um de comércio, outro de aliança, ambos com a data de 1810. Seus inimigos políticos, à testa dos quais estava o Conde da Barca, a quem ali havia suplantando, serviram-se particularmente destes dois tratados para desacreditar a sua política; e neste caso perdendo o Conde de Linhares toda a sua influência no Rio de Janeiro, era consequente que seu irmão Conde de Funchal, também perdesse em Londres, porque debaixo da influência destes dois irmãos aqueles dois tratados se tinham feito e assinado⁴⁵³.

Após anos à frente da embaixada portuguesa em Londres, D. Domingos foi nomeado para o ministério no Brasil. No entanto,

Não querendo, por um lado, assumir o cargo desde logo, temendo o isolamento político que ia encontrar no Brasil e, por outro, querendo terminar alguns assuntos que não podia deixar a meio e cuja realização satisfatória lhe permitiram margem de manobra política quando desembarcasse no Brasil, foi protelando a partida.⁴⁵⁴

Segundo Adelaide Vieira Machado, “tinha começado para D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho um período de isolamento político apenas anunciado com a morte de seu irmão, delineado durante o tratado de Paris e concretizado com a entrega da Guiana Francesa”⁴⁵⁵.

Se, por um lado, D. Domingos protelou sua saída da corte londrina enquanto pôde, os murmúrios de sua chegada ao Brasil já se faziam presentes. José Bonifácio de Andrada,

⁴⁵³ CARVALHO, José Liberato Freire. **Memórias da vida de José Liberato**. Tipografia de José Baptista Morando, Lisboa, 1855.

⁴⁵⁴ CASTRO, Zília Osório (Dir), PEREIRA, Isabel Cluny Sara Marquês (Coord). **Dicionário do Vintismo e do Primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826 e 1828)**. Lisboa: Editora Afrontamento, 2002. p. 537.

⁴⁵⁵ MACHADO, Adelaide Vieira. D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho (1760-1833) – 1º Conde de Marquês do Funchal. Pensamento e acção. Anais do 1º Congresso Histórico de Arante, abril de 1998. p. 539.

por exemplo, tratou logo de enviar ao então Conde de Funchal, uma carta avisando sobre os possíveis inimigos e fazendo-lhe pedidos:

V.Exa vai substituir a seu imortal irmão em uma corte dividida, pelo que soa, em partidos inimigos, onde, apesar do excelente coração do soberano, decerto será abocanhado e atrapalhado pelas rivalidades do egoísmo e da inveja, pelas vistas acanhadas da ignorância crassa e pelas intrigas infernais do satrapismo e criaturismo, que nos tem arruinado. Por quem é não seja tão crédulo e fraco como seu bom irmão: não se deixe enganar pelos intrigantes, astutos e hipócritas, que lhe hão de ir beijar os pés e lambar o traseiro, quando quiserem ligar-lhe as mãos ou desatar para o seu interesse e planos tenebrosos⁴⁵⁶.

José Bonifácio parecia estar certo de que D. Domingos chegaria ao Brasil, fato que nunca aconteceu. Colocou-se à disposição para “alguma coisa que possa ser útil ao Estado e ao Brasil”. E, assim, tratou de fazer também seu pedido:

Já estou velho e mal-acostumado para ser sabujo e galopim de antessalas, mas, se me quiserem dar algum governilho subalterno, folgarei muito ir morrer na pátria e viver o resto dos meus dias debaixo do meu natural senhor, pois sou português castiço. Poderia nele, se me dessem e me deixassem as mãos livres, ir plantar as artes e agricultura europeia; por em administração regalar os bosques; criar pescarias e salgações e experimentar o meu projeto de civilizar a cristãos os índios. Peço um governilho; porque detesto o ser desembargador de presente e de futuro. Um pequeno país que me convinha, era Santa Catarina, ajuntando-se-lhe os campos vizinhos a Curitiba, para novos estabelecimentos de manteigas e queijos, trigos e farinhas. Se V Exa aprovar esta minha lembrança e lá me quiserem estou prontíssimo⁴⁵⁷.

A possibilidade foi aventada, mas também recusada por D. Domingos que também se utilizou de estratégias para se manter em Londres. Mecenas Dourado chamou a atenção para o fato de que D. Domingos havia sido designado para Roma em outubro de 1814, como embaixador extraordinário junto a Pio VII, mas apenas em dezembro do ano seguinte, ele teria entregue a embaixada ao seu substituto Cypriano Ribeiro Freire. Em carta ao Marquês de Aguiar, Cypriano explicava que, apesar das instruções que havia recebido para tomar posse na embaixada, D. Domingo não havia passado ainda as

⁴⁵⁶ Carta de José Bonifácio a D. Domingos de Sousa Coutinho In: DOLHNIKOFF, Miriam. José Bonifácio. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.p. 86.

⁴⁵⁷ Carta de José Bonifácio a D. Domingos de Sousa Coutinho. Carta de José Bonifácio a D. Domingos de Sousa Coutinho In: DOLHNIKOFF, Miriam. José Bonifácio. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 86 e 87.

credenciais. Dizia ainda que Lord Strangford, desde que havia chegado à Corte, tinha partido para Cheltenham “aonde tem estado até à semana última, na mais íntima amizade com o Conde de Funchal”⁴⁵⁸.

Cypriano, sentindo-se incomodado com a situação, escreveu a D. Domingos:

No dia 5 do corrente me fez entrega o Secretário de Legação Rafael da Cruz Guerreiro, de uma carta de V.Exa datada de 4, pela qual V.Exa me participou haver correspondido ao Ilmo Sr. Marquês de Aguiar pelo paquete que partiu de Falmouth em 9 para o Rio de Janeiro, “acusando a recepção do despacho de S. Exa, e “dando a certeza a S.Exa, que com a maior brevidade executaria as reais ordens que nele foram transmitidas.” E havendo decorrido 16 dias, sem disposição da parte de V.Exa que me seja conhecida, de execução das Reais Ordens e tendo eu de cumprir sem maior demora as importantes e precisas que me são prescritas, e que fazer indispensável desde logo e achar-me de posse do arquivo e casa da legação de Sua Alteza Real em Londres; e tendo acusado as funções de V.Exa nesta Corte, conforme as reiteradas ordens do Príncipe Regente N.S.; não posso emitir, como desejará, de exigir de V.Exa o imediato cumprimento das reais ordens, como é positivamente determinado, afim de não sofrerem demora os negócios do Real Serviço que o mesmo Augusto Senhor se tem dignado confiar-me.⁴⁵⁹

À altura dessa carta, D. Domingos já se encontrava em Cheltenham, tendo assim respondido a Cypriano:.

Recebi o ofício que V.Exa. me escreveu em 21 do corrente. Depois da comunicação que lhe fiz de que eu tinha escrito pelo último paquete ao Sr. Marques de Aguiar não poderia V.Exa. recear que eu estivesse estado ocioso estes 16 dias – antes me parece que devia supor que andando o Príncipe Regente viajando teria sido impossível fixar um dia para a minha audiência. Abstenho-me de responder algumas expressões do ofício de V.Exa porque desejo evitar argumentos⁴⁶⁰.

Quatro dias depois, D. Domingos escrevia novamente a Cypriano Ribeiro Freire, comunicando que não havia conseguido uma audiência com o Príncipe ainda e que tinha sido instruído do seguinte:

⁴⁵⁸ ANTT. MNEcx737 Doc. 30. Carta de Cypriano Ribeiro Freire ao Marquês de Aguiar. Londres, 1/10/1815.

⁴⁵⁹ ANTT. MNEcx737 Doc. 32. Carta de Cypriano Ribeiro Freire a D. Domingos de Sousa Coutinho. Londres, 21/09/1815.

⁴⁶⁰ ANTT. MNEcx737 Doc. 32. Carta de Cypriano Ribeiro Freire a D. Domingos de Sousa Coutinho. Londres, 23/09/1815.

antes de partir deixe este novo ministro perfeitamente instruído da situação dos negócios pendentes e de tudo o mais que possa ser conducente a elucidá-lo na marcha de sua conduta em tão importante legação. E ainda que sobre vários dos negócios que por fim foram tratados, tendo por vezes falado com V.Exa. me indique os assuntos, sobre que desejaria alguma informação mais particular das reais ordens e passos dados em execução das mesmas; por que o poderei fazer com mais facilidade antes de entregar formalmente o arquivo, que aliás, está, como sempre, aberto à inspeção e uso de V.Exa.⁴⁶¹

Depois que recebeu o ofício de remoção, D. Domingos passou uma temporada em Cheltenham sob o argumento de que iria cuidar de sua saúde, mudando depois o argumento, dizendo que não poderia deixar de resolver algumas questões na embaixada. Segundo Adelaide Vieira Machado, D. Domingos teria sido ultrapassado pelos acontecimentos, já que ele era o único que tinha poderes plenipotenciários para representar Portugal no Tratado de Paz de Paris em 1814. Mas, ao que parece, D. Domingos prolongou sua estada enquanto pôde, aproveitando as circunstâncias ou mesmo as criando.

Em outubro de 1815, quando D. Domingos ainda não havia deixado a embaixada, ele organizou um evento com o intuito de se desfazer de alguns itens pessoais:

O Conde de Funchal faz venda do resto dos seus móveis e vinhos na Casa de Portugal nos dias 13 e 14 do corrente mês, e é provável que me deixe a casa desta legação e me mande fazer entrega do arquivo da secretaria, por todo o mês havendo novamente partido para Cheltenham em benefício de sua saúde⁴⁶².

Freire tinha razão. Apenas depois de um mês, D. Domingos, enfim, entregou as credenciais⁴⁶³. Sobre o episódio, Mecenas Dourado disse que, só em dezembro de 1815, D. Domingos teria partido para Roma, após uma batalha de ofícios do Rio para Londres e de Cypriano Ribeiro Freire, que não teria sido muito honrosa para D. Domingos. Depois de muito relutar, D. Domingos deixou a embaixada portuguesa em Londres rumo a Roma.

Com o passar do tempo e o desapego ao que provavelmente Londres significou para D. Domingos, foi possível perceber que ele se reinventou enquanto indivíduo. As memórias de alguns de seus contemporâneos costumam destacar a face social de D.

⁴⁶¹ ANTT. MNEcx737 Doc. 32. Carta de D. Domingos de Sousa Coutinho a Cypriano Ribeiro Freire, 27/09/1815. Cheltenham.

⁴⁶² ANTT. MNEcx737 Doc. 37. Carta de Cypriano Ribeiro Freire ao Marquês de Aguiar, 10/10/1815.

⁴⁶³ ANTT. MNEcx737 Doc. 42. Carta de Cypriano Ribeiro Freire ao Marquês de Aguiar, 11/11/1815.

Domingos com seus jantares, com o extenso conhecimento sobre artes.

Em suas memórias, o Marquês da Fronteira, ao narrar sua primeira ida à casa de Funchal, quando de sua estadia em Roma, descreve-o da seguinte maneira:

pouco depois, apareceu o bom do Conde de Funchal, que era um perfeito anão, com a cabeça enorme e a cara mais feia e irregular que tenho visto, trazendo uns incríveis óculos verdes como entrolhos, empoado, com grande castanha cahindo sobre a farda, grande uniforme de gala de embaixador que era riquíssimo, calção, meia e sapato, e seu chapéu branco de abas largas verdes [...] ⁴⁶⁴.

Ao mesmo tempo que sua “mal feitura de corpo” era lembrada, suas “maneiras mais cortezes” eram recorrentemente ressaltadas. Seus óculos são mais uma vez destacados.

Assim como José Liberato, o Marquês da Fronteira e Stendhal destacaram a maneira afável de D. Domingos se portar. Sua presença singular nos salões é retomada nas falas desses contemporâneos. Stendhal destacou D. Domingos em *Promenades*, dizendo: “Ou ainda conhecer o gentil marquês de Funchal, embaixador de Portugal. É um espírito singular que caça o tédio de um salão, mesmo o diplomático (e que sabia falar de tudo um pouco que também o faz sujeito habitual da conversação)” ⁴⁶⁵.

Almeida Garrett também deixou demarcada em suas memórias uma representação do Conde de Funchal em sua obra “Viagens na minha terra”. Designando D. Domingos como Marquês do F., Garrett disse sobre Funchal:

Conheci-o em Paris nos últimos tempos da sua vida, já octogenário ou perto disso: deixava a sua carruagem inglesa toda molas e confortos para ir passear num certo cabriolé de praça que ele tinha marcado pelo seco e duro movimento vertical com que sacudia a gente. Obrigou-me um dia a experimentá-lo: era admirável. Comunicava-se da velha horsa normanda aos varais, e dos várias à concha do carro, tão inteiro e tão sem diminuição o choito do execrável Babieca! Nunca vi coisa assim. O Marquês achava-lha propriedades tonipurgativas, eu classifiquei-o de violentíssimo drástico. Foi um dos homens mais extraordinários e o português mais notável que tenho conhecido, aquele fidalgo. Era feio como o

⁴⁶⁴ FRONTEIRA, 7º Marquês de, 1802-1881. Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto ditadas por ele próprio em 1861/ ver. E coord. Por Ernesto de Campos: Impr. Da Universidade, 1928-1932. 5v. Disponível em: <http://purl.pt/12114/3/> Acesso em: 12 nov 2016

⁴⁶⁵ SILVA, Daniel Eveling da. **Pelo Prisma de Stendhal**: um olhar do literato sobre si, Napoleão, a Corte e a Aliança Trono-Altar (1790-1842). Tese de Doutorado, UFJF. Juiz de Fora, 2016.

pecado, elegante como um bugio, e as mulheres adoravam-no. Filho segundo, vivia dos seus ordenados nas missões por que sempre andou, tratava-se grandiosamente, e legou valores consideráveis por sua morte. Imprimia uma obra sua, mandava tirar um único exemplar, guardava-o e desmanchava as formas. Não acabo se começo a contar histórias do Marquês de F⁴⁶⁶.

A visão que se tem de D. Domingos era de um homem ligado aos padrões de comportamento da Corte que poderiam ser julgados tanto como sendo antiquados como de posicionamento de um homem de maneiras “cortesês”. Parecia “dominar os salões” e não apenas por seu posicionamento erudito, mas também como um formador de opinião, advogado que exercitava seu poder de persuasão. Elegante, mas, ao mesmo tempo, dono de uma rudez, que parecia estar mais acentuada em sua velhice. As “fitas” destacadas por Hipólito traduzem as condecorações recebidas por serviços prestados à Corte Portuguesa, muito solicitadas por D. Domingos em diversas ocasiões. Ele, que já era Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, pediu, por exemplo, que lhe fosse concedida a Grã-Cruz

de qual ordem for de seu Real agrado, com comenda de rendimento correspondente à remuneração de seus serviços, ou pensão equivalente imposta nos rendimentos Reais da Ilha da Madeira ou nos municípios da sua respectiva Capital do Funchal.⁴⁶⁷

Quanto às características físicas, vê-se um homem de baixa estatura, “um perfeito anão”, “mal feito de corpo” e “com a cabeça enorme e a cara mais feia e irregular”. Senhor de “incríveis óculos verdes como entrolhos, empoados, com grande castanha cahindo sobre a farda, grande uniforme de gala de embaixador que era riquíssimo, calção, meia e sapato, e seu chapéu branco de abas largas verdes”⁴⁶⁸. Com a devida licença poética, é possível imaginar, a partir dessas descrições, uma cena de D. Domingos no alto da escada de uma das residências oficiais em que fora embaixador em uma de suas recepções, vestido com sua farda cheia de medalhas, seus incríveis óculos de quatro lentes verdes e seu chapéu branco de abas largas também verdes.

⁴⁶⁶ GARRET, Almeida. **Viagens na minha terra**. [s.l.]: Ediouro, [s.d.], p. 11.

⁴⁶⁷ Carta de S. Francisco Sousa Coutinho. Biblioteca Nacional, setor de Manuscritos. C.168.85.

⁴⁶⁸ FRONTEIRA, 7º Marquês de, 1802-1881. Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna D.José Trazimundo Mascarenhas Barreto ditadas por ele próprio em 1861/ ver. E coord. Por Ernesto de Campos: Impr. Da Universidade, 1928-1932. 5v. Disponível em: <http://purl.pt/12114/3/v.2.p.79>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese teve como objetivo proceder a uma abordagem biográfica de D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, diplomata português nascido em 1762, em Chaves, Vila Real. D. Domingos transpareceu como um personagem múltiplo, complexo que viveu em um momento marcado por muitas mudanças.

No âmbito familiar D. Domingos pertencia aos Sousa Coutinho, uma das mais importantes famílias da nobreza portuguesa. Neste capítulo foram abordados os momentos iniciais da vida de D. Domingos e como sua família pensou sua inserção no círculo social português. Uma família da nobreza, mas que, por vezes, viu-se questionada por seus próprios membros sobre suas origens ou “raízes”, como eles mesmos diziam. Por se tratar de um momento em que as regras se tornaram menos rígidas, este poderia não ser um fator que poderia causar maiores problemas. No entanto, ao longo da pesquisa, se este não era um problema real, era uma questão para os membros da família. Como mencionado, esta era uma das mais importantes famílias da nobreza portuguesa e a demanda por trabalhar com este tema surgiu dos próprios Sousa Coutinho, já que algumas das fontes pesquisadas tratavam sobre o assunto, como as cartas assinadas por D. Rodrigo e a falsificação de D. Francisco Maurício para obter a ordem de Malta.

Tratar sobre a família de D. Domingos em um capítulo não significa que ela não tenha tido seus pontos de intersecção com os outros espaços de sociabilidades mencionados. Isso fica claro quando abordei sobre os círculos de formação de D. Domingos, mas também quando estive inserido no partido inglês do qual seus irmãos também faziam parte. Enquanto estive em Londres, D. Rodrigo de Sousa Coutinho havia ocupado o Ministério da Guerra e Negócios Estrangeiros junto a D. João no Brasil. Apesar das “categorias” aqui definidas, as fronteiras entre esses espaços não são totalmente delimitadas em um sentido cartesiano, por assim dizer.

Durante o início da vida de D. Domingos, a família não era o único espaço em que ele circulou, muito possivelmente D. Domingos esteve inserido em outros. No entanto, no escopo desta tese e dos limites impostos pelas fontes utilizadas, esta foi a abordagem possível. Na Universidade de Coimbra, D. Domingos teve acesso não apenas aos conhecimentos, mas também a José Anastácio da Cunha, que representou uma marco na vida de D. Domingos. O pensamento crítico, liberal, por vezes visto como libertino, fez com que o grupo organizado por José Anastácio se tornasse um marco na vida de D. Domingos. O pensamento crítico a partir desse grupo, além de seu círculo familiar,

influenciaram também na visão que D. Domingos teve, quando, ao ser enviado para a corte dinamarquesa, sobre a Revolução Francesa.

Sua estadia em Copenhagen foi um misto de início de carreira com uma certa antipatia ao clima local, muitas vezes denunciada em forma de pedidos de recolocação e de licença para cuidar da saúde. Ainda embaixador em Copenhagen, D. Domingos articulou para que assumisse a embaixada de Turim depois da saída de irmão. Mais uma vez, foi possível perceber a intersecção entre os círculos. Apesar das poucas fontes documentais, foi possível trazer à tona a visão de D. Domingos sobre a sua estadia em Turim a partir do documento Resposta Pública à Denúncia Secreta⁴⁶⁹. O texto traz uma visão sobre o período abordado também ao longo desta tese, além de possuir um caráter memorialístico.

Dentro dos espaços de sociabilidades na Corte Britânica se posicionou em favor do “partido inglês”, assim como se deu relação mais próxima com a imprensa. No contexto da transferência da Família Real portuguesa para o Brasil, D. Domingos participou das negociações em torno da Convenção Secreta de 1807, bem como da abertura dos portos e dos tratados de aliança e Comércio de 1810. Sob o ponto de vista abordado nesta tese, este foi o momento de ápice de D. Domingos em sua carreira diplomática quando recebeu da Coroa o título de Conde de Funchal. Menção ao grande esforço do diplomata português para que a Ilha da Madeira deixasse de ser ocupada pelo ingleses. Depois da assinatura dos tratados, o prestígio dos irmãos Coutinho não era mais o mesmo frente à Corte Portuguesa. As críticas se tornaram cada vez mais intensas nas páginas dos impressos. Além disso, a morte de D. Rodrigo de Sousa Coutinho acelerou o início de um isolamento político o qual D. Domingos receava.

Podemos dizer que assim se deu sua maior relação com a imprensa. Mecenas Dourado dizia que, após a assinatura dos tratados, não havia uma edição do Correio Braziliense em que D. Domingos não fosse citado e criticado.

A relação mais estreita com a imprensa foi uma tentativa cada vez mais constante em responder às críticas que sofria. Assim foi pensado e desenvolvido o Investigador Português em Inglaterra. Por último, os quadros políticos feitos sob encomenda de D. João, que eram elaborados de acordo com as notícias que saíam nas principais gazetas europeias. O desgaste de sua imagem e a tentativa inútil de conter as críticas de uma imprensa livre fez com que D. Domingos se reinventasse. Sua estadia em Roma, destino

⁴⁶⁹ GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública a denúncia secreta que tem por título** “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional.

posterior ao de Londres, mostrou um D. Domingos cada mais erudito e ligado às artes. Esse período não foi abordado no âmbito desta tese, devido ao recorte e às fontes que foram consultadas, mas é sem sombra de dúvidas, um bom tema para pesquisas posteriores. Em 1816, D. Domingos publicou seu opúsculo sobre a Guerra Peninsular⁴⁷⁰. Foi a partir de então que vários desses títulos foram produzidos por ele. Era comum, no entanto, que escrevesse anonimamente ou se apresentando por um pseudônimo, entre os quais se encontram R. da C. Gôuvea e Jacob Mathes⁴⁷¹.

A despeito de não ter sido abordado nesta tese, achei interessante trazer que, em 1819, D. Domingos foi convocado por D. João para ser um dos governadores do Reino de Portugal. Apesar de ponderar sobre o assunto, o biografado não aceitou ocupar o cargo. Tal passagem foi escrita em outro de seus opúsculos, o denominado Carta El Rey Nosso Senhor⁴⁷², documento em que demonstrava seu sincero posicionamento. A sinceridade que tinha por finalidade sempre manter a segurança do Reino era sua prioridade. E disse: “(...) mas também é decisiva a minha opinião que El Rey N. Sr. para tirar o Reino do atual perigo em que está, precisa achar alguém que faça estas reformas.”⁴⁷³ Segundo Zilia, no Dicionário do Vintismo, D. João teria respondido que não precisava de reformadores. Com o uso dessas *verdades*, disse ter tido sua vaidade ofendida com a sua nomeação para a cátedra de Governador do Reino por contar com mais de 30 anos de serviço, enquanto tal colocação costumava ser alocada a homens em início de carreira.

Após o término de seu tempo na corte de Roma, em 1828, Domingos voltou à Corte Londrina, onde recebeu o título de Marquês de Funchal de D. Maria II, a quem permaneceu fiel até sua morte em 1833. O título de Marquês, como mencionado nas primeiras páginas desta tese, foi repassado para a sobrinha neta de D. Domingos após a sua morte.

D. Domingos de Sousa Coutinho se mostrou como um personagem cada vez mais interessante, sua personalidade e colocação mostra um D. Domingos de opinião e

⁴⁷⁰ GUIMARÃES, Argeu. **Dicionário bio-biográfico de diplomacia**, política externa e direito internacional, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁴⁷¹ Tais pseudônimos podem ser comprovados através do escrito Resposta pública à denúncia secreta e também através do escritos encontrados no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

⁴⁷² COUTINHO, D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho. **Carta El Rey Nosso Senhor, escrita pelo Conde de Funchal**, quando foi nomeado um dos governadores do Reino em 1819 inclusa em um officio dirigido ao secretário d'Estado Thomaz António de Villanova Portugal e despacho em resposta deste ministro. - Paris : Typ. de Firmino Didot, 1824.

⁴⁷³ COUTINHO, D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho. **Considerações sobre o Estado de Portugal e do Brasil desde a saída D'el Rei de Lisboa em 1807 até ao presente**, 1822. Lembrando que tal escrito refere-se ao período trabalhado nesta dissertação, mas foi escrito em 1822, sendo D. João, neste momento, o Rei D. João VI.

atitudes. Foi possível perceber que as fases de sua vida demonstram diferentes vieses desse indivíduo.

Como abordar sua vida? Este foi meu questionamento inicial que retomo neste momento final da tese. E foi abordando a morte de D. Domingos que iniciei a história de sua vida. Demonstrando que, apesar de parecer muitas vezes, este não necessariamente precisa ser o fim. Retomar a morte enquanto continuidade, enquanto um legado é resultado de uma relação que já está imposta antes mesmo do nascimento de um indivíduo somado à sua contribuição social nesse sistema. D. Domingos sabia de seus limites e obrigações frente à sua Casa. Respeitou-os no sentido de a manter e repassar aos herdeiros de seu irmão primogênito.

Escrever sobre a vida de alguém está longe de ser uma tarefa simples. Mas qual vida é simples?! Esta foi a minha versão sobre a vida de D. Domingos. Uma versão com seus recortes, interesses. A biografia, além de falar sobre a vida de alguém, também humaniza os personagens e nos coloca questões também sobre nossas próprias vidas. Muitos vieses podem ser trabalhados, visto que nós, como indivíduos, somos esse misto entre o que somos enquanto essência somado ao que, e, com quem vivemos.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- ANTT - Fundo Conde Linhares

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. PT/TT/CLNH/0083/06. Escritura de quitação e obrigação relativa à herança do 1º Marques do Funchal, em que foi cabeça de casal inventariante o 2º Conde de Linhares, D. Victório. 16/04/1844.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. PT/TT/CLNH/0083/24.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. PT/TT/CLNH/0089/46. Ofício de Luís Antônio de Abreu Lima para Agostinho José Freire, remetendo o auto de jurado sobre a repentina morte do Marquês do Funchal. 11/12/1833.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo PT/TT/CLNH/0089/46. Ofício de Luís Antônio de Abreu e Lima para Agostinho José Freire, remetendo o auto de jurado sobre a repentina morte do Marques de Funchal. 17/12/1833.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo PT/TT/CLNH/0091/96 Apontamento da totalidade da Herança do Marquês do Funchal divisível em três partes iguais.

ANTT – Ministério dos Negócios Estrangeiros

- Legação de Portugal em Dinamarca

ANTT, Legação de Portugal na Dinamarca. PT-TT-MNE-ASC-C-8-3-C545. Correspondência de Luís Alvares da Cunha a Luís Pinto de Sousa Coutinho de 2 de novembro de 1790.

ANTT, Legação de Portugal na Dinamarca. PT-TT-MNE-ASC-C-8-3-C545. Correspondência de Luís Alvares da Cunha a Luís Pinto de Sousa Coutinho de 6 de novembro de 1790.

ANTT, Legação de Portugal na Dinamarca. PT-TT-MNE-ASC-C-8-3-C545. Correspondência de Luís Alvares da Cunha a Luís Pinto de Sousa Coutinho de 16 de novembro de 1790.

ANTT, Legação de Portugal na Dinamarca. PT-TT-MNE-ASC-C-8-3-C545. Correspondência de Luís Alvares da Cunha a Luís Pinto de Sousa Coutinho de 30 de novembro de 1790.

ANTT, Legação de Portugal na Dinamarca. PT-TT-MNE-ASC-C-8-3-C546. Correspondência de Rafael da Cruz Guerreiro a Luís Pinto de Sousa Coutinho de 12 de agosto de 1794.

ANTT, Legação de Portugal na Dinamarca. PT-TT-MNE-ASC-C-8-3-C546. Ofício de D. Domingos de Sousa Coutinho a Luís Pinto de Sousa Coutinho de 18 de dezembro de 1794.

ANTT, Legação de Portugal na Dinamarca. PT-TT-MNE-ASC-C-8-3-C546. Correspondência de Rafael da Cruz Guerreiro a Luís Pinto de Sousa Coutinho de 23 de dezembro de 1794.

ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Legação de Portugal na Inglaterra, Caixa 728. Carta de D. Domingos Antônio de Souza Coutinho dirigida ao Conde de Linhares datada em 24 de dezembro de 1809.

- Legação de Portugal na França

ANTT, Legação de Portugal na França, ofício, nº 24, Paris, de 28 de julho de 1790.

- Legação de Portugal em Inglaterra

ANTT. MNEcx737 Doc. 32. Carta de Cypriano Ribeiro Freire a D. Domingos de Sousa Coutinho. Londres, 21/09/1815.

ANTT. MNEcx737 Doc. 32. Carta de Cypriano Ribeiro Freire a D. Domingos de Sousa Coutinho. Londres, 23/09/1815.

ANTT. MNEcx737 Doc. 32. Carta de D. Domingos de Sousa Coutinho a Cypriano Ribeiro Freire, 27/09/1815. Cheltenham.

ANTT. MNEcx737 Doc. 30. Carta de Cypriano Ribeiro Freire ao Marquês de Aguiar. Londres, 1/10/1815.

ANTT. MNEcx737 Doc. 37. Carta de Cypriano Ribeiro Freire ao Marquês de Aguiar , 10/10/1815.

ANTT. MNEcx737 Doc. 42. Carta de Cypriano Ribeiro Freire ao Marquês de Aguiar , 11/11/1815.

- Registo Geral de Mercês de D. Maria I

Registo de mercê de Moço-Fidalgo a D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho. Registo Geral de Mercês de D. Maria I, Arquivo Nacional da Torre do Tombo. livro 10(2), f. 100.

ANTT, Chancelaria de D. Maria I. Registo Geral de Mercês de D. Maria I Chancelaria de D. Maria I - Livro 32 – p. 283.

ANTT, Mesa da Consciência e Ordens Secretaria da Mesa e Comum das Ordens, Habilitações da Ordem de Cristo, Maço 10, Número 38, Letra D.

ANTT, Registo de mercê de Cavaleiro da Ordem de Cristo a D. Domingos António de Sousa Coutinho, de 25 de agosto de 1788. Registo Geral de Mercês de D. Maria I, livro 24, f. 198.

- Arquivo Histórico do Itamaraty

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de Mr. Rose a D. Domingos de Sousa Coutinho. Do dia 06 de fevereiro de 1808. Correspondência do Conde de Funchal.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho a George Canning, 8 de fevereiro de 1808. Correspondência do Conde de Funchal.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de João Carlos Lucena a D. Domingos de Sousa Coutinho. Do dia 10 de fevereiro de 1808. Correspondência do Conde de Funchal.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Nota de D. Domingos Antônio de Sousa a George Canning. 11 de fevereiro de 1808. Correspondência do Conde de Funchal.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa ao Príncipe Regente, 13 de fevereiro de 1808. Correspondência do Conde de Funchal.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos de Sousa Coutinho ao Príncipe D. João. Do dia 31 de março de 1808. Correspondência do Conde de Funchal.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Nota de D. Domingos Antônio de Sousa ao Príncipe Regente do dia 29 de abril de 1808.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Nota de D. Domingos Antônio de Sousa ao Príncipe Regente de 2 de maio de 1808.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Nota de D. Domingos Antônio de Sousa ao Príncipe Regente do dia 05 de maio de 1808.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Nota de D. Domingos Antônio de Sousa ao Príncipe Regente de 30 de junho de 1808.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa a D. Rodrigo de Sousa Coutinho de 03 de agosto de 1809.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 2 de setembro de 1809.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa a D. Rodrigo de Sousa Coutinho de 9 de janeiro de 1810.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 17/02/1810.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa a D. Rodrigo de Sousa Coutinho 27 de fevereiro e 7 de março de 1810.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa a D. Rodrigo de Sousa Coutinho 12 de março de 1810.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares do dia 18 de março de 1809.

ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Legação de Portugal na Inglaterra, Caixa 729. Carta de D. Domingos Antônio de Souza Coutinho dirigida ao Conde de Linhares, datada de Londres em 07 de março de 1810.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 30 de abril de 1810.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Carta de D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 9 de maio de 1810.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 2 de julho de 1810.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares. 05 de julho de 1810.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 10 de agosto de 1810.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 4 de setembro de 1810.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 1 de maio de 1811.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político
D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 18 de maio de 1811.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político
D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 30 de junho de 1811.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político
D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 31 de outubro de 1811.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político
D. Domingos Antônio de Sousa de 18-19 de maio de 1812.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político
D. Domingos Antônio de Sousa de 1 de junho de 1812.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político
D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 21 de fevereiro de 1814.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político
D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 4 de março de 1814.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político
D. Domingos Antônio de Sousa ao Conde de Linhares 16 de abril de 1814.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político
de Rafael da Cruz Guerreiro ao Marquês de Aguiar. 4 de maio de 1814.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político
de Rafael da Cruz Guerreiro ao Marquês de Aguiar. 8 de junho de 1814.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Legação de Londres. Quadro político
D. Domingos Antônio de Sousa 2 de agosto de 1814.

- Arquivo Distrital de Vila Real

Arquivo Distrital de Vila Real. Site: ADVRL/PRQ-PCHV50/RC/ Livro 038, fls 37. Disponível em: http://advrl.org.pt/documentacao/digi/iViewer.php?w=PT-ADVRL-PRQ-PCHV50-RC-001-038&imgfile=galleries/PT-ADVRL-PRQ-PCHV50-RC-001-038/PRTC0808D_ADVRL-PCHV50-RC001-Lv038_M_00038.jpg Acesso em: 20 de mar 2010.

- Arquivo Nacional

Arquivo Nacional. Fundo Gabinete de D. João VI. Carta de D. Domingos de Sousa Coutinho a Henrique Correia de Vilhena. BR AW.RIO.U1.0.19. an.1, p.4.

- Arquivo Universidade de Coimbra

Arquivo da Universidade de Coimbra. Registro de Matrícula de D. Domingos de Sousa Coutinho (D., Padre). PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/C/013306 Acessado em 06/11/2017. Disponível em <http://pesquisa.auc.uc.pt/DetailsForm.aspx?id=205660>

- Biblioteca Nacional

Carta de D. Francisco Sousa Coutinho a Sua Majestade D. Maria I, intercedendo por D. Domingos de Sousa Coutinho. Biblioteca Nacional, setor de manuscrito, C.168.85.

Carta a D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho de 16/02/1814, Fundação. Biblioteca Nacional/ Manuscrito I-29,17,14 Número 51.

COUTINHO, D. Domingos de Sousa Coutinho. GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública à denúncia secreta** que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional.

- Documentos Consultados

BIKER, Júdice Firmino. **Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até ao presente**, 1814-1899. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=4Xk0AQAAMAAJ&pg=PA370IA23&dq=Judice+Biker+tomo+X&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwjrsDngYrOAhVEWpAKHeuRC7QQ6wEIMDAD#v=snippet&q=em%20baixador%20em%20turim&f=false>

CARVALHO, José Liberato Freire. **Memórias da vida de José Liberato**. Tipografia de José Baptista Morando, Lisboa, 1855.

CASTRO, José Pereira Borges de. (ORG). Coleção dos tratados, convenções, contratos e atos públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até o presente. Lisboa: **Imprensa Nacional**, 1856.

COUTINHO, D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho. **Carta El Rey Nosso Senhor, escrita pelo Conde de Funchal**, quando foi nomeado um dos governadores do Reino em 1819 inclusa em um officio dirigido ao secretário d'Estado Thomaz Antônio de Villanova Portugal e despacho em resposta deste ministro. - Paris : Typ. de Firmino Didot, 1824.

_____ **Considerações sobre o Estado de Portugal e do Brasil desde a saída D'el Rei de Lisboa em 1807 até ao presente**, 1822. Lembrando que tal escrito refere-se ao período trabalhado nesta dissertação, mas foi escrito em 1822, sendo D. João, neste momento, o Rei D. João VI.

_____ **La Guerre De La peninsule sous son véritable point de vue**, 1816.

_____ **Introdução às Notas Suprimidas em 1821 ou raciocínio sobre o Estado presente da Monarchia Portugueza**, Londres: 1823.

Crônica Constitucional de Lisboa de 12 de dezembro de 1833.

Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/CronicaConstitucional/1833/Dezembro/N120/N120_master/CronConstLisboa1833_N120.pdf Acesso em: 07 dez 2017

FRONTEIRA, 7º Marquês de, 1802-1881. **Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna** D.José Trazimundo Mascarenhas Barreto ditadas por ele próprio em 1861/ ver. E coord. Por Ernesto de Campos: Impr. Da Universidade, 1928-1932. 5v. Disponível em: <http://purl.pt/12114/3/> Acesso em: 07 dez 2017

GARRET, Almeida. **Viagens na minha terra**. [s.l.]: Ediouro, [s.d.].
Registro de Batismo. ADVRL/PRQ-PCHV50/RC/ Livro 038, fls 37.

GOUVEIA, R. da C. Resposta pública a denúncia secreta que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional. Registro de batismo de D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho. Arquivo Distrital de Vila Real. Site: ADVRL/PRQ-PCHV50/RC/ Livro 038, fls 37. Acessado em: 20/03/2010. Disponível em:http://advrl.org.pt/documentacao/digi/iViewer.php?w=PTADVRL-PRQPCHV50-RC-001-038&imgfile=galleries/PT-ADVRL-PRQ-PCHV50RC-001-038/PRTC0808D_ADVRL-PCHV50-RC-001-Lv038_M_00038.jp#

GUIMARÃES, Argeu. **Dicionário bio-biográfico de diplomacia**, política externa e direito internacional, Arquivo Histórico do Itamaraty.

SORIANO, Luz. **História da Guerra Civil**. Lisboa. Disponível em: <http://purl.pt/12103/3/> Acessado em: 21 de mar de 2016.

- Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

Coleção de Correspondências do Conde de Funchal, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1970. Manuscrito/ Lata 434, Pastas 15 a 17.

Carta de D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho ao Lord Strangford de 23 de agosto de 1807. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 434, Pasta 06, documento número 3.

Carta de D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho ao Lord Strangford de 23 de agosto de 1807. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 434, Pasta 07, documento número 18.

- Fontes retiradas de SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. *Portrait d'un homme d'État*: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

ADB, Fundo Barca-Oliveira, 4ª caixa, Cota provisória C 8. Carta a Antônio de Araújo de Azevedo de 16 de agosto de 1795. In: SILVA, Andrée Mansuy Diniz. Vol I p.416-418.

AL, M 89/71. In: SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. **Portrait d'un homme d'État**: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002 Vol I. p. 41.

Carta de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho direcionada ao Marquês de Pombal, datada de 4/4/1771. In: SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. **Portrait d'un homme d'État**: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

Carta de D. Francisco Inocêncio a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Santo Ildefonso, 07/09/1775. In: SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. **Portrait d'un homme d'État**: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002

Carta de D. Francisco Inocêncio a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Madri, 12/07/1776. In: SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. **Portrait d'un homme d'État**: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002p

Carta de D. Francisco Inocência a Frei Inácio de São Caetano. 13/10/1778. In: SILVA, André Mansuy-Diniz. *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. Vol I. p. 356

Carta de Francisco Inocência a Frei Inácio de São Caetano. AL, M 58/10. De 02.04.1779. In : SILVA, André Mansuy-Diniz. **Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002 p. 357-358. Vol I.

Carta de D. Francisco Inocência a D. Rodrigo no dia 17/05/1779. In: SILVA, André Mansuy-Diniz. *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. Vol I. p. 333

Carta de D. Rodrigo à Mariana no dia 04.03.1784. In: SILVA, André Mansuy-Diniz. *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002 Vol I. p. 515

Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a D. Mariana de Sousa Coutinho, Turim, 05/05/1784. In: SILVA, André Mansuy-Diniz. **Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. p. 520.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, MNE, Legação em Turim, caixa 864, of. nº 25, Du 20.06.1787. In : SILVA, André Mansuy-Diniz. **Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002 p. 212-213. Vol I.

Carta de D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho a Antônio de Araújo de Azevedo. Turim, 07.09.1797. In: SILVA, André Mansuy-Diniz. **Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002 p. 212-213. Vol I.

Impressos:Correio Braziliense

COSTA, Hipólito da Costa. *O Correio Braziliense*. Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Digital. Disponível em www.bn.br Vol. XIV.

COSTA, Hipólito da. *O Correio Braziliense (ou Armazém Literário)*, Londres, W. Levi, 1808. Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Digital. Disponível em www.bn.br Introdução. 1 de junho de 1808. p. 4 . Acesso em 12 abr 2015.

O investigador Português em Inglaterra.

O Investigador Português em Inglaterra, ou Jornal Literário &c. Vol I. Londres.

Junho de 1811. Disponível em:

<https://digitalis.uc.pt/bookreader/eBookReader/index.php?id=90046#page/6/mode/2up>.

Acesso em: 29 set 2014.

Fontes Secundárias

Obras de Referência

Academia Brasileira de Letras. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. 2 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

ALEXANDRE, Valentim. **Os Sentidos do Império**: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo regime português. Porto: Ed. Afrontamento, 1993.

_____. A carta régia de 1808 e os tratados de 1810. In: OLIVEIRA, Luís Valente de. e RICUPERO (org). **A Abertura dos portos**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu. As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais. In: MATTOSO, José (org). **História de Portugal**. vol. V, Lisboa, Estampa, 1994.

ARRUDA, José Jobson. **Uma colônia entre dois impérios**. A Abertura dos portos brasileiros 18-1808. Bauru, São Paulo, EDUSC, 2008.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. **Dimensões**, vol. 24, 2010, p. 157-172. Apud DUBY, Georges. A história continua. Rio de Janeiro: Zahar/ Editora da UFRJ, 1993.

BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)**. 1. ed. São Paulo-Juiz de Fora: Annablume-EDUFJF-FAPESP, 2006.

BARTH, Fredrik. **Process and form in social life**. Vol.1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 04 abr 2011.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (org). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BURKE, Peter. A fabricação do rei. A construção da imagem pública de Luis XIV. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.

CASTRO, Zilia Osório (Dir), PEREIRA, Isabel Cluny Sara Marquês (Coord). **Dicionário do Vintismo e do Primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826 e 1828)**. Lisboa. Editora Afrontamento, 2002.

CUNHA, Mafalda Soares da. **A casa de Bragança 1560-1640**. Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

DOLHNIKOFF, Miriam. José Bonifácio. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DOURADO, Mecenas. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. Editora Biblioteca do Exército. Tomo I. 1957.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FALCON, Francisco. **Despotismo esclarecido**. São Paulo: Editoria Ática, 1986.

FALCON, FRANCISCO, **A época pombalina**. São Paulo. Editora Ática, 1993.

_____, “Da Ilustração à Revolução - percursos ao longo do espaço-tempo setecentista”, in: *Acervo*, v. 4, n. 1, jan.- jun/1989, pp. 54-55).

_____, **O iluminismo**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

_____, Antigos e novos estudos sobre a “Época pombalina” In: FALCON, Francisco Calazans e RODRIGUES, Claudia (Org). **A época pombalina no mundo Lusobrasileiro**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015.

FRONTEIRA, 7º Marquês de, 1802-1881. Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna D.José Trazimundo Mascarenhas Barreto ditadas por ele próprio em 1861/ ver. E coord. Por Ernesto de Campos: Impr. Da Universidade, 1928-1932. 5v. Disponível em: <http://purl.pt/12114/3/> Acesso em: 12 nov 2016

FUNCHAL, Marquês de. **O conde de Linhares**. Editora Thesaurus, 1908.

GARRET, Almeida. **Viagens na minha terra**. [s.l.]: Ediouro, [s.d.].

GONÇALVES, Márcia Almeida. **Em terreno movediço**. Biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE. et. al. **Los espacios públicos em ibero - américa. Ambiguidades y problemas.** Siglos XVIII-XIX. Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centro Americanos. Fondo de Cultura Económica, México, 1998.

GUIMARÃES, Argeu. **Dicionário bio-biográfico de diplomacia,** política externa e direito internacional, Arquivo Histórico do Itamaraty.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O comitê de 1808 e a defesa na corte dos interesses ingleses no Brasil. In: **Repensando o Brasil do Oitocentos.** Cidadania, política e liberdade. CARVALHO, José Murilo e NEVES, Lúcia Maria. (org). Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Prefácio: a biografia como escrita da História. In: SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias:** o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **São Luís.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

LE GOFF, Jacques. **Comment écrire une biographie historique aujourd'hui? Le débat,** Paris, n° 54, mars/avril, 1989, p. 48-54.

LEMPÉRIÈRE, Annick. Partidos políticos e nação na América hispânica: uma história ou uma historiografia comum? In: **Repensando o Brasil do Oitocentos.** Cidadania, política e liberdade. CARVALHO, José Murilo e NEVES, Lúcia Maria. (ORG). Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (org). **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

A herança Imaterial.: trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LORIGA, Sabina. **O pequeno X:** da biografia à História. Tradução Fernando Scheibe – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LUSTOSA, Isabel. His Royal Highness e Mr. da Costa. In: DOURADO, Mecenas. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense, ou, Armazém Literário**, vol. XXX – São Paulo: Imprensa oficial do Estado: Brasília, DF : *Correio Braziliense*, 2002. José Anselmo Correa foi expulso da Inglaterra.

MACHADO, Adelaide Vieira. D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho (1760-1833) – 1º Conde de Marquês do Funchal. Pensamento e acção. Anais do 1º Congresso Histórico de Arante, abril de 1998.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo de Freitas. **D. José.** 1 ed. Rio de Mouro, 2006.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **O Crepúsculo dos Grandes** - A Casa e o Patrimônio da Aristocracia em Portugal (1750-1850). Lisboa: Imprensa Nacional, 1998.

MUNARO, Luís Francisco. **Aquela terra longínqua e sossegada.** Aquela terra longínqua e sossegada: o jornalismo de Hipólito da Costa. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das Neves. **Napoleão Bonaparte.** Imaginário e política em Portugal. 1808-1810. São Paulo: Ed. Alameda, 2008.

PAULA, Sergio Góes de. E LIMA, Patrícia Souza Lima. Os paradoxos da Liberdade. In: **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense, ou, Armazém Literário**, vol. XXX – São Paulo: Imprensa oficial do Estado: Brasília, DF : *Correio Braziliense*, 2002.

PAYO, Luiz de Mello Vaz de São. **Indevida admissão na ordem de Malta:** D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho. Filermo, Lisboa, V3, 1994.

PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. **D. João VI**, um príncipe entre dois continentes. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REMOND, René. (org) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RIZZINI, Carlos. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1957.

SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. Cartas sobre a educação da mocidade. – Porto: Domingos Barreira, (19--). Portugal. Joaquim Ferreira.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Cia das Letras; 2007.

SCHWARCZ, L. K. M., AZEVEDO, Paulo César e COSTA, Ângela Marques da. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. vol. 1.

_____. **Palácio de Queluz**. Tese de doutoramento, UFF, Niterói, 2013.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. **Inventando a nação**. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso- Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo. Hucitec, Fapesp, 2006. p. 185

_____. In: **A época pombalina no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Andréa Mansuy-Diniz. **Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.Vol I.

_____. **Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.Vol II.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da língua portugueza** - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. p. 620. Corpo diplomático: Ministros estrangeiros, que residem como Embaixadores, Inviados, Plenipotenciários, etc. Acessado em: 10/03/2011. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/2>.

_____. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

VILLALTA, L. C.: MORAIS, Christianni Cardoso; MARTINS, João Paulo. As reformas pombalinas e a instrução (1759-1777). In: FALCON, Francisco Calazans; RODRIGUES, Claudia. (org). **A época pombalina**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015, v.1.

_____. **1789-1808: O império luso-brasileiro e os Brasis**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. **Nobreza de Portugal e do Brasil**. Lisboa. Editora Zairol, 1989, Vol 2.

Artigos

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Servir a dois senhores: a real confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa através dos estatutos de 1696. In: **Repositório do Minho** Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8766/1/Servir%20a%20dois%20senhores_A%20real%20confraria%20N%20S%20Conceicao.PDF Acessado em: 20/06/2011. p.129. Acesso em: 29 dez 2017.

BERNALDO, Pillar Gonzalez , « La « sociabilidad » y la historia politica », **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En línea], BAC, González Bernaldo, Pilar, Puesto en línea el 17 février 2008. URL : <http://nuevomundo.revues.org/index24082.html> p. 1 Acesso em: 17 jul 2018.

MATHIAS, Leonardo. A arte da negociação. **Revista Negócios Estrangeiros**. Lisboa, n° 9, vol. 1, mar./2006.

MATOS, Cadafaz de. A correspondência inédita do embaixador de Portugal em Paris, D. Vicente de Sousa Coutinho. **Revista História das Ideias**. Vol 10. Lisboa. 1988
Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/ihti/rhi/vol10/pdfs/09_mmatos.pdf Acessado em: 16/06/2016.

MONTEIRO, Nuno GONÇALO e CARDIM, Pedro. *La Diplomacia Portuguesa durante el Antiguo Régimen*. Perfil sociológico y trayectorias. **Cuadernos de Historia Moderna**, 2005, 30, 7-40.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O “Ethos” Nobiliárquico no final do Antigo Regime. **Almanack braziliense**. Número 2, novembro de 2005. Acesso em 2 de set 2013

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Pombal e a aristocracia. **Revista Camões**, n. 15/16, 2003, p. 34-41. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/index.php>

PINTO, Francisco Eduardo. O declínio das propriedades da Família Souza Coutinho na Capitania das Minas Gerais. **Revista Tempos Históricos**. Volume 16, 2012. p. 163-194.
Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/download/8102/5995> Acesso em: 16 nov 2017.

PINTO, Francisco Eduardo. **Potentados e Conflitos nas sesmarias da comarca do Rio das Mortes**. Tese de doutoramento. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: www.historia.uff.br/stricto/td/1210.pdf. Acesso em: 03 abr 2013

PINTASSILGO, Joaquim. A Revolução Francesa na perspectiva de um diplomata português (A correspondência oficial de Araújo de Azevedo). **Revista de História das Ideias**. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias. Faculdade de Letras, N 10, 1988, p.131-144. Acesso em: 20 abr 2011

QUEIRO, José Filipe. José Anastácio da Cunha. Um matemático a Recordar, 200 anos depois. **Revista Brasileira Matemática Universitária**, nº 14, 1992, p.15-27.

QUEVEDO, Willian Alfredo, El concepto de sociabilidad como referente del análisis histórico. Investigación & Desarrollo [en línea] 2015, 23 (Enero-Junio) : Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26839041001>> ISSN 0121-3261 Acesso em: 17 de jul 2018.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A corte no Brasil e a distribuição de mercês honoríficas. **Revista Ler história**. Dossier A Corte portuguesa no Brasil. nº 54, Lisboa Portugal, 2008.

SOUZA, Adriana Barreto. Biografia e escrita da história: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder. **Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas**, Seropédica, RJ: EDUR, v. 29, n 1, p. 27-36, jan-jul, 2007.

_____ Entre o mito e o homem Caxias e a construção de uma heroicidade moderna. **Revista Locus**. Editora Ufjf. V. 7, n 1, Juiz de Fora, 2001, p. 93-106.

_____. & LOPES, Fábio Henrique. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema. **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto, número 9. 2012.

VIANNA, Hélio. Um diplomata português neto de brasileira. D. Domingos de Sousa Coutinho, Conde e Marquês de Funchal. In: **Jornal do Comércio**, 1957.

Dissertações e Teses

CARVALHO, Debora C. A. B. M. D. **Domingos Antônio de Sousa Coutinho**: um diplomata português na Corte de Londres (1807 - 1810), UFJF. Juiz de Fora, 2011.

CONTIERO, Lucinéia. **Plínio Marcos**: uma biografia. 2007. 344 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2007. p.37 Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103669>>. Acesso em: 2 mar 2018.

_____. **O jornalismo Luso-Brasileiro em Londres** (1808- 1822). Tese de doutorado. UFF, Niterói, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.uff.br/jspui/handle/1/285> . Acesso em 12 ago2014.

SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. **Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: Pensamento e ação político- administrativa no Império Português** (1778-1812). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

SILVA, Daniel Eveling da. **Pelo Prisma de Stendhal: um olhar do literato sobre si, Napoleão, a Corte e a Aliança Trono-Altar** (1790-1842). Tese de Doutorado, UFJF. Juiz de Fora, 2016.

SILVA, Iverson Geraldo da. **Verney e a ilustração católica: uma modernidade singular**. Dissertação de Mestrado. UFJF, Juiz de Fora, 2009.